



POLITICA,
MEDIO
E IDENTIDAD
EN REGIONES
FRONTERIZAS

ORGANIZADORES

CARLOS ALBERTO GARCIA DA ROSA, UNaM

FLAVI FERREIRA LISBOA FILHO, UFSM



POLITICA, MEDIO E IDENTIDAD EN REGIONES FRONTERIZAS

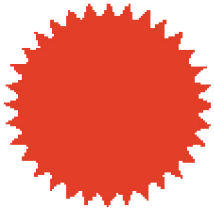
ORGANIZADORES

CARLOS ALBERTO GARCIADA ROSA, UNaM

FLAVI FERREIRA LISBOA FILHO, UFSM



EDITORIAL UNIVERSITÁRIA UNaM



EDITORIAL UNIVERSITÁRIA
UNIVERSIDAD NACIONAL DE MISIONES



Coronel José Félix Bogado 2160
Posadas - Misiones
Tel-Fax: (0376) 4428601

Correo Electrónico:
ventas@editorial.unam.edu.ar

Página Web:
www.editorial.unam.edu.ar

Coléccion: Ediciones Especiales
Coordinación de la edición: Claudio O. Zalazar
Editoración/Diseño: Edimar de Oliveira Quevedo
Supervisión Editorial: Flavi Ferreira Lisboa Filho
Capa/Arte: Patrick Hundertmarck
Proyeto grafico: Edimar de Oliveira Quevedo, Patrick Hundertmarck
Normatización: Clara Sitó Alves, Luis David Padilha
Revisión por pares

P769 Política, medio y identidad en regiones fronteras /
organizadores Carlos Alberto Garcia da Rosa,
Flavi Ferreira Lisboa Filho. – Posadas, Argentina:
Ed. Universitária Universidad Nacional de
Misiones, Programa de Pós-Graduação
em Comunicação, UFSM, 2016.
1 e-book

Disponível em: www.ufsm.br/estudosculturais
ISBN 978-950-579-378-5

1. Sociologia da cultura 2. Sociologia da
comunicação 3. Comunicação 4. Mídia I. Rosa,
Carlos Alberto Garcia da II. Lisboa Filho, Flavi
Ferreira III. Título

CDU 316.74/.77

Ficha Catalográfica Elaborada por Maristela Eckhardt CRB-10/737
Biblioteca Central - UFSM

ISBN: 978-950-579-378-5
©Editorial Universitaria
Unidad Nacional de Misiones
Posadas, 2016
Todos los derechos reservados para la primera edición.



SUMÁRIO

Prefácio06

Fronteiras, Identidade e Mídia: Uma Proposta de Apresentação ...08

Parte I – Política y cultura en la frontera

Detalles de una gestión cultural en Posadas
Nora Delgado 14

Mídia local no espaço fronteiriço: a integração a partir das 'leituras' do contexto
Karla M. Müller, Vera L.S. Raddatz, Ivan Bomfim e Tiago C. Martins.....30

Patrimônio e gênero em Jaguarão/RS: um estudo de caso na fronteira Brasil/Uruguai
Hilda Jaqueline de Fraga47

Consumídia: o consumo de mídias, a caixa preta e o jovem fronteiriço
Cristóvão Domingos de Almeida e Anelice Belmonte 61

A moda sem fronteiras: do regional para o global
*Caroline Horvath Staggemeier, Cristiane Greiwe Bortoluzzi, Mariana Osorio Barros,
Maria da Graça Portela Lisbôa* 73

Parte II – Medios y Fronteras

Prensa y género en La Tierra. Una vida "Federada"
Alejandra Arce e Marina Poggi86

Nas fronteiras dos sentidos: sobre travessias jornalísticas
Angela Zamin104



Fronteiras Brasil-Uruguai: o hibridismo cultural no documentário a Linha Imaginária
Marcos Borba e Cássio dos Santos Tomaim..... 114

Em tela: identidade jovem de uma tríplice fronteira
Franscesco Flavio da Silva, Marilice Daronco e Flavi Ferreira Lisbôa Filho..... 128

A espacialidade na cobertura jornalística: mapas e percursos nas fronteiras nacionais
Isabel Padilha Guimarães e Ada Cristina Machado da Silveira..... 141

Parte III – Radios y Fronteras

Rádio e fronteiras regionais em tempos de sociedade em rede
Doris Fagundes Haussen..... 154

Los usos políticos de la radio en una provincia de frontera: Misiones 1960-1980
Carlos Alberto Garcia da Rosa, Jorge Nelson Pyke e Norma Graciela Alvarez.....161

Radioescolas e a construção da cidadania na tríplice fronteira
Maria Inês Amarante..... 179

Despertares de radio en la frontera caliente: “Aproximaciones a una posible arqueología de la escucha”
Pedro Omar Silva..... 193

Dados dos Autores 211



PREFÁCIO

Este livro que ora se apresenta reúne reflexões que a princípio estariam separadas ou pelo idioma: português e espanhol, ou pelos lugares geográficos de onde partes os estudos. Porém, o que a aparência separa, a temática une na reflexão possível entre fronteira e comunicação.

Os artigos que nele constam trazem os distintos contextos sócio-políticos das cidades fronteiriças de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, mas também abordam aspectos das zonas de conflitos da atualidade como, por exemplo, Afeganistão, Iraque e Nigéria e a partir deles descortinamos processos comunicacionais e seus usos diversos, seja para o fortalecimento da cidadania, o reforço da democracia ou para a explicitação das políticas culturais e identitárias como um todo.

As reflexões presentes neste livro enfrentam o desafio de analisar a interação nestes espaços fronteiriços tendo em conta especificidade como, por exemplo, o uso das novas tecnologias de informação, que desempenham um papel determinante na atualidade por redefinir a concepção de tempo e espaço e democratizar a produção e a circulação de informação.

Os apontamentos teóricos sobre fronteira consideram a ambiguidade do vocábulo, que está contida em uma dimensão geopolítica e outra simbólica, sendo a primeira consolidada através dos acordos negociados entre os poderes políticos dos Estados que visam segurança e controle, relacionados à concretude geográfica, física, dos limites territoriais; já a segunda, engendra um espaço social não completamente definido em sua estruturação, em que as atividades e os movimentos são dinâmicos. Assim, a fronteira é compreendida como um espaço de negociação e de expectativas para os sujeitos envolvidos no jogo que reivindicam a afirmações de direitos ou a reformulação e aperfeiçoamento crítico de práticas cristalizadas no cotidiano.

Nessa perspectiva, questões atinentes à fronteira e à comunicação podem ser investigadas tomando em conta apontamentos sobre política de gestão cultural e de preservação do patrimônio cultural ou sobre o consumo de mídia, a partir da expansão tecnológica, em que se tencionam a relação entre os sujeitos, seus lugares de fala, suas manifestações de livre pensar e seus discursos, que constituem as narrativas de história e de memória que indagam o passado, reconfiguram e ampliam os lugares que compõem o hoje das comunidades fronteiriças, essas discussões atravessam o conjunto de artigos reunidos na primeira parte deste livro.



As reflexões sobre sujeitos e suas identidades, que estão contidas na segunda parte, são alcançadas pela visibilidade dos mesmos na produção de distintas mídias, sejam elas jornais impressos, livros de repórteres, documentários ou programas de televisão. Desses objetos se percebe os processos de constituição da identidade, cujo procedimento atende a um esforço, uma construção permanente, que conseqüentemente é precária, centrada em um projeto não finalizado ou fixo, essencial ou permanente, mas formado e transformado continuamente, sofrendo a influência dos diferentes sistemas culturais de que o indivíduo toma parte.

A indagação sobre os significados e as possibilidades do caráter transfronteiriço das ondas do rádio é o eixo principal que conecta os artigos da terceira e última parte deste livro. Ao colocar como elemento central o rádio, as reflexões destacam que esse veículo de comunicação, desde seus primórdios, carrega um viés educativo e conseqüentemente libertador, que rompe fronteira e limites, sejam eles físicos ou culturais. Além disso, ressalta-se que ele é o mais popular e o de maior alcance de público, podendo ser o único meio a levar informações para quem não tem acesso a outros veículos, por motivos geográficos, econômicos e culturais.

As dimensões democráticas e comunitárias do meio também são relevantes para os estudos de fronteira. Pela dinâmica da produção do rádio, por não exigir habilidades como, por exemplo, de leitura, ele pode se identificar como um público de nível cultural muito variado; e, pela excelente penetração em termos geográficos, permite ainda o fortalecimento de emissoras locais, devido ao sistema tecnológico, utilizado para implementação e manutenção, não ser tão complexo. Isto transporta em si um elemento agregador pela sua perspectiva comunitária que permite integrar. Fator importante nos espaços de fronteira, visto que, muitas vezes, os aspectos mais ressaltados nesses lugares são os estereótipos, o negativo, o obscuro que habita os limites além das pontes, dos rios ou das ruas divisórias.

Ademais das reflexões teórico-conceituais que se visualizam a partir da leitura deste livro, se ressalta a difusão e a ampliação do conhecimento referente a esselugar“fronteira”, que possui importância geopolítica, mas nem sempre figura nas investigações de pesquisa por suas interseções políticas, sociais e culturais.

**Dra. Mara Ribeiro
Unipampa, Brasil**



FRONTEIRAS, IDENTIDADE E MÍDIA: UMA PROPOSTA DE APRESENTAÇÃO

A obra “Política, medio e identidad en regiones fronterizas” configura-se como uma organização coletiva entre o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, vinculando-se à linha de pesquisa “Mídias e Identidades Contemporâneas”, e a Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Misiones. Este livro acolhe pesquisas que tematizam as identidades contemporâneas e as fronteiras a partir do campo da comunicação através de seus diversos suportes e plataformas midiáticas. Foram propostos temas de estudos que tensionam as identidades no contexto atual e as fronteiras sociais, econômicas, políticas, tecnológicas, geográficas, culturais, étnicas ou de gênero. Mas, também as fronteiras invisíveis, não ditas ou interditas que se manifestam em representações identitárias. Ao todo são 14 textos, organizados em três partes. Uma que trata a “Política e cultura na fronteira”, outra “Meios e fronteiras” e a terceira “Rádios e fronteira”. Os textos aqui apresentados possibilitam que seja possível pensar/refletir na/sobre a questão fronteiriça no que se refere à comunicação e à identidade para outras regiões de fronteira também.

O território de fronteira constitui uma gama de diversidade física e cultural, nele é possível distinguir três elementos não constitutivos: a linha limítrofe, a qual permite separar e unir os estados-nação; as estruturas físicas do estado que visam demarcar e proteger tal linha de fronteira, composta de pessoas e estruturas enraizadas profundamente no território nacional; e as zonas territoriais, cujas variadas dimensões alargam a partir e através de fronteiras, dentro das quais as pessoas negociam uma variedade de comportamentos e significados associados a sua pertença a nações e estados.

Em termos gerais, podemos dizer que a produção comunicacional é pautada por inúmeros recursos técnicos e estéticos, que são perpassados por aspectos culturais, econômicos, sociais e tecnológicos. Neste sentido, as questões de linguagem empregadas no discurso midiático e as implicações dele advindos, demonstram a importância de realizar estudos como este.

Assoma-se também o fato de a malha de comunicação, que permeia os territórios fronteiriços, constituir-se em uma rica fonte de pesquisa para estudos de comunicação, pois a necessidade de demarcação e legitimação de um espaço nacional implica em práticas sociais e culturais específicas que marcam a diferença, por vezes, afastando e, por outras, acercando.

Apesar das regiões de fronteira serem tratadas, via de regra, como locais de isolamento e de baixo desenvolvimento socioeconômico, é importante também destacar que esses locais se configuram em faixas não-homogêneas, apresentando em sua linha espaços diferenciados em aspectos históricos, culturais, étnicos, econômicos, tecnológicos e sociais com fluxos transfronteiriços. Todos esses aspectos tornam essa região um espaço de convergência ao mesmo tempo em que



acentua as diferenças, percebemos que algumas dessas semelhanças ou convergências podem estar marcadas nos discursos midiáticos enunciados, visibilizando ou invisibilizando traços identitários.

O texto “Detalles de una gestión cultural en Posadas”, de autoria da dra. Nora Delgado da Universidad Nacional de Misiones – UNaM, abre a primeira parte do livro, dedicada à política e à cultura na fronteira, concentra seu olhar sobre a gestão cultural desenvolvida pela UNaM, desde a criação da Secretaria Geral de Extensão na década de 1980. A partir desta definição a presença no espaço regional de projetos culturais que surgiram em conjunto com a ação da Secretaria-Geral da Extensão e referidas áreas específicas de produção cultural é notado. Tais projetos envolvem: pedagogia, música, técnicas poéticas, teatrais e audiovisuais.

Em “Mídia local no espaço fronteiro: a integração a partir das ‘leituras’ do contexto” seus autores, Dra. Karla M. Müller, Dra. Vera L.S. Raddatz, Dr. Ivan Bomfim e Dr. Tiago C. Martins, respectivamente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, novamente UFRGS e Universidade Federal do Pampa – Unipampa, discutem a cultura e a identidade fronteiriça a partir de um olhar sobre sites e portais situados em espaços de fronteiras nacionais, considerando o sujeito e as organizações midiáticas ali inseridas. A partir dos fazeres e dizeres do homem do lugar, dos acontecimentos produzidos por estes agentes e pautados pelos meios de comunicação, é possível compreender os elementos constitutivos da cultura e da identidade da fronteira.

A Dra. Hilda Jaqueline de Fraga da Unipampa, campus Jaguarão, em seu capítulo “Patrimônio e gênero em Jaguarão/RS: um estudo de caso na fronteira Brasil/Uruguai” discorre sobre um estudo de caso realizado em Jaguarão/RS, cidade localizada na região da fronteira Brasil/Uruguai, durante os anos de 2011 a 2013. Através do processo de patrimonialização em curso na cidade e do acompanhamento de algumas das iniciativas do Poder Público voltadas às políticas de preservação e a apropriação dos bens culturais procura problematizar a narrativa histórica nos lugares de memória da cidade substanciadas na primazia de uma história e identidade marcadamente masculina, e, portanto, centrada nos registros e biografias que legitimam a representação histórica dos homens na história e nas políticas públicas culturais locais. Mediante a análise da produção de discursos em torno do seu principal mito fundador; Jaguarão “Cidade Heroica” apresenta as imersões e os desdobramentos metodológicos de uma pesquisa das práticas patrimoniais e as mediações culturais nesta esfera, na sua relação com o mito, utilizando-se para isto, de estudos recentes que aproximam as categorias patrimônio e gênero às políticas preservacionistas em Cidades Históricas.

No artigo “Consumídia: o consumo de mídias, a caixa preta e o jovem fronteiro” o Dr. Cristóvão Domingos de Almeida e a acadêmica Anelice Belmonte, ambos da Unipampa, campus São Borja, relatam pesquisa de cunho etnográfico que toma como objeto de estudo os dispositivos móveis (celulares) dos jovens fronteiros, apoiados na Falácia da



Caixa Preta de Henry Jenkins, compreendida como extensão do corpo humano.

“A moda sem fronteiras: do regional para o global” da professora Maria da Graça Portela Lisbôa, da mestra em Comunicação e Desenho Caroline Horvath Staggemeier, da mestranda Cristiane Greiwe Bortoluzzi e da desinger Mariana Osorio Barros abordam o design de moda por meio da análise do vestuário feminino. Primeiramente, em um contexto regional com identidade marcada. Já no segundo, a conjuntura é global, mas o produto tem influência regional, com marcas internacionais que buscam suas referências na indumentária do gaúcho. Ambos os objetos contribuem com a construção de uma nova representação de feminino no imaginário social.

Na segunda parte, “Meios e Fronteiras”, o primeiro capítulo “Prensa y género en La Tierra. Una vida ‘Federada’” das doutras Alejandra Arce e Marina Poggi da Universidad Nacional de Quilmes – UNQ, buscam compreender a participação feminina em uma das corporações agrárias argentina mais destacada da região do pampa desde 1912. O estudo está centrado na análise da trajetória da Srta. Blanca Formía, quem participou ativamente nas estruturas da Federación Agraria Argentina (FAA). Sua história de vida se conecta excepcionalmente com a desta centenária associação defensora dos interesses dos campesinos. A reivindicação desta experiência individual se articula com a importância do subjetivo e o simbólico-cultural como dimensões necessárias e legítimas da análise histórica.

No capítulo “Nas fronteiras dos sentidos: sobre travessias jornalísticas” a Dra. Angela Zamin da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, campus Frederico Westphalen, traz reflexões acerca da narração da experiência em “livros de repórter”, partindo da observação de que o ato de percorrer territórios, avançar na geografia, transpor fronteiras geopolíticas afeta, de algum modo, o jornalista e sua relação com o mundo a ponto de levá-lo a registrar estes percursos; os percursos sobre os mapas. Ao elaborar, via narrativa, controles que afetam determinadas fronteiras, o repórter contribui para uma compreensão dos discursos jornalísticos sobre conflitos e territórios; uma cartografia das margens, das bordas, dos limites.

Em “Fronteiras Brasil-Uruguai: o hibridismo cultural no documentário a Linha Imaginária” o Dr. Cássio dos Santos Tomaim e o mestre Marcos Borba, ambos da UFSM, abordam a fronteira do Brasil com o Uruguai, no filme Uma Linha Imaginária, de Cíntia Langie e Rafael Andreazza (2014), que dá ênfase a um espaço de imbricamentos e hibridismos culturais. A partir da metodologia da análise fílmica, buscamos com esse texto discutir os sentidos de identidades que o documentário imprime para construir sua narrativa. A Linha Imaginária aponta um devir fronteiriço que mistura as marcas de um passado comum com a efemeridade característica dos locais de passagem para constituir um novo híbrido que o documentário revela em imagens e depoimentos.

No texto “Em tela: identidade jovem de uma tríplice fronteira” o dr. Flavi Ferreira Lisbôa Filho e os mestrandos Marilice Daronco e Francesco Flavio da Silva, todos da UFSM, problematizam quando o idioma não é o mesmo do vizinho, quando as práticas culturais são limites mais fortes que as linhas imaginárias que



determinam onde ficam as fronteiras geográficas, o estabelecimento da existência de um “eu” e um “outro” se torna inevitável. Na região da Tríplice Fronteira, jovens crescem em meio a uma situação em que, muitas vezes são marginalizados e estereotipados. E, não raras vezes, as representações deles na mídia reforçam ainda mais esse preconceito. A pesquisa se propõe analisar, a partir da matriz teórica dos Estudos Culturais, tendo como base as estruturas de sentimentos de Raymond Williams (1979), um dos cinco episódios do projeto Diz Aí, Fronteiras!, que foi ao ar pelo Canal Futura e está disponível no YouTube. Fronteiras do Preconceito foi exibido em dezembro de 2014 e traz o depoimento de treze jovens, moradores da região da Tríplice Fronteira.

“A espacialidade na cobertura jornalística: mapas e percursos nas fronteiras nacionais” da Dra. Dra. Ada Cristina Machado da Silveira, UFSM, e Dra. Isabel Padi-lha Guimarães da Universidade Federal de Pelotas analisa-se o enfoque do espaço fronteiro realizado pelo noticiário jornalístico a partir das noções de mapas e percursos. Objetiva-se proceder ao exame das particularidades da imagem das fronteiras nacionais, buscando compreender o poder espacializante dado pela formação discursiva, através da temática e dos modos de sua elaboração no papel da fronteira, tratando-se do olhar da vigilância midiática, que resulta na estigmatização das fronteiras nacionais.

Na parte III, “Rádios e Fronteiras”, o capítulo “Rádio e fronteiras regionais em tempos de sociedade em rede” da Dra. Doris Fagundes Haussen da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS, aborda a complexidade da questão da comunicação na região das fronteiras, tratando especificamente o tema do rádio local. Os desafios relativos à cultura, à tecnologia e às identidades, atravessados pela comunicação radiofônica, apontam para a necessária reflexão sobre as sutilezas envolvidas quando se aborda esta temática. Destaca-se, assim, o papel do rádio como um veículo, desde sempre, transfronteiras.

Em “Los usos políticos de la radio en una provincia de frontera: Misiones 1960-1980” a Dra. Norma e os Mags. Carlos Alberto Garcia da Rosa e Jorge Nelson Pyke, docentes da UNaM, examinam os processos e fundamentos que sustentaram a política de instalações de rádios no território. Analisam os usos que no período 1960-1980 lhes deram os governos tanto constitucionais como os cívico-militares à rádio, colocando em questão conceitos como o de fronteira, Estado, soberania, segurança e identidade.

A Dra. Maria Inês Amarante da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila em “Radioescolas e a construção da cidadania na tríplice fronteira”, traz um estudo do projeto de extensão desenvolvido com crianças em Puerto Iguazu, Argentina, na Escuela Intercultural Bilingue de Frontera n. 2, com a participação de professores e bolsistas da UNILA para a criação da Rádio El Bilinguito. Discute-se a importância histórica dos meios de comunicação alternativos no contexto regional e latino-americano, a atuação de acadêmicos e comunicadores em instituições de ensino e a formação radiofônica participativa.



No capítulo “Despertares de radio en la frontera caliente: ‘Aproximaciones a una posible arqueología de la escucha’” o Mag. Pedro Omar Silva da UNaM interpreta o sentido de certas práticas de escuta do programa de rádio “Teixeirinha Amanhece Cantado” que se emitia pela “Rádio Farroupilha” de Porto Alegre – RS na década de 1970. Este programa popular animava os despertares dos ouvintes que habitavam uma zona rural de Aristóbulo del Valle, Misiones, Argentina. Esta rádio brasileira constituía para os colonos que trabalhavam nestas inóspitas serras missioneiras um dos únicos meios de comunicação social através do qual se conectavam com mundos distantes. Esta emissora, em particular o programa analisado, se transformou em um espaço significativo que possibilitou uma experiência cultural significativa na fronteira argentina-brasileira.

Desejamos uma excelente leitura! Mantivemos os textos na língua originalmente escrita, embora tenhamos padronizado as referências. Alguns dos desafios da organização de uma obra que envolve dois idiomas.

Carlos Alberto Garcia Da Rosa, UNaM
Flavi Ferreira Lisboa Filho, UFSM

Referências

CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas híbridas: como entrar em sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2003.

CUCHE, Denys. A Noção de Cultura nas Ciências Sociais. Bauru: EDUSC, 1999.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora (LTC), 1989.

GOLIN, Tau. A Fronteira. Porto Alegre: L&PM, 2002 (vol I) e 2004(vol.II).

HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. Cultura e Poder. 2.ed.rev.atual.São Paulo: Saraiva, 2007.

NEUMANN, Eduardo Santos. Uma fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In: GRIJÓ, L.A.; GUAZZELLI, C.A.; KÜHN, F.; NEUMANN, E.S. (org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul: Texto e Pesquisa. Porto Alegre :Editora da UFRGS, 2004.

PESAVENTO, Sandra, SANTOS, Nádia Maria Weber, ROSSINI, Mirim de Souza (org.). Narrativas, Imagens e Práticas Sociais. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

OLIVEN, Ruben George. A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira & identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RUIZ, Olivia. O ir e vir: as relações fronteiriças (México e EUA). Disponível em: <<http://www.oohodahistoria.ufba.br/03ruiz.html>>. Acesso em: 22 nov. 2010.



PARTE I

POLITICA Y CULTURA EN LA FRONTERA



DETALLES DE UNA GESTIÓN CULTURAL EN POSADAS

Nora Delgado
Universidad Nacional de Misiones

De Enunciaciones

Desde varios lugares – de la experiencia, pero también desde señalamientos teóricos¹ - se ha advertido la densa trama de saberes, haceres, imágenes, signos, símbolos, presencias que tejen la variedad de prácticas y estilos que conforman la cultura de la vida de los pueblos y sus ciudadanos. En todos los casos (y máxime aún en el que analizamos en este informe) se trata de materialidades visibles, de proyectos que contienen a esos aspectos que delinear como cultura. No sólo la contienen sino también que la comunican.

En el caso particular que nos ocupa la identificación en campo de la labor de la Secretaría General de Extensión Universitaria - desde sus inicios y sus actuales reverberaciones- ha definido que el recorte analítico que acá acerquemos en el presente trabajo pivotee en el recate de esa acción central - y de suma relevancia² - para la región y para la ciudad de Posadas, desde los inicios de la universidad hasta estadios temporales que llegan hasta el presente.

Dichos proyectos incluyen -como centralidad neural- la acción de gestión y la de gestores. Lo hacen no porque las demás secciones que abarca todo proyecto no estén contempladas (diagnósticos, recursos, evaluación, etc.) sino porque desde ese eje de la gestión y gestores es posible realizar un paneo más pertinente de la propuesta y de lo que con ella se perseguía. Estas dos dimensiones entretejen las demás y articulan los relatos con la documentación referida en cada caso -haciendo surgir el ethos de esos proyectos pero también la poiesis de cada uno -.

¿Cuáles fueron, entonces, esos proyectos? ¿En qué consistieron? Como en toda investigación hay senderos que la delimitan. Hay calles – con derroteros precisos - que después se transforman en rutas transitadas y recorridas. Las metáforas previas, alusiones a caminos y tránsitos son válidas para definir los trazos y precisar los recortes (necesarios para todo trabajo). En éste hemos identificado algunas calles, o si se quiere rutas.

1 Cf GARCÍA CANCLINI Néstor (1987). "Los paradigmas políticos de la acción cultural" en *Políticas culturales en América Latina*, México, Grijalbo; MARTÍN BARBERO (1987). *Procesos de Comunicación y matrices de cultura*. México, GG-FELAFACS ; BRUNNER José J. (1992). *América Latina. Cultura y Modernidad*, México, Grijalbo; ARFUCH, Leonor (2005), *Pensar este tiempo*, Paidós, Buenos Aires y relatorías del trabajo de campo de esta investigación -*Informes de Avances Proyecto 16H270* (2011). Posadas, SlyP-FHyCS-UNaM -

2 Nos referimos a los testimonios recogidos en el trabajo de campo que realizamos durante la presente investigación

Son proyectos centrales surgidos en el seno de la Universidad Nacional de Misiones (desde su fundación en 1973) y que han posibilitado desarrollos actuales para el hacer cultural de la provincia y la ciudad. Ellos son:

- 1) Talleres Libres de Arte
- 2) Teatro Experimental
- 3) Kossa Nostra
- 4) Programa Música
- 5) Realizaciones Audiovisuales

Llegado a este punto, pareciera pertinente aclarar que no sólo son/fueron estas proyecciones; éste es el recorte que hemos realizado dada la profusión de referencias en campo que nos los reenviaban continuamente hacia ellos. De ahí la selección: se trata fundamentalmente de realizaciones, de emprendimientos -de proyectos con nombre específico y temporalidad definida - , pero también de gestiones y gestores activos que supieron marcar sendas por donde el cauce cultural del momento analizado sugiere un ritmo sostenido (desde varios actores sociales -entre ellos, instituciones del estado y de la sociedad civil que empezaron a relacionarse y a cogestionar-).

Esos proyectos, lejos de ser meros nombres son el indicio de la trama cultural en la que habita una gran variedad de prácticas y estilos a los que se les asigna visibilidad y empuje simbólico en un determinado momento y con un sentido. Vistos así, desde esta perspectiva, ellos (los proyectos culturales) son hitos que operan como referencias para otras realizaciones (cuando son detectadas en campo) pero a la vez activan procesos de nominalización y predicación para nombrar y definir eso que llama cultura³.

Hablar de lo anterior impone, entonces, la identificación de esas acciones que nombran y predicán. Ahí encontramos a los proyectos y a sus intencionalidades, a los actos de gestión pero también a sus gestores.

Esos dos procesos, los de nominalización y los de predicación resultan relevantes porque en ellos se encuentran bases muy firmes para la comprensión de otras aristas. Son las que conllevan estos especiales tipos de trabajo (tales como las que hacen referencia a los discursos de identidad y/o diferencia - que tanto acercan como distancian a los actores sociales y a sus emprendimientos -).

En una aclaración puntual, las nociones de nominación o referencia⁴ (del tipo Emilio Rocholl, en el caso del proyecto Programa Música y el del Coro Universitario; o Kossa Nostra, Marcelo Reynoso, en el caso del proyecto; o José Cáceres en el caso del en la Provincia de Misiones; o Rodolfo Capaccio y María Nilda Sodá en el de Proyectos Audiovisuales y en el de Promoción de la Lectura y Escritura ; o Elena Maidana en el caso de Talleres de Arte y Libre Expresión) decíamos, en estos casos, estas nominaciones o estrategias de referencia -para proyectos de la Secretaría General de Extensión de la UNaM-

3 Cf. GARCÍA CANCLINI. Op Cit ; MARTÍN BARBERO J. Op Cit

4 GARCÍA CANCLINI, ibid.

operan a la manera de identificación de búsquedas en las que el patrimonio tangible e intangible pasa a ser materia de ese trabajo.

Se trata de acciones definidas en los nombres de los proyectos llevados adelante (Audiovisuales, Coro Universitario, Jornada de Libre Expresión, etc.) pero también de marcas de autores que supieron imprimirle un sesgo especial a esas gestiones. Y tanto así y de tal intensidad, que en el campo cultural se los refiere por sus nombres – a la manera de epítetos del tipo “Capaccio, el de los audiovisuales de la UNaM”, por ejemplo-

Este hecho no sólo alude a la referencia obligada a esos gestores culturales sino a la identificación de éstos como metonimias de esos proyectos culturales. También produce ese modo nominal, sustantivo, al acto de asir la cultura que se está viviendo y recordar sus historias y necesidades: así en el simple acto de darle un nombre al proyecto, a la propuesta, se están diciendo recortes y focalizaciones culturales (que después se fundamentan).

Variada bibliografía⁵ sostiene que las estrategias de referencia o nominación permiten construir a los actores sociales e identificarlos como miembros de un grupo o grupos, a la manera de ecosistemas comunicativos como refiere Jesús Martín Barbero⁶. Acuerdan también en señalar que los instrumentos privilegiados dentro de estas estrategias son las sinécdoques, las metonimias, las metáforas, y en algunos casos las personificaciones, que sirven para crear diferentes niveles de igualdad y homogeneidad a la acción y a sus prácticas. Actuarán de modo argumentativo y permitirán fijar un rasgo identitario claro, un origen que pretende erigirse como común a partir de una localización espacial (Misiones) que funciona como afirmación de la propia historia. El componente imaginario aquí remite a la idea de que hay una esencialidad misionera. Entonces, se habla del misionero, o de la música de las Misiones, o del teatro en Misiones, etc. Se ha dicho y remarcado mucho, desde esas referencias nominales, que los principales efectos discursivos son la marcación de rasgos comunes para esas acciones (que supuestamente contienen lo específico de ese hacer por acá : a la manera de cómo se hace eso que impulsa el nombre del proyecto en el contexto misionero, o cómo lo hacen los misioneros); así , entonces, esa absorción referencial –al territorio, al espacio- y la generalización selectiva de rasgos comunes (los misioneros) pasan a ser ingredientes condensados en la nominación de la que hablamos.

Las estrategias de predicación, por otra parte también están presentes en las formulaciones de los proyectos. Son también centrales en la materialidad de cada uno de ellos, pero a diferencia de las anteriores -que nombraban, nominalizaban o referenciaban los proyectos- éstas se limitan a predicar. Predican los proyectos, insisten en sus actividades y acciones. Los explican, los exponen, los muestran, los cuentan, los definen. Completan la otra parte que aparece vislumbrada en la nominación: acá –en sus predicados- cada proyecto, sujetando el nombre y sus referentes, activa y despliega todo

5 Cf REGUILLO Rosana. (2005). *Memoria, performatividad y castástrofe*. México, ITESO; GARCÍA CANCLINI Néstor, op cit; MARTÍN BARBERO, op cit; BRUNNER José, op cit; ARFUCH, Leonor, op cit.

6 MARTÍN BARBERO. Ibid.

un campo de prácticas y saberes (“se hizo esto, hicimos esto” explican los testimonios) y aparece entonces el despliegue de detalles, la amplificación de los atributos.

Sabemos que estas separaciones se realizan a los fines analíticos, pero que en el discurrir de las historias sobre las que se recupera la trama cultural, éstas, la nominación y predicación, van unidas y hasta hay casos en los que resulta difícil separarlas por la contundencia de los resultados y máxime cuando se habla de proyectos culturales.

Los testimonios extraídos durante el trabajo de campo permiten dar cuenta de estos dos aspectos (condensadores de un proyecto cultural) puesto que designan, nombran los proyectos y a la vez predicán sobre ellos. Y es justamente desde esos lugares (de integralidad) que quisimos traer estas referencias: porque precisamente el campo referencial, el de la cultura de la ciudad de Posadas sostiene esta trama de proyectos y los define, los acota, les asigna responsables y les da nombres.

Son las historias – que encontramos en campo- y son los registros que pasamos a detallar a continuación.

De Relevos

La ciudad de Posadas no sería la misma si no hubiera tenido a fines de los años setenta instalada en su territorio a la Universidad Nacional de Misiones. Testimonios recogidos en campo y documentación consultada⁷ permiten constatar que hasta ese entonces, la formación académica y los saberes que sostenían las ideas fuerzas de cultura para con esta región eran esgrimidas y moduladas mayoritariamente desde el único Instituto Superior de Formación Docente. Éste tenía a su cargo la formación de los principales educadores y referentes (administradores de la cultura) de la Provincia de Misiones.

Ese instituto se llamaba Instituto “Antonio Ruiz de Montoya” y había sido creado en 1960 por Monseñor Jorge Kemerer. Reza la versión oficial⁸ que los objetivos de su creación fueron: ofrecer a la juventud misionera las posibilidades de cursar estudios superiores en su propia provincia; cubrir la necesidad de la provincia en cuanto a docencia especializada; servir a la educación y a la cultura misioneras; brindar una sólida formación moral y científica.

Más allá de los infinitivos que enmarcan claramente lo perseguido como fin, lo cierto es que tal institución quedó oficialmente reconocida en el ámbito nacional por Decreto 5179/60. Esa misma normativa indicaba que dependía del Ministerio de Educación y Justicia de la Nación y que la supervisión pedagógica y técnica estaba a cargo de la SNEP (Superintendencia Nacional de Enseñanza Privada) y el Obispado era responsable de su dirección, orientación y crecimiento.

Así que, durante trece años y hasta que irrumpió tímidamente la Universidad Nacio-

7 Cf. AMABLE María. A; DOHMANN Karina; ROJAS Liliana. (2008). *Historia de la Provincia de Misiones*. Posadas. Ed. Montoya.

8 Se puede consultar al respecto la página oficial web de esta institución en <http://www.ispam.edu.ar/institucional>. historia

nal de Misiones, el Instituto Superior del Profesorado de la Provincia de Misiones, Antonio Ruiz de Montoya, reinaba con éxito en el área educativa-cultural y los escasos centros de formación docente para la enseñanza primaria (que aún había en Escuelas Normales, obedecían – por acuerdos y convenios- al dogma que desde ese poderoso centro institucional se desplegaba para todo el territorio Misionero).

Podrá decirse que el Montoya era de gestión privada y clerical, frente a las pretendidas libertades de la deficiente formación estatal para educadores de Primaria y eso permitiría que esta segunda corriera con cierta ventaja (por la libertad de culto), pero los desniveles económicos y de gestión daban sobrada cuenta de la debilidad de uno (del que dependía de la gestión estatal) y de la fortaleza del otro. Máxime, después de 1976, en épocas en la que fuerzas del proceso militar insistían y veían con desconfianza todo lo que implicara algún grado de libertad y sí apreciaban un tipo de control como el que el Instituto Montoya parecía garantizar en la provincia, bajo el amparo de la religión y el cobro de la educación.

En este encuadre, donde la referencia mayor – para la población de Misiones- estaba centrada en los proyectos formativos del Instituto Superior del Profesorado Antonio Ruiz de Montoya, cualquier proyecto educativo y/o de gestión cultural corría con la desventaja del origen, con el de la carencia de recursos y del empoderamiento (de trece años previos de evangelización educativa) que gozaba el reinante proyecto del Instituto Superior del Profesorado Antonio Ruiz de Montoya: de base confesional y bajo algunas temporalidades (como la gestión del Obispo Jorge Kemerer) de filiación jesuita. Después de la jubilación de Kemerer la tendencia jesuítica pasó a ser coptada por líneas locales del Opus Dei.

El Montoya y sus educadores gestionaban en ámbitos de la administración cultural y educativa (llámese Centros Culturales Municipales o la Dirección de Cultura de la Provincia de Misiones, por ese entonces llamada Maruja Ledesma⁹-como homenaje a una destacada gestora cultural y actriz de Posadas de la década del sesenta-), las realizaciones, los proyectos “tranquilos y tranquilizadores”¹⁰ en torno al patrimonio, el arte, la educación, la música, la literatura, y algo de plástica y de teatro.

Algunos testimonios recuperados en campo permiten describir que, por ejemplo, en el plano de la producción teatral interesaban las Declamaciones (eran interpretaciones de textos poéticos seleccionados por actores locales como Azucena Godoy, entre otros) y también el teatro leído -de Tito Morales y Froilán Galvez - y las interpretaciones teatrales del realizador de radioteatros de la región Juan Carlos Lascentre (que tenían por eje central a cierta épica de la región contenida en figuras de principios el siglo XX - tales como el mensú- y que referían también mitos como el del lobizón, el pombero, el Yacy Yateré, etc).

⁹ Maruja Ledesma fue una destacada gestora cultural de Posadas. Llevó adelante, desde 1956 y en años subsiguientes, un de Títeres llamado El Duende Loco que tuvo el primer elenco estable de ese tipo en la ciudad de Posadas.

¹⁰ Se trata de expresiones -extraídas en campo durante 2011- de una charla mantenida con Rodolfo Nicolás Capaccio.

Es decir -que generalizando en relación a aspectos medulares de la cultura de Misiones - se insistía en la acción evangelizadora de la iglesia sobre comunidades. En el caso de la cultura guaraní, se traía como ejemplo, las realizaciones en el Aldea de Frakrán y Perutí, ambas bajo la regencia de la diócesis del Obispo de Posadas¹¹; se hablaba de ese pueblo como un conjunto genérico: los guaraníes. La Universidad Nacional de Misiones, en cambio, precisará más tarde que se trata específicamente de los Mbyá, y así los referirá en sus proyectos y trabajos¹² que hablan no ya de pueblo sino de nación guaraní.

Bajo estas temporalidades (fines de la década del setenta y pleno despliegue de la década del ochenta) y ya con la creación de la Universidad Nacional de Misiones (que había sido fundada por la ley 20.286 del 16 de abril de 1973, como parte del plan Taquini del programa de reorganización de la educación superior), el universo simbólico y cultural pasó a ser materia de disputa.

Disputa simbólica y de gestión. Simbólica, con proyectos de investigación y de patrimonialización de los monumentos y prácticas de las Antiguas Misiones Jesuíticas de la región, pero también de registro y rescate del patrimonio intangible de los ciudadanos de estos lugares: zonas de fronteras, de liminaridad y de flujos migratorios; zonas de culturas en contacto y de desafíos cotidianos para un saber que empezaba a disputar otra épica. La de la región frente a los relatos de la nación.

Esa fue una modulación interesante e interesada que también posibilitaba engarces con la subyacente y próxima (en términos de temporalidad) épica de la provincialización de Misiones. Recordemos que Misiones fue recién provincia en 1953, cuando se promulgó la Ley Nº 14.294 de Provincialización de Misiones el 22 de diciembre de 1953.

En este sentido, aparece como elemento central -de esta trama simbólica pero también política- la construcción identitaria; el concepto de "identidad provincial", que representa la búsqueda de identidad política frente al sentido subalterno que habían tenido estas regiones ante la uniformidad identitaria de la centralidad político-ideológica de Buenos Aires. Tal como lo advierten varios referentes del campo¹³ no es un concepto menor, ya que la identidad ha sido pensada desde este componente institucional que constituye la base cardinal del Estado-Nación argentino en su conjunto.

Así y siguiendo esos trazos, el campo político de gestión cultural produjo representaciones que se disputaban la construcción de una visión legítima de Misiones, propias de las polémicas del siglo XX, donde la actividad de los agentes de la cultura y la política local quedó comprendida -a la manera de Bourdieu¹⁴- en un habitus particular o sistema de disposiciones inconscientes, que es el producto de la interiorización de las estructuras objetivas (matrices culturales llamará a ese proceso Jesús Martín Barbero¹⁵ instalado ya en pleno campo comunicacional).

11 Cf. AMABLE, A y ROJAS L, op cit

12 Se trata de apreciaciones obtenidas durante el trabajo de campo de esta investigación

13 Ibid

14 CF. BOURDIEU, Pierre (1988) *La distinción. Crítica social del gusto*. Madrid. . Taurus

15 Cf. MARTÍN BARBERO. Op. Cit

Con esos refuerzos simbólicos, la cultura gestionada desde la Universidad Nacional de Misiones - y desde el portal que habilitaba la Secretaría General de Extensión- accionaba una narración que conectaba con una serie de macrotemas. Éstos se presentaban vinculados a la construcción de un pasado, un presente, una cultura y un territorio común, y a la definición de “un misionero”. Desde allí -y con saberes inaugurales, para la región, de antropólogos y lingüistas y semióticos e historiadores- discutía la concepción simplificada de la retórica hasta ahora dominante del panorama académico, cultural formativo (tal como advirtiéramos en párrafos anteriores)

Esas estrategias fijarán un punto de origen para la conformación de la “sociedad misionera contemporánea”, actualizada en el “actual territorio de Misiones” y en el “hasta hoy” que marcan la aparición de ese presente y territorio común. Como amalgama y mezcla de ese pasado de misiones guaranícas más los aportes inmigratorios a la provincia de Misiones, se comienza a sustentar una metáfora ligada a al “hombre misionero” (en el sentido genérico inclusivo) como el resultado de un proceso histórico en el que se articulan descendientes de guaraníes Mbyá o habitantes nativos e inmigrantes. La metáfora “del crisol de razas” y la de “la tierra sin mal” de los Mbyá abonó realizaciones interesantes –que a la fecha se sostienen- aún en la deriva de actuales producciones que desafían al status quo

Suele -en este caso- llamar la atención la nominación elegida para los pobladores originarios (los Mbyá) y la introducción de una predicación vinculada al desarrollo de “sus tradiciones culturales” (los de la tierra sin mal y los del canto resplandeciente) que, sin embargo, no alcanza a integrarse a los factores de esa identidad definida desde la metáfora de la amalgama. Así, se observa una clara atribución de rasgos al colectivo de guaraníes, no actualizada ni recontextualizada discursivamente al interior de una amalgama más visual que no fuera la presencia del mensú.

En estas disputas -(nominales y predicativas) que sostenían proyectos culturales sobre el ser misionero colonizado por la misiones jesuíticas y el ser misionero crisol de razas- se observa que se articulan objetivos contradictorios: mientras unos aparecen como propios de la ilustración, orientados al conocimiento social y a la construcción del espíritu crítico, otros se encuentran vinculados al romanticismo y tenderán a la construcción de ese ser que pregonan a partir de la adhesión a representaciones históricas emotivas (del tipo el habitante de la Tierra sin Mal).

Para este último fin, podemos observar -en los casos analizados- la presencia de relatos que no eliminan los conflictos y fijan límites para la interpretación de lo que se entiende como identidad compartida, generando a su vez desigualdades simbólicas que visibilizan sujetos y realidades. De ese tenor fue el acto emprendido como una cruzada casi mística por la Universidad Nacional de Misiones. Lo hizo en eso de desnaturalizar un relato naturalizado que hace pie en matrices culturales -al decir de Jesús Martín Barbero 16-.

Las nociones de discurso, identidad y representación social, junto con estrategias de

16 Cf MARTIN BARBERO, op. cit

rescate y prédica -que fueron los proyectos llevados adelante- nos permite observar la presencia de macrotemas o tópicos -que mencionamos previamente-. Tanto y tan así que reverberan en el presente en la necesidad de rescatar héroes y de refundar una épica. Hago especial alusión a la "heroización discursiva" y "monumentalística" de Andrés Guacurarí, Andresito, El Comandante Andresito, para Misiones, como materia corriente para estos tiempos contemporáneos.

Al respecto, vale la difusión de la figura histórica de Andresito encarada para el rescate – y puesta en valor simbólico y patrimonial- de la épica de Andrés Guacurarí- y realizada por la Junta de Estudios Históricos de Posadas. El texto que se transcribe completo a continuación y de autoría de la Dra María Angélica Amable da cuenta de esas intenciones a través de fundamentos de carácter histórico-políticos pero también identitarios. El mismo fue ampliamente difundido en medios locales en noviembre del 2013. En sus consideraciones centrales dice textualmente:

"Los miembros fundadores de la Junta de Estudios Históricos de Misiones, desde sus inicios procuraron rescatar del olvido la figura de Andresito; realizaron y publicaron importantes estudios e investigaciones sobre él.

Ya el 6 de junio de 1938 (antes de la fundación oficial de la Junta) el diario La Tarde publicaba en primera plana un artículo con la firma del Escribano Aníbal Cambas, titulado:

'LA REIVINDICACIÓN DE UN HÉROE

Andresito, el valiente defensor de los derechos misioneros.

Por qué los misioneros deben rendir homenaje de gratitud y de amor al Comandante General de Misiones, D. Andrés Guacurarí:

Primero: -Porque reincorporó al patrimonio nacional el Departamento de Candelaria (en el que se situaban los pueblos de Candelaria, Santa Ana, Loreto, San Ignacio y Corpus), que se encontraba en poder de Paraguay desde el año 1811 (tratado de Belgrano), esto mediante la Campaña del Paraná año 1815.

Segundo: -Porque organizó la defensa contra las aspiraciones de los portugueses, que después de apoderarse en 1801 de las Misiones Orientales, pretendían extender sus dominios hasta el Paraná, evitando la desmembración de la totalidad de la Provincia de Misiones, esto mediante las Campañas de Misiones de los años 1816 y 1819.

Tercero: -Porque al vencer al Capitán Vedoya en Saladas, reponer a Méndez en el Gobierno de Corrientes y ayudar con sus tropas a López de Santa Fe, afianzó el federalismo del litoral (incorporado actualmente a la vida nacional), esto mediante la Campaña de Corrientes de 1819-1819

Cuarto: -Porque fue el que dijo textualmente, que luchaba "por dejar a los pueblos en el pleno goce de sus derechos, esto es, para que cada pueblo se gobierne por sí", fundado en que "estos pueblos pertenecen a los naturales misioneros y a ellos corresponde el derecho de gobernarlos", esto en la Proclama y en la Instrucción a Chagas de 1816.

Quinto: -Porque fue por excelencia el héroe misionero, cristiano ferviente y sostenedor entusiasta de los ideales republicanos, que a través de su admirable trayectoria por el cielo del nordeste, señala a los hijos de esta tierra el camino de la lucha para la conquista de sus caras aspiraciones ciudadanas'

Muy tempranamente nació la idea de un monumento para rendirle homenaje. Por ello, en 1940 miembros de la Junta establecieron contacto con el renombrado escultor argentino Luis Perloti para que éste proyectara una escultura representativa de Andrés Guacurarí. A ese efecto le proporcionaron información histórica y etnográfica, con las que elaboró las maquetas del monumento (que la Junta espera poder exhibir en el nuevo edificio del Museo Regional Aníbal Cambas).

En 1943, impulsada por la Junta se constituyó, con prestigiosos vecinos, una comisión pro-monumento. Lamentablemente, El mismo no llegó a erigirse en Posadas. Aunque, con el modelo de las maquetas realizadas por Perloti, se levantó, décadas después, el monumento a Andresito en Garupá. En Posadas, en tanto, en 1969 se emplazó un busto de Guacurarí en una plazoleta, obra del escultor Juan Cayetano Pernigotti.

En los últimos días del año 2011, la Junta de Estudios Históricos de Misiones dio nuevo impulso al antiguo proyecto del monumento a Andresito. Para ello, el 19 de abril de 2012 convocó a una asamblea de todos los misioneros interesados, para considerar la posibilidad de erigirlo en Posadas, en la costa del río Paraná. Numeroso público asistió a esta reunión. Las autoridades provinciales supieron recoger esa inquietud y prontamente decidieron realizar la obra que hoy realiza la costanera.

El anhelo de los fundadores de la Junta está cumplido. Actualmente Andrés Guacurarí es reconocido como un gran defensor de la soberanía e integridad de Misiones. Se recuerda su adhesión a la causa federal liderada por Artigas que lo designó Comandante General de las Misiones. En este cargo realizó varias campañas para defender este territorio y recuperar los pueblos usurpados.

Así podemos decir que desde 1939 la Junta de Estudios Históricos de Misiones viene cumpliendo su tarea de investigar y difundir la historia, especialmente regional. Hoy, pronta a celebrar su 75º aniversario en 2014, renueva su compromiso de seguir haciendo historia.

María Angélica Amable

Secretaria de la Junta de Estudios Históricos de Misiones

Posadas, noviembre de 2013”

Este ejemplo recurre claramente a algunos macrotemas que resultan claves en la definición de la identidad local: la evocación de un pasado y un presente colectivos. Asimismo, sienta las bases para sostener otra mirada, vinculada a la idea de una cultura compartida que estaría, en este caso, asociada a la idea de un origen común.

Estas construcciones de identidad involucran también la construcción de los “otros”, en tanto diferentes. Al respecto, Arfuch¹⁷ sostiene -y la parafraseamos- que la identidad es entendida no como un conjunto de cualidades predeterminadas (como las de la raza, el color, el sexo, la clase, la cultura, la nacionalidad, etc. –sino que más bien refiere a una construcción nunca acabada, abierta a la temporalidad, a la contingencia, a una posicionalidad relacional solo temporariamente fijada en el juego de las diferencias. Así

17 ARFUCH, Leonor, op cit

aparece no fraguada sino sujeta a contingencias coyunturales que habilitarían modificaciones en un mismo sujeto social sin provocar distorsiones en su yo.

Esta noción de identidad habilitaría (a la manera de Jesús Martín Barbero) la reflexión sobre las raíces, sobre los arraigos (que tienen que ver con esa palabra –raíces-) y no con muros o murallas de separación entre nosotros. Tal como es posible advertir esta trama cultural que disputa identidades, símbolos, representaciones, discursos y prácticas encara modos de hacer. Gestiona y delimita desde ese acto proyectos con la densidad simbólica que quiere abordar.

Esa trama cultural entonces –que afirma matrices culturales¹⁸ que recupera con mayor o menor intensidad según aspectos coyunturales- desafía la significación de la noción de cultura, así como también cuestiona los marcos de referencia rígidos, de identidades nítidas, de arraigamientos profundos y de límites precisos. Ahí es, entonces, dónde opera la noción de cauce matricial propuesto por Jesús Martín Barbero, que no es otra que esa que habilita sentidos que miden no sólo efectos sino también eficacia simbólica, afectos.

Es por eso, desde esta perspectiva, que la relación entre cultura y comunicación es crucial, no se puede simplemente interrogar los efectos, ni las innovaciones tecnológicas (por ejemplo la mera aplicación del audiovisualismo en Misiones o la transpolación de tratados y referentes del Tetro Experimental en Posadas, etc) sin mirar el contexto, sin llenarlo de historia, de subjetividades que disputan sentidos y presencia.

Igualmente y con la misma intensidad recomienda Jesús Martín Barbero¹⁹ la necesidad de analizar (sin pretender hacer largos tratados de historia pero sí dando algunas pistas para pensarla) las diferentes formas de socialización con las que los sujetos enfrentan la heterogenidad simbólica del mundo y los tiempos que habitan. Se trata de tiempos y formas de hacer que disputan y gestionan materialidades tangibles e intangibles de un patrimonio siempre incompleto e inconcluso.

Resulta esencial, por ello, también examinar las transformaciones que atraviesan los modos y prácticas que experimentan la pertinencia a un territorio y las maneras de poner en relieve los diferentes escenarios en emergencia. De ahí, otra vez la importancia de la mirada histórica.

En ese sentido, las experiencias del teatro local, los trabajos y las propuestas en torno a la música de Las Misiones, las apuestas acerca de los modos de leer en la región -por citar algunos de los proyectos encarados por la Universidad Nacional de Misiones- nos habla de continuidades y discontinuidades, de emergencias y formas residuales -a la manera de las formulaciones de Raymond Williams²⁰- .

Hoy debemos examinar la apropiación y los usos que los productores y realizadores de los diferentes bienes culturales hacen cuando se encuentran en interacción con esos universos simbólicos. Estos actores son a la vez receptores y productores de una his-

18 MARTÍN BARBERO, op. cit

19 MARTÍN BARBERO, op cit

20 Cf. WILLIAMS, R. (1980) *Marxismo y literatura*. Barcelona .Península.

toria en la que indudablemente fueron fundamentales los delineados de los procesos formativos, educativos formales e informales para el estímulo y crecimiento de las tradiciones culturales. Por ejemplo, en la actualidad, la del legado de Andrés Guacurarí para los pueblos de Las Misiones y la mitología actual que lo rige en términos de derechos y libertades.

Estos aspectos vuelven doblemente valiosas las tareas de gestión cultural. Primero porque se trata de una experiencia concreta, contenida y recostada en proyectos insertos en contextos y territorios singulares, y, segundo porque desde esos lugares de enunciación sostiene valoraciones significativas para la cultura que define con ellos.

Dice Omar Rincón²¹ -siguiendo a Jesús Martín Barbero- que la apuesta sigue siendo cambiar el lugar de las preguntas, para recién entonces, hacer investigables los procesos de comunicación y las prácticas culturales desde las mediaciones y los sujetos. Plantea así que la gestión cultural conlleva la idea de comunicar, porque en esencia comunicar es comprender y producir sentidos públicos y conexiones sociales que se juegan entre tensiones de industria y cultura, entre lógicas de la producción y modos del consumo, entre ciudadanías y urbanías, entre espacialidades y temporalidades, entre tecnicidades y ritualidades, entre identidades y visualidades. De todo ese conjunto habla Jesús Martín Barbero²² cuando analiza los “procesos de comunicación y matrices de cultura” pero cuando también nos marca el recorrido clave “de los medios a las mediaciones”.

Este juego de diversos produce la mediación sin la cual los proyectos (que también lo son) no prosperarían más allá de sus nominaciones y poco o nada predicarían de sus alcances y logros dado -que no tendrían la necesaria y vital encarnadura social para ser realizados- caerían como conjuntos vacíos. Ésta se escribe, entonces, con la existencia de individuos y grupos sociales; es en la sociedad donde se reconocen los aspectos distintivos, los símbolos, los valores, las tradiciones y las manifestaciones culturales que existen, que todavía están, que empiezan a estar, que pugnan por estar y las que se postulan para estar porque están conformándose (y todavía necesitan tiempo).

Existirán siempre diversas visiones del término cultura, lo importante es tener en cuenta estas visiones que tienen un desarrollo a nivel local. Se ha señalado además que el concepto de cultura que impulse el actuar cultural es clave para los objetivos que dibuje una organización, institución o movimiento cultural. En la Secretaría General de Extensión Universitaria, la cultura estaba en el centro de una idea de desarrollo para la provincia y hacia eso apuntaban sus proyectos. Si se plantea la cultura (en términos de Barbero) como “unos modos de estar juntos” y por desarrollo se entiende “ampliación de posibilidades y opciones ofrecidas al ser humano”, analizar esas relaciones es estudiar cómo las diversas maneras de vivir afectan a la ampliación de las posibilidades humanas, cómo se influyen y cómo también se configura el poder.

21 Cf RINCON O. y OTROS (2010) *Tácticas y estrategias para contar*, Bogotá, Centro de Competencia en Comunicación para América Latina Friedrich Ebert Stiftung

22 Op Cit

Los organismos públicos²³ son, sin duda, agentes relevantes del medio cultural y de eso da cuenta la acción de la Universidad Nacional de Misiones cuando salió a disputarle poder y sentidos al monopólico Ruiz de Montoya. Unido a esto se puede advertir que la acción de proyectar, entonces, se inscribe en un espacio de formalización de la intervención o acción. Cosa que hizo desde la lógica de una “casi mística fundacional”²⁴ la UNaM. Desde ahí estableció marcos, definió la orientación de esa institución naciente -evidenciando acuerdos y elecciones y (cuestión para nada menor) apoyando la consolidación de esa organización en la medida que se convertía en experiencia para ella-. La Universidad Nacional de Misiones encaró parte de este trazado a través de su Secretaría General de Extensión Universitaria, por ese entonces llamada Secretaría General de Asuntos Sociales y Culturales de la UNaM

De Anclajes

Sabido es que en un proyecto se integran y concretan ciertos conceptos que lo representan, y esto es así porque un proyecto es un proceso de reflexión, de relación permanente entre teoría y práctica, pero lo es también de acción, de previsión y anticipación²⁵. No sólo resulta la formalización material de nuestras ideas, sino que también se constituye en un instrumento para la negociación, la participación y la cogestión; para organizar- en definitiva- la gestión y así conformar (en la medida que lo permita) la consolidación de trabajo en equipo.

También se sabe que todo proyecto tiene una dimensión temporal, un fin, una exigencia y, fundamentalmente, un proceso creativo, elemento fundamental para no perder de vista lo vislumbrado como fines. En campo constatamos que la UNaM (tanto en un análisis retrospectivo de tiempos primeros hasta en una mirada actual, develadora de qué ha pasado con sus proyectos, de cuáles fueron sus resultados) ha usado esas formulaciones como medios instrumentales para lograr su inserción en la región pero también para hacer andar a través de ellas una idea concreta de cultura. Formulaciones esas que incluyeron lo humano, lo patrimonial, lo artístico, lo vanguardista, lo tangible y lo intangible, y no hicieron de ellas fines en sí mismas-pura inmanencia proyectual- sino más bien rutas de circulación cultural.

Ya habíamos referido (en párrafos anteriores y en informes anteriores) que esos proyectos iniciales tuvieron un fuerte empuje después del advenimiento de la democracia en el país. No obstante lo cual, es pertinente advertir que las demarcaciones iniciales -a la manera de senderos- tuvieron su origen en simultáneo a la temporalidad de la fundación de la Universidad Nacional de Misiones. Podría decirse siguiendo la metáfora usada del camino, que de senderos y/o picadas -como gusta referirse por acá a esos

23 Cf. GARCÍA CANCLINI, op cit

24 Son fragmentos textuales de Rodolfo Capaccio que forman parte de los testimonios extraídos en campo.

25 GARCÍA CANCLINI, op cit

trazos poco concurridos al principio- pasaron a ser caminos más anchos y a la actualidad hasta se los podría vislumbrar como rutas (debido a la profusión de andantes, a la circulación que tienen y a la claridad de su trazado en el campo de la cultura y la gestión cultural).

De esos cauces hemos seleccionado algunos, ya les dimos –arbitrariamente- un orden y dijimos que abordaríamos a los proyectos relacionados con los Talleres Libres de Arte, no porque no existieran otros, sino porque el trabajo de campo nos habilitó ese recorte. Sabemos que como toda investigación ésta no se agota en estas formulaciones. De hecho quedan pistas muy firmes para seguir, las que indudablemente continuarán abonando el campo de la gestión cultural en esta zona y que serán motivo de futuros abordajes.

A continuación describiremos brevemente esos proyectos.

Dice un testimonio obtenido en campo: “periódicamente, y de acuerdo a un plan llamado Presencia Universitaria, la Secretaría de Extensión Universitaria Extensión, llamada en esa época, Secretaría General de Asuntos Sociales y Culturales de la UNaM organizaba acciones culturales. La finalidad era mantener estrechos los vínculos con las Unidades Académicas del interior -que tenía la UNaM- y de una manera general contribuir al afianzamiento constante de la Universidad Nacional de Misiones en la región nordeste”²⁶.

Como manifiesto de una clara intencionalidad de gestión, de acción comunicativa, pero también de “de llegada”, de presencia y visibilidad de la Universidad Nacional de Misiones a la provincia toda, y de difusión de sus intencionalidades formativas y educativas para con la región, la Secretaría General de Extensión Universitaria dispuso de un móvil para los desplazamientos requeridos en los proyectos sustantivos que había definido. El testimonio recogido en campo da cuenta de este hecho: “ el recurso más evidente era un camión Mercedes Benz 1114, -donación de Papel Misionero a la UnaM- equipado con un grupo electrógeno y que contenía en su caja carrozada de aluminio equipos de sonido, bandejas pasadiscos, reflectores, etc. Un arsenal tecnológico más dispuesto para una fiesta nocturna que para realizar acciones educativas, pero un importante recurso al fin”²⁷

Era esa la única “unidad móvil” de la Universidad Nacional de Misiones y se desplazaba por las zonas más apartadas de la provincia “en cumplimiento de un plan cultural que tenía como destinatarios a la escuela primaria y la comunidad”²⁸. Los relatos de esa acción permiten recordar detalles: dan cuenta de que estaba (el móvil) siempre a cargo de un equipo docente y que las acciones desplegadas habían sido acordadas previamente en un plan propuesto anualmente para su aprobación.

En algunos casos esa planificación pivotó sobre emplazamientos de los proyectos

26 Se trata de testimonios del Lic Rodolfo Capaccio obtenidos durante nuestro trabajo de campo (2011-2012)

27 Ibid.

28 Ibid.

de escuelas rurales del Ministerio de Bienestar Social y Educación, agrupados por ese entonces en el plan EMER. Ahí llevó a cabo proyecciones de películas y audiovisuales elaborados por la Secretaría de Extensión Universitaria.

“La peculiar topografía de la provincia, con sus serranías boscosas, surcadas por cientos de arroyos, acentuaba el aislamiento de muchas escuelas ubicadas especialmente en la llamada Área de Frontera. En esas zonas la alta densidad de población convertía a la escuela primaria en un importantísimo factor de dinamización social, al cumplir no sólo la tarea docente sino también al extenderse en una constante acción comunitaria” 29. Expresiones como la anterior, no sólo describen sino que precisan un diagnóstico con respecto a los discontinuos flujos comunicativos, a los “modos de ser y estar juntos” y al trazado de lo que – siguiendo a Jesús Martín Barbero³⁰- se define como “ecosistemas comunicativos” que indudablemente fijan huellas matriciales de mucha significación para la cultura.

Al decir del testimonio referido “contribuía a acentuar el aislamiento, el hecho de que la zona de frontera no estaba (y aún no lo está) lo suficientemente cubierta por los medios de comunicación masiva, tanto provinciales como nacionales, pero sí expuesta, de manera continua, a las emisiones radiales y televisivas de los países limítrofes”³¹.

El siguiente listado – de sólo visitas realizadas durante 1982 y facilitado durante el trabajo de campo por Sodá y Capaccio - fue extraído de un anuario que era publicado por la Secretaría General de Extensión Universitaria al finalizar el ciclo lectivo. Dice al respecto:

“12-26 de Marzo : Viaje al Dpto de 25 de Mayo y zonas rurales aledañas. Acción conjunta con la Unidad Ejecutora Provincial del Proyecto EMER y la participación de una docente de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales.

Total de escuelas visitadas: 16

17-19 de Mayo: Viaje al Dpto de Oberá y zonas rurales aledañas. Acción conjunta, con la Asociación Mutual Gral. San Martín de Villa Bonita.

Total de escuelas visitadas: 11

23-27 de Agosto: Viaje a El Soberbio y zona de influencia. Acción conjunta con la Unidad Ejecutora Provincial del Proyecto EMER.

Total de escuelas visitadas: 9

4- 8 de Octubre: Viaje a los distritos Nº 5 y Nº 6 Río Victoria - San Vicente- . Ruta 14.

Acción conjunta con la Unidad Ejecutora del Proyecto EMER.

Total de escuelas visitadas: 9

15-19 de Noviembre: Viaje al Dpto de 25 de Mayo y zonas rurales aledañas. Acción conjunta con la Unidad Ejecutora Provincial del Proyecto EMER y la participación de una docente de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales.

Total de Escuelas visitadas: 16

29 Se trata de testimonios obtenidos en campo y corresponde a expresiones de la Lic María Nilda Sodá
30 Cf MARTÍN BARBERO, Op cit.

31 Ibid nota 26

Al término de los viajes llevados a cabo en 1982, el total de público asistente a las proyecciones realizadas suma: 5.352 personas” 32.

Para ese contexto de “especiales modos de estar juntos” se habilitaron proyectos, desde la llamada Secretaría de Asuntos Sociales y Culturales – más tarde llamada de Extensión-. Estos proyectos tenían la intención de convocar, a la vez formar “a una ciudadanía que venía –desde el sistema educativo-cultural- recibiendo los sonidos y ecos de una sola campana pero que sabía que en la vida cotidiana existían otros”33. Hacia esos desarrollos y sus propuestas conduciremos las siguientes páginas.

Estos proyectos (“relacionados con una idea de arte como expresión inclusiva –y no excluyente- de la cultura, no como elite sino como expresión de la vida de los pueblos”34-) dieron origen a un área de desempeño específico de la Secretaría de Extensión de la Universidad Nacional de Misiones. El área que aglutinó ese proyecto de Talleres Libres de Arte fue inicialmente llamada como Área de Educación Permanente y Asistencia Técnica. Tenía la idea de receptar todas las propuestas que en torno a áreas clásicas, definidas por el arte, se estaban manifestando y/o pugnaban por salir a flote en la ciudad de Posadas. En ese sentido se apostaba tanto a lo tradicional como a lo novedoso, y estos Talleres Libres de Arte y de Gestión Cultural fueron un cauce que permitió otras disputas simbólicas y de gestión. De gestión cultural pero también de sentidos, para con la ciudad, la educación, la provincia, la actualidad.

Tal como decíamos en párrafos anteriores, La SGEU devino así en un lugar estratégico para desarrollar políticas culturales que tuvieran que ver con la generación de proyectos y programas para la promoción cultural, la difusión, la capacitación y la información para articular los conocimientos que la universidad genera y las necesidades concretas de la población de Posadas. Se constituyó desde un principio en un espacio muy productivo, que llevó adelante “verdaderos mecenazgos artísticos”, “mecenazgos públicos”. Contribuyó muchísimo a afirmar –local y nacionalmente- a referentes culturales y a proyectos (los Kossa Nostra, el Coro Universitario, el TEUNAM, los Talleres de Arte libre, por citar algunos). Sostuvo así, la SGEU, una pseudo-forma de centro de producción cultural, muy referido en la comunidad de Posadas por generaciones medias. Fue un lugar que marcaba –y marca- cierto prestigio de pertenencia, que modulaba – y modula- a la vez ciertas ideas de libertad, pero que también privilegiaba –privilegia- ciertas visiones de enfoques teóricos y saberes por los que se deslizaban conceptos y acciones de una forma de cultura (y de hacerla, y de mostrarla y de vivirla). Conceptos, diagnósticos y acciones. Gestión y gestores A veces, daba –da- idea “refinada de cultura”, por ejemplo en el plano

32 Extraído del Anuario 1982 de la Secretaría de Extensión de la UNaM, págs 11 y 12. Se trata de un documento obtenido durante el trabajo de campo y que corresponde a archivos privados, dado que a la fecha no obra ningún ejemplar disponible en la actual sede de la Secretaría General de Extensión de la UNaM.

33 Ibid nota 29

34 Se trata de Testimonios recogidos y sistematizados por la Becaria Auxiliar de este proyecto María Elena Canoniero, durante todo el 2011 (Cf. Informe de Avance, SlyP-UNaM, 2012)

de la música a fomentar, practicar, desarrollar: clásica, de repertorio, de formas corales fijas, etc. Otras jugaba-juega- con la contratara de lo refinado: apostaba a cierto influjo – definido por esos primeros pasos- como “lo under que estaba siendo impulsado por los que no sentían la centralidad de este campo y abrían propuestas desde una posición más bien de vanguardia, tal el caso de José Cáceres y su propuesta teatral de Teatro Experimental . Estas propuestas coexistían (y todavía lo hacen- con otras modulaciones más románticas que trataban de recuperar “formas esenciales del ser auténtico”, del tipo “las representaciones de la tierra sin mal, la recuperación de la voz de los Mbyá”.

El circuito productivo planteado (y los testimonios de campo lo reafirman) era más bien de índole artesanal (incluso las primeras impresiones de la modesta propuesta editorial de la Universidad permiten advertir estas marcas en los Anuarios consultados). Artesanal en sus inicios y vocacional en sus permanencias dentro de acciones propuestas por la UNaM (y profesional en algunas importantes continuidades por fuera del espacio universitario). En todos los casos, las presentaciones y prestaciones de la universidad siempre fueron gratuitas.

Sin dudas, en todo este trabajo de la Universidad Nacional de Misiones – que merece la sistematización que aquí intentamos -y que constituye, con seguridad, sólo una parte- , hay un ethos especial pero también una configuración de poiesis particular que subyace y o emerge en los actuales proyectos que gestionan la cultura en estos territorios. Bien lo dijimos -en páginas anteriores- se trata de derroteros y hacia ellos hemos dirigido la mirada en estos intentos.

Referências

- AMABLE María. A; DOHMANN Karina; ROJAS Liliana. **Historia de la Provincia de Misiones**. Posadas, Montoya: 2008.
- ARFUCH, Leonor. **Pensar este tiempo**. Buenos Aires, Paidós: 2005.
- BRUNNER, José J. **América Latina: Cultura y Modernidad**. México, Grijalbo: 1992.
- CHARADEAUX, Patrick; MAINGUENEAUX, Dominique. **Diccionario de Análisis del Discurso**. Madrid, Amorrortu: 2005.
- DELGADO, Nora. **Estereotipos de una mediación poética**. Posadas, Montoya: 2007.
- CANCLINI, Néstor G. **“Los paradigmas políticos de la acción cultural” en Políticas culturales en América Latina**. México, Grijalbo: 1987.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Procesos de Comunicación y matrices de cultura**. México, GG-FELEFACS: 1987.
- REGUILLO Rossana. **Memoria, performatividad y castástrofe**. México, ITESO: 2005.



MÍDIA LOCAL NO ESPAÇO FRONTEIRIÇO: A INTEGRAÇÃO A PARTIR DAS 'LEITURAS' DO CONTEXTO¹

Karla M. Müller

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Vera L.S. Raddatz

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Ivan Bomfim

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Tiago C. Martins

Universidade Federal do Pampa

Introdução

As reflexões aqui trazidas dizem respeito aos contextos e aos movimentos realizados nos espaços de fronteiras nacionais e reforçados pela mídia local para que ela se configure como sujeito do lugar. Nossos estudos sobre mídia e fronteira iniciaram há cerca de quinze anos, e embora tenhamos avançado no que se refere ao entendimento do fenômeno, muito ainda precisa ser avaliado. A dinamicidade do ambiente, o surgimento de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e as ações realizadas pelos sujeitos fronteiriços no que se refere a apropriações de ferramentas para tornarem-se incluídos (na região, no país e no mundo), justificam a análise do contexto sócio-histórico e da doxa como elementos importantes para verificar como se processa a participação da mídia local na construção e manutenção da cultura e da identidade de fronteira.

O estudo baseia-se no aporte teórico-metodológico sugerido por J. B. Thompson, denominado de *Hermenêutica de Profundidade* (1995), ampliando em proposições como as desenvolvidas por Eduardo A. Vizer (2011) e em teóricos que dirigem suas reflexões para cultura, identidade, práticas socioculturais, por um lado; e para os meios de comunicação, por outro.

No ciclo atual da pesquisa, constituem-se objetos de estudo sites e portais de jornais e informativos, produzidos em regiões de divisa do território brasileiro com países platinos, facilmente acessados via internet. São eles: o jornal *A Platéia*, o *Diário da Fronteira*, a *Folha Portal/ Folha Barrense* e *A Gazeta do Iguazu/ Gazetinha*. O recorte espacial considera a fronteira do Brasil com os vizinhos Uruguai, Argentina e Paraguai, em quatro pontos de contato: Santana do Livramento (Rivera/ UY); Barra do Quaraí (Bella Unión/

1 Artigo baseado em paper apresentado no IV Seminário Internacional América Platina: "UNASUR: Naciones, etnicidades y fronteras en redefinición"- Eixo temático: Procesos de integración transfronterizos: posibilidades y limitaciones. Realizado em Buenos Aires, UBA/ Novembro/ 2012.

UY e Monte Caseros/ AR); Uruguaiana (Paso de Los Libres/ AR); e Foz do Iguazu (Puerto Iguazu/ AR e Ciudad del Este/PY).

Embora nestas regiões haja a peculiaridade de serem fronteiras bi ou tri-nacionais, e todas as quatro representarem ligações do Brasil com seus vizinhos do sul, há especificidades que devem ser consideradas e que refletem diretamente nos movimentos realizados pelos habitantes do lugar e 'seguidos' pelas instituições ali localizadas, dentre elas a mídia fronteiriça.

Hoje, a divulgação dos acontecimentos e das práticas socioculturais levadas em curso pelos moradores do lugar não ficam mais restritas aos 'leitores' locais. Com o advento da internet e a apropriação de suas ferramentas pelas empresas de comunicação ou por qualquer um que tenha acesso à tecnologia e domine seus usos, os principais fatos que ocorrem nos espaços fronteiriços são levados, via WEB, para qualquer parte do mundo. Por isso, torna-se fundamental observar quais as principais características de cada uma dessas regiões para que, a partir da análise dos dados, possamos compreender a inserção da mídia como agente local nestes espaços. Para que as organizações midiáticas (pertencentes a grupos de veículos de comunicação ou instituições de pequeno porte) sejam reconhecidas como integradas na comunidade precisam 'falar a mesma linguagem' do homem do lugar. Ao acionarem elementos constitutivos do ambiente, as organizações reforçam práticas, fortalecendo as marcas culturais e identitárias ali existentes. São movimentos fundamentais para que os meios de comunicação locais tornem-se efetivamente agentes fronteiriços. A mídia da fronteira necessita entender, incorporar e participar desta dinâmica de modo ativo, tornando-se cúmplice e partícipe das conquistas alcançadas pelos fronteiriços no sentido de propiciar avanços no processo de integração dos países ligados por fronteiras vivas, harmônicas, conurbadas e semi-conurbadas, como é o caso das aqui tratadas.

Contextos Fronteiriços

Por mais que possam ser consideradas linhas imaginárias ou traçados simbólicos, as fronteiras nacionais devem ser tratadas como marcos, pois "a zona fronteiriça é real e depende das relações sociais em diferentes tempos históricos." (GOLIN, 2002, p. 14). Por isso, para entendê-las é fundamental verificar as oscilações sofridas no tempo por estes espaços e vivenciadas pelos povos que os habitam e que, embora abstraiam a questão política do limite, sofrem influência de seus reflexos na vida cotidiana, como é o caso da formação das fronteiras que contornam o sul do território brasileiro.

A demarcação das fronteiras brasileiras sofreu diversas modificações desde o período pré-descobrimto e depois colonial, reflexo das discussões territoriais entre Portugal e Espanha e depois entre Brasil e seus vizinhos do Prata. Os documentos retratam acordos firmados em diferentes épocas e denominados de tratados ou convenções. Estes acompanharam os movimentos de colonização, povoamento e delimitação do território brasileiro com seus vizinhos do sul da América Latina. Vale lembrar que o primeiro acordo, denominado Tratado de Tordesilhas (1494), dividiu o mundo em dois hemisférios por

meio de uma linha imaginária que tinha como referência a ilha de Cabo Verde: “As terras descobertas a oeste desta linha pertenceriam à Espanha; as que se situassem a leste da linha caberiam a Portugal” (FAUSTO, 2002, p. 17). Na época, não era possível prever com exatidão esta demarcação, o que provocava controvérsias.

No Tratado de Madri, datado de 1750, Portugal renunciou à Colônia de Sacramento (ponto oeste uruguaio, localizado às margens do Rio da Prata, defronte a Buenos Aires, capital argentina) e em troca recebeu uma área na margem esquerda do rio Uruguai, o Território das Sete Missões, habitado por índios e jesuítas. Este foi anulado em 1761 e no ano de 1777, os dois países assinaram o Tratado de Santo Ildefonso, que restituiu as Sete Missões aos espanhóis. Em 1851 é assinado o Tratado de Limites entre Brasil e a República Oriental do Uruguai, focado em questões ligadas à aliança, extradição, prestação de socorro financeiro e comércio-navegação (GOLIN, 2002). Em 1909 Brasil e Uruguai assinam um tratado definindo a linha demarcatória que passa pela Lagoa Mirim, desde o Arroio São Miguel (no Uruguai) até o rio Jaguarão (no Brasil), ratificado na Convenção de Limites (1913).

A região de fronteira tinha importância crucial para o governo central, na medida em que suas populações garantiam a ocupação e a conservação dos limites do território nacional. Hoje, por vivermos em momentos pacíficos com os ‘hermanos’, as dificuldades não são mais desta ordem, embora a soberania nacional, em certa medida, continua tendo relação direta com a manutenção do espaço territorial estabelecido.

Para fortalecer a integração dos países do sul da América Latina, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, firmaram em 1991 o Tratado de Assunção, que criou oficialmente o Mercado Comum do Sul (Mercosul) (Tratado de Asunción, 1991), cuja consolidação ocorreu em 1994, com a constituição do Mercosul em Personalidade Jurídica de Direito Internacional (Protocolo de Ouro Preto, 1994). Países como Bolívia, Chile, Equador, Peru e Venezuela passaram a se configurar como Estados Associados ao Bloco (Mercosul – Portal Oficial, 2012). Diversos acordos, protocolos e convênios têm sido firmados, na busca de superar dificuldades entre os países envolvidos, principalmente de ordem econômica. Mesmo assim, os atritos são inevitáveis, como os impasses surgidos em 2012, por conta de acontecimentos políticos ocorridos no Paraguai, momento de tensão entre os países membros.

A preocupação de que se não houvesse um esforço coletivo o Mercosul não atenderia as demandas sociais vem desde a época de sua criação. Kunzler e Maciel, (1995, p. 273) afirmam que a “consciência Mercosul é a única capaz de manter o processo com vínculos aos anseios sociais” e enfatizam que “caso contrário poderá ocorrer somente a integração de capitais com acesso à tecnologia”.

Para driblar as dificuldades emergentes, o Ministério da Integração Nacional criou o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira que se aplica para todo o Brasil. Ele visa combater a desigualdade e o abandono das áreas fronteiriças brasileiras, buscando o desenvolvimento da estrutura física, econômica e social da região, com foco nas suas potencialidades, seja na relação com os países vizinhos ou nos recursos naturais disponíveis (Ministério da Integração Nacional, 2012).

Desenvolvimento e Integração Regional

A realização de projetos entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai demonstra uma relação histórica e pontual que associa política, economia e integração. Percebe-se que o contexto fronteiriço está diretamente articulado ao contexto político e econômico estabelecido entre os países envolvidos. A construção de usinas hidrelétricas, tubulação de gasodutos, pontes sobre rios divisórios são exemplos desta associação.

O momento da construção do Bloco representou um dos marcos da integração e consolidação do Mercosul. Como já destacamos anteriormente, o tratado de integração que representou este projeto está pautado numa visão econômica. No entanto, vale dizer, incorre sobre uma formação territorial fronteiriça pré-existente um de contexto econômico, social e cultural. Para Patarra (2000) a integração e a globalização econômica e a abertura de mercados provocou uma migração intra-regional com formas mais dinâmicas e expressivas nas sub-regiões latino-americanas onde se verifica a formação de blocos econômicos: "Nessas regiões, os processos de integração econômica articulam-se, incrementando intercâmbios econômicos e movimentos populacionais" (PATARRA, 2000, p. 5).

Assim, vale frisar que além dos contextos sócio-culturais serem pré-existentes destaca-se a ocorrência de formas viáveis e diversas de vida nos territórios fronteiriços que foram potencializadas pela integração atual, formando redes de interação mais densas do que outrora. Como exemplo dessa peculiaridade, na perspectiva atual embasada historicamente, tem-se a análise da política do governo brasileiro às regiões de fronteira. A proposta do desenvolvimento de fronteiras criou regionalizações específicas para a compreensão dos problemas econômicos do Brasil com os demais países da América Latina. No que tange ao Rio Grande do Sul, especialmente, há dois cortes territoriais na perspectiva da fronteira: "Vales Coloniais Sulinos" e a "Fronteira da Metade Sul do Rio Grande do Sul". Essas duas regionalizações formam a sub-região "Arco Sul" na fronteira com o Uruguai, Argentina e Paraguai. Segundo Machado (2005) essa sub-região contempla as áreas com maior influência socioeconômica e cultural européia, com fronteiras mais permeáveis e interação mais intensa com os países vizinhos: "É o espaço mais afetado pela dinâmica de intercâmbios e deslocamentos transfronteiriços, (...) é também o Arco Sul que concentra o maior número de cidades-gêmeas, muitas em fronteira seca, outras já articuladas por pontes" (MACHADO, 2005, p. 15).

Podemos afirmar que os pontos de contato entre os países envolvidos vivem de perto (ou sofrem) os reflexos das determinações dos governos centrais. Neste sentido, os habitantes dos espaços fronteiriços nas regiões aqui delimitadas dizem que 'o Mercosul começou na fronteira'. E em certa medida não estão errados, porque nestas regiões circulam em torno de três moedas no comércio local - entre elas o peso (argentino ou uruguaio), ou guarani, ou boliviano, o real e o dólar americano. Por peculiaridades como esta e outras tantas ligadas à cultura, esporte, educação etc., torna-se importante observar características de cada um dos contextos considerados, para entendermos as realidades fronteiriças brasileiras.

Santana do Livramento – Rivera²

Criado em 1857, o município de Santana do Livramento conta hoje com uma área de 6.950,4 km². A população de Santana do Livramento vem decrescendo: em 2000 a população estimada era de 90.849 habitantes; em 2007, de 83.479 habitantes; e o último dado divulgado (Censo de 2010) aponta a população total em 82.464 habitantes. (Fundação de Economia e Estatística, 2012B). A vizinha Rivera, elevada da condição de vila à categoria de cidade em 1912, desde 1884 é capital do Departamento de Rivera (LAVIN, s/d). De acordo com o censo de 2004, o município possui uma população total de 104.921 habitantes (Instituto Nacional de Estadística, 2012).

A economia da região é baseada na agropecuária de médias e grandes produtoras de carne, lã e arroz. Mas esse tipo de produção não agrega muito valor aos produtos e conta com uma lenta incorporação de recursos tecnológicos. As grandes áreas de baixa densidade demográfica em Livramento e Rivera são uma das razões para que esse tipo de atividade seja predominante. Além disso, o mercado consumidor é restrito, devido à desigualdade social e concentração de renda.

Rivera tem sua economia baseada no comércio, muito por causa das políticas de Free Shops implantados na área, das facilidades de crédito e exoneração de impostos oferecidos pelo governo uruguaio. Essa política de Free Shops pode ser apontada como uma das maiores razões para o enfraquecimento e decorrente desvalorização do comércio em Livramento. Os preços mais baixos e a desvalorização da moeda uruguaia frente à moeda brasileira acabam seduzindo os consumidores brasileiros, que deixam de comprar no comércio de Livramento para aproveitar as vantagens em Rivera. Esse sistema acaba favorecendo, de certa forma, o contrabando de mercadorias pela fronteira.

Há políticas de cooperação atualmente nessa região conurbada. Uma das propostas é a de reativação do Ramal Ferroviário Brasil-Uruguaí. A ferrovia binacional possibilitaria o escoamento da produção, a exportação de produtos do Uruguai pelo porto de Rio Grande, assim como de produtos brasileiros pelo porto de Montevideú. A ferrovia seria alternativa para as rodovias, e voltou a ser discutida em 2010. A cooperação binacional promovida pode ser verificada na Nova Agenda para a Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço, que firmou acordos entre Brasil e Uruguai abordando questões ligadas à saúde, tecnologia, meio ambiente entre outras. Essa agenda foi a formalização do que já vinha acontecendo na região de Livramento e Rivera há algum tempo (Ministério das Relações Exteriores Brasileiro, 2012).

2 Contribuíram com a coleta de dados as alunas de graduação da disciplina Laboratório de Pesquisa/ 2012-1/ Departamento de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação/ UFRGS, Gabriela Antunes da Silva e Luíse S. de Mendonça Enick.

Barra do Quaraí – Bella Unión – Monte Caseros³

Se olharmos o mapa do Brasil, fazendo um recorte no estado do Rio Grande do Sul, percebemos que Barra do Quaraí é o município situado na extremidade oeste do limite do território nacional e ao mesmo tempo, o ponto mais ocidental do estado gaúcho. O município possui a forma triangular, pois se configura numa península fluvial, confluência dos rios Quaraí, através do qual faz divisa com o Uruguai, e o rio Uruguai, ponto de divisa com a Argentina. No sudoeste da confluência destes rios está a Ilha Brasileira, espaço de 200 hectares que já foi ponto de litígio entre Brasil e Uruguai (GOLIN, 2002).

É um município novo, já que sua emancipação data de 1995, com a instalação do governo local em 1997. Possui a área territorial de 1.056,1 km² e conta com uma população de 4.031 habitantes (Fundação de Economia e Estatística, 2012A). Por meio da Ponte Internacional Rio Quaraí, os moradores de Barra do Quaraí se comunicam com Bella Unión, cidade uruguaia, o que aquece o comércio local de ambos os lados. A passagem dos brasileiros para Monte Caseros, na Argentina, é realizada mais facilmente via território uruguaio e a transposição do rio Uruguai ocorre através de balsa.

No início dos anos 1900 a região contava com um importante abatedouro – Saladeiro Barra do Quaraí – que aproveitava a produção agropecuária próspera na época para comercializá-la nos mercados nacional e estrangeiro. Com o surgimento de frigoríficos mais modernos na fronteira oeste, o empreendimento foi perdendo força, até ser extinto. Embora hoje a agropecuária não seja tão forte, ainda é a base da economia local (Prefeitura Municipal de Barra do Quaraí, 2012), resquícios da época jesuítica que trouxe o pastoreio e a criação de gado para a região missioneira.

A vizinha uruguaia, Bella Unión, foi fundada em 1829 com o nome de Santa Rosa del Cuareim, mas devido aos conflitos na região, refundada em 1853, mas só elevada à categoria de cidade em 1963, com o nome atual. Segundo o censo de 2004, a população da época era estimada em pouco mais que treze mil habitantes (Turismo en Uruguay, 2012). A economia local está baseada na agricultura, mas no início do primeiro semestre de 2012 iniciou o funcionamento de free shops na cidade. Este acontecimento criou um atrativo a mais na região, culminando com o aumento da incidência de brasileiros e argentinos para a cidade em busca de mercadorias importadas, aquecendo o comércio local.

Defronte a Bella Unión, na outra margem do Rio Uruguai, encontra-se a sede do município argentino de Monte Caseros. Segundo o Portal Turístico Provincial (2012), a localidade foi fundada há mais de 200 anos, refundada em 1854, registrando sua terceira fundação em 1855, com a denominação que conhecemos atualmente. De acordo com

³ Contribuíram com a coleta de dados os alunos de graduação da disciplina Laboratório de Pesquisa/ 2012-1/ Departamento de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação/ UFRGS, Thamiriz Rocha Amado e Vitor Vecchi de Oliveira.

dados do Censo de 2010, a população do município é de 36.338 habitantes (Instituto Nacional de Estadística y Censos, 2012). Conforme o site Gobierno Local (2012), Monte Caseros “integra un punto de triple frontera con dos ciudades de Brasil y Uruguay, hecho que impulsa la actividad comercial y turística”.

Uruguiana – Paso de Los Libres⁴

A cidade de Uruguiana é considerada o maior porto seco da América Latina, pois por ali transitam um número considerável de caminhões com mercadorias brasileiras em direção a diversos países latino-americanos, responsável por cerca de 80% da exportação nacional (Prefeitura Municipal de Uruguiana, 2012). Isto justifica o movimento intenso no posto aduaneiro do município o que não se reflete necessariamente na ampliação do número de visitantes ou trabalhadores do ramo de transporte de cargas rodoviárias na cidade.

O município foi criado em 1843 e emancipado em 1846, sua área é de 5.715,8 km² e conta com 125.784 habitantes, de acordo com os últimos levantamentos (Fundação de Economia e Estatística, 2012C). Uruguiana é a maior porta de entrada de turistas no Estado, provenientes dos países do Prata, entre eles argentinos, chilenos e paraguaios. O logotipo da Ponte Internacional Brasil – Argentina, Ponte Agustino Justo, que liga as fronteiras dos dois países, marco histórico entre as cidades de Uruguiana e Paso de Los Libres, é considerado símbolo do município brasileiro. Na letra de seu Hino consta sua posição fronteiriça, cuja honra é “Ser sentinela do nosso Brasil” (Prefeitura Municipal de Uruguiana, 2012).

A cidade de Paso de Los Libres é capital do Departamento homônimo e sua sede fica de frente para a brasileira Uruguiana. De acordo com o Censo realizado na Argentina, a população de Libres, como também é chamada, compõe-se por 48.642 habitantes (Instituto Nacional de Estadística y Censos, 2012). Possui famosos balneários na região e a pesca nos rios Miriñay e Uruguay atrai amadores deste esporte, provenientes do Brasil, Uruguai e Argentina todos os anos (Gobierno Local, 2012).

Foz do Iguaçu – Puerto Iguazu – Ciudad del Este⁵

Nas fronteiras do Brasil com a Argentina e o Paraguai, no ano de 1914 foi criada a Vila Iguassu. Quatro anos depois (em 1918), na condição de município, passa a denominar-se Foz do Iguaçu. Segundo o IBGE (2012), na estimativa feita em 2011, Foz do Iguaçu

4 Contribuíram com a coleta de dados as alunas de graduação da disciplina Laboratório de Pesquisa/ 2012-1/ Departamento de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação/ UFRGS, Gisele Lins Santana e Taís de Oliveira.

5 Contribuiu com a coleta de dados a aluna de graduação da disciplina Laboratório de Pesquisa/ 2012-1/ Departamento de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação/ UFRGS, Patrícia Corrêa Marrone.

contava com 255.900 habitantes, em quanto Ciudad del Este, 387.538 habitantes e Puerto Iguazú apenas 28.000. Porém esses números variam bastante pelo fluxo e trocas da população para os países vizinhos.

Puerto Iguazú ou simplesmente Iguazú foi pontal da colonização de Misiones no princípio do século XX. Hoje é um dos municípios mais importantes desta província, destacado centro turístico. A região também foi palco das reduções jesuíticas, cujas ruínas representam um forte atrativo histórico e arquitetônico. A comunicação com a vizinha Foz do Iguazu no Brasil é realizada através da Ponte Internacional Tancredo Neves, a partir da qual se pode cruzar para a cidade paraguaia de Ciudad del Este (Ministério de Turismo de Misiones, 2012). A região, considerada território internacional pela Unesco em 1984 (LUOGO, O'MAILEY, PASCHBY, 2007) e patrimônio da Humanidade em 1986 (Brasil, 2008), abriga dois parques importantes: o Parque Iguazu, do lado brasileiro e o Parque Iguazú, no território argentino, também facilmente acessíveis pelo lado paraguaio.

Segundo a Secretaria Nacional de Turismo do Paraguai, Ciudad del Este está localizada a 333 km de Assunção. É a capital de Alto Paraná. Cidade jovem de rápido crescimento localizada no setor de influencia das 'três fronteiras' (Argentina, Brasil e Paraguai). Foi fundada em fevereiro de 1957." (Senatur, 2012). O município possui intenso tráfego e comércio fronteiro através da Ponte da Amizade e é considerado um grande centro de turismo de compras, com muitas lojas que oferecem infinita variedade de artigos importados, um dos maiores atrativos da região da Tríplice Fronteira. Além das belezas naturais e do destino turístico com o foco nas compras de produtos importados, a cidade brasileira abriga a maior hidrelétrica do mundo. A Itaipu Binacional, cuja construção teve início em 1970, hoje supre Brasil e Paraguai com energia elétrica, atendendo 17% da energia do mercado brasileiro e 23% da demanda do mercado paraguaio (Itaipu Binacional, 2012).

A cultura na Tríplice Fronteira é bastante mesclada, por exemplo, do lado brasileiro, onde a colonização do local foi tardia (WACHOWICZ, 1977), por isso as características da cultura argentina são fortes. Tendo em vista que o trânsito entre as cidades é relativamente 'livre', segundo Souza (2009), a região é destacada no âmbito das relações internacionais e nas mesclas expressas nos costumes, ritos, ritmos e valores desses povos. Porém, o livre trânsito entre as três cidades tem consequências desfavoráveis, exemplo disto é quando a política dos países entra em confronto e os problemas que estão no meio daquela sociedade ficam sobre responsabilidade de 'ninguém'. Exemplo disso são os problemas com o narcotráfico e a violência local, pois se fica difícil estabelecer uma lei única para vigorar entre dois países, mais delicado ainda é o caso de trípliques fronteiras.

Vida Cotidiana nas Fronteiras Nacionais

Até aqui traçamos um panorama geral sobre a constituição dos espaços fronteiros. Dos quatro pontos destacados, apenas um não possui zona de free shops (Uruguiana – Libres). Estes quatro pontos de contato do Brasil com os países vizinhos não possuem muitas indústrias e sua base econômica está ligada à atividade agropastoril, voltada para a criação de gado e à agricultura, e também ao comércio. Grande parte do povoamento tem influência dos índios que habitavam estas áreas, e da formação jesuítica, cujas mar-

cas são visíveis ainda hoje na arquitetura e artefatos encontrados na região.

A natureza exuberante também atrai visitantes do mundo todo, especialmente as Cataratas do Iguazu. O turismo, comercial ou com apelo na natureza e na herança deixada pelos povos que ali estiveram presentes, recebe destaque dos governos locais, regional e nacional. Apesar das ligações fraternas entre os fronteiriços, como a Fronteira da Paz, ou da denominação de espaços comuns como a Ponte da Amizade, muitos foram os embates e conflitos que ocorreram, inclusive com derramamento de sangue, dentre eles a Guerra do Paraguai (LUNKES, 2005).

A coexistência entre diferentes grupos nas fronteiras nacionais incorre em um processo de contínuo contato entre culturas distintas. A mera classificação baseada na identidade nacional (como brasileiros e argentinos) encontra-se muito distante de abarcar toda a complexidade social, cultural e histórica desses locais. Se inicialmente pensamos em um ambiente assemelhado a uma espécie de “barreira”, no qual há uma separação, tal conceito deve ser revisto em prol de uma visão de um espaço de interação e tensão, no qual culturas próprias emergem, fazendo-se presentes na vida cotidiana das pessoas a partir de diversos aspectos (MÜLLER et al, 2011).

Dessa forma, é importante destacar que a vivência cotidiana nesses lugares de transição – a partir da consideração de fatores nacionais – expõe características bastante distintas daquelas que encontramos em outras partes do território circunscrito aos limites de um país (consideremos, em nosso trabalho, o Estado Brasileiro como exemplo primaz). Há uma latente diferenciação entre as questões políticas, definidas a partir da consideração das fronteiras internacionais, e as questões socioculturais, que não se ajustam às linhas divisórias traçadas historicamente.

A ontologização das identidades nacionais, observada a partir da tipificação de grupos humanos como brasileiros, uruguaios, argentinos ou paraguaios escamoteia uma vasta gama social e cultural a partir da representação nacional. Esta, como sustenta Hobsbawm (2011), constitui-se a partir da junção de diversos condicionantes simbólicos, investidos tanto materialmente (como bandeiras, brasões, monumentos) quanto psicologicamente (ideia de formarem um grupo comum, com uma unicidade baseada em etnia, religião, língua, vontade política etc). Ao final, a ligação entre seres humanos para o erigir de uma nacionalidade é sempre um acordo, raramente mediado por uma vasta camada da população, mas assumido como fator de destaque da construção da personalidade na contemporaneidade.

A definição da experiência humana, partindo do pressuposto das identificações nacionais, mostra-se contraditória. Não obstante, seu sucesso na vida cotidiana das sociedades mundiais é, de fato, um indicativo que os indivíduos buscam juntar-se em coletividades, com estas enraizadas em diferentes motivações. O que é essencial sopesar aqui é a integração da qual os seres humanos participam, tanto voluntária quanto involuntariamente. A conformação de grupos a partir da “prática” de identidades nacionais é efetivada em processos de socialização primária e secundária, numa realidade construída por meio de hábitos e costumes integrados à rotina das populações, segundo Berger e Luckmann (2004). É configurada uma situação social com base na tradição (objetivação).

Estes autores evidenciam três pressupostos que identificam o chamado “mundo so-

cial”: a sociedade é um produto humano; a sociedade é uma realidade objetiva; o homem é um produto social (BERGER; LUCKMANN, 2004). Para que haja um enraizamento dessas construções sociais é substantiva a sustentação de uma lógica das instituições (essencial que haja coerência para responder à curiosidade humana): uma estrutura de linguagem (pois o processamento da comunicação resulta em universos de significação compartilhados entre indivíduos diferentes), regras de conduta e controle (que adequam os seres humanos às lógicas instituídas) e sanções (para a punição dos que forem contra o constituído socialmente).

Dentre os aspectos dispostos pelos autores, um que se faz de grande importância em nossa investigação é o da linguagem, que possibilita a implementação da socialização. Para Vizer (2011, p. 56), ela estrutura “uma ordem de sentido dentro da qual nos movimentamos, falamos, pensamos e tomamos decisões. Produz-se um processo instituinte, um processo de instituição de um universo do ‘real social ontológico’”. Em acordo, Berger e Luckmann (2004) notam que a linguagem usada no dia a dia tem a capacidade de prover os homens com contínuas (e indispensáveis) objetivações, estabelecendo as coordenadas da vida em sociedade e preenchendo a existência com objetos já significados.

Sendo que a vida cotidiana é aquela que se impõe à percepção primária dos indivíduos, constituindo o “topos” a partir do qual eles interpretarão a realidade – e, decisivamente, participarão do seu processo de construção social –, é necessário compreender como se institui esse estabelecimento de horizonte compreensivo. Entre os fundamentos da vida cotidiana, são decisivas as objetivações dos processos e significados subjetivos, a partir dos quais se constituirão os mundos intersubjetivos denominados como senso comum. Como defende Geertz (2008), o senso comum é um sistema simbólico, que implica em sua relevância para a definição das estruturas da realidade. Como a consciência se dá sempre em relação a algo, não sendo “neutra” (BERGER; LUCKMANN, 2004), a produção de sentido dá-se a partir de eventos situacionais.

Aqui percebemos uma das principais temáticas a serem tratadas quando nos referimos à vida cotidiana nas fronteiras: o estabelecimento de uma intersubjetividade que não respeita os limites políticos definidos pela figura do Estado. Nestes espaços, indivíduos interagem criando e utilizando códigos socioculturais próprios, entendendo-se a partir de simbólicas em comum e constituindo um senso comum híbrido, distando de forma clara das “esferas de realidade” de outras regiões localizadas dentro do espectro estatal. A esfera de realidade primária para os seres humanos é aquela que recobre seu espaço-temporal direto, observável e sensível; sabendo que há outras esferas, o indivíduo pode realizar um movimento de ida a estas, na qual buscará informações e as traduzirá dentro de sua própria esfera para compreendê-las, como observam Berger e Luckmann (2004).

A esfera de realidade primária dos moradores das fronteiras apresenta “objetividades” e “subjetividades” muito diversas das do resto dos habitantes do país: em primeiro lugar, porque a mescla de indivíduos cujo repertório sócio-histórico amparado em conceitos ligados à identidade nacional não é a mesma poderia criar uma situação de puro confronto entre versões diferentes de socializações primárias e secundárias; contudo,

esta situação não pode ser definida *a priori*, e parece haver fronteiras onde há uma maior celebração de um passado em comum do que em uma disputa de verdades históricas.

O teórico Hobsbawm (2011) sustenta que, historicamente, a definição de nacionalidades nunca excluiu vieses multilinguais, multiétnicos ou mesmo o agrupamento de pessoas com trajetórias históricas em comum. O dia a dia fronteiriço acaba por se configurar como um exemplo dessa situação, visto que, tanto de um lado quanto de outro do limite nacional, convivem indivíduos investidos de diversas nacionalidades. Não apenas aquelas que são “límitrofes”, como no exemplo de Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY), onde brasileiros e uruguaios formaram um espaço social, cultural, histórico e econômico que difere do resto de suas unidades estatais, mas mesmo de imigrantes palestinos, libaneses, chineses, etc. A um grupo social nacionalmente “híbrido” que se constituiu durante centenas de anos, somam-se influências de povos e culturas muito distantes. Em maior ou menor número, numa situação que, obviamente, é dependente tanto do tamanho das colônias quanto do tempo em que estas se encontram nesses espaços, atuando em contato com os grupos previamente estabelecidos, os novos habitantes acabam influenciando a constituição multicultural dessas zonas de transição.

Este “outro”, nacionalmente distinto, mas cultural e socialmente próximo, participa, em maior ou menor escala, de uma intersubjetividade única. A partir desta, o acervo social do conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 2004), estabelecido acerca de temáticas em comum, experienciadas pelos diversos grupos que habitam essas regiões, distancia-se sobremaneira do senso comum de outras localidades: enquanto no Rio de Janeiro, por exemplo, o argentino poderá ser reconhecido a partir de estereótipos referentes a temas como disputas futebolísticas ou personagens políticos (o velho arquétipo populista), no espaço fronteiriço os referenciais serão estabelecidos a partir do uso de uma linguagem que mistura palavras dos idiomas espanhol e português, expressando relações familiares, conexões históricas, interações econômicas. Aquele que, de outra forma, seria percebido como um inimigo em potencial apenas por ser identificado a uma identidade nacional diferente, na transição entre os dois Estados, pode ser apenas o vizinho ao lado, um parente, um amigo, com quem se divide o “consumo do mate” ou “assa um churrasco” em conjunto.

Notamos, seguindo Geertz (2008), que as culturas são dinâmicas e relacionais, derivando na conformação de uma miríade de significados da fronteira: não completamente “nacionais”, mas também longe de serem “estrangeiros”. A intersubjetividade, caracterizada pela partilha de significados em comum entre os diversos grupos, não obedece a fronteiras nacionais, determinações étnicas ou mesmo uma só língua, tendo no comum acordo sobre pressupostos sociais entre os grupos que ali vivem sua forma de organização ampla. Regras não escritas, mas interiorizadas.

O pragmatismo do conhecimento cotidiano pode ser expresso justamente pela situação de instituição de um espaço multicultural, multiétnico e, de certa forma, multinacional. As diferenças, que não são negadas, servem à amálgama do “ser fronteiriço”, que só pode ser considerado um indivíduo de identidade “transnacional”, se acreditarmos em identidades nacionais ontologicamente definidas. Neste movimento, reduzimos a representatividade da cultura da fronteira, e assumimos a posição de considerar arranjos

culturais de origem “pura” - como se estes fossem realmente possíveis.

Destacamos que toda a constituição de um espaço sociocultural próprio das áreas de fronteira resulta em diferentes formas de consumo de bens simbólicos, visto que estes dependem de um exercício hermenêutico realizado a partir de universos simbólicos representados pelas diferentes culturas. Assim, trazemos à baila o debate sobre os processos de apropriações de marcas do contexto fronteiriço pelas empresas midiáticas locais.

Apropriações de Marcas Fronteiriças Pela Mídia Local

O levantamento do material aqui analisado foi iniciado em março e concluído (temporariamente, para elaboração deste artigo) em maio de 2012. Durante as segundas-feiras foram realizados acessos a sites, blogs e portais dos jornais fronteiriços: A Platéia (Santana do Livramento), Folha Portal/Barrense (Barra do Quaraí), Diário da Fronteira (Uruguaiana) e A Gazeta do Iguazu/ Gazetinha (Foz do Iguazu). As marcas buscadas nos textos eram as que tinham relação direta com o fenômeno fronteiras e o sujeito fronteiriço. Com o devido embasamento teórico-metodológico, foi montado um quadro de referência, no qual o material foi inserido e analisado para chegarmos às constatações preliminares do estudo que, embora consista no quarto ciclo investigativo sobre mídia e fronteira, corresponde aos primeiros olhares desta etapa.

O que trazemos neste artigo corresponde ao levantamento sócio-histórico das regiões consideradas áreas de aplicação do estudo e que, segundo Thompson (1995), fazem parte da metodologia interpretativa dos movimentos e dos produtos da mídia. Mesmo não sendo o foco do trabalho, são discutidas também questões ligadas à tecnologia, à produção de material para ser disponibilizado na internet, formas de acesso e troca de informações entre produção e recepção, ou seja, os elementos que compõem o processo comunicacional midiático.

O jornal A Platéia (www.jornalaplataia.com) mostrou-se o mais acessível para coleta de notícias referentes à fronteira. Sua estrutura explora bem as ferramentas tecnológicas e o texto jornalístico representa a preocupação do veículo em ser profissional, embora traga marcas de uma mídia produzida no interior, que enfrenta limitações como difícil acesso a material e pouca formação técnica de seus trabalhadores. Diferentes assuntos são trazidos nas reportagens do jornal: cultura, comércio, política, segurança pública etc. Com frequência, o enfoque dado pelo periódico destaca o espaço fronteiriço, considerando seus habitantes (brasileiros e uruguaios), muitas vezes tratados como membros de uma mesma comunidade, com realização de ações conjuntas. Em muitos momentos, o jornal enfatiza a integração entre o povo fronteiriço e a ocupação dos ‘espaços comuns’ - como o Parque Internacional - por moradores de ambos os lados da linha de divisa, cujos marcos físicos podem ser vistos do Parque. Da mesma forma, não é raro o periódico tratar o comércio local com destaque para os free shops e os produtos neles comercializados e a incidência de turistas à região devido à existência dessas lojas. Por movimentar a comunidade, o Carnaval e eventos literários, de modo geral, recebem destaque em A Platéia. Com relação ao controle com o tráfico de drogas, armas e roubo de

gado e carros, e crimes em geral, o jornal dá espaço considerável e não nega que estas ações trazem bons resultados quando acionadas pelas autoridades de ambos os lados. Cabe destacar a existência de um caderno em espanhol neste periódico, redigido em língua espanhola, cuja prática foi trazida da versão impressa deste jornal.

A Folha Portal/Barrense (www.barradoquarai.net) - possui um site mais antigo que não é atualizado periodicamente: as datas são confusas e as próprias notícias são difíceis de serem encontradas. Funciona como um repositório de informações sobre a região, com destaque para questões sobre meio ambiente, segurança pública e marcos históricos do município; pouco se vê sobre eventos culturais, mas no material sobre os fazeres e dizeres do homem do lugar fica evidente que muitas dos elementos que fazem parte do cotidiano daquelas comunidades, como a relação direta com os rios e a natureza, é compartilhada pelos habitantes das 'Três Fronteiras'. A presença do exército na região também é amplamente tratada, mas não por o espaço ser área de Segurança Nacional, o que se verifica é a integração destes homens às ações da comunidade.

O Diário da Fronteira (diariodafrenteira.blogspot.com.br) é atualizado e possui conteúdos informativos com notícias sobre o espaço fronteiriço. Entretanto, os responsáveis pela sua atualização retiraram da WEB as edições mais antigas do periódico, ou seja, atualmente só é possível acessar material veiculado nos meses de junho e julho. Se esta sistemática é recorrente, em breve o material produzido nestes meses também não estará mais disponível para o internauta. Temas ligados à cultura, segurança e comércio na região são abordados pelo veículo. Percebe-se também neste periódico que a abordagem é de estimular ações conjuntas entre os agentes de ambos os lados. Por se tratar de um blog, os textos são curtos e há chamadas para conferir a reportagem na íntegra na versão impressa do jornal. Matérias sobre o distanciamento do município com relação aos centros de poder decisório e o tratamento da região como corredor de passagem para veículos transportadores de carga para os demais países da América Latina estão presentes nos textos. Estas questões são evidenciadas na situação da economia local, baseada na agricultura e no mercado consumidor local que ora beneficia os brasileiros, ora os argentinos, dependendo da oscilação cambial. Vale destacar que nem sempre os temas que dependem da articulação conjunta são tratados claramente, muitas vezes o veículo deixa nas entrelinhas que existe um outro – no caso o cidadão argentino - que também participa dos acontecimentos locais.

A Gazeta do Iguaçu (<http://www.gazeta.inf.br/>), ou Gazetinha, como se denomina, é outro veículo que dá destaque ao meio ambiente, considerando as belezas naturais proporcionadas pelas Cataratas do Iguaçu e as reservas ecológicas da região. Não é negligente em dar espaço para questões ligadas à segurança pública e ao contrabando enfatizando a presença de aduanas na região fronteiriça. Evidencia os aspectos culturais, muito ricos em regiões que abrigam povos de distintas nacionalidades; emprega com frequência a expressão Três Fronteiras e traz também em seus textos considerações a respeito do espaço como área internacional. Eventos culturais e educacionais envolvendo as três cidades – Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este – recebem destaque e são valorizados como iniciativas de aproximação e integração. Trata questões envolvendo outros países, como a Bolívia – de internacional, ou seja, não pertencente ao 'gru-

po'. Chama para o local, o privilégio de possuir diferenciais que o torna uma fronteira única. Embora ainda existam rivalidades latentes, resquícios do passado ou até mesmo resultantes de tensões atuais, não estão no periódico, preferindo valorizar os pontos que unem os habitantes e as instituições da região fronteira.

Ao ler um jornal de fronteira percebem-se diferenças em determinados assuntos. Por ser um jornal local, produzido em cidades pequenas, vemos relatos e reportagens feitas em cima de acontecimentos festivos ou governamentais em "pseudo-colunas" sociais. Uma visita ou um aniversário tornam-se notícia.

Ao tratar da fronteira, vemos títulos ou notícias inteiras que falam dela ou que simplesmente fazem uma menção à condição geopolítica. Verifica-se que na escrita ou na forma de relato a palavra fronteira é empregada como algo comum, mas de importância. Ou seja, há a naturalização do fenômeno (THOMPSON, 1995).

Identificamos que 'ser da fronteira' constitui-se num elemento identitário local e isto pode ser constatado no uso de expressões como 'o fronteiro', 'na fronteira' vinculadas a distintas propostas. Por um lado, há uma aproximação entre os moradores da região, sejam eles brasileiros ou cidadãos do país vizinho; por outro, a presença de outro(s) país(es) ao lado, fica evidente, estabelecendo a distinção e as referências aos países, seus habitantes, e aos acontecimentos na fronteira demonstram isso.

Essa duplicidade de pertencimento – ser fronteiro e brasileiro ou uruguaio, ou argentino ou paraguaio - forja a identidade social destas pessoas. Muitas vezes ouve-se a frase "Eu sou da fronteira" e imagina-se que isso leva a uma referência quanto à região de procedência, de localização, mas é mais que isso, é um indicativo de identidade, de pertencimento ao grupo, e os veículos de comunicação apontam e reforçam esta constatação.

Foi possível verificar, a partir dos acessos realizados, que nas reportagens analisadas a palavra fronteira traz um sentido de unidade e reconhecimento às pessoas que habitam aqueles espaços geográficos. São do lugar e, embora de diferente nacionalidade, não são estrangeiros, o forasteiro é aquele que não habita a região, que está de passagem.

Há uma série de códigos que dizem respeito aos sujeitos. Por meio da linguagem, marcas da região compõem os discursos do homem e das instituições pertencentes ao local, reforçando elementos da cultura e da identidade fronteira. Os veículos de comunicação tornam-se cúmplices ao tratar a fronteira como algo próprio e conhecido de quem é do lugar.

Considerações

A cultura e a identidade fronteira transcendem os espaços geográficos para se reproduzirem como marcas de povos que compartilham manifestações presentes em um determinado contexto histórico e social. Ali sobrevivem tanto as marcas de um passado, quanto o movimento do presente, numa espécie de exercícios culturais que se estabelecem na contínua vivência do cotidiano. São um conjunto de sentimentos e lutas que permeiam esse comportamento tão característico, que independe de Governos, e

se constrói pelos nós da história que os habitantes das fronteiras vão desenrolando no decorrer do tempo.

A caracterização destes espaços como internacional é uma constante na vida destes fronteiriços. Do mesmo modo, estas marcas estão reforçadas também nas construções definidas pelo homem como o Parque Internacional, em Livramento – Rivera ou a Ponte Internacional em Uruguaiana – Libres, e Itaipu Binacional, localizada em Foz do Iguazu – Puerto Iguazú. Mas mesmo que estes municípios estejam dispostos lado a lado, de modo conurbado ou semi-conurbado, o reconhecimento da importância dos envolvidos nem sempre é claro. Em muitos momentos, percebe-se na fala dos moradores destes lugares a negação de que a existência de um lado auxilia no fortalecimento e sustentação do outro. Porém, o que parece ser mais forte é o desejo da integração no lugar de qualquer intriga do passado.

Os meios de comunicação são o principal mecanismo de articulação das ideias do lugar e o reflexo das vivências dos habitantes da fronteira, que a partir do advento da WEB, podem compreender-se como sujeitos do mundo, e menos isolados, porque as práticas culturais se estendem pela rede e sua cultura difunde-se em bits. Porém ainda há uma fragilidade dos sites e portais no trato das notícias da região.

Pela conjuntura histórica, no que competem às práticas econômicas, políticas e culturais, aliada à perspectiva contemporânea de uma interação potencializada pelos novos dispositivos midiáticos, o território de fronteira se dinamiza em integração por meio de contextos de interações mediadas. Os sites e os portais, ainda que meio tímidos, pelo que trouxemos do estudo neste texto, podem se fortalecer e quem sabe estimular novas formas de integração entre os sujeitos, propiciando até o desenvolvimento de outro olhar sobre a fronteira.

Constata-se que há diferenças do contexto sócio-histórico das regiões fronteiriças aqui tratadas, reflexos de sua formação e sustentação, no que tange ao espaço geográfico, aos países envolvidos, as línguas e moedas que circulam na região, às práticas sócio-culturais dos grupos que ali se encontram, por isso a importância de (re)conhecê-los e (re)interpretar a mídia e seus textos. Neste sentido, podemos afirmar que o cotidiano da vida na fronteira solicita movimentos de integração, o que é realizado pelos habitantes e entidades locais. E, neste aspecto, os meios de comunicação local, realizando práticas e estratégias próprias de seu funcionamento, reforçam e destacam acontecimentos desta ordem, incorporando-se à cultura do lugar, apresentando manifestações identitárias muito próprias.

Referências

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento**. Lisboa: Dinalivro, 2004. Brasil: guia visual Folha de São Paulo. São Paulo: Publifolha, 2008.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 48. p. 178-213. Rio de Janeiro: IBRI, 2005.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EdUSP, 2002.

Fundação de Economia e Estatística. 2012A. Disponível em: <www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao.php>. Acesso em 21 de maio de 2012.

Fundação de Economia e Estatística. 2012B. Disponível em: <www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Barra+do+Quara%ED> Acesso em 05 de julho de 2012.

Fundação de Economia e Estatística. 2012C. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Uruguiana>. Acesso em 05 de julho de 2012

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINESTA, Jacques. **El Mercosur y su contexto regional e internacional**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.

Gobierno Local. 2012. Disponível em: <<http://www.gobiernolocal.gob.ar>>. Acesso em 11 de julho de 2012.

GOLIN, Tau. **A fronteira**. Vol. 1. Porto Alegre: L&PM, 2002.

HOBBSAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

Instituto Brasileiro de Economia e Estatística. 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 21/05/2012.

Instituto Nacional de Estadística. 2012. (Acesso em 03 de junho de 2012). Disponível em: <http://www.ine.gub.uy/>

Instituto Nacional de Estadística y Censos. 2012. (INDEC). Disponível em: <www.censo2010.indec.gov.ar/CuadrosDefinitivos/P2-D_18_112.pdf>. Acesso em 09 de julho de 2012.

Itaipu Binacional. **Relatório Anual 2011**. Disponível em: <www.itaipu.gov.br/sites/default/files/RelatorioAnual-%202011.pdf>. Acesso em 11 de julho de 2012

JACKS, Nilda A.; MACHADO, Marcia B.; MÜLLER, Karça M. **Hermanos pero no mucho**: el periodismo narra la paradoja de la fraternidad y rivalidad entre Brasil y Argentina. Buenos Aires: La Crujía, 2004.

KUNZLER, Jacob P.; MACIEL, Carlos. **Mercosul e o mercado internacional**. Porto Alegre: Ortiz, 1995.

LAVIN, José P. **Calles de Rivera**. Rivera: Intendência Municipal de Rivera, s/d.

LUNKES, Gisela. **Missal Tem Muito Futuro Neste Passado**. Marechal Candido Rondon: Editora Germânica, 2005.

LUOGO, Michael; CHARLEI, O'Mailey; CHRISTIE, Paschby. **Frommer's Argentina**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2009.

MACHADO, Lia Osório. **Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento regional na Faixa de Fronteira do Brasil. Seminário Preparatório – 3ª Conferência Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação**. Brasília, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

Ministério da Integração Nacional. **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. 2012. Disponível em: <www.mi.gov.br/programas/programasregionais/fronteira.asp?area=spr_fronteira>. Acesso em 04 de junho de 2012.

Ministério das Relações Exteriores. 2012. Atos assinados por ocasião da visita da Presidenta Dilma Rousseff ao Uruguai – Montevideu, 30 de maio de 2011. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/sala-de-im>

[prensa/notas-a-imprensa/atos-assinados-por-ocasio-da-visita-da-presidenta-dilma-rousseff-ao-uruguay-montevideo-30-de-maio-de-2011](#)>. Acesso em 04 de junho de 2012.

Ministério de Turismo de Misiones. 2012. Disponível em: www.turismo.misiones.gov.ar. Acesso em 09 de julho de 2012.

MERCOSUL – Portal Oficial. 2012. Disponível em: <www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/es/faqs.html#1>. Acesso em 05 de julho de 2012.

MÜLLER, Karla; GERZDON, Vera; RADDATZ, Vera; BOMFIM, Ivan; PRADO, Nathália. **Práticas Socioculturais Fronteiriças no jornal A Platéia: do local ao global**. In: Revista Intexto (UFRGS. Online), V. 1, p. 73-88, 2011.

PATARRA, Neide. Migrações internacionais e integração econômica o cone sul: notas para discussão. Chile: **Centro Latinoamericano e Caribeño de Demografia** – CELADE/CEPAL, 2000. Disponível em: <www.eclac.cl/Celade/proyectos/migracion/Patarra.doc>. Acesso em 08 de jul. 2012.

Portal Turístico Provincial. 2012. Disponível em: www.corrientes.com.ar/montecaseros/historia.html. Acesso em 09 de julho de 2012.

Prefeitura Municipal de Barra do Quaraí. 2012. Disponível em: www.barradoquarai.rs.gov.br/PDF/historia.pdf. Acesso em 06 de julho de 2012.

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. 2012. Disponível em: <www.pmf.pr.gov.br/Portal/VisualizaObj.aspx?IDObj=12845>. Acesso em 05 de julho de 2012.

Prefeitura Municipal de Uruguaiana. 2012. Disponível em: www.uruguaiana.rs.gov.br/>. Acesso em 11 de julho de 2012.

Protocolo de Ouro Preto. 1994. Disponível em: <www.mercosur.int/innovaportal/file/721/1/cmc_1994_protocolo_ouro_preto_es.pdf>. Acesso em 05 de julho de 2012.

SENATUR. **Secretaria Nacional de Turismo do Paraguai**. 2012. Disponível em: <www.senatur.gov.py/>. Acesso em 11 de julho de 2012.

SOARES, Marcelo. **Televisão fronteiriça: TV e telejornalismo na fronteira Brasil e Paraguai**. Campo Grande: EdUFMS, 2011.

SOUZA, Edson B. C. de. **Tríplice Fronteira: fluxos da região Oeste do Paraná com o Paraguai e Argentina**. V. 3, nº. 1, Ponta Grossa: Terr@Plural, 2009.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

Tratado de Asunción. 1991. Disponível em: http://www.mercosur.int/innovaportal/file/719/1/CMC_1991_TRATADO_ES_Asuncion.pdf. Acesso em 05 de julho de 2012.

Turismo en Uruguay, 2012. Disponível em: <www.turismoenuruguay.com.uy/>. Acesso em 09 de julho de 2012.

VIZER, Eduardo A. 2011. **A trama (in)visível da vida social: comunicação, sentido e realidade**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.



PATRIMÔNIO E GÊNERO EM JAGUARÃO/RS: UM ESTUDO DE CASO NA FRONTEIRA BRASIL/URUGUAI

Hilda Jaqueline de Fraga
Universidade Federal do Pampa

Introdução

Este artigo trata de um estudo de caso contemplando o repertório patrimonial da cidade Jaguarão/RS, localizada na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, atualmente tombada pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Nacional. A partir do enfoque de gênero, propõe a análise do processo de patrimonialização em curso na cidade e das iniciativas voltadas à preservação e o reconhecimento dos bens culturais locais, mediante cartografias patrimoniais, centradas no repertório patrimonial da zona histórica. Tem como objetivos tencionar as apropriações dos patrimônios androcêntricas legitimadoras de representações sociais hegemônicas produzidas/reproduzidas nas intervenções com e através dos bens culturais e instituições de memória da cidade. Pretende-se, contribuir para a produção de aportes que considerem o tema patrimônio e gênero como questão essencial para a consecução de políticas públicas de gestão patrimonial em Cidades Históricas.

Para a explanação pretendida, o texto está organizado em duas partes. Num primeiro momento, discorre sobre desafios específicos colocados pelas políticas de valorização e preservação dos centros históricos atuais situando a cidade – campo; conta-se com as contribuições de pesquisas recentes sobre patrimônio e gênero. Em seguida, apresentam-se os percursos investigativos e metodológicos do estudo de caso, e, algumas conclusões levantadas sobre os patrimônios e os lugares de memória cartografados.

Jaguarão, Cidade Heróica? Aportes e reflexões iniciais...

De acordo com estudiosos da área patrimonial (SIMÃO, 2001, p.102) a preocupação com a valorização do passado e as suas referências, presentes em diferentes territórios da cidade têm sido retomados com maior intensidade na atualidade pelas ações políticas locais e nacionais. Pode-se inferir, que dentre os fatores que corroboram para isto, está o entendimento cada vez maior por parte das políticas patrimoniais da necessidade de estratégias de reconhecimento e preservação das estruturas arquitetônicas, sítios e monumentos considerados de valor histórico para os habitantes das cidades.

Embora sejam fundamentais a toda e qualquer política neste âmbito, é também um consenso entre os profissionais e estudiosos envolvidos direta ou indiretamente com o tema, que somente estas medidas, não são suficientes para garantir a aquisição de uma

consciência histórica indispensável ao desenvolvimento e a inclusão social das coletividades urbanas.

Em se tratando do Brasil, programas governamentais¹ na interlocução com os Estados e as municipalidades, têm somado esforços no sentido de incluir em suas agendas algumas diretrizes, com o propósito de salientar o lugar e a responsabilidade dos poderes públicos locais e das instituições de memória, na elaboração e execução de iniciativas com vistas à sensibilização dos diversos setores da sociedade civil MINC (2009) para a importância dos registros do passado, desde que tomados em sua diversidade cultural.

Essas prerrogativas ao mesmo tempo em que expressam as tentativas de reformulação das dinâmicas e modelos de intervenções pregressas nesse campo, ligados a uma política afinada à conservação e reprodução de uma História e Memória Oficial pautada em mitos fundadores de um passado épico e glorioso, hodiernamente, abrem espaço para a incorporação de outras problemáticas ao rol das políticas preservacionistas. Cabe ressaltar, as interessadas em aprofundar debates que dizem respeito às ordens éticas e simbólicas produzidas pelos processos e práticas de patrimonialização nas cidades, buscando analisar as suas implicações na produção de parcialidades históricas, quando se tratam de memórias e experiências de grupos sociais historicamente invisibilizados na história local e/ou nacional.

Uma reflexão nesses termos remete, portanto, a alguns dos embates inerentes ao mundo político da gestão patrimonial nas cidades. No presente estudo, trata-se mais precisamente, os que correspondem aos usos dos patrimônios e dos lugares de memória na legitimação das desigualdades sociais, invisibilidades e reproduções consensuais e/ou estereotipadas sobre as participações masculinas e femininas na história da cidade de Jaguarão.

A proposta subentende reconhecer que os novos contornos assumidos pela categoria patrimônio necessitam abarcar demandas sociais a ela vinculadas, exigindo a ruptura com os paradigmas clássicos preservacionistas (PELEGRINI, 2010. p. 237) diante de temáticas emergentes anunciadas em Encontros Nacionais e Internacionais, nos quais os estudos sobre o patrimônio associam-se às reivindicações de movimentos sociais pelo direito à memória.

O contexto explicitado nos sugere a pensar o compromisso das políticas de preservação em Cidades Históricas com a equidade social, em se tratando das questões de gênero, sob pena de continuarmos advogando em prol de uma tradição patrimonialista baseada em princípios e concepções que contribuíram para a omissão das contradições e dos simulacros que envolvem a questão no dia a dia das cidades.

Esses elementos dificilmente identificáveis à compreensão e à interpretação de maioria dos moradores convertem as cidades, em espaços de experimentações sensíveis dispostas a indagar e questionar a organização e a revitalização das memórias coletivas promovidas pela esfera pública, afim de que possam servir para a solução das

1 Monumenta e o Programa de Aceleração de Crescimento das Cidades Históricas - PAC Cidades Históricas: patrimônio, desenvolvimento e cidadania.

inquietações colocadas por sujeitos concretos no presente.

Diante do exposto, nos dispomos a constituir um estudo de caso procurando investigar como essas demandas atravessam a zona histórica da cidade de Jaguarão, nas mediações preconizadas por agentes culturais locais, numa cidade onde a História e a Memória Oficial atuam de modo a ritualizar constantemente o mito fundador Jaguarão: Cidade Heróica, pautado em torno da “bravura” dos “filhos da terra”.

Cabe destacar as influências nesse estudo, das pesquisas e programas com esta interface realizadas por pesquisadoras da América Latina, a exemplo de Winter (2014) em *Exaltación de la Cruz*,² na Argentina, que problematiza a escassa representação das mulheres no patrimônio histórico e turístico e o Plano Educativo de Torres³ e Corpas⁴ (2015) levado a cabo em Bogotá/Colômbia visando a reconstrução da memória histórica e das lutas independentistas nesse país pelo viés de gênero.

Os entrelaçamentos dessas experimentações com o campo de pesquisa – a cidade de Jaguarão- suscitam miradas interdisciplinares sobre antigos e novos temas de pesquisa, além de questionar os percursos investigativos usados para justificar a “suposta” ausência e/ou a “pouca representação” das mulheres na história e no patrimônio, destituindo-as como sujeitos de direito e produtoras culturais.

Sobre esse ponto em particular, Winter (2010) afirma em seus estudos que um esforço analítico atento os arrolamentos entre gênero e os processos de patrimonialização das cidades, é condição indispensável para a desconstrução de práticas hegemônicas patrimoniais produtoras de invisibilidades femininas na história. Vale salientar além desse aspecto, a sua contribuição para a reflexão em torno das representações femininas e masculinas naturalizadas por meio dos patrimônios, produtoras de desigualdades de gênero.

Isso significa avaliar com rigor o quanto a retórica da ausência das mulheres na história e nos patrimônios locais, contribui para a “... inequidad social al reproducir un discurso hegemónico construido por culturas particulares , ou seja, ... una representación ... reduccionista, estereotipada y marginal de la mujer...”(WINTER, 2010, p. 02), no que diz respeito a construção dos patrimônios.

Tais aporções indicam que os patrimônios precisam ser tomados enquanto gêneros de discursos (GONÇALVES, 2007, p.141-142) ou ainda como discursos “autorizados” (SMITH, 2006 *apud* WINTER, 2014, p. 546) isto é, como enunciados de construção de identidades e memórias que tem na patrimonialização e suas práticas um dos seus mecanismos eficazes de atuação. Em se tratando do patrimônio e gênero, a provocação colocada é a de construir aportes que explicitem as formas pelas quais a prevalência masculina nas políticas patrimoniais se ritualiza, segundo Winter (2010, p.04) para “... conformar y legitimar narrativas de inclusión o exclusión para configurar y representar la identidad de una comunidad y localidad...”

2 Município do noroeste da província de Buenos Aires, Argentina.

3 Historiadora e Coordenadora da Equipe de Gênero, da Secretaria de Educação da cidade de Bogotá/Colômbia responsável pelo Plano Educativo de Transversalização para a Igualdade de Gênero.

4 Assessora da Equipe de Gênero, da Secretaria de Educação da cidade de Bogotá/Colômbia.

No caso específico de Jaguarão, as operações desses discursos autorizados sustentam-se no principal mito fundador da História e da Memória local que antecede o título recém obtido de Cidade Histórica. Estamos nos referindo à designação anterior de “Cidade Heroica”, alcançada devido à memorável resistência aos “blancos” na Invasão Uruguaia de 27 de janeiro de 1865, comandada pelo brilhante “estrategista militar” Coronel Manuel Pereira Vargas lembrada constantemente. A atuação do mito se presentifica em vários lugares da cidade na constante evocação do caráter “destemido” de seus moradores em tempos idos, oferecendo (CHAUÍ, 2000, p.112), uma espécie de elo interno com um passado como origem; potencializando-se de maneira perene no presente ao ponto de impedir diferenciações temporais e a compreensão de como o mesmo opera na produção de uma versão parcial do passado, e que conseqüentemente, incide na consciência histórica dos seus tributários. No caso da cidade em questão, os discursos masculinos autorizados produzidos a partir do mito fundador encontram formas de expressão nos patrimônios, de maneira a oferecer uma determinada apreensão da realidade.

As considerações da autora permitem identificar em que medida os efeitos do mito fundador “Cidade Heroica” repercutem na construção de um discurso histórico e patrimonial “fálico” nos espaços citadinos, muito embora, obras específicas publicadas sobre a História de Jaguarão (SOARES; FRANCO, 2010), permitam vislumbrar passagens e participações das mulheres em determinados acontecimentos e experiências históricas na cidade, mesmo que de maneira sucinta.

Porém, é preciso ponderar que as constatações levantadas não se restringem à realidade de Jaguarão, uma vez que as narrativas da história e memória oficial nacional e local sempre lograram aos homens uma posição de destaque, refletindo-se na dificuldade enfrentada por pesquisadores em investigações que questionam os silêncios e processos de invisibilidade das mulheres na história, aspectos amplamente debatidos nos estudos e pesquisas desenvolvidos por historiadoras brasileiras como Rago (1985), Del Priore (1997), Silva Dias (1995) e Bassanezi (1996).

Paralelamente, não se pode ignorar igualmente, a prevalência masculina na gestão das instituições de memória como os arquivos públicos e museus, assim como os seus reflexos no controle e filtragem de fontes e na propagação de uma história positivista que pouco ou nenhum espaço reservou as mulheres. Assim sendo, mais que constatar a existência desse discursos e mitos fundadores faz-se mister constituir interrogações e levantar evidências cartográficas sobre às experiências femininas nas cidades que inaugurem novos modos de pensar, colocando em xeque sentidos cristalizados e relações de poder, em particular “as constitutivas das assimetrias de gênero” (RAGO, 2010, p.170) aprofundando o estudo de seus impactos na vida material e simbólica das cidades. Para esse exercício analítico, a presente pesquisa optou pela constituição de cartografias procurando captar zonas de ruptura que permitissem uma abordagem do patrimônio no feminino.

Por Entre os Discursos e Práticas Patrimoniais: O Patrimônio no Feminino

Segundo Duarte (1993, p. 67) o trabalho com os patrimônios está imbricado a uma reeducação do olhar; significa ensinar os agentes da cidade “a aprender, a saber ver, parar por momentos, descobrir, falar sobre os objetos, os espaços, as pessoas”. As palavras da autora traduzem o sentido atribuído ao estudo de caso de percorrer as ruas, praças, edificações e monumentos do centro histórico de Jaguarão, com a finalidade de investigar as dinâmicas das práticas de construção patrimonial na produção de discursos e representações de gênero em mediações com os bens culturais e os acervos das instituições de memória.

Antes de expor os desdobramentos metodológicos é importante fazer alguns destaques; o primeiro é a de que as inflexões apresentadas correspondem às análises iniciais de um estudo ainda em construção. O segundo, diz respeito à concepção do método cartográfico para o mapeamento dos territórios pesquisados. Ao relacionarmos as cartografias ao delineamento de mapas não estamos nos referindo a concepção tradicional com suas topografias e histórias fixas e naturalizadas, mas como um procedimento de produção de um conhecimento, que busca estabelecer a reflexividade dos agenciamentos de relações, enunciados e campos históricos (PASSOS; KASTRUP; ESCÓCIA, 2009) especificamente, os imbricados às relações entre patrimônio e gênero.

Desta forma, o método cartográfico inserido nesse estudo resulta da tentativa de fornecer visibilidade às dinâmicas desse campo social, com a intenção de verificar como a gestão material dos processos e iniciativas patrimoniais excluíram as mulheres da história e dos seus registros materiais.

Para a construção das cartografias com estes propósitos foram utilizados como referenciais os documentos relativos ao Inventário do Patrimônio Arquitetônico de Jaguarão e o Dossiê de Tombamento. Também foram imprescindíveis a organização de saídas de campo para o mapeamento e o reconhecimento das potencialidades históricas e patrimoniais do centro histórico, seguido do acompanhamento e apreciação de alguns roteiros históricos oferecidos por guias locais.



Figura 1. Zona do Centro Histórico
Fonte: Portal do IPHAN (2015)⁵

⁵ Disponível em: <<http://www.portal.iphan.gov.br>>. Acesso em set./ 2015.

As imersões do estudo nessa primeira etapa proporcionaram a coleta de dados sobre a história ligada ao conjunto de edificações, suas características arquitetônicas e funções sociais, além de análises dos discursos autorizados relativos ao mito fundador da cidade nos habituais roteiros históricos. Para essa escrita, elencamos alguns patrimônios que julgamos emblemáticos para situar o estudo. Á começar pelas intervenções abarcando os prédios – casarões- localizados nos arredores da praça central Dr. Alcides Marques.

As cartografias realizadas com base nesses patrimônios demonstraram durante a mediação dos guias turísticos uma narrativa histórica e intervenção patrimonial concentradas nas biografias de famosos estancieiros, barões, charqueadores e personalidades de grande expressão política e econômica na região como o Barão Tavares Leite e Zeferrino Lopes Moura, entre outros.

Os apontamentos e observações das dinâmicas dos roteiros identificaram modalidades de discursos apresentados de maneira a referendar uma apreensão e interpretação patrimonial, que reserva por excelência, o direito à cena pública e à política aos homens fundadores da cidade. As práticas patrimoniais promovidas pelos gestores locais evidenciam a valoração do protagonismo dos “grandes homens” nos eventos históricos da cidade durante os séculos XIX e XX, recorte escolhido para o estudo.

A opulência dos prédios e os requintes dos detalhes construtivos explorados pelas intervenções, com base nas noções de autenticidade e monumentalidade uma vez conectadas às biografias dos seus proprietários, contribuem para a criação de uma atmosfera onde essas produções/reproduções discursivas operam de maneira eficaz. As conclusões acerca dessas operações se adensam, na medida em que as cartografias efetuadas se aproximam de outro território identificado como importante para o estudo, o museu Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, o único da cidade.

Situado em uma das esquinas da Rua XV de Novembro, o prédio se impõe ao demais. Em estilo neoclássico, o casarão, anteriormente residência da família do médico e político republicano foi erguido em 1886, tornando-se uma instituição de memória em 1977, figurando nos cartões postais e roteiros turísticos como um patrimônio e espaço significativo da história e da memória local e regional.



Figura 2. Prédio sede do museu

Fonte: Hotel Sinuelo (2010)⁶

As orientações cartográficas nesse lugar se atem à monitoria e à expografia do acervo. Totalmente voltado para representar a história do seu antigo proprietário, o acervo exposto faz referência às ações políticas e beneméritas do médico e Governador do Estado do RS no período de 1909 a 1913.

As disposições dos cômodos da casa e dos objetos encontram-se organizadas de forma a representar o que seria o cotidiano dos moradores da casa, mais precisamente, do “dono da casa”. Os enunciados da expografia permitem verificar que os discursos produzidos no museu atuam conferindo uma ordem e coerência que privilegiam cenários ligados ao cotidiano das experiências masculinas de homens ilustres da sociedade jaguareense. Através dos discursos autorizados a exposição e as mediações dos monitores operam para uma construção masculinizada do patrimônio ao enaltecerem o pioneirismo e a relevância da figura do cidadão, marido e pai dedicado, bem como do político de grande expressão no RS.

Enquanto teatro de memória o território masculinizado do museu oferece representações sociais que remontam aos costumes e comportamentos apenas permitidos e acessíveis aos homens da elite local. Tais enunciados uma vez conectados aos demais territórios incorporados pelo processo de patrimonialização (WINTER 2010, p.07) possibilitam constatar a recorrência desses discursos nas instituições de memória, incidindo na masculinização da cidade e das ações patrimoniais nela preconizadas.

As cartografias levantadas por entre discursos e práticas patrimoniais usuais e as reflexões delas oriundas configuraram novas perguntas e reorientações à pesquisa. Dentre elas: Qual o lugar das mulheres na história da cidade? Seria possível uma abordagem do patrimônio no feminino frente à recorrente ritualização do masculino na construção dos patrimônios?

As indagações do estudo acarretaram na recomposição de novas cartografias a fim de construir um exercício analítico visando extrapolar as fronteiras delineadas pelo mapa patrimonial da cidade a partir do tensionamento da supremacia do discurso masculino. Para a segunda etapa foram realizados levantamentos da historiografia da região e da cidade de Jaguarão, a consulta em fontes primárias, biografias, entrevistas e pesquisa em acervos disponibilizados pelas instituições de memória locais.

A interlocução com as intuições encarregadas de salvaguardar os registros produzidos pela sociedade jaguareense repercutiu na descoberta de uma gama de informações. Ao serem cartografados, estes fragmentos foram compondo percursos femininos inscritos nos patrimônios, além de subsídios para uma experimentação atenta em redesenhar, visibilizar, captar micropolíticas, intensidades históricas e dimensões da vida urbana relacionadas ao tema, desconhecidas e/ou não exploradas pelas práticas e políticas patrimoniais.

Para os novos percursos foram essenciais as contribuições de Nora (1993) a respeito das funções dos lugares de memória. Ao fazer uma espécie de genealogia dos mesmos o autor oferece contribuições relevantes para o campo do patrimônio e das políticas de gestão, ao salientar que esses lugares comumente destinados à consagração de memórias e de símbolos de comemoração podem converter-se igualmente, em territórios para

a reflexividade acerca do seu papel na produção social de memórias, na reprodução das narrativas históricas e porque não dizer, na operação de processos de patrimonialização excludentes.

Imbuído desses referenciais o trabalho de configuração das cartografias significou empreender o que Bosi (1995) destaca como um percurso singular para a visibilidade dessas histórias e registros femininos, qual seja, o de penetrar nos quintais das casas, corredores e quartos, cozinhas e porões e perscrutar fontes a respeito, com a finalidade de desmanchar evidências, fronteiras da moralidade, eurocentrismos, etnocentrismos e realidades organizadas e pré-fixadas (RAGO, 1999 *apud* PEREIRA, 2012, p.232) sobre o tema.

A opção por estes caminhos paulatinamente delinearão cartografias relacionadas às presenças de mulheres cativas e livres, do povo e da elite em contraposição aos contornos determinados à “*priori*” pela constante atuação do mito Cidade Heroica, tornando visíveis os rastros deixados pelo feminino na história e no repertório patrimonial da cidade, bem como as relações de poder a que estavam imbricadas as práticas dessas mulheres na Jaguarão, em finais do século XIX e começo do século passado. Tais camadas de memórias na aproximação com as fontes escritas e os vestígios da cultura material deram espaço para percepções femininas difundidas em escritos recuperados em obras da historiografia local, sobre as “Evas brancas e negras” narradas desde a ótica masculina, mas que mesmo assim, matizam os patrimônios e os lugares de memória da urbe com outras nuances.

As “Filhas de Eva” Brancas e Negras.

A viabilidade de uma interface do patrimônio no feminino em Jaguarão se faz presente nas primeiras notas encontradas em publicações relativas à história de Jaguarão⁷, nas quais são descritas as impressões sobre as movimentações de mulheres brancas e negras circunscritas no entorno da praça central, situada no coração do centro histórico. É através de relatos masculinos de religiosos e estrangeiros fixados na região em meados do século XX, que as denominadas “filhas de Eva” ou ainda “Evas negras” se dão a conhecer na história e nos patrimônios de Jaguarão. São preciosos os escritos do Cônego Schonares, enviado da Bélgica para a região em 1901. Em alguns trechos de uma das suas cartas à Ordem⁸, tem-se uma ideia do lugar destinado às mulheres numa sociedade conservadora, e, das tentativas de disciplinação e regulação do espaço social a que estavam submetidas as mulheres brancas e negras, pobres ou da elite.

Nos excertos são contundentes às críticas da Igreja ao estado de ociosidade de cer-

⁷ Ver (FRANCO & SOUZA, 2010, p.334)

⁸ Os trechos destacados na obra de Franco e Soares foram extraídos dos excertos da publicação Três anos no Brasil, de Thomas Aquino Schoenares (Pelotas: EDUCAT, 2003).

tas moças e a determinados costumes vistos como “*nocivos*” às mulheres de boa família. A certa altura são apresentadas recomendações indicadas pelo religioso para a solução de tais condutas, que consistiam em conselhos para que se ocupassem de atividades consideradas típicas e esperadas como a dedicação às tarefas manuais situando de acordo com a mentalidade do período, o espaço doméstico, como o indicado ao feminino. Os discursos do representante religioso ajudam a identificar as tipificações construídas ao longo do tempo para definir o gênero feminino, assentadas em posturas como o “*recato*”, “*a discricção*” e a *subordinação* à autoridade masculina.

As tipificações indicam as imagens usadas para dar uniformidade às experiências femininas embasadas numa cultura ocidental, na qual a mulher aparece sempre na condição de passividade e inferioridade contrastando com o modelo de sujeito universal masculino tido como ideal. Além do que, viabilizam a compreensão do quanto servem de sustentação ao mito Cidade Heroica, manifestado nas práticas patrimoniais.

No entanto, as definições dos lugares e papéis reservados ao feminino podem ser confrontados mediante os relatos descrevendo o trânsito pelo urbano das “*Evas negras*”. Mais uma vez, são os registros do cônego que oferecem pistas preciosas sobre o incômodo que essas mulheres geravam nas cercanias da praça central Dr. Alcides Marques e as ações da repressão policial adotadas, quando essas mulheres transgrediam as regras e as convenções estipuladas pelas leis municipais. A menção dessa perambulação indesejada pelo poder policial e as punições impregadas para servirem de exemplo a outras mulheres longe de apresentar um discurso harmônico sobre as participações femininas, mostram os conflitos étnicos e de gênero que constituem a memória da cidade, oferecendo subsídios acerca das “*fronteiras*” instituídas na sociedade analisada, para definir os espaços de trânsito permitidos à homens e mulheres no contexto urbano.



Figura 3. Praça Dr. Alcides Marques, centro histórico de Jaguarão
Fonte: Lima e Al-Alam, 2013, p.268.

A cidade como espaço sexuado (SILVA, 2007, p.18) elucida as fronteiras instituídas entre os sexos e as lógicas de ordenação, higienização e disciplinarização social do espaço citadino, que somente se tornam legíveis, se articuladas à uma interpretação dos patrimônios atenta às operações de poder e que pondere sobre as convenções que orientam/orientaram as práticas sociais de homens e mulheres na história da cidade.

O entendimento de como estas lógicas se reproduzem não só no passado, mas na

vida cotidiana, é fundamental, haja vista que contribui para a percepção dos gestores culturais, poderes públicos e da comunidade sobre como as relações de poder envolvendo a história das mulheres e das relações de gênero, se efetivam nas cidades históricas, agindo na construção dos patrimônios e das identidades. Uma ação política do patrimônio no feminino indica a necessária participação das mulheres nas decisões de políticas preservacionistas em favor de práticas e processos de patrimonialização transversalizadas pela equidade de gênero em Cidades Históricas.

Entretanto, uma política patrimonial atenta às rupturas e permanências desses conteúdos não pode se isentar de acrescentar às suas agendas e ações, os lugares de memória, como os museus. Os dados levantados a partir da praça central reorientaram as cartografias para um necessário retorno ao museu Dr. Carlos Barbosa com o propósito de uma mirada do feminino sutilmente configurado em suas dependências.

O Feminino no Museu Dr. Carlos Barbosa Gonçalves

O retorno às dependências do museu acarretaram a reorientação das cartografias a fim de captar através do seu discurso expográfico o que escapa e/ou se apresenta nos interstícios dos enunciados produzidos através de seu acervo. Conquanto a sua proposição enfatize claramente aspectos ideológicos substanciados num discurso claramente androcêntrico, os novos rumos da pesquisa se deslocaram para os vestígios e imagens das mulheres no museu, em particular, as que conviveram com o dono da casa; a esposa D. Carolina Cardoso e as duas filhas Eudóxia e Branca.



Figura 4. Jardim Interno do museu
Fonte: Site do Museu⁹

Dentre os poucos espaços de representação do feminino, estão o corredor que dá acesso ao jardim interno do museu no qual estão expostas máquinas e utensílios de costuras ilustrando as tarefas cotidianas das mulheres da casa, e os quartos de inverno e verão do casal e das filhas. Nos últimos, os objetos tratam dos vestuários e a moda da

⁹ Disponível em: <mcarlosbarbosa.blogspot.com.br>. Acesso em nov./ 2015.

época, enfeites e adornos femininos e alguns brinquedos de meninas da aristocracia local, em tempos republicanos. As cartografias da exposição deixam antever discursos de gênero (VAQUINHAS, 2014, p.09) construídos de modo a oferecer imagens que associam a mulher à vida privada e à função de progenitora dedicada à família.



Figura 5. Quarto de inverno de D. Eudóxia
Fonte: Site do museu¹⁰

Sobre as múltiplas leituras e interpretações dos objetos musealizados para representar o gênero nos museus através do seu discurso institucional ressaltadas na pesquisa de (RODRIGUEZ, 2010, p.18-19), no que diz respeito ao museu Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, o feminino se vincula a uma figura que aparece docilizada, destituída de identidade e, portanto, simples reflexo da imagem masculina (CUNHA, 2000, p. 141), ou ainda como objeto de adorno, requinte, talento e de educação refinada qualidades apreciadas pelo gênero masculino como demonstra o relato de Giovani Polimbini¹¹ ao visitar a casa do célebre político e se deparar na sala de jantar com um dos quadros pintados a óleo pela talentosa Sra. Eudóxia “... linda e gentil filha do Dr. Carlos” (p.118).

Nas interpelações dos discursos sobre o feminino no museu observa-se que a seleção e a organização dos objetos entremeiam-se à ideia de subordinação aos padrões de uma sociedade masculina e de autenticidade enunciada pela frase de abertura do site do museu **“A vida como ela foi”**



Figura 6. Sala de Jantar
Fonte: Site do Museu

10 Disponível em: <mcarlosbarbosa.blogspot.com.br>. Acesso em nov./ 2015

11 Ver (FRANCO & SOARES, 2010, p.118)

Destaca-se ainda a sala reservada para os estudos das filhas de Carlos Barbosa. O acervo dessa sala em particular, serve de detonador de inferências a respeito da educação direcionada a Branca e Eudóxia condizentes ao ideário positivista da época mesmo em se tratando do caso das filhas do Dr. Carlos Barbosa, que diferentemente das outras moças de famílias abastadas estudavam, segundo as monitoras, em casa com a orientação de professor particular. Os livros dispostos no ambiente ilustram uma educação feminina voltada à leitura e à escrita, ao domínio da gramática nacional, à moral e doutrina cristã e às prendas domésticas, demonstrando o quanto o ensino era perpassado pelas diferenças de gênero, modelo este, defendido pelos positivistas (LEAL, 1999, p.197) para quem a distinção na formação intelectual das mulheres em relação aos homens era explicada pelas suas funções ligadas aos filhos e ao marido, cabendo-lhe desenvolver aptidões de cunho artístico e contemplativo, jamais a prática e a científica.

Desta forma, as cartografias nessa instituição de memória conectadas às reflexões apontadas até aqui, reforçam o debate sobre a função política da gestão patrimonial no diálogo com as coletividades para que possam repensar, propor e questionar a construção de suas identidades no tempo (MENEZES, 2010, p. 64), mesmo em se tratando de um museu particular que cultua não só uma personalidade masculina, mas também a sociedade que o representa.

As constatações do estudo retomam o debate do patrimônio cultural como construção e invenção permeada por relações de poder aspectos a ser inseridos nas práticas patrimoniais tendo em vista o quanto ativam certos discursos em detrimento de outros. Portanto, uma Cidade Histórica democrática e inclusiva é aquela na qual os seus gestores e habitantes podem exercitar os estranhamentos entre diferentes discursos sobre gênero e patrimônio.

Algumas Conclusões

Nesse artigo, pretendemos apresentar alguns resultados de um estudo preocupado em discutir sobre a função social e política dos processos e práticas patrimoniais em Cidades Históricas através de uma cidade localizada na fronteira Brasil e Uruguai com o foco no patrimônio e gênero. A intenção representou um desafio por tratar-se de uma cidade na qual comprovadamente tudo “alude” e “inspira”, no plano do aparentemente, à hegemonia masculina na história, no repertório patrimonial e nas ações patrimoniais dos gestores culturais. No entanto, o trabalho com as cartografias ao se debruçarem em distintas fontes foram as poucos indicando “zonas de contato” entre os discursos autorizados, sobre “os lugares” e “não lugares” do feminino na sua relação com o mito fundador num presente que a nomeia “Cidade Histórica.”

Na Cidade Histórica do presente os discursos autorizados a que estão associados os patrimônios não são unívocos, nem absolutos o que na acepção de Gonçalves (2010: 142) significa dizer que todo gênero de discurso é atravessado por tantos outros discursos e assim sendo, divide-se contra si mesmo aventando a probabilidade de abrirem-se

à mostraçãõ de outros grupos e categorias de análise.

O estudo de caso procurou gerar conhecimentos interdisciplinares capazes de situar seus moradores e gestores culturais com relaçaõ ao passado, não o passado teatralizado produtor de verdades universalizantes e essencialistas, mas, sim, entendido como base para a desconstruçãõ dos mitos fundadores de maneira a superar preconceitos e garantir a justiça social nas cidades. Patrimônio e gênero enquanto categorias de compreensãõ histórica podem contribuir para esta questãõ assim como, para o fortalecimento de outros e novos pertencimentos que não desconsiderem o respeito às diferenças e à pluralidade das formas de homens e mulheres fazerem história.

Assumir essa postura implica em defender processos e práticas de patrimonializaçãõ sensíveis aos temas das desigualdades sociais e discriminações em suas múltiplas formas e representações nas realidades concretas das populações em territórios de fronteira.

Referências

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. Violência conjugal e relações de gênero na fronteira Sul do Brasil (RS, 1889-1930). **Revista OPSIS**, Departamento de História e Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, v. 11, n. 1, p. 98-110, jan.-jun. 2011.

BASSANEZI, C. B. **Virando as páginas, revendo as mulheres**: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilizaçãõ Brasileira, 1996.

BOSI, E. As outras testemunhas. In: SILVA DIAS, M. O. L. (Org.). **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.3-6.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CUNHA, Maria de Fátima da. Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença. **Revista História e Ensino**, Londrina, v. 6, p. 141-161, out. 2000.

DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto; Ed. da UNESP, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v. 1.

DUARTE, Ana. **Educaçãõ Patrimonial**: guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres. Lisboa: Texto, 1993.

FRANCO, Sérgio da Costa; SOARES, Eduardo Álvares de Souza (Org.). **Olhares sobre Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

GONÇALVEZ, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios, 1ª edição, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2007.

LEAL, Elisabete. Positivismo Comtiano e os prazeres da dedicaçãõ feminina. In: **Revisitando o positivismo**, 1ª edição, Canoas, Ed. La Salle, 1998.

MENEZES, Ulpiano Bezerra. A exposiçãõ museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Museus**: do gabinete de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte: Argumentum, 2010. p. 15-84.

MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC). **Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania**. Brasília, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, 1993.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia.; ESCÓSSIA, Liliana da. Apresentação. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina. 2009. p. 7-16.

PELEGRINI, Sandra C. A.(Org.); PINHEIRO, Áurea da Paz. **Patrimônio cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar (1880-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Cartografias de si no feminismo da diferença: Amelinha, Gabriela, Norma. **Gênero**, Rio de Janeiro, Niterói, v. 10, n. 2, p. 151-175, 2010.

RODRIGUEZ, Andréia da Fonseca. **Gênero no Espaço do Museu**: uma Leitura Social da Exposição “Entre Rendas, Chapéus e Boas Maneiras”, Museu Municipal Parque da Baronesa, Pelotas/RS, 2009. Monografia em Museologia, Universidade Federal de Pelotas. <http://museologiaufpel.files.wordpress.com/2010/09/andreaia.pdf>.

SILVA, Janine Gomes da. Lugares de memória, memórias de mulheres. In: **Dossiê Cidades Espaço Plural**, v. 8, n. 17, p. 17-24, 2007.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Atlântica, 2001.

VAQUINHAS, Irene (Org.). Museus do feminino, museologia de gênero e o contributo da história. **Revistas MIDAS – Museus e estudos interdisciplinares**. Lisboa, vol.03, p. 01-13, 2014.

WINTER, Cecília Pérez. Género y Patrimonio: Las ‘Pro-Mujeres’ de Capilla del Señor. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.22, n. 2, p. 543-561, maio-agosto/2014.



CONSUMÍDIA: O CONSUMO DE MÍDIAS, A CAIXA PRETA E O JOVEM FROTEIRIÇO

Cristóvão Domingos de Almeida
Anelice Belmonte
Universidade Federal do Pampa

Introdução

Os fenômenos sociais na contemporaneidade, especialmente as formas de sociabilidades, têm sofrido um grande impacto, nas últimas décadas, pela forte presença das ferramentas de comunicação, sejam elas atuais ou não. Vivemos atualmente o que Jenkins (2008) denomina uma cultura da convergência, em que os vários meios de comunicação estão interligados através de plataformas multimídias na rede mundial de computadores, e que segundo o autor é o local “onde as velhas e as novas mídias colidem, onde mídia corporativa e mídia alternativa se cruzam, onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis” (JENKINS, 2008, p. 29).

Essa expansão tecnológica ganha força devido a grande oferta de ferramentas desse setor e o fácil acesso às mesmas. Esses canais de mídia são cruciais para o exercício da liberdade de expressão porque proporciona uma plataforma pública pela qual o direito de falar e ser ouvido são efetivamente exercidos. Mesmo em democracias mais estabelecidas, o papel da mídia constitui uma questão vibrante em virtude da convergência crescente do mundo da comunicação moderna. Dito isso, ainda faremos uso de Jenkins (2008, p.29) através de sua definição de convergência ao se referir ao “fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação” ao buscarem entretenimento e experiências através das mais diversas ferramentas de mídia que interagem nesse processo.

A partir dessa preocupação de como as mídias se colocam no meio social, vimos a necessidade de realizar uma análise mais profunda sobre as mesmas, indagando como, quais e, porque os jovens consomem essas mídias. Diante disso, a pesquisa de princípios etnográficos se dará com os jovens entre 18 a 24 anos do município de São Borja, estado do Rio Grande do Sul. No desenvolvimento investigativo, o enfoque teórico-metodológico etnográfico se justifica pelo fato de que, além de ser um método de pesquisa qualitativa, também nos apresentam características específicas que condiz com o intuito de

compreender o fenômeno mais a fundo e as realidades cotidianas dos jovens, chegando assim a um resultado coerente, pois a ênfase não está em medir as variáveis envolvidas no fenômeno, mas entendê-la como aspectos do consumo de mídia que faz parte da experiência sociocultural e econômica da juventude e, que se encontram em um processo de convergência e de modificação constante das práticas cotidianas.

Como resultado, pretendemos dar significativa contribuição para composição do mapa atual do consumo de mídia realizados pelos jovens no Brasil preenchendo, em parte, a lacuna existente sobre as informações a respeito do tema na região oeste do Rio Grande do Sul. Com isso, visamos levar em consideração sua relevância para o estado pela posição natural que o município ocupa além de suas características consolidadas a partir de sua heterogeneidade histórica.

Das Mídias Sociais á Juventude Fronteiriça

Antes de aprofundarmos sobre o assunto 'Mídias' e suas ferramentas tomamos a definição da mesma pelo Aurélio Dicionário:

Mídia: Qualquer suporte de difusão de informações (rádio, televisão, imprensa escrita, livro, computador, videocassete, satélite de comunicações etc.) que constitua simultaneamente um meio de expressão e um intermediário capaz de transmitir uma mensagem a um grupo; meios de comunicação de massa. (AURÉLIO Online, consulta em 12/08/2014).

A mídia é considerada o quarto maior segmento econômico do mundo, sendo a maior fonte de informação e entretenimento que a população possui (RAMONET, 2002). A mesma se destaca como instrumento fundamental nesses setores, obtendo uma dimensão capital e central nos diversos âmbitos da sociedade moderna. A política, o esporte, a escola, a economia são atravessados e marcados pela influência dos meios de comunicação de massa. Devido aos avanços tecnológicos que fazem com que as informações veiculem de forma rápida e real, o domínio da mídia cresce de forma exacerbada.

E esse crescimento só se dá pelo fato de que há uma demanda por parte de vários públicos e faixa etária. Mas não podemos mais afirmar com tanta certeza que apenas a 'geração digital' utiliza desses meios ao ver tanta tecnologia de fácil acesso, consumo e entendimento, ainda que seu consumo se dê por qualquer um que tenha acesso a vontade de entender como funciona esse meio. Os jovens por já crescerem inseridos em um ambiente mais dinâmico, prático e atrativo da tecnologia passam a ser os maiores consumidores de mídia.

Muitos dessa geração desde cedo, tem ao seu dispor as ferramentas mais convencionais como rádio, TV e Jornais impressos, até os computadores e celulares mais atuais que dispõem de diversas utilidades disponibilizando o alcance de informações de qualquer lugar do mundo.

Usada com respeito e cuidado, a internet pode oferecer aos jovens uma perspectiva mais abrangente do mundo à sua volta (...) Computador, laptop, telefone celular, iPods, games e mensagens de textos ou blogs fazem parte da parafernália do cotidiano e que para muitos adultos ainda são enigmas complicadíssimos. (ESTEFENON, 2009, p. 02).

Na realidade vivenciada no município de São Borja, mesmo a 'olhos nus', podemos notar esse consumo de mídia por boa parte da sociedade, até pelo fato da aglomeração social que a mesma vem abrangendo devido a migração de jovens para cursar um ensino superior no município.

Mídias x Consumo, a presença da chamada Geração Digital

As mídias sociais estão cada vez mais presentes no nosso meio. Se mostram rápidas, eficazes nos tornando reféns de sua tecnologia avançada e indispensável no mundo em que vivemos. Ainda que reféns, podemos interceder por elas ao reconhecer que também são veículos para a expressão e coesão cultural dentro e entre as sociedades, pois:

[...] agem como o dispositivo mais poderoso na dissolução de um horizonte cultural comum no âmbito da nação ao encarnarem como uma mediadora na construção de outras identidades: das cidades, das regiões, do espaço local, etc... (ESCOSTEGUY, 2001, p.163).

A cada dia surgem novas tecnologias e embora muitas não cheguem a ser difundidas ao grande público, desde que a internet passou a se popularizar, no final da década de 1990, modificaram-se alguns conceitos que aos poucos foram sendo incorporados ao cotidiano das pessoas. Eisenstein e Estefenon (2009) discutem a facilidade que os jovens têm para lidar com essas ferramentas e novos meios de comunicação tecnológicos e apontam a alta velocidade dessa ocorrência em tempo real.

O mundo virtual vai, progressivamente, confundindo os seus limites com o mundo real no cotidiano de crianças e adolescentes. A internet, o telefone celular e muitos novos equipamentos de tecnologia da informação vão transformando os Comportamentos e as formas de se relacionar com a família, com os amigos e com as novas possibilidades de viajar pelo mundo sem sair de casa. (EISENSTEIN; ESTEFANON, 2009, p.1)

O que facilitou em grande parte essas alterações na forma de comunicação são as novas tecnologias disponíveis, como o telefone celular, cada vez mais acessível a todos os segmentos. É importante salientar que mesmo com tantas vantagens, tal ferramenta também pode engendrar suspeita, medo, discriminação e violência ao fortalecer estereótipos, fomentar a tensão entre grupos e excluir segmentos do discurso público.

Em 2011, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹ apontou que 77,7 milhões de pessoas de dez anos ou mais de idade declararam ter utilizado a internet nos três meses anteriores à data da entrevista, o que mostrava que se houve um crescimento de 14,7% da faixa da população brasileira com acesso à rede mundial de computadores em relação a 2009, representando acréscimo de 9,9 milhões de pessoas. O instituto ainda seguiu que os bens duráveis (TV, computador, celular) podem ter sido os maiores contribuintes para tais números, além do fato da entrada das classes populares para o universo online como um dado que deve manter o ritmo de crescimento de usuários residenciais, bem como lan house².

Já em 2012, a InteractiveAdvertising Bureau³ (IAB Brasil), realizou uma pesquisa onde declarou que mais de 40% dos entrevistados passam pelo menos duas horas diárias online, enquanto 25% acessam a Internet ao mesmo tempo em que assistem à TV. Isso mostra que o forte uso de tais meios de mídias pela sociedade, é simultaneamente. Os dados mostram que o consumo de meios midiáticos é uma tendência entre os jovens e adultos e, mais, nos revelam que a internet é o que mais cresce e tem preferência entre os entrevistados, independente de faixa etária ou região do país. Essas informações nos ajudam a compreender o cenário de consumo a partir das ferramentas tecnológicas, de que maneira sua usualidade interfere no contato e aproximação com o outro, em um eixo da sociedade que dispõe de maneiras inovadoras de traçar e manter relações.

A Cidade de São Borja e Sua Redefinição de Consumo em Mídia

As cidades de fronteira apesar do distanciamento das capitais e ainda que carentes em suas estruturas para mercado de varejo, nos quais não mantêm na maioria de seus municípios grandes quantidades de habitantes para que suporte empresas de grande porte e/ou lojas de departamento, tem um papel crucial para não apenas o estado, e também ao país por serem consideradas como 'portas' de entrada do Brasil.

Segundo a Lei 6.634/79, a faixa de fronteira é considerada área indispensável à segurança nacional e corresponde aos 150 km de extensão, paralelos à linha divisória terrestre do Brasil com dez países da América do Sul. Na faixa de fronteira é vedada, sem o prévio assentimento do órgão federal competente, a prática dos atos referentes à concessão de terras, abertura de vias de transportes e instalação de meios de

1 <http://www.ibge.gov.br/home/>

2 Loja ou local de entretenimento caracterizado por ter diversos computadores de última geração conectados em rede de modo a permitir a interação de dezenas de jogadores. Dicionário informal, consulta em 05/12/2014 ; <http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/lan%20house/2845/>

3 <http://iabbrasil.net/portal/>

comunicação; construção de pontes; estradas internacionais e campos de pouso; estabelecimentos ou exploração de indústrias que interessem a segurança nacional. (CARNEIRO, 2012, p. 5)

São Borja é uma das cidades do Estado do Rio Grande do Sul, contempladas pelo alto reconhecimento de toda a sua diversidade histórico-cultural. No dia 10 de outubro de 1994, o governador do Estado do Rio Grande do Sul declarou “São Borja, como uma Cidade Histórica”, conforme o artigo 82, inciso V da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Inicialmente São Borja era uma aldeia de indígenas do grupo tape-guarani (CARNEIRO, 2012). A aldeia que era banhada pelo rio Uruguai foi fundada em 1682 quando do retorno jesuítico às Missões Orientais, sendo o mais antigo dos chamados Sete Povos das Missões. Porém em 13 de outubro de 1817, com a denominação de São Francisco de Borja e instalado a 21 de abril de 1834, foi criado o Alvará do município. Atualmente o município conta com uma população estimada em mais de 60 mil habitantes em seus 3.616,019 km² de território.

Sua economia está baseada, principalmente, na agricultura com a produção de grãos como soja, trigo, milho, arroz (sua principal fonte econômica) entre outros. Na pecuária com a criação de bovinos de corte e leite e de ovinos. Comercialmente próspero devido sua localização estratégica que permite o fácil intercâmbio com países da América Latina. Muitos desses dados apresentados também na obra “*Faixa de fronteira do Rio Grande do Sul: economia, infraestrutura e gestão do território*” por Camilo Carneiro, Gabriel Sevilla e Róber Avila, demonstra a relevância comercial da região atentando para a formação sociocultural e acadêmica desse meio:

Em um mundo em transformação, comandado pelas técnicas e pela expansão da economia global, os municípios da faixa de fronteira gaúcha precisam investir em conhecimento, formação técnica e qualificação de sua população. Só assim evitarão uma situação de estagnação e ostracismo. (CARNEIRO 2012, p. 22)

O município tem apresentado grande crescimento econômico e populacional (IBGE, 2010). Principalmente, depois da implantação de duas instituições de nível superior no município, a Universidade Federal do Pampa e o Instituto Federal Farroupilha. Tais instituições alavancaram maior porcentagem de jovens na cidade, de várias partes do país, trazendo consigo peculiaridades de suas regiões em relação ao consumo de mídias eletrônicas e até mesmo, influenciando no consumo, e movimentando a moeda local.

As iniciativas de universidades (...) que visam o desenvolvimento de projetos na faixa de fronteira gaúcha, são de suma importância, haja vista que a maioria das universidades localizadas nos municípios de fronteira é de implantação recente e possui um número limitado de cursos. Todavia esses campi são fundamentais para a fixação da população jovem em seus municípios de origem, bem como para a formação de quadros técnicos necessários ao desenvolvimento da economia da região. (CARNEIRO, 2012, p. 23)

A comunidade diversificada de culturas que se encontra na cidade oferece a esses imigrantes sua cultural local, pois “um mundo que parece dominado por um repertório cultural global, novas comunidades e identidades estão sendo constantemente construídas e reconstruídas” (ESCOSTEGUY, 2004, p. 147). E este fenômeno tende a reconfigurar o modo de vida das pessoas ao trazer à região novas práticas, comportamentos, informações e conhecimentos, que transformam não só o sentido de vida de seus habitantes, mas, conseqüentemente, o cenário da região de fronteira como um todo.

Pode-se afirmar que existe uma grande oferta de mídias na região, sejam elas impressas ou digitais, pagas ou gratuitas, de longo a curto alcance, como afirma Escosteguy (2004), e sustenta que independente da ferramenta de mídia, cada uma está suprindo a demanda de algum eixo da sociedade, caso contrário os mesmos não teriam se consolidados nesses espaços, como exemplo, as emissoras de rádio e os impressos, que ainda são consumidos independente das versões digitais.

O Celular e a Falácia da Caixa Preta de Jenkins

A geração digital clama por meios de comunicação mais rápidos, práticos e eficazes, onde possam estar conectados e interagindo com o mundo todo em tempo real. Apesar de muitos *notebooks* e (agora os *tablets*) se mostrarem atuais e utilitários, o comodismo não os permite levá-los para todos os lados em atividades cotidianas, e é a partir dessa perspectiva de facilidades em locomoção que as indústrias telefônicas criaram aparelhos que tem servido como verdadeiras ‘caixas pretas’ (JENKINS) do ser humano.

Boa parte do discurso contemporâneo sobre convergência começa e termina com o que chamo de Falácia da Caixa Preta. Mais cedo ou mais tarde, diz a falácia, todos os conteúdos midiáticos irão fluir por uma única caixa preta em nossa sala de estar (ou, no cenário dos celulares, através de caixas pretas que carregamos conosco para todo lugar). (JENKINS, 2008, p.42)

É difícil encontrar atualmente indivíduos que não dispunham de pelo menos um aparelho celular, estes se encontram em processo contínuo de aperfeiçoamento e adequação ao que a sociedade exige. Passaram de meros meios de comunicação por voz em tempo real, para ferramentas de comunicação avançadas e abrangentes, além de suas diversas utilidades como câmeras, ferramentas de acesso à internet, transmissores de tv, entre outras utilidades inventadas para suprir demandas que surgem conforme as necessidades de seus usuários, a maioria em forma de aplicativos para as mais diversas funções (jogos, entretenimento, etc...).

Com o desenvolvimento da telefonia celular e das possibilidades de conexão com a internet, as pessoas passaram a se comunicar em movimento; elas recebem e enviam e-mails e SMS dos celulares. Tiram

fotos e gravam vídeos com esses aparelhos e enviam para sua rede ou para sites como o YouTube, sem precisar parar o que estão fazendo. (TELLES, 2009, p.77)

Ou seja, todos os usuários de celular, que corresponde a 19% da população entre 18 e 24 anos do Rio Grande do Sul segundo o IBGE, tem uma 'caixa preta' onde são guardados arquivos, contatos, fotos entre outras informações pessoais e de interesse dos mesmos. E é a partir desses dados que o uso do celular foi a ferramenta de consumo de mídia escolhida para observação, pois diante das funcionalidades do aparelho, o mesmo facilitou a abordagem do assunto, e também por ser um meio de interação mediada entre as pessoas, ou seja, um modo de interação social realiza por uma ferramenta tecnológica exportadora de mídia.

Entrada em Campo e o "Mergulho do Pesquisador"

O trabalho desenvolvido é de cunho etnográfico, buscando compreender as manifestações do meio jovem de São Borja em relação ao consumo de mídias. Segundo Duarte (2011) o pesquisador ao se utilizar da etnografia como método de trabalho, precisa dispor de tempo e preparo além de um breve conhecimento documental do objeto a ser analisado, pois esse método é tido como "um método de pesquisa qualitativa e empírica que apresenta características específicas" (2011. p. 4), exigindo assim o máximo de dedicação e envolvimento por parte do pesquisador.

Partimos do pressuposto de que o apresentado por inúmeros estudiosos a respeito do mundo dos jovens traz informações relevantes. No entanto, acreditamos que os perfis dos jovens, distantes das cidades, focos das pesquisas de mercado, são quase desconhecidos. Pesquisas qualitativas sobre essas gerações na fronteira oeste do Rio Grande do Sul precisam ser ampliadas. Duarte (2011) ainda defende que, assim como as pesquisas qualitativas, as etnográficas passam por algumas etapas cruciais para a excelência de seu funcionamento:

Retomando nosso caminho pela etnografia, a primeira etapa é o levantamento bibliográfico e a leitura do material coletado. A segunda etapa é a elaboração de um diário ou caderno de campo. Este caderno terá um papel fundamental. Nele o pesquisador anotarás as questões que o levaram a escolher aquele grupo e aquele tema, e as perguntas que tem em mente sobre o assunto. Assim o caderno funcionará como um registro descritivo de tudo o que ele vir e presenciar, seja em uma aldeia de índios bororo, seja em uma redação de um grande jornal. A terceira etapa, se podemos assim nomeá-la, é a entrada no "campo". Trata-se da inserção do pesquisador no grupo. E aí encontraremos uma infinidade de possibilidades e variáveis que na realidade estão mais relacionadas ao universo pesquisado do que ao método propriamente dito. Já dentro do "campo" há dois instrumentos importantes de coleta de dados. São eles as entrevistas abertas e em profundidade e a "observação participante". A

escritura A última etapa deste processo é a elaboração do texto. Texto que é escrito para os seus pares, para a comunidade acadêmica e ao qual muitas vezes o nativo não terá acesso. É claro que o pesquisador não é apenas um transmissor de falas ouvidas. Para isso bastaria um gravador e alguém que transcrevesse as fitas. Seu papel fundamental é interpretar. Interpretar o que está sendo dito, observado e sentido (DUARTE, 2011, p. 5).

Acertadas as definições de pesquisa quantitativa e etnográfica trazida por Duarte, decidimos as suas conceituações como base para sustentar os nossos esforços na obtenção das informações, com levantamento de dados sobre o consumo de mídia, a observação dos jovens em ambiente público, a utilização de caderno de campo para registrar os detalhes dos acontecimentos e o questionário para aprofundar a temática.

A Entrada em Campo

Para que pudéssemos compreender o meio social dos jovens, realizamos antes da entrada em campo um mapeamento dos locais públicos com maior fluxo de utilização dos meios digitais, a fim de observá-los convivendo com indivíduos da sua idade, e demais pessoas de diferentes faixas etárias, e assim analisarmos como os jovens se portavam em ambientes públicos especialmente na praça onde a internet tem sinal liberado para acesso gratuito.

Os diários de campo foram confeccionados nos meses de outubro e novembro de 2014, sendo apenas as abordagens e acompanhamento no mês de novembro. É válido salientar que a análise ocorreu em tempo integral, em todos os ambientes frequentados pelo observador, sendo apenas os diários confeccionados em lugar fixo, o parque General Vargas, localizado no centro da cidade. Iniciamos a observação com uma média de cinco visitas na semana ao local e em horários distintos, para que a pesquisa não fosse mais abrangente ao tipo de indivíduo que transite no local em todos os horários.

O parque General Vargas antes de se tornar um espaço de público era um estádio municipal, iniciado suas reformas em 2010 e que se mantem em processo contínuo, situa-se no centro da cidade, o que facilita o acesso das pessoas ao local, que o buscam para lazer, entretenimento e trabalho, e sua estrutura abrange 3 quadras poli esportivas, uma de vôlei de areia, pista de skate e espaço para caminhada e corrida. Tanto as arquibancadas do antigo estádio quanto o gramado que envolve muitos desses espaços é tomado no final da tarde por vários públicos, famílias, grupos amigos, esportistas e demais pessoas que buscam no local um espaço para conversação, e descanso e até mesmo diversão.

Atentamos inicialmente aos locais onde mais se tinha um fluxo de jovens, quadras e arquibancadas, percebemos que a maioria dos jovens fazia uso de um dispositivo móvel, alguns trocavam mensagens despercebidamente, outros registravam fotos e compartilhavam algo com os demais ao mostrarem alguns conteúdos na tela, que de vez em outra causava euforia e risos demasiados. Contabilizamos aproximadamente em todos os dias de observação que 90% dos jovens possuíam os dispositivos, porém apenas 70% faziam uso no local.

O Mergulho do Pesquisador

Após algum tempo de observação, partiu-se para uma maior abrangência da segunda etapa apresentada por Duarte (2011), além dos diários de campo passamos a abordagem dos indivíduos. Foram aplicados 10 questionários com perguntas fechadas, para que se obtivessem uma exatidão nas respostas, além da observação do pesquisador. Foram escolhidos 5 pessoas do sexo feminino e 5 do masculino na idade proposta da pesquisa, a grande maioria com renda de 2 à 4 salários mínimos, sendo que 6 estavam cursando ensino superior, 2 tinham apenas o ensino médio completo, um em curso e outro que concluiu o ensino superior.

A escolha dos jovens para a aplicação dos questionários não se deu de forma aleatória, todos foram identificados com seus dispositivos móveis no campo de estudo pelo menos três vezes em visitas distintas, e como frequentadores assíduos do local, tentamos a aproximação obtendo retorno e todas as abordagens. Com todos os jovens em que o contato foi realizado, percebemos uma troca mútua de certa intimidade, talvez porque pesquisador e entrevistados tivessem quase a mesma idade e compartilhavam do mesmo meio social. Em todos os casos a aplicação do questionário se deu de forma confortável e natural, com uma conversa franca e, em alguns momentos a situação se naturalizou, como em uma roda de amigos.

Ao indagarmos sobre qual o plano adotado no dispositivo (*pós e pré-pago*⁴), apenas um relatou ter o plano pós, mas que o mesmo é pago por seus pais. Quando questionados em relação a que serviços os mesmos utilizavam no celular as ligações e uso da internet predomina entre os favoritos, mantendo uma grande margem de distância à usualidade de serviços como troca de mensagens, dispositivos de calendário, despertador e demais ferramentas de um celular comum.

A unanimidade na preferência da escolha de que canal é mais utilizado não foi nenhuma surpresa, o *facebook* predominou em todas as respostas, sendo seguido pelo *youtube* e *twitter*. TV e rádio só foram usados por um dos entrevistados, residente na região do interior do município onde os canais televisivos não chegam tão facilmente.

Ao questionarmos sobre a usualidade dos canais de mídias de seus dispositivos, apenas 1 dos entrevistados não utiliza o celular para se comunicar com familiares e amigos, os quesitos de informações e notícias e entretenimento são usados por 7 dos 10 entrevistados, e apenas 6 utilizam os canais para trabalho. Entretanto, apesar de todos concordarem com a falácia da caixa preta de Jenkins quando explicada a eles, e 70% passarem de 7 à 12h usando o celular, metade dos entrevistados respondeu que conseguiria ficar sem seu dispositivos por mais de 2 dias.

4 Pós pago: quando se assume valor mensal de assinatura / Pré-pago: quando se credita um determinado valor do qual serão debitados os serviços e as ligações efetuadas. Fonte: <http://www.procon.sp.gov.br/texto.asp?id=691>

As impressões sobre de consumo de mídia na fronteira

Algumas impressões e constatações ao final das abordagens apontam para dados bastante peculiares na pesquisa. As abordagens nos mostram que os jovens da fronteira utilizam cada vez mais os dispositivos móveis com intuito de estar sempre interligados na sociedade e no meio digital construído pelos mesmos para torná-los mais próximos, e que esses espaços tenham condições de disponibilizar de mídias como rádio e TV em seus aparelhos para exibir as veiculações.

Apenas um dos entrevistados apresentou independência financeira, sendo o mesmo que dispõe de plano pós-pago no celular, os demais ainda dependem financeiramente de pais ou tutores para manter os gastos para utilizar as ferramentas disponíveis nos aparelhos, demonstrando que as condições financeiras não empecilhos para fazer uso do aparelho e consumir os conteúdos de mídia.

Em relação ao consumo de mídia, nos aprofundamos na ferramenta mais utilizada pelos jovens, o *facebook*. Os mesmos alegam que a rede social é a mais utilizada, pois dispõe de várias utilidades em um só local, podem manter conversas, visitas e conhecer pessoas através de seus perfis, compartilhar imagens, vídeos, notícias entre outras variedades de entretenimento e informação em um só local. Mas apesar de ser a mais acessada, o *Twitter* e *youtube* não são deixados de lados por usuários da rede, pois alegam que o *Twitter* serve como uma ferramenta de ‘desabafo contínuo’, e sua técnica apesar de não ser exclusiva do meio é a que melhor se aplica para seguir amigos e personalidades.

O *YouTube* mantém seus internautas pela comodidade em seus canais, e por ser exclusivamente uma rede de vídeos já ter cativado seu público fixo, que acompanha seus canais, *vlogs*⁵ e *playlist*⁶. O que segundo os jovens é ótimo, pois podem ouvir e ver algumas mídias ao mesmo tempo, e não de maneira aleatória já que são os que eles decidem o que querem ver e ouvir.

A surpresa maior na pesquisa não foi dentro das mídias estudadas, mas sim na ‘substituição’ de muitos dos serviços disponibilizados pelas mesmas por um aplicativo: o *WhatsApp*. Tal aplicativo utilizado exclusivamente para troca de mensagens, ganha espaço entre os jovens, pois funciona no meio digital não causando nenhuma perda de crédito como acontece na troca de SMS. O mesmo ainda permite que nas ‘conversações’ possam a ser compartilhados vídeos e imagens, sejam elas em grupo ou individuais entre duas pessoas.

Por fim, diante dessas informações sobre o consumo de mídia, duas situações merecem destaque: a primeira é que se constituiu uma nova sociedade a partir desses dispositivos, em que se estabelecem relações e novas formas de estar juntos social ou virtualmente, onde jovens se conhecem e se reconhecem através de opiniões e preferências veiculadas pela mídia. E a segunda, é que apesar das mídias digitais serem exal-

5 **Vlog** é a abreviação de **videoblog** (vídeo + blog), um **tipo de blog em que os conteúdos predominantes são os vídeos**. Fonte: <http://www.significados.com.br/vlog/>

6 Termo utilizado no meio da radiodifusão para se referir a uma determinada lista de canções, que podem ser tocadas em sequência ou embaralhadas. Fonte: <http://dicionario.babylon.com/playlist/>

tados pelos jovens como necessário, os aparelhos são adquiridos e mantidos pelos pais e/ou tutores dos entrevistados, o que dificulta a troca frequente dos dispositivos por outros mais atuais, o que é exigido por eles cada vez que o mercado oferece uma nova ferramenta. Ainda assim nenhum jovem abre mão de ter aparelho de uso pessoal, mesmo que sem todas as ferramentas que o mercado oferece periodicamente, bem como a conservação de seus contatos, aplicativos e arquivos pessoais quando se é trocado o dispositivo. Isso demonstra que o espaço fronteiriço também se reconfigura a partir da inserção dos jovens nas mídias digitais.

Conclusão

A sociedade retratada no meio digital em muitos casos se torna um refúgio da realidade para os jovens, pois, no espaço virtual, as pessoas podem disfarçar melhor a ansiedade, a confusão, os medos e a alegria da passagem à vida adulta (ESTEFENON, 2009) e essas posturas também ocorrem com muito mais frequência entre os jovens, isto é, são os que desejam ser nas mídias digitais. Com isso, as mídias passam a ser não mais uma fonte de entretenimento e informações, mas sim com o avanço das novas ferramentas, construíram canais sociais, onde se percebe uma comunidade conectada o dia inteiro, e, mais, permanecendo com os aparelhos na palma da mão e sempre ao seu alcance.

Notamos, neste estudo, a grande inserção dos jovens da fronteira no meio digital através do celular, durante a aplicação dos questionários muitos faziam uso do aparelho, mesmo em companhia de outras pessoas, trocavam mensagens e navegavam pela rede, sem que desviassem sua atenção ao que estava acontecendo em seu redor. Destacamos que a maioria dos jovens observados, e em perguntas informais durante as entrevistas se mostram insatisfeitos com seus aparelhos ao relatarem que os mesmos não têm tantas usualidades em relação a aparelhos lançados recentemente, ainda assim não conseguiriam passar um longo período sem seus dispositivos móveis.

Por fim, o modo de consumo de mídia praticado pelos jovens na região de fronteira é cada vez mais sofisticado pela enorme possibilidade de acesso, os mesmos dinamizam as formas de relacionamento a partir das suas próprias ferramentas digitais e é nesta perspectiva que os jovens dão importância ao uso da comunicação digital como ferramenta imprescindível para se informar e conquistar ações de visibilidade no espaço público.

Referências

- AURÉLIO. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/Midia.html>> Acesso em 3 de ago. 2014.
- EISENSTEIN, Evelyn; ESTEFENON, Susana G. B. **Geração Digital: riscos e benefícios das novas tecnologias para crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2009.
- CARNEIRO, Camilo; SEVILLA, Gabriela; AVILA, Róber. **Faixa de fronteira do Rio Grande do Sul: economia, infraestrutura e gestão do território**. Textos para Discussão FEE N° 107. Porto Alegre, outubro de 2012.

ESCOSTEGUY, Ana C. **Os Estudos Culturais**. In: HOHLFELDT, A., MARTINO, L. C., FRANÇA, V. Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

ESCOSTEGUY, Ana C. **Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ESCOSTEGUY, Ana C; JACKS, Nilda. **Comunicação e recepção**. São Paulo: Hacker, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431800&search=rio-grande-do-sul|sao-borja>> Acesso em 13 de ago. 2014.

JACKS, Nilda. **Televisão e identidade nos estudos de recepção**. In: SOUSA, Mauro Wilton de (org.). Sujeito, o lado oculto do receptor. São Paulo: Brasiliense, 1994.

JACKS, Nilda. **Querência: cultura regional como mediação simbólica - um estudo de recepção**. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 1999.

JACKS, Nilda. (org.). **Meios e audiências: a emergência dos estudos de recepção no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

RAMONET, Igmacio. **Propagandas silenciosas: massas, televisão, cinema**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

TAPSCOTT, Don. **Geração Digital: a crescente e irreversível ascensão da geração 'Net'**. São Paulo: Makron, 1999.

TELLES, André. **Geração Digital: como planejar o seu marketing para uma geração que pesquisa no Google, se relaciona no Orkut, manda mensagens pelo celular, opina em Blogs, se comunica pelo MSN e assiste a vídeos no YouTube**. São Paulo: Landscape, 2009.

TRAVANCAS, Isabel. **Juventude e Televisão: um estudo de recepção do Jornal Nacional entre jovens universitários cariocas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

TRAVANCAS, Isabel. **Fazendo etnografia no mundo da comunicação In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011.



A MODA SEM FRONTEIRAS: DO REGIONAL PARA O GLOBAL

Caroline Horvath Staggemeier
Cristiane Greiwe Bortoluzzi
Mariana Osorio Barros
Maria da Graça Portela Lisbôa

Centro Universitário Franciscano

Introdução

Projetar, produzir e consumir são dinâmicas do sistema capitalista. Essas ações tornam-se tangíveis por meio de uma gama de produtos, que no contexto globalizado acabam sendo padronizados, criando muitas vezes um mercado impessoal. Ou seja, a globalização, no âmbito da produção, permitiu uma linearidade de produtos genéricos de diferentes qualidades, “[...] as produções encontram-se entregues a uma concorrência na qual somente as economias com baixo custo de produção (com domínio equivalente das tecnologias) podem triunfar” (PECQUEUR, 2009, p. 95).

Ono(2006)corroboraqueesteprocessogerouumatensãoentresinteressesglobais e regionais, que no contexto da cultura material remetem à dialética entre a padronização cultural e a diversidade de identidades. Assim, entende-se que essa tensão reflete no desenvolvimento dos produtos, considerando que, os objetos são ao mesmo tempo produto e reflexo da história cultural, política e econômica de determinado grupo social.

Observando este contexto, o presente estudo aborda o design de moda em uma perspectiva regional e outra global, para tanto optou-se analisar peças com apelo identitário, isto é, aquelas que enquanto portadoras de coordenadas de tempo e espaço caracterizam uma identidade, demonstrando que “há sempre um sentido que extravasa o uso do objeto” (BARTHES, 1985, p. 265), e que ele assume “‘forma social’ e ‘funções simbólicas’” (NORMAN, 2008, p. 11), isto é, para além das funções evidentes de um determinado produto, ele também é transmissor de um significado.

Deste modo, reconhece-se que o design, e neste caso, especificamente, o design de moda, é um campo de pesquisa que também compreende investigações científicas relativas às questões de construção de significação e apelos culturais identitários. Assim, a temática desta proposta de pesquisa centra-se em observar o vestuário feminino em dois momentos. No primeiro, inserido em um contexto onde a identidade regional é fortemente marcada e a mídia televisiva colabora incisivamente para esta construção, através de atributos simbólicos das peças

utilizadas pela apresentadora do programa Galpão Crioulo da RBS TV, Shana Muller. Já no segundo, a conjuntura é global, mas o produto tem influência regional, com marcas internacionais que buscam suas referências na indumentária do gaúcho.

O gaúcho surge no sul do Brasil, em sua primeira conformação conhecido como gaudério e tratado como saqueador de estâncias. A definição do termo gaúcho deu-se entre os séculos XVII e XVIII, quando adapta-se ao novo modo de viver, começa a fixar-se, ter família e a cuidar da criação de gado. Nesse sentido, entende-se o gaúcho sendo o homem do campo, acostumado com a lida de gado, trabalho em couro e lã (ASSUNÇÃO, 2007). Daí a origem do termo designado a toda a pessoa nascida dentro das fronteiras do Rio Grande do Sul.

É importante perceber que há uma construção da imagem do homem sul-rio-grandense a partir de uma visão 'gloriosa' do passado, a qual busca na história e nas tradições os seus elementos de legitimação. O gaúcho aparece enquanto herói e guerreiro de feitos grandiosos, representando força e valentia. Desse modo, os discursos que circundam a identidade gaúcha são marcados pelas concepções de masculinidade e glória. As prerrogativas para esta visão patriarcal podem estar na origem da sociedade rio-grandense, pois a constituição do clã era em torno da figura do homem, do progenitor, que centralizava o sistema (LISBÔA FILHO, 2009).

O gaúcho foi o escolhido para servir de modelo histórico individual, em torno do qual os sul-rio-grandenses passariam a ser identificados. Criou-se em torno do referido personagem um forte sistema de símbolos e representação, idealizados a partir de indícios de um passado atemporal, nem sempre presentes no espaço do personagem. (BETTA, 2012, p. 2).

Neste sentido, Betta (2012) considera que a criação de uma indumentária 'típica' do gaúcho foi uma prática utilizada como forma de reafirmação de sua identidade, sendo ela um de seus principais símbolos. Cabe aqui comentar os estudos de Barthes durante os anos 1960, no qual ele refletiu sobre a simbologia das roupas, considerando sua função da significação tanto semiótica quanto social.

Em Root (2002), no seu estudo dedicado à indumentária e seu papel na construção de identidades políticas e sócias na Argentina do século XIX, encontra-se que:

[...] as roupas têm funções tão visíveis que se tornam facilmente descartáveis, trivializadas ou totalmente esquecidas. Mas o mesmo casaco que protege também distingue a classe social de alguém, assim como suas afinidades políticas. Na Argentina do século dezanove, vários escritores influentes usaram a trivialidade aparente da moda para importar ideais revolucionários, usando o que pareciam ser descrições inócuas de roupas e tendências de moda. Indo além do relato das inovações na indústria da moda e no detalhamento de novas peças de roupas, estes escritos imbuíram tudo, das pantalonas às anáguas, de um significado radical no espetáculo de uma esfera pública emergente. (ROOT, 2002, p. 89).

Também vale lembrar dos lenços de pescoço branco e vermelho, que foram utilizados no Rio Grande do Sul e no restante da região do Prata como sinais de distinção partidária. Crane (2006) observa que “o vestuário, sendo uma das formas mais visíveis de consumo, desempenha um papel da maior importância na construção social da identidade” (CRANE, 2006, p. 21), sendo assim, considerado para Barthes (2009) uma narrativa atrelada à uma época e local.

Global e regional: identidades sempre em transformação

A globalização deve ser encarada por meio de dois processos paralelos: a produção de uma materialidade e a produção de novas relações sociais. O primeiro refere-se às condições materiais que garantem a produção econômica. O segundo, às relações sociais estabelecidas entre países, classes e pessoas (SANTOS, 2000). Nesse sentido, compreende-se que:

A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações. (IANNI, 1999, p. 11).

Percebe-se que a globalização ultrapassa a esfera econômica, estando “em curso um intenso processo de globalização das coisas, gentes e ideias” (IANNI, 1999, p. 13). Para Benko e Pecqueur (2001, p. 34), “a globalização diz respeito também a sociedade: é a convergência dos modos de vida”. De acordo com Mattelart (2005, p. 90) “[...] a globalização nomeia o projeto de construção de um espaço homogêneo de valorização, de unificação das normas de competitividade e de rentabilidade em escala planetária”, devendo limitar-se a definir “o projeto de capitalismo mundial integrado”, no entanto, irradiou-se pela sociedade, uniformizando os “modos de dizer e de ler o destino do mundo”.

Pecqueur (2009) afirma que a globalização é considerada uma dinâmica homogeneizadora que “aponta no sentido de uma visão de mundo onde as particularidades seriam eliminadas (PECQUEUR, 2009, p. 80)”. Entretanto, a globalização não gerou uma homogeneização do planeta, pelo contrário, ela ressaltou as diversidades.

Nosso mundo ‘global’ é assim um mosaico composto de uma multiplicidade de regiões e de localidades, que não são, longe disto, necessariamente equivalentes. Contrariamente às previsões mais sombrias, os ‘territórios’ com suas especificidades não são apagados [...]. (BENKO; PECQUEUR, 2001, p. 38).

Nessa ótica, percebe-se uma tensão entre o global e o regional, criada a partir da força de movimentos que homogeneizam e da resistência de movimentos que reagem. Para Borges (2009) com o avanço da globalização e da desterritorialização há uma sensação de perda de identidade, aumentando a necessidade do homem de pertencer a uma região que o defina, ou de estabelecer elos que o identifique com ela, ou seja, a globalização e a sua produção industrial massificada deixam uma lacuna, “que é a lacuna da identificação e da individualização simbólica dos objetos” (SILVA, 2009, p. 3).

Frente ao processo de homogeneização e padronização impostos pela globalização, há uma crescente valorização de identidades regionais no desenvolvimento de produtos, criando “diferenciais competitivos e atributos de valor simbólico aos produtos, a fim de manter as culturas tradicionais vivas, porém, integradas ao mundo contemporâneo” (PICHLER; MELLO, 2012, p. 4). Para Staggemeier (2014, p. 30) “en productos creados por diseñadores es posible incorporar símbolos de la cultura de un pueblo como una nueva forma de ver sus costumbres y modos de vida”.

Deste modo, pensar a identidade no âmbito do design de moda não comporta mais restringir-se a concepção essencialista, como ocorria no início das reflexões sobre o processo identitário, mas considerar a influência da perspectiva de multiplicidade presente na contemporaneidade. Conforme Martino (2010, p. 91), a concepção de identidade está relacionada “a um tecido de valores culturais, narrativos e sógnicos”, que perpassa o pensamento linear de que a identidade está estritamente ligada apenas ao contexto cultural e à demarcação territorial.

Diante de fluxos contínuos de espaço e tempo, a identidade de um sujeito não é mais algo estável (HALL, 2006), mas em constante transformação, propiciando que os diversos discursos em circulação, produzam deslocamentos tessitores de novas significações em torno da identidade.

Assim, compreender a questão cultural na identidade não significa apenas investigar os deslocamentos humanos, está para além, segundo (BHABHA, 1998), é considerar o cultural como um discurso em trânsito constante, diante de um fluxo intenso de representações em âmbito global. “Ao mesmo tempo em que os povos transitam, as representações e os significados igualmente circulam em escala global, disseminando ideias, valores e práticas globais que serão apreendidas e articuladas localmente” (MARTINO, 2010, p. 103). Pressupõe-se que as identidades se constituem nas formações narrativas atreladas a um processo comunicativo, edificador de novos modos de construir os discursos identitários em constante fluxo.

Pressupostos metodológicos

Primeiramente, será efetuada uma breve descrição da vestimenta utilizada pela apresentadora do programa Galpão Crioulo, Shana Muller, em um ensaio fotográfico que antecede sua estreia no programa. Após a descrição, se dá a identificação dos sentidos despertados através da representação imagética da mulher gaúcha transportada para o ambiente televisual.

Estes efeitos de sentido despertados no ensaio fotográfico partem de um repertório que é comum aos telespectadores do Galpão Crioulo, que os leva a perceber tais elementos regionais propostos no programa através de um condicionamento prévio, o contexto cultural. Assim, toda linguagem, seja ela imagética, escrita, ou outras, apresenta inúmeros sentidos pressupostos, que permitem aos seus receptores compartilhar de uma realidade conceitual.

Após, a análise do vestuário neste contexto de identidade regional marcada, será observada a coleção do estilista paulista Carlos Miele, apresentada na Semana da Moda de Nova York temporada de inverno do ano de 2012. A sua coleção mesmo que proposta para a esfera internacional, é pautada por uma lógica regional, já que o estilista buscou referências em trajes 'típicos' do Rio Grande do Sul. É importante salientar que, diferentemente da primeira análise, não será levado em conta o ambiente técnico da fotografia, sendo pontual nas peças de vestuário e em sua associação com a indumentária do gaúcho.

Uma análise regional

O programa televisivo Galpão Crioulo, produzido e veiculado pela emissora regional RBS TV e que por 30 anos permanece na sua grade de programação, constrói seu formato calcado na identidade e pela valorização do sentido de pertencimento da região sul do país, representado pelo povo gaúcho. O Galpão Crioulo passou a compor a programação da emissora RBS TV em 1982, se tornando um dos seus produtos mais antigos da emissora.

O programa propõe representar os modos de expressão e simbolização da identidade cultural gaúcha na mídia. O seu próprio nome já transmite informações sobre uma sociedade que se organizou em torno do rural, conforme Nunes (2007), o termo Galpão "[...] é uma construção existente nas estâncias destinadas ao abrigo de homens e de animais. [...] Serve de abrigo e aconchego à peonada da estância e a qualquer tropeiro, viajante ou gaudério que dele necessite" (NUNES, 2007, p.203).

O Galpão Crioulo ao longo de sua história manteve o mesmo apresentador, Nico Fagundes, que em 2000 passou a dividir o palco com seu sobrinho, Neto Fagundes. Em maio de 2012, durante a comemoração dos 30 anos do programa, Nico despediu-se. No mês de setembro do mesmo ano, Shana Muller assumiu a apresentação junto com Neto Fagundes. É formada em jornalismo pela PUC-RS e radialista pelo curso da Feplam-RS, e como cantora, participou de diversos festivais sendo considerada uma das grandes revelações da música regional gaúcha. Além disso, é a primeira mulher a apresentar o Galpão Crioulo, a sua participação representa a ação da atual mulher gaúcha, que busca autonomia enquanto sujeito social.

Anterior à gravação do seu primeiro programa, enquanto apresentadora do Galpão Crioulo, a emissora RBS TV promoveu um ensaio fotográfico na fazenda Barbinha, localizada na cidade de Caçapava do Sul, no Rio Grande do Sul. Nesta primeira exibição, por meio das vestimentas e adornos utilizados, Shana demonstra que sua presença no

programa fugirá da intenção de alimentar a imagem da mulher gaúcha como a prenda, que aproxima-se muito do perfil de uma princesa, por sua delicadeza.

Na Figura 1, a apresentadora usa camisa com decote e detalhe em broderi que enfatizam a feminilidade, assim como a faixa que marca a sua cintura com formas geométricas que sugerem o grafismo próprio da região missioneira do Rio Grande do Sul. A blusa reta nos punhos, mas com mangas bufantes até o cotovelo e a silhueta marcada sugerem à mulher rural da terceira época¹ (1865 - 1950) no Rio Grande do Sul, Figura 2. Já a trança no cabelo, arrematada com a flor e a saia longa remetem à mulher rural da segunda época (1820-1865), Figura 2. A peça sobre a camisa sugere a produção artesanal em lã, muito presente no estado (BORTOLUZZI et al., 2013)



Figura 1: Ensaio fotográfico da apresentadora antes de assumir o programa - Fonte: www.redeglobo.globo.com/rs/rbstvrs/galpaocrioulo



Figura 2: Mulher rural da terceira e segunda época - Fonte: ZATTERA, 1995.

1 Zattera (1995) no livro Gaúcho: vestuário tradicional e costumes, organiza a indumentária gaúcha em épocas: a primeira vai de 1730 a 1820; a segunda, de 1820 a 1865; terceira de 1865 a 1950; e a quarta época de 1950 aos dias atuais.

A posição de Shana, na Figura 1, desperta um apanhado de elementos significativos, que retomam como referência as esposas e mães que esperavam seus maridos e filhos, ausentes devido aos longos períodos de guerra presentes na história do estado. Contudo, neste caso, devido à expressividade presente no sorriso da cantora e o reflexo de um cavalo no vidro da janela pressupõem-se o sentido da necessidade de aventurar-se por outros territórios, desbravar o desconhecido, bem como, se faz presente o sentimento de liberdade.

Em um segundo momento do ensaio fotográfico, Figura 3, a apresentadora usa camisa com decote e casaquinho em broderi que enfatizam a feminilidade. O casaquinho e a saia longa remetem a indumentária da mulher rural da segunda época no estado (Figura 2). O cinto e a bota em couro sugerem à atividade pecuária do estado, mas também trazem um aspecto contemporâneo à vestimenta. A sua disposição em relação aos demais elementos da imagem, em ambos os registros, sugerem um contexto anterior, em que as esposas que acompanhavam seus maridos durante as lides campeiras. Ainda, é perceptível, que o relevo irregular contribui para a construção de uma mulher não linear, marcada pela imprevisibilidade, mas que ao mesmo tempo se vê fadada em muitos aspectos pelas fronteiras impostas entre os gêneros masculino e feminino, estes representado pela cerca rústica, que cumpre a função de delimitar um espaço.

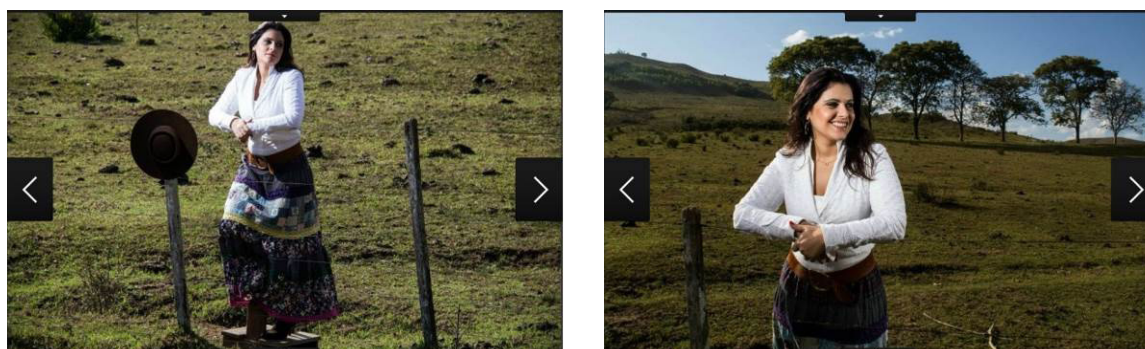


Figura 3: Ensaio fotográfico da apresentadora antes de assumir o programa

Fonte: www.redeglobo.globo.com/rs/rbstvrs/galpaocrioulo

Na Figura 4, Shana usa elementos da indumentária masculina, como a camisa com colete, o chapéu e lenço no pescoço, contudo, com características femininas, seja pelo modo de dobrar o lenço ou pelo tecido da camisa e do colete. Tanto a sua vestimenta, quanto as posições assumidas nas imagens sugerem a busca incessante das mulheres a fim de minimizar as diferenças advindas de uma sociedade em que a figura masculina é dominante.

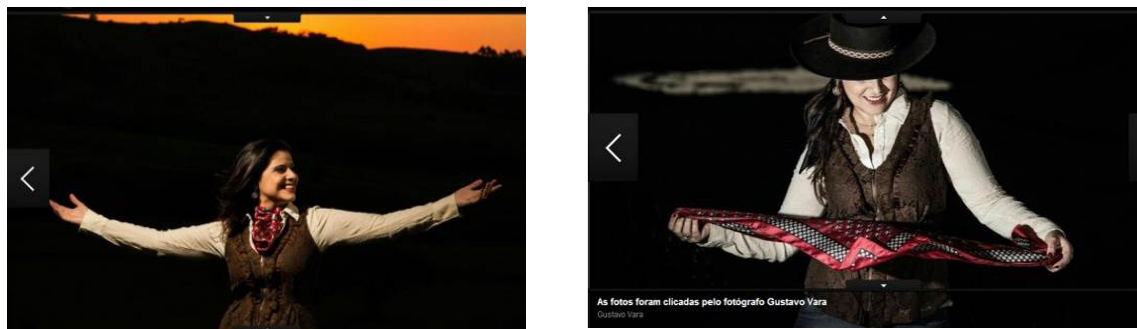


Figura 4: Ensaio fotográfico da apresentadora antes de assumir o programa

Fonte: www.redeglobo.globo.com/rs/rbstvrs/galpaocrioulo

Assim, observa-se a presença e o posicionamento de uma figura feminina, em meio a um espaço, antes ocupado apenas por homens, cuja forma de vestir da apresentadora perpassa a instância da frivolidade e parte para um contexto relacional de significação que contribui para a construção da imagem de uma mulher gaúcha mais urbana, confiante e ao mesmo tempo delicada.

Uma análise global

No ano de 2012, o estilista Carlos Miele apresentou uma coleção de inverno com referências à cultura gaúcha. Ele afirmou ter se inspirado “nos pampas gaúchos, nas pessoas que moram nas fazendas e em como elas lidam com suas vestimentas [...]” (TERRA, 2012), com o objetivo de captar “a essência da liberdade imaginada que uma gaúcha sente ao cavalgar ou caminhar pelos campos” (CARAS ONLINE, 2012).

É clara a associação das peças com a indumentária gaúcha, como é possível perceber nas Figuras 5 e 6, nas quais a modelo usa calças bastante similares a bombacha². A faixa que marca a cintura e o chapéu remetem aos mesmos usados nos trajes ‘típicos’ do gaúcho. Na primeira imagem a modelo veste uma peça que remete ao poncho³ de lã com detalhes em grafismo nas extremidades laterais que sugerem grafismo próprio da região missioneira do Rio Grande do Sul.

2 Calça larga, com punho ajustado no tornozelo a fim de facilitar o movimento das atividades do campo. Ela é considerada um peça ‘típica’ do homem do Rio Grande do Sul, da Argentina e do Uruguai. O seu uso é tão comum que acabou sendo incorporada à vida urbana.

3 Peça retangular com abertura central comumente usada na Região do Prata para proteger do frio.



Figura 5: Look desfilado na semana da moda de Nova York 2012 do estilista Carlos Miele
Fonte: <http://www.revistacliche.com.br/2013/11/a-indumentaria-gaucha-e-a-sua-influencia-na-moda/>;
<http://moda.terra.com.br/moda-no-mundo/nova-york/carlos-miele-leva-os-pampas-gauchos-a-metropole-nova-iorquina,2e094e8118e27310VgnCLD100000bbcceb0aRCRD.html>

O estilista mistura tecidos como crepe, tule, cetim, tafetá, lã e pele nas suas criações, utilizando técnicas artesanais de bordados. Carlos Miele empregou a cartela de tons terrosos, trabalhando com o vermelho, amarelo, azul, preto e dourado, com a intenção de remeter as paisagens pampas, que segundo o estilista, é um lugar tranquilo de se viver, conforme a Figura 7.



Figura 7: Looks desfilado na semana da moda de Nova York 2012, do estilista Carlos Miele.
Fonte: <http://www.revistacliche.com.br/2013/11/a-indumentaria-gaucha-e-a-sua-influencia-na-moda/>

As imagens da coleção analisada nos permitem pontuar sobre duas questões. Primeiramente, houve uma apropriação de elementos do vestuário gaúcho masculino para a moda feminina e urbana. E, que o estilista Carlos Miele valeu-se de referenciais identitários para projetar os valores culturais mostrando que é possível apresentar ao global uma moda com identidade regional.

Considerações

Este estudo abordou design de moda em uma perspectiva regional e outra global por meio da análise de peças com apelo identitário. Na primeira análise temos um contexto com identidade regional bem marcada e, por vezes, compartilhado com os habitantes da região do prata (alusão ao pampa argentino e uruguaio) e uma mídia televisiva que colabora nesta construção.

A construção da mulher gaúcha no programa Galpão Crioulo, através da apresentadora Shana Muller, atualiza a construção da imagem feminina no imaginário social. Aproximando-a das características presentes na figura masculina como, segurança, coragem e detentora de privilégios antes concedidos apenas aos homens, que combinadas com a leveza, a beleza e a delicadeza naturais do gênero feminino. Têm-se a imagem de uma mulher que busca suas raízes na tradição ao mesmo tempo em que as combina com as experiências contemporâneas. A apresentadora constrói um perfil atualizado da figura feminina do Rio Grande do Sul, em contraste com a imagem da mulher gaúcha dos séculos anteriores.

O uso recursivo da utilização de vestimentas e adornos, que remetem ao gênero masculino, sinaliza a busca pela sensação de poder, confiança e segurança presentes nas atividades e a maneira de ser do sexo oposto. Expressividade, segurança, coragem, liberdade, sensualidade e sofisticação são as características desta nova mulher, que utiliza componentes da indumentária masculina e de motivos rústicos nos adornos e vestimentas para comunicar sua personalidade, através de composições imagéticas que fazem parte de um todo discursivo.

Já na segunda análise, temos um contexto global, no qual marcas internacionais buscaram suas referências na identidade regional por meio da indumentária do gaúcho. É interessante salientar, que assim como na vestimenta da apresentadora Shana Muller, os elementos masculinos também estão presentes nas coleções de moda femininas, há uma clara associação ao chapéu, poncho e bombacha. Esta referência pode ser o resultado dos discursos marcados pela concepção de masculinidade que circundam a identidade gaúcha. No entanto, assim como no caso da Shana, acredita-se que o objetivo é construir no imaginário social uma nova representação de feminino, reordenando as significações que a compõe, tanto em aspectos relativos ao contexto histórico, como o da moda. Na composição desses discursos a todo o momento são retomadas as dicotomias: tradicional x contemporâneo, mulher x homem, rude x delicado, rural x urbano, dentre outros.

Percebemos assim, que as particularidades do Rio Grande do Sul dialogam com o

global, elas tem relação com o todo, ou seja, não se fecham em si mesmas, sendo então influenciadas pelo todo e o influenciando, e a moda expressa essas particularidades ao promover a mediação entre o global e o regional.

Referências

- ASSUNÇÃO, F. **Historia del Gaucho: ser y qué hacer**. Buenos Aires: Claridade S.A., 2007.
- BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. Lisboa: Edições 70, 1985.
- _____. **O sistema da moda**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. **Os recursos de territórios e os territórios de recursos**. *Geosul*, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, 2001.
- BETTA, Edinéia Pereira da Silva . **Identidade e moda na construção da indumentária 'típica' da mulher gaúcha**. In: 8º Colóquio de Moda - 5ª Edição Internacional, 2012, Rio de Janeiro. 8º Colóquio de Moda - 5ª Edição Internacional, 2012.
- BORGES, Adélia. **Designer não é personal trainer**. São Paulo: Rosari, 2009.
- BORTOLUZZI, Cristiane Greiwe; MENEZES, Darcielle Paula Marques; BISOGNIN, Edir Lucia; LISBÔA, Maria da Graça Portela; BARROS, Mariana Osorio. **Do tradicional à customização: a representação feminina no programa televisivo Galpão Crioulo**. VI Encuentro Panamericano de Comunicación. COMPANAM 2013. Cordoba – Argentina.
- CARAS ONLINE. **Carlos Miele apresenta coleção inspirada em gaúchas na Semana de Moda de NY**. 2012. Disponível em: <<http://caras.uol.com.br/fashion/carlos-miele-apresenta-colecao-inspirada-em-gauchas-na-semana-de-moda-de-ny#.V1H0Z5ErLIV>>. Acesso em: 03 jun. 2016.
- CRANE, Diana. **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas**. São Paulo: Editora SENAC, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- LISBÔA FILHO, Flávio F. **Mídia regional: gauchidade e formato televisual no Galpão Crioulo**. Tese; UNISINOS, São Leopoldo, 2009.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Comunicação & identidade: quem você pensa que é?**. São Paulo, 2010.
- MATTELART, Armand. **Diversidade cultural e mundialização**. São Paulo: Parábola, 2005.
- NORMAN, Donald A.. **Design emocional: por que adoramos (ou detestamos) os objetos do dia-a-dia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.
- NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cadoso. **Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2007.
- ONO, Maristela. **Design e cultura: sintonia essencial**. Curitiba: Edição da Autora, 2006.
- PECQUEUR, Bernard. **A guinada territorial da economia global. Política & Sociedade – Revista de**

Sociologia Política, UFSC, v. 14, p.79-105, maio 2009.

PICHLER, Rosimeri Franck; MELLO, Carolina Iuva de. **O design e a valorização da identidade local. Design & Tecnologia**, Porto Alegre, v. 04, p.1-9, 2012.

ROOT, Regina A.. **Modelando a nação: escritos de moda na Argentina do século Dezenove**. In: FASHION THEORY. A revista da Moda, Corpo e Cultura. Edição brasileira. V.1, n. 1. São Paulo: Editora Anhembi-Morumbi, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SILVA, Emanuelle Kelly Ribeiro. **Design e artesanato: um diferencial cultural na indústria do consumo**. In: UNIVERSIDAD DE PALERMO (Org.). **Actas de Diseño**. Buenos Aires: Foro de Escuelas de Diseño - Facultad de Diseño y Comunicación - Up, 2009. p. 167-174.

STAGGEMEIER, Caroline Horvath. **Análisis del diseño de joyería con identidad regional en sus formas y materiales**. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Diseño y Comunicación, Facultad de Diseño y Comunicación, Universidad de Palermo, Buenos Aires, 2014.

TERRA. **Carlos Miele leva os pampas gaúchos à metrópole nova-iorquina**. 2012. Disponível em: <<http://moda.terra.com.br/moda-no-mundo/nova-york/carlos-miele-leva-os-pampas-gauchos-a-metrople-nova-iorquina,2e094e8118e27310VgnCLD100000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

ZATTERA, Véra Stedile. **Gaúcho: vestuário tradicional e costumes**. Porto Alegre: Pallotti, 1995.



PARTE II

MEDIOS Y

FRONTERAS



PRENSA Y GÉNERO EN LA TIERRA. UNA VIDA “FEDERADA”

Alejandra de Arce
Marina Poggi
Universidad Nacional de Quilmes

Introducción

En los últimos años, los análisis de la realidad agraria argentina se han enriquecido mediante la inclusión de una perspectiva de género.¹ Los censos agropecuarios y los distintos programas sociales del Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca de la Nación y las agencias provinciales responsables del sector, revelan las diversas situaciones en que se encuentran las mujeres rurales en las distintas regiones del país. Estas políticas intentan revertir la invisibilidad de las mujeres ligada a una tradición, a un discurso de género que posiciona a los varones como jefes de la unidad de producción, al mismo tiempo que reproduce la división sexual del trabajo, subordinando el trabajo femenino. Esta histórica asignación de tareas provoca, entre otras cosas, la diferencia en el acceso a los recursos naturales y económicos y excluye a las mujeres del acceso a la renta monetaria, de la gestión de las actividades productivas y de los espacios públicos de decisión. Traza una frontera invisible –y muchas veces infranqueable– entre los géneros.

El compromiso con la equidad excede –en los inicios del siglo XXI– los ámbitos públicos para introducirse en el complejo mundo de las corporaciones agrarias pampeanas. Entre éstas, ni las más antiguas escapan a la tendencia de incluir miembros femeninos e implementar políticas que contengan una perspectiva de género. La Sociedad Rural Argentina (SRA), incorpora una Comisión de Productoras Agropecuarias desde fines de octubre de 2003. Esta iniciativa intenta que las mujeres del sector agropecuario acerquen sus ideas e inquietudes o participen de ciclos de capacitación. Mujeres Federadas, “ala femenina” de la Federación Agraria Argentina (FAA), surge en 1995 con el objetivo de lograr una activa y protagónica participación de la mujer en su conducción institucional. Desde 2014 incluye una Secretaría de Género, Igualdad de Oportunidades y Derechos Humanos en el Comité de Acción Gremial, cuya titularidad es ejercida por Marta Aicardi de Pelagagge. La Confederación de Asociaciones Rurales de Buenos Aires y La Pampa

1 Véanse, entre otros, Biaggi, Canevari y Tasso (2007). Disponible en: <<http://www.proinder.gov.ar/Productos/Biblioteca/destaques/ESTINV.11/Default.aspx>, Biaggi (2008) Biaggi, Cristina, “Situación actual y políticas para la equidad de género en áreas rurales”. Disponible en <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=3473>; Bidaseca (2004). El Movimiento de Mujeres Agropecuarias en Lucha ha suscitado múltiples investigaciones. Véanse: Lattuada (2006), Giarracca (2001). Disponible en <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/giarracca.pdf>>, Isla, César (2004), Muzlera (2009); Ferro (2008) Lobato (2007); Gutiérrez (2007). Barrancos (2007), entre otros.

(CARBAP) cuenta entre sus filas a la única dirigente rural del país que ejerciera como vicepresidente de Confederaciones Rurales Argentinas (CRA), María del Carmen Neyra, como también a varias mujeres que presiden Sociedades Rurales locales y otros puestos de conducción en esta entidad agraria.

Por su parte, la Confederación Intercooperativa Agropecuaria (CONINAGRO) –entidad que ejerce la representación gremial del sector agropecuario solidario desde 1956– realiza regularmente encuentros y jornadas para analizar la situación de las mujeres en el movimiento cooperativista agrario. Esta iniciativa revela la preocupación por conocer los factores culturales, psicosociales y estatutarios que inciden en los liderazgos femeninos.

Si la participación de las mujeres en las corporaciones y asociaciones agrarias tradicionales del agro pampeano tiene relevancia en la actualidad, acusa larga data y escaso registro historiográfico. Pensadas como espacios de reivindicación de los intereses de las familias agrarias, las corporaciones –y sus prácticas– se insertan en un ámbito de sociabilidad pública, alejada de los hogares rurales, a los que se circunscriben las actividades femeninas.

Sin embargo, en los momentos constitutivos de las asociaciones de pequeños y medianos productores –como la FAA– la presencia de las mujeres ha sido considerada como fundamental para la difusión y sostén de las propuestas y reclamos institucionales articulados para defender los intereses de las familias rurales desde principios del siglo XX.

La FAA se organiza para reclamar la propiedad de la tierra para los chacareros arrendatarios (desde 1918), como parte de la solución a la cuestión social agraria. Esta exigencia incluye una dimensión que excede el mejoramiento material y asocia la propiedad al arraigo, con el acceso a una vivienda digna y a mejores condiciones de vida para las familias del campo.

Entonces, ¿Qué lugar ocupan las mujeres en estos reclamos chacareros cuando se presiona al Estado en busca de mejoras para el sector? ¿Son integradas al ejercicio del poder en las estructuras de la FAA? Este estudio histórico retoma estos cuestionamientos a través del análisis de la trayectoria de la Srta. Blanca Formía, maestra y secretaria de actas de la FAA desde 1949 a 2014.

A partir del análisis de su participación en el periódico La Tierra –órgano de prensa oficial de la FAA–, bajo el seudónimo de Federada, el uso de técnicas de historia oral y otras fuentes documentales, se pretende identificar los temas y las representaciones sociales que atraviesan el discurso de una de las mujeres con mayor permanencia institucional en una corporación agraria. Su historia de vida se liga excepcionalmente con la de esta centenaria asociación defensora de los intereses de los chacareros. Su relato, permite observar el desarrollo de la vida institucional federada y, al mismo tiempo, apreciar las formas en que la militancia extensa y sostenida (como experiencia de vida) tiene el potencial para transformar la biografía de una persona (McAdam, 1999).

El propósito es contribuir a la comprensión de la construcción de las identidades sociales, sus interacciones con el discurso de género y las prácticas sociales, identificando límites y posibilidades de la inserción femenina en espacios tradicionalmente significa-

dos como masculinos.²

La Federación Agraria Argentina

La FAA inicia sus actividades el 15 de agosto de 1912.³ Es el resultado de la primera huelga agraria argentina iniciada el 25 de junio del mismo año, que es registrada por la historia como “el Grito de Alcorta” (Santa Fe). Este movimiento agrario es liderado por los hermanos José, Pascual y Francisco Netri y conformado en su mayoría por agricultores inmigrantes. Reclama la rebaja general de los arrendamientos y las aparcerías, la entrega del producto en parva y troje, contratos por un plazo mínimo de cuatro años y libertad de trillar y asegurar las sementeras sin consultar al arrendador (Diecidue, 1969: 29-51).⁴

En los meses anteriores se conforman -en el sur de la provincia de Santa Fé y norte de la provincia de Buenos Aires- comités de lucha y numerosas comisiones de agricultores arrendatarios y aparceros, que a su vez se contactan con otras regiones. Entre los principales dirigentes se encontraban Francisco Bulzani, Luis Recovelli, Hermenegildo Gasparini, Francisco Capdevilla, Nazareno Lucantoni y Domingo Giampullo (García, 1972: 14). Antonio Noguera, periodista y chacarero de Pergamino, es el primer presidente de la FAA (1972: 17).

La intervención de las mujeres en el “Grito de Alcorta” y en las huelgas agrarias previas es recordada como muy activa y combativa. Entre ellas, se destacaron María Robotti de Bulzani, María de Gilarducci, María de Caporalini, Cecilia de Bó, María Rosa de Ghío de Fontana, Palmira Menna de Debiasse, Rosa de Gasparini, María C. de Caporalini, María G. de Klinck y Jacinta de Menna (García, 1972: 16 y 17). Se ha dicho que María Robotti fue “una extraordinaria mujer, alma y nervio durante las reuniones preparatorias de la huelga y que actuó como una infatigable chacarera que alentó a los agricultores en huelga para proseguir por el camino de la justicia, la paz y la libertad” (Dalla Corte Caballero, 2013: 3). Ella y el resto de las agricultoras sostienen sus explotaciones agrarias, cuando el deber institucional aleja a sus compañeros por un tiempo prolongado. Quizá por este motivo, cuando se discuten los Estatutos de la FAA, las mujeres son aceptadas como “socias tanto porque hay muchísimas que son tan labradoras como sus maridos y sus hijos, cuanto porque hay bastantes viudas que son los jefes de sus familias las que dirigen la explotación de sus chacras” (Dalla Corte Caballero, 2013: 4).

Es así que desde 1912, para las familias productoras la FAA resulta una entidad cen-

2 A través del estudio del lenguaje, comprendido este como sistema de significados, se puede advertir la función legitimadora del género. Prestar atención a los sistemas simbólicos, a las formas en que las sociedades representan el género, “hacen uso de este para enunciar las normas de las relaciones sociales o para construir el significado de las experiencias”, permite ver cómo mediante los procesos de significación se construyen los “poderosos roles que los símbolos, metáforas y conceptos juegan en la definición de la personalidad y de la historia” (Scott, 1996: 282).

3 Aunque la Asamblea Constitutiva y Acta de fundación se realizan el 1° de agosto (Grela, 1997: 353)

4 Recién desde 1918, la FAA comenzará su histórico reclamo solicitando “La tierra para quien la trabaja”, promoviendo el debate sobre la reforma agraria (Girbal-Blacha: 1989).

tral en la representación de sus intereses: "Con esta herramienta fundamental, las mismas luchas se proyectaron positivamente durante muchos años, transformando el paisaje del interior del país a través de una nueva y progresista estructura socio económica y productiva que fue ganando espacio en el campo. No solamente se había logrado torcer el brazo a los poderosos dueños de la tierra, sino que el empuje militante de los agricultores, en el marco aglutinante y organizativo de la entidad que los representa desde entonces, fue logrando leyes que amparaban los derechos e intereses de esta nueva franja social del campo."⁵

Si bien fue fundada "para interpretar los intereses de los agricultores y, en especial, de los chacareros y colonos de la época, al cabo de medio siglo la Federación Agraria Argentina se ha encontrado "desfasada" con respecto al grupo que representa y a la ideología de la cual es responsable" Además, "se ha producido un vuelco en la situación de los agricultores federados, como consecuencia de cambios estructurales. Al dividirse muchos latifundios, al aplicarse el plan de transformación agraria de 1956 en cuya virtud colonos de arrendamientos congelados pasaron a ser propietarios de las tierras que ocupaban, al iniciarse entre 1957 y 1958 una política crediticia en los bancos oficiales, que otorgaba a los ocupantes el 100% de los créditos necesarios para la compra de esas tierras, en la zona central de país se produjo una transformación de la tenencia" (De Imaz, 1961: 103).

Aunque el hecho favoreció masivamente a los agricultores de Santa Fe y del Este de Córdoba y a otros colonos e hijos de colonos tradicionalmente federados, también quedó de pronto desubicada la entidad que los agrupaba, al no poder adecuar sus objetivos históricos a la nueva realidad presente en buena parte de la masa de afiliados (De Imaz, 1961: 104). En este sentido, "los individuos y sus familias seguían siendo los mismos, pero buena parte habían cambiado de status y los antiguos arrendatarios eran ahora pequeños propietarios. Cambiada igualmente la mentalidad de status, la entidad que los agrupaba seguía siendo la misma. Debiendo representar a los más débiles de entre los agricultores, junto a éstos estaba la gran masa de los recién ascendidos. Como todos los grupos nuevos, no han madurado lo suficiente para adquirir conciencia objetiva de sus reales intereses, y se guían por cambiantes marcos de referencia, ajenos a su misma sustancial realidad" (Kulacs, 1971: 98 y 99).

A mediados de la década de 1960 pueden identificarse características diferenciales de la estructura agraria respecto del período anterior, las cuales "estarían dadas por la salida del estancamiento de la producción agropecuaria que caracterizó las décadas del cuarenta y cincuenta, y por la importancia que tuvieron en ese proceso los cambios tecnológicos, institucionales, y la mecanización, que se percibían como instrumentos efectivos y mucho menos conflictivos que la expropiación y distribución de tierras para promover el aumento de la producción" (Lattuada, 1988: 40). Otra característica diferencial fue la descompresión de conflictos, regulados en principio por controles estatales, tales como prórrogas y congelamiento de los arrendamientos rurales, legislación con-

5 <http://www.faa.com.ar>

tractual, laboral y social, y la organización sindical de los sectores asalariados rurales. Las transformaciones implicaron “una disminución significativa en los sectores rurales no propietarios, y con ellos su importancia como caudal electoral, que en otro momento ejercían una presión directa sobre el sistema de tenencia de la tierra y el “normal” desarrollo del proceso productivo, ya sea este el caso de los arrendatarios y aparceros por su transformación en pequeños y medianos propietarios, o por su proletarización y expulsión del medio rural junto a un significativo número de trabajadores rurales”. En esta etapa, la estructura social agraria da cuenta de un sector asalariado poco significativo, ya que la mecanización reemplazó a los trabajadores asalariados transitorios o de cosecha (Lattuada, 1988: 41).

A su vez, la cantidad de pequeños y medianos productores propietarios iba en aumento y, por ejemplo, sólo un 36% de los cien mil miembros de la FAA seguían siendo arrendatarios hacia 1966 (Rapoport, 2005: 586). De este modo, la imagen del terrateniente “parásito” ajeno al sector productivo –figura opuesta al del trabajador no propietario- se fue transformando en la imagen del empresario “que hace de las inversiones rentísticas y especulativas una opción empresarial racional y se caracteriza por un gran peso de la tierra en su patrimonio y la elección de estrategias extensivas de producción” (Lattuada, 1988: 41).

Acción gremial, información y formación

La acción gremial de la Federación se extiende a partir de dos iniciativas que, si bien se transforman a través del siglo XX, no olvidan los fundamentos de su creación. Por un lado, y para divulgar sus actividades y logros, el periódico *La Tierra* funciona desde 1912 como órgano de difusión. Para la entidad, este periódico posee un significado particular. Además de informar, actúa como maestro y defensor de los intereses de los chacareros, quienes a través de sus páginas comienzan a expresar inquietudes, ideas y ambiciones.⁶ Por otro lado, la creación en 1930 de los centros juveniles dependientes de las seccionales de la FAA responde a la necesidad de formar a las nuevas generaciones en los valores, el espíritu y las reivindicaciones de la entidad madre (Gutiérrez, 2013: 133).

La Tierra

El periódico *La Tierra* se propone acercar a sus asociados información sobre las actividades federadas, información técnica, análisis de mercados, clima, tecnología y avisos clasificados.⁷ *La Tierra* fue creado por el abogado italiano Francisco Netri, quien colaboró estrechamente en la constitución de la entidad. Netri es quien percibe la importancia de generar un órgano de difusión propio y a los cuarenta días de quedar constituida funda un periódico llamado “Boletín Oficial de la Federación Agraria Argentina”, que apareció

6 FAA, Documento de conformación del “Grupo reparador de *La Tierra*”, Rosario, 2006.

7 <http://www.faa.com.ar>

por primera vez el 21 de septiembre de 1912.

El organigrama de la FAA dispone que el presidente de la entidad asuma la dirección del semanario. De formato sábana, las características estilísticas que el periódico posee hasta la actualidad son las que adquiere desde 1933, cuando se convierte en semanario (Diecidue, 1969: 55-56). Su contenido informativo siempre estuvo concentrado en la problemática rural, aunque varía en el tiempo condicionado por los recursos gráficos y las temáticas en boga. La cantidad de páginas no era estable y variaba de 4 a 14, lo que respondía no solo al caudal informativo, sino también a los diferentes momentos en los que la problemática de la importación y distribución del papel prensa afectó a las publicaciones a nivel mundial (Da Orden y Pirro, 2007: 15-18).

A partir de la década de 1950, se intensifica la divulgación de las labores desarrolladas en los Centros Juveniles en relación a años anteriores. La inclusión de fotografías permite aportar mayor representatividad al relato de las actividades de capacitación, retratando a docentes y alumnos. Desde 1960 se incrementan las noticias relacionadas con el cooperativismo, demostrando el auge de esta forma asociativa en el agro y la relevancia que adquiere Agricultores Federados Argentinos en la FAA.

La FAA considera fundamental el contacto con los socios a través de su periódico. Así, en las Memorias y Balances correspondientes al período 1973-1974, se reafirma la función de La Tierra como “órgano oficial societario, lazo de unión de todos los organismos federados del país con la Central y entre sí, expresión viva del pensamiento federado frente a todos y cada uno de los problemas de la actualidad agropecuaria”⁸. Su vigencia permite a la federación cumplir con los objetivos de información, esclarecimiento y capacitación, enfocar los problemas más urgentes y ofrecer soluciones, “las que merecieron la atención de las autoridades y de otras organizaciones”⁹.

Para consolidar los lazos federados en 1959 se decide la publicación de Agro Nuestro, “La revista argentina del hogar agrario”. Si bien la revista representa un clima de época en cuanto a la cobertura de temáticas relacionadas con la modernización técnico-productiva de las explotaciones, excede el público de La Tierra y se remite a la familia agraria, base de los reclamos de la FAA. Problemáticas económicas actuales, información sobre mercados, notas técnicas de agricultura y ganadería, temas de interés específicos para mujeres (consejos para el hogar, moda, recetas culinarias, etc.) y el accionar de los grupos juveniles federados, son los temas centrales de esta publicación (Gutiérrez, 2009: 5).

Centros Juveniles de Formación

El 13 de marzo de 1930, a proposición de Esteban Piacenza¹⁰, en Colonia Susana (Santa Fe) se constituye el primer “Club Agrario Juvenil” y, aunque durante algunos períodos estas organizaciones de jóvenes han cambiado de denominación, subsisten hasta la actualidad (Gutiérrez, 2013:134; Mateo, 2012: 191-198). Se les asigna una “misión” a los

8 FAA, Memoria y balance 1973-1974, Rosario, 1974

9 Ibídem.

10 Agricultor, gremialista nacido en Piamonte (Italia) y radicado en Moldes (Santa Fe, Argentina). Preside la **Federación Agraria Argentina** durante casi 30 años hasta su muerte el 13 de junio de 1945 y milita activamente en el **Partido Socialista**, representando al **Centro Socialista de Rosario**.

clubes: "conseguir que la juventud campesina se capacite, tanto sindical como intelectualmente, que su radio de visión se extienda mucho más allá del límite de la chacra, que adquiera un conocimiento exacto, mediante la lectura de buenos libros, de lo qué es la vida en sociedad, en fin modelar el carácter de los jóvenes agrarios..."¹¹

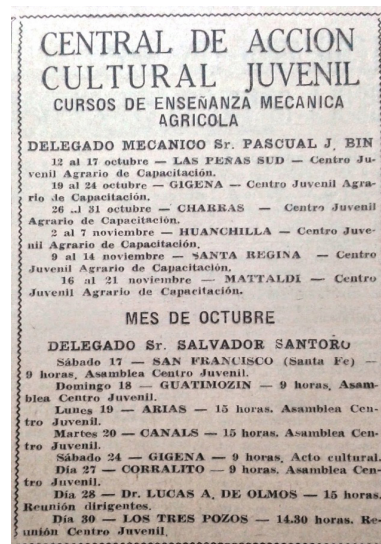
De acuerdo a sus Estatutos Sociales, los clubes son entidades hermanas de las filiales de la FAA y su objeto es fomentar en la juventud agraria la cultura e instrucción en general, el espíritu patriótico y de unión, uniformar sus aspiraciones sobre una base eminentemente agraria y proporcionarles "sanas diversiones", ejercicios físicos y excursiones. Con el auxilio de técnicos deben brindar conferencias sobre "cosas prácticas y útiles para el hogar y la chacra, como ser higiene de la maternidad y la infancia, apicultura, avicultura, industria frutícola casera..."¹² Preocupaciones no exclusivas de la FAA en años de crisis y creciente éxodo del campo a las ciudades.

A partir de 1950 estas agrupaciones se convierten en Centros Juveniles Agrarios de Capacitación (CJAC), sin autonomía jurídica, dependientes de la sección Central de Acción Cultural Juvenil. En las primeras etapas, estos espacios representan también oportunidades de socialización y formación para los jóvenes rurales. El Programa de capacitación para los Centros Juveniles diferencia las actividades por género. La orientación de la instrucción masculina era de índole técnico-tecnológica e impartida por especialistas (Imagen 2). Mientras tanto, las socias recibían clases de manualidades hogareñas, que las preparaban para su rol de amas de casa rurales (Imagen 1).

Imagen 1: Enseñanza femenina



Imagen 2: Enseñanza masculina



Fuente: La Tierra, 22 de febrero de 1963; 16 de octubre de 1961, p. 5.

11 Acta del Consejo Directivo Central de la FAA, 13 de marzo de 1930 (copia). "La misión de los Clubs J. Agraria" en La Tierra, 14/2/1936. La preocupación por los jóvenes y la creación de Centros juveniles en el agro no es exclusiva de la FAA. Así, ACA y Agricultores Federados Argentinos, como asociaciones con la misma zona de influencia organizan también tempranamente este tipo de actividades culturales. Véanse: Mateo, 2012; Mateo y de Arce, 2014, entre otros.

12 "El Abuelo. Apuntes para la historia del movimiento juvenil agrario, Nota VI" en La Tierra, 3 de julio de 1969, p. 8

Cada fin de año, la Central de Acción Cultural se reúne para planificar y organizar las actividades que se desarrollarán. No sólo aquellas de índole instructiva, sino también las asambleas culturales, actos de diversa índole y capacitación sindical y cooperativa de la juventud, como parte de la formación de nuevos cuadros dirigentes de la FAA. Se solicita a los Centros Juveniles que deseen recibir en sus sedes cursos de "Enseñanza femenina" o de "Mecánica Agrícola" que se inscriban en tiempo y forma (hasta mediados de marzo de cada año) para favorecer la organización de los planes de trabajo de la Central Juvenil.¹³ La Tierra difunde en sus páginas las novedades concernientes a los cursos realizados en diversas localidades del país, predominando las filiales de la región pampeana entre las más demandantes para educar a sus jóvenes.¹⁴ Docentes y alumnos ilustran con su registro fotográfico la información que brinda el periódico federado.

Asimismo, difundirá y celebrará la constitución de nuevos Centros Juveniles, dedicando espacio a la reproducción de sus asambleas y debates como también comunicando las designaciones para las comisiones directivas y la subcomisión femenina, respectivamente. La tendencia a incluir miembros femeninos en puestos de responsabilidad se acrecienta en los años sesenta.

En 1963 se adopta una nueva modalidad de enseñanza femenina: Creación de los talleres permanentes de trabajo, en función de la percepción de la FAA de las necesidades de las jóvenes rurales (capacitación, sociabilidad). Para "elevar a la mujer de la chacra" se conforman talleres y diplomas con una duración de tres años, con objetivos prácticos y teóricos. Por un lado, se fomenta la lectura, que guiada por profesoras de la FAA, permite la utilización de las bibliotecas de las filiales.¹⁵ Asimismo, se incluye el dictado de clases sobre temas cívicos e históricos, reuniones y debate de lecturas. Hacia 1965, la juventud federada consigue su autonomía con la creación de la Federación Argentina de Centros Juveniles Agrarios de Capacitación, sin dejar de permanecer "unidos doctrinaria y espiritualmente" a la entidad madre (Gutiérrez, 2013).

Blanca Formía: maestra de la FAA

Blanca Formía nació en Centeno -San Jerónimo, Santa Fé- el 1° de mayo de 1925. Sus abuelos habían llegado de Italia a trabajar en el campo. Hija de José Pedro Formía y Margarita Clemencia Bunivar, era la segunda de cuatro hermanas y un hermano. Su padre fue arrendatario en una estancia de dueños ingleses llamada El Albión, de la que luego compró un pequeño pedazo de tierra, y además tenía carnicería. Su madre, quién vivió junto a Blanca hasta los 106 años, era costurera. Su infancia transcurrió en Centeno, en donde asistía a una escuela del hogar en la que enseñaban toda clase de manualidades. Sumado a la enseñanza de su madre, el aprendizaje adquirido en esta etapa de su vida y su vocación de maestra definieron su primera participación en las filas de la FAA.

13 Un ejemplo de esta solicitud en *La Tierra*, 11 de enero de 1963.

14 Para ampliar, véase Gutiérrez, 2013.

15 *La Tierra*, 4 de abril de 1963.

El 1° de julio de 1949 -en tiempos de crisis agraria- es designada como maestra de labores -luego de rendir un examen en la sede de la FAA de Rosario- para los centros juveniles de la entidad, denominados "Clubes Juventud Agraria".¹⁶ Si bien era maestra de grado, también había aprendido manualidades y nociones de economía doméstica que las Escuelas del Hogar impartían en los pueblos. Su testimonio como educadora y divulgadora de los ideales de la FAA, en diez años de labor itinerante, nos permite conocer los estereotipos de género y las prácticas que se difunden en el agro regional en la década de 1950.

Blanca y otras cinco maestras eran responsables de los cursos de labores. Su tarea consistía en ir a los Centros Juveniles dependientes de las filiales de la FAA de diferentes pueblos que las convocaban, en distintos puntos del país. Es decir, no era la Federación quién las enviaba a los pueblos, sino que eran los Centros Juveniles quienes las requerían. Cada maestra, por separado, asistía a tres centros cercanos en distancia y permanecía 15 días en cada uno. Luego regresaba a Rosario y descansaba 15 días. Llegaban a cada sitio solas, en micro o en tren, con grandes valijas repletas de materiales para la confección de manualidades. Eran recibidas por los responsables de los Centros anfitriones, quienes les proporcionaban alojamiento y atenciones.

En los Clubes juveniles, la actividad femenina principal era la realización de manualidades. De acuerdo a Blanca, cada centro tenía una comisión directiva donde las mujeres tenían su similar femenina. Si bien la mayoría de las asociadas eran jóvenes solteras, la inscripción y asistencia estaba abierta para mujeres casadas. En sus recuerdos de maestra, señala que lo que más las entusiasmaba a las muchachas era confeccionar una billetera repujada, que luego regalaban a sus novios. En este sentido, la educación de la juventud agraria se apegaba a las normas culturales del género.

Imagen 4. Blanca Formía y alumnas en la exposición final del curso



Fuente: La Tierra, "Un nuevo ciclo de enseñanza femenina hubo en Ordoñez", 7/4/1959, p.7 (Blanca Formía en el centro, con vestido oscuro).

¹⁶ Trabaja allí hasta el 31 de marzo de 2014. No se tomaba vacaciones y pasó años enteros sin faltar ni un solo día a trabajar. Solo se ausentó un mes entero por el luto del fallecimiento de su padre (Entrevista a Blanca Formía, 2014, por las autoras).

Otra actividad desarrollada era la enseñanza de la economía doméstica, que incluía nociones culinarias. Al finalizar cada curso se realizaba una exposición de las labores realizadas y un festejo, que reforzaba la sociabilidad y vínculos gremiales. Las esposas de los productores vinculados a la filial local, no parecían participar asiduamente en los centros o de las acciones colectivas de la FAA, ya que en su mayoría tenían entre cuatro y seis hijos. Sus labores domésticas –que incluían huerta y gallinero más allá de la alimentación y cuidado familiar y hasta trabajo predial- les impedían comprometerse en forma plena con el aprendizaje ofrecido. No sólo se instruía a las mujeres en cuestiones de su género. La divulgación de la historia de la FAA, objetivos, reivindicaciones y funcionamiento eran parte fundamental de la formación. Magisterio y acción gremial se combinan en la vida de la mujer con mayor permanencia y participación en una corporación agraria.

Los Centros juveniles –al igual que los locales de las filiales de la FAA o de las cooperativas- eran espacios centrales de la sociabilidad agraria. Ofrecían actividades educativas y de esparcimiento, convirtiéndose en puntos de encuentro periódico de jóvenes, propiciando compromisos y matrimonios. Cada de 15 días, oficiaban de sedeailable.

Como espacios educativos, complementaban o suplían la educación formal en aquellos espacios rurales donde aun no había escuelas, situación que el peronismo intentaba resolver. Blanca, como maestra “viajante” de la FAA advierte que la difusión de las secciones juveniles fue muy importante para la educación de los hijos de los chacareros y, al mismo tiempo, reconoce que el gobierno de Juan Perón favoreció el progreso educativo en el agro. La importancia del arraigo juvenil en el campo, interés que excedía el discurso de la FAA, era la base de la divulgación de estos cursos, con enseñanzas particulares para cada género. La Federación bregaba porque los hijos de los chacareros se quedaran a trabajar allí, como parte de la afirmación de su reclamo gremial y para descomprimir la “cuestión social”.

Una vida “Federada”

Luego de alrededor de 10 años en la labor de maestra, Blanca Formía fue designada como secretaria de actas del Consejo Directivo Central de la FAA. Realizar dicha tarea no le costó, dada su experiencia de vida en el campo tanto familiar como profesional vinculada cotidianamente a Centros Juveniles y filiales.

A lo largo de 1971 participó con intervenciones en el periódico La Tierra bajo el seudónimo de Federada, un espacio desde el que abordó diferentes temas. Sus participaciones pueden dividirse en dos. El primer espacio, se trata de una columna llamada “Cosas nuestras”, en la que la autora se acerca a la situación de la FAA y la participación de sus asociados. El segundo, también firmado por Federada, opina, informa y analiza sobre el lugar de las mujeres en el hogar y en la sociedad.

Cosas nuestras

¿Desde qué lugar escribe Blanca Formía en la columna “Cosas Nuestras”? ¿Desde el que le ha dado su experiencia como maestra formadora de otras mujeres en las habilidades de “buena ama de casa”? ¿Desde sus prácticas, que no siguen los cánones sociales de la época, mientras sí reproduce discursivamente estereotipos tradicionales? ¿Desde la militancia y el compromiso con la entidad, que trasciende los límites laborales y permea toda su vida?

El posicionamiento discursivo desde el cual Blanca desarrollo este espacio de reflexión es el resultado de una experiencia de vida con matices excepcionales. Tanto su trayectoria personal como la que la vincula a la FAA hacen que su perspectiva sea tan peculiar como atractiva para el análisis. El compromiso que asume para con la FAA trasciende su propia participación como trabajadora. Las tareas de maestra en la entidad le permitieron construir una mirada desde la acción y a partir de allí es de donde postula sus análisis en la columna que dedica a reflexionar sobre la Federación, desde la cual no solo realiza minuciosas apreciaciones sobre su funcionamiento, sino que alienta a asociarse, rescata valores de la vida, familia y amistad de los asociados, y distingue a sus dirigentes.

El incentivo por escribir sobre FAA nace tanto de la admiración y el afecto que ella misma siente por Esteban Piacenza y por Antonio Diecidue, como del compromiso con la entidad, forjado desde sus tiempos de maestra viajera. Piacenza, un inmigrante italiano devenido en chacarero, fue presidente de la FAA desde 1916 hasta 1945. Diecidue fue un historiador de la entidad, que escribió en *La Tierra* bajo el seudónimo de El Abuelo, y quién mantenía largas charlas con Blanca en las que relataba episodios de la historia de la FAA y también de la vida de Piacenza, al que el propio Abuelo admiraba.

La columna “Cosas Nuestras” se publicó en *La Tierra* a lo largo de 1971 sin una periodicidad específica. El objetivo principal –que se desprende a partir de la lectura- fue demostrar el valor agregado que tiene el hecho de ser un afiliado de la FAA, pero también el compromiso asumido que implica “aportar su correspondiente grano de arena”¹⁷ y colaborar en la tarea de alistar socios. Así, y en el marco de una campaña para la adscripción de socios, Federada hace un llamado a los asociados a que se comprometan participando activamente en la campaña “Haga un socio más”, lanzada por la propia Federación; acompañando el ritmo expansivo de la agricultura pampeana con la intención de incrementar la agremiación de los productores. También en el caso de la inminente celebración del aniversario del “Grito de Alcorta”, apunta que una buena manera de festejar sería interesar al vecino y al amigo para que ingresen a las filas de la FAA, y exhorta a transformar la campaña “Haga un socio más” en la “Campaña Aniversario”.¹⁸

Un aspecto que también enfatiza es el de la importancia de las filiales, las que deben difundir los lineamientos generales de la política que fija el Estatuto de la sociedad, a la vez que en su comunidad representa a la producción agraria, en cualquier expresión o manifestación de la vida comunitaria. También advierte sobre la validez de la bue-

17 *La Tierra*, “Amigo federado: ¿y su grano de arena?”, 25/3/71, p. 5

18 *La Tierra*, “Ante el próximo aniversario”, 17/1/1971, p. 4

na atención y la publicidad para captar y mantener a sus socios: “es lo mismo que una tienda con unas bonitas vidrieras y bien arregladas”.¹⁹ En esta dirección, desde “Cosas nuestras”, impulsa el accionar de las nuevas generaciones. El “semillero federado”, está compuesto por quienes se forjan dentro de las filas de la FAA y serán la base fundamental de las nuevas generaciones de dirigentes, es decir, por aquellos que “han aprendido la lección del gremialismo en la gran escuela que forman el Centro Juvenil Agrario, la filial de la FAA y la Cooperativa”.²⁰

Otra preocupación manifestada en la columna tuvo que ver con la construcción de la imagen institucional y el manejo de las relaciones públicas para la eficacia de la comunicación. En una serie de tres notas en las que analiza la función de las relaciones públicas dentro de la sociedad y la necesidad de aplicarlas a las filiales cooperativas, Federada señala que una gestión eficiente de estas relaciones genera aprecio (por socios, accionistas, aseguradoras, comunidad local, etc.) y convierte al grupo federado “en una organización que la opinión pública reconozca como decidida a favorecer a toda la comunidad, con su eficiencia y sus aportes beneficiosos”.²¹ Con este objetivo, plantea algunos elementos necesarios para que una entidad logre una imagen correcta, como el conocimiento de sus orígenes, el prestigio de sus dirigentes, calidad de los servicios que presta, planes para el futuro, etc. También advierte que los objetivos de un plan de Relaciones Públicas debe concebirse atendiendo a los públicos diversos que contempla: el propio personal de la entidad, los asociados, el público en general, los poderes públicos, los órganos de difusión periodística, la enseñanza, otras agrupaciones o entidades agrarias o de cualquier naturaleza.²² Por último, retoma los siete actores señalados y propone una lista de medios y formas de acción para llevar a la práctica un Programa de Relaciones Públicas para cada uno.²³ Los cambios en la gestión agropecuaria se trasladan, de esta forma, a la organización de la Federación.

Además de las cuestiones que afectaban estrictamente al desarrollo de las filiales y a la participación y adhesión de socios, la columna abordó temáticas diversas. Por ejemplo, en función del aniversario de Agro Nuestro –revista editada por la FAA–, destaca la importancia de los medios en el ámbito corporativo: “los MEDIOS GRÁFICOS SOCIETARIOS están hechos POR UD. Y PARA UD.” Les asigna una importancia fundamental en la acción federada, y los valora como un espacio de unión entre asociados y con la Federación.²⁴

Desde esta columna, Federada también expresó la incondicional adhesión de los asociados en la asunción del nuevo Ministro “Federado”, al que se dirigió con palabras de apoyo. Antonio Di Rocco, ex presidente de la entidad quién asume como Ministro de Agricultura de la Nación en 1971, es alentado desde este espacio reflexivo: “Porque

19 *La Tierra*, “La Filial y sus socios”, 18/2/1972, p. 5

20 *La Tierra*, “Valor que tiene el semillero federado”, 8/4/1972, p. 5

21 *La Tierra*, “Las relaciones públicas, la comunidad y nosotros (I Nota)”, 18/5/1972, p. 4

22 *La Tierra*, “Bases para un Programa de Relaciones Públicas en un grupo federado. Los objetivos-Los medios”, 20/5/1971, p. 4

23 *La Tierra*, “Medios utilizables en un Programa de Relaciones Públicas (III Nota)”, 27/5/1971, p. 4

24 *La Tierra*, “Sobre los medios gráficos de la FAA”, 6/5/1971, p. 4

toda nuestra juventud tiene en Ud., ahora, el ejemplo de todo aquello que puede hacer el tesón, la voluntad, el darse por entero a un ideal".²⁵ Además del respaldo a Di Rocco, la columna vuelve a destacar el relieve del socio de la FAA en la acción participativa y el sentimiento federado: "la espontaneidad y el fervor de los aplausos, la auténtica y sincera alegría, el orgullo de los federados por su Presidente federado, ahora Ministro agrario".²⁶

Para la Mujer Agraria: el Ministerio del hogar y la vida política

A lo largo de 1971, las intervenciones de Federada en *La Tierra* modifican su destinatario principal –ese nosotros federado– en cuatro oportunidades para dirigirse a las mujeres agrarias. En sus palabras se aprecia la tensión entre el "deber ser" del género femenino, los estereotipos tradicionales que no pierden vigencia en el agro argentino de los setenta y la modernización de estas estructuras culturales, que Blanca deja entrelazar en ciertos pasajes de sus reflexiones (tanto como en su propia experiencia de vida).

Sin embargo, entre estas columnas dirigidas estrictamente al público femenino, se incluye una de "Cosas nuestras" significativamente diferente a las analizadas. Allí Blanca escribe sobre "política para todas las mujeres argentinas y agrarias"²⁷ cuando comienza a retirarse del poder el proyecto de Estado burocrático-autoritario que sostuviera la Revolución Argentina. Su preocupación reside en la falta de conciencia nacional y en el presupuesto del desconocimiento de gran parte de las mujeres argentinas acerca de las cuestiones políticas.

Con la expectativa puesta en las próximas elecciones (que no ocurrirían hasta 1973), intenta salvar el desinterés de las mujeres federadas, de las agrarias por el ejercicio consciente del sufragio. Señala que este derecho implica una igualdad de deberes y responsabilidades; la necesidad de las mujeres de involucrarse en el conocimiento y previsión del bienestar de la ciudadanía. Una pregunta retórica demuestra su compromiso con la educación cívica femenina "¿Tenemos todas las mujeres una mera idea de qué se trata la nueva ley sobre los partidos políticos...? Mucho me temo que no..."²⁸

Blanca alienta a las "auténticas mujeres de 1971" para que asuman su responsabilidad y se informen, a través de libros, charlas familiares, diarios, radio o televisión sobre la vida política del país. Se anticipa a las críticas (muy probables, desde el propio género) al afirmar que la participación política afirmará el rol familiar de las mujeres porque "... podrá[n] compartir con su esposo, su hijo, su padre... dichas preocupaciones [públicas] además de las propias del hogar, que la convertirán en la amiga, en la compañera con quien se discute y se pelea (que linda es la reconciliación) y poder compartir (o no) una idea."²⁹ En las palabras de Federada (y en sus prácticas) el compromiso político femeni-

25 *La Tierra*, "Carta abierta a un ministro federado", 22/7/1971, p. 4

26 *La Tierra*, "Algo para destacar: la total adhesión de la masa societaria de FAA", 29/7/1971, p. 4

27 *La Tierra*, "Palabras sobre la política para todas las mujeres argentinas y agrarias", 15 de julio de 1971, p. 4.

28 *Ibidem*.

29 *Ibidem*.

no tiene como consecuencia un avance hacia la igualdad entre varones y mujeres.

En cambio, en el resto de los escritos que dirige a las mujeres agrarias, sus preocupaciones tienen que ver con el trabajo doméstico de las mujeres rurales, las que para Blanca son admirables. Ellas pueden combinar sus deberes en la explotación –y éstos implican el conocimiento del manejo de tractores y automóviles, razas de animales, de pollos híbridos y fertilizantes, entre otras cosas- con la vida cultural: salir, arreglarse, ser elegante y tener buen gusto como sus pares ciudadinas. La modernización del estereotipo de “mujer rural” está ligado al cambio de residencia de las familias, que en su mayoría, se mudarán a los pueblos. Chacra y feminidad no pueden ser conceptos opuestos.³⁰ Asimismo, su trabajo predial adquiere relevancia cuando estas amas de casa puedan jubilarse. Los detalles de los trámites correspondientes son brindados por Blanca en su columna de Federada, para quienes puedan acceder a este beneficio tengan una guía práctica de los pasos a seguir.³¹

Apegada al discurso de género tradicional insistirá en que las mujeres deben convertirse en “Ministras de Economía del gabinete gubernamental familiar”. Resaltará elogiosamente las dotes femeninas para la planificación y la administración como base de la economía nacional, aunque el artículo intenta movilizar a las lectoras al conocimiento de los precios máximos recientemente publicados y al poder de la publicidad y propaganda para imponer los gustos de los consumidores. El texto, intenta llamar la atención de las mujeres acerca de su rol al frente de sus hogares y como estas advertencias (y acciones consecuentes) puede influir en la política económica nacional. “Cuántas auxiliares y colaboradoras tendría el ministro Ferrer...”³² si las agrarias pusieran atención a las palabras de Federada.

En los escritos de Blanca, y en el resto de notas de La Tierra, se identifica la tensión que produce en la sociedad argentina el cambio de los estereotipos de género. El lugar de las mujeres en los hogares no se discute, sino que se reafirma. Si se destaca su esfuerzo, no es posible pensarlas fuera de sus roles de esposas, madres, hermanas de los socios federados.

Las excepciones confirmarán la regla. Otras mujeres escriben en estos años –y en los posteriores- en el periódico federado. Una de ellas, Alcira H. Lapadú, redactará -desde su posición como miembro del consejo directivo de la Federación de Centros Juveniles Agrarios de Capacitación- los problemas del agro que necesitan resolverse al tiempo que reafirma su compromiso con la FAA. En sus colaboraciones –reproducidas en La Tierra durante la década de 1960- reclama al presidente electo Arturo Illia por una reforma agraria efectiva en los albores de su asunción.³³ También se desilusiona junto a los productores por la mala cosecha y el cese de la prórroga de los arrendamientos (Ley 17253/67) dictada por el gobierno de facto del Gral. Juan Carlos Onganía que se haría

30 La Tierra, “La Mujer agraria en la semana de la mujer argentina”, 18 de noviembre de 1971, p.5.

31 La Tierra, “La jubilación de las amas de casa”, 18 de marzo de 1971, p.5.

32 La Tierra, “La Mujer debe constituirse en Ministra de Economía del Hogar”, 1° de abril de 1971, p.5.

33 La Tierra, “La colaboración de hoy. Estos momentos”, 27 de septiembre de 1963, p.5.

efectiva a fines de 1968.³⁴ Sus testimonios indican que la educación gremial de la juventud agraria federada cumple sus objetivos y, al mismo tiempo, que las mujeres pueden acceder a los puestos más encumbrados de los movimientos juveniles. En sus columnas *El Abuelo* destaca la creciente participación femenina en los CJAC y el consejo directivo central.³⁵

Dos últimos casos evidencian un cambio en la autopercepción de las mujeres como productoras y su compromiso federado. Irma S. de Koning analizará en una carta publicada por *La Tierra* los elevados costos del “rastrojero” en relación a la cantidad de cabezas de ganado vacuno que se necesitan para adquirirlo entre 1968 y 1976. Su comparación muestra la puesta en práctica de la demanda de Federada: sus cálculos relacionan la economía de su explotación agropecuaria con los vaivenes de la política agraria nacional. En 1980, acusa a las autoridades nacionales por desconocer el esfuerzo de los chacareros y sus acciones tendientes a sostener la economía más allá de las subas de impuestos, de la inflación y de las inclemencias del clima. Otra mujer rural que toma la palabra, defiende los ideales de la FAA y el modo de vida chacarero que ésta promueve.

Tal como hemos visto, las intervenciones que realiza Federada en *La Tierra* dan cuenta de una perspectiva que no encajaba en ninguno de los moldes configurados en la época. Tal vez, si podemos decir que por medio de Federada Blanca Formía estuvo a la vanguardia de un quiebre que aún no daba muestras claras en el agro: el cambio de conciencia participativa de las mujeres por fuera del ámbito del hogar.

Reflexiones finales

La Federación Agraria Argentina es una de las corporaciones de medianos productores agrarios más antiguas del país. Históricamente representa los derechos de las familias chacareras, en su mayoría asentadas en la región pampeana, núcleo del modelo agroexportador. Expandir sus ideales contribuye a mejorar sus acciones gremiales. Y así lo comprenden Francisco Netri y Esteban Piacenza en los años fundacionales, creando tanto el periódico *La Tierra* como los Clubes Juveniles. El problema de la propiedad agraria se convierte –entre otros factores– en detonante de la cuestión social rural. Una de las expresiones que más preocupa a los dirigentes de la FAA es el éxodo de las juventudes, tanto como su falta de formación cultural y técnica. Por ello, tanto desde el espacio de prensa como desde los Clubes la entidad bregará por reproducir modelos que mantengan a las familias en el campo: educando a mujeres para el trabajo doméstico rural y a los varones en productores, responsables y concedores de los adelantos técnicos. Oficiarán también de mediadores de la sociabilidad de la campaña, cuando las comunicaciones son escasas y largas las distancias.

A través de las memorias de Blanca Formía podemos recuperar fragmentos de la

34 *La Tierra*, “Carta de una joven”, 6 de marzo de 1969, p.2.

35 *La Tierra*, “El abuelo. Apuntes para una historia del Movimiento Juvenil agrario. Nota XVIII”, 26 de diciembre de 1969, p.5.

participación femenina en la FAA. Género y generación atraviesan su relato. Los cursos que dicta, reproducen la división sexual del trabajo rural. Sus enseñanzas de economía doméstica y las manualidades convierten a las jóvenes en futuras amas de casa, “ministras del hogar rural” y difieren de la instrucción técnica y agronómica, que otorga la dirección de las explotaciones a sus miembros masculinos. Al mismo tiempo, los centros juveniles son espacios de reproducción de la cultura gremial de la FAA y formación de liderazgos, como aclara Blanca, de divulgación de legislación agraria para ambos sexos, para que conozcan sus derechos y las bases de las reivindicaciones de la entidad. Si las jóvenes solteras pueden participar activamente en las actividades federativas, sus congéneres casadas deben aceptar los deberes de su género y ocuparse de la compleja vida doméstica rural.

Aunque en su vida cotidiana Blanca no reproduce éste mandato del género, lo enseña, lo representa y lo ejerce discursivamente desde su rol en la FAA. Su vínculo inseparable con la entidad se confunde con su historia de vida. La trayectoria de Blanca nos permite observar las posibilidades de acción de las mujeres en el mundo rural: viaja sola o con otras maestras a distintos pueblos del interior, es divulgadora activa del discurso gremial de la FAA e intenta sembrar conciencia de estos reclamos en las jóvenes. Recuerda sus tiempos de maestra como los mejores dentro de la entidad. Sus experiencias trascienden las fronteras que ella misma traza para sus congéneres.

Como Federada escribe en La Tierra. Al pensar este pseudónimo, elige fusionar su identidad con la FAA. Ser “federada”, es enseñar, divulgar y defender los ideales de la Federación y se convierte en el objetivo de su vida. Su compromiso excedía la relación laboral que había motivado su ingreso en las filas federadas en julio de 1949. En los últimos tiempos de trabajo, se hizo cargo del sector de la biblioteca, escribió sobre la FAA y comenzó a recolectar un archivo histórico. El 2 de septiembre de 2011, recibió la mención como “Mayor Notable” en la Cámara de diputados de la Nación, en reconocimiento a su militancia y compromiso con la FAA. Como un caso excepcional que desafía los mandatos de género de la Argentina rural de mediados del siglo XX, la vida de Blanca Formía se fusiona con su militancia federada. Su pasión por la FAA es su legado para la entidad chacarera.

Referencias

Barrancos, Dora. **Mujeres en la sociedad argentina**: Una historia de cinco siglos. Buenos Aires, Sudamericana, 2007.

Biaggi, Cristina. **Políticas de género, pueblos originarios y tenencia de la tierra**. En Schejtman, Alejandro y Barsky, Osvaldo (comps.) El desarrollo rural en la Argentina. Buenos Aires, Siglo XXI, 2008.

Biaggi, Cristina, Canevari Cecilia y Tasso, Alberto. **Mujeres que trabajan la tierra**: Un estudio sobre las mujeres rurales en la Argentina, Buenos Aires, Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos, Serie Estudios e Investigaciones 11, Disponible en <<http://www.proinder.gov.ar/Productos/Biblioteca/destaques/ESTINV.11/Default.aspx>>, 2007

Bidaseca, Karina. **Negadas a la existencia y condenadas a la desaparición:** Un estudio acerca de las luchas de las mujeres rurales en Argentina y Brasil desde la perspectiva de género. En Giarracca, Norma y Levy, Bettina (comps.) Ruralidades latinoamericanas. Identidades y luchas sociales. Buenos Aires, CLACSO, 2004.

Da Orden, María Liliana y Melon Pirro, Julio César. **Prensa y peronismo.** Discursos, prácticas y empresas. 1943-1958. Buenos Aires, Prohistoria.2007

Dalla Corte Caballero, Gabriela. María Robotti y el Grito de Alcorta. **Testimonios orales, historias vividas y agitación agraria.** En La Aljaba, Segunda época, Volumen XVII, pp. 75-94, 2013.

de Arce, Alejandra y Mateo, Graciela. **Ser la vanguardia y mantener la tradición.** Las juventudes y el cooperativismo agrario. En Muzlera, José y Salomón, Alejandra (dirs.), Actores sociales del agro contemporáneo. Restricciones y posibilidades. Rosario, Prohistoria, 2014.

de Arce, Alejandra y Poggi, Marina. **Las mujeres en el agro argentino** (N° 8). En Ruffini, Martha: colección Historia y memoria en el mundo rural, MINCYT-CEAR-UNQ, Buenos Aires, 2015.

de Imaz, José Luis. **Los que mandan.** EUDEBA, Buenos Aires, 1965.

Diecidue, Antonio. **Netri: Líder y Mártir de una gran causa.** Fundador de la Federación Agraria Argentina. Editado por la Federación Agraria Argentina, Rosario, 1969.

Entrevista a Blanca Formía por las autoras. Rosario, 29 de octubre de 2014.

FAA. **Memoria y balance.** 1973-1974, Rosario, 1969.

Ferro, Lilián. **Género y Propiedad rural.** Buenos Aires, Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos, 2008.

García, José María. **El campo argentino a 60 años del Grito de Alcorta.** Ediciones Centro de Estudios, Buenos Aires, 1972.

Giarracca, Norma. **El Movimiento de Mujeres Agropecuarias en Lucha:** protesta agraria y género durante el último lustro en Argentina. En Giarracca, Norma (comp.) ¿Una nueva ruralidad en América Latina?, Buenos Aires, CLACSO. Disponible en <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/giarracca.pdf>>, 2001.

Girbal-Blacha, Noemí. **La granja, una propuesta alternativa para el agro pampeano, 1910-1930.** En Canadian Journal of Latinamerican and Caribbean Studies, vol. 14, n° 28, pp. 71-115, 1989.

Girbal-Blacha, Noemí. **Política de tierras (1916-1930):** ¿Reforma, orden o 'reparación' agraria? En Conflictos y Procesos de la Historia Argentina Contemporánea, Buenos Aires, CEAL, 1989.

Grela, Plácido. **El Grito de Alcorta, Historia de la rebelión campesina de 1912.** Tierra Nuestra, Rosario, 1958.

Gutiérrez, Talía Violeta, **Educación, agro y sociedad:** Políticas educativas agrarias en la región pampeana, 1897-1955. Bernal, UNQ, 2007.

Gutiérrez, Talía Violeta. **Agro pampeano y roles familiares en la década de 1960.** En Mundo Agrario, v.10 n.19, La Plata, pp. 1-27, 2009.

Gutiérrez, Talía Violeta. **Corporaciones agrarias, juventudes y Estado:** Argentina (1960-2010). En Girbal-Blacha Noemí y De Mendoça Sonia Regina **Corporaciones agrarias y políticas públicas en América Latina.** Rosario, Prohistoria, 2013.

Isla, César. **El Movimiento de Mujeres en Lucha y el plan de convertibilidad:** Lucha por la tierra y formulaciones para salir de la crisis. Rosario, UNR, 2004.

Kulacs, Pablo. *Los terratenientes*. Buenos Aires, CEAL, 1971.

La Tierra, 1949-1980.

Lattuada, Mario. **Política agraria y partidos políticos** (1946-1983). Buenos Aires, CEAL, 1988

Lattuada, Mario. **Movimientos sociales y nuevos actores en la agricultura argentina**: El caso del Movimiento de Mujeres Agropecuarias en Lucha. En *Papeles de Nombre Falso*. Disponible en <<http://www.nombrefalso.com.ar/index.php?autor=8>>, 2002.

Lobato, Mirta. **Historia de las trabajadoras en la Argentina** (1869-1960). Buenos Aires, Edhasa, 2007.

Mateo, Graciela. **Cooperativas agrarias y peronismo**. Acuerdos y discrepancias: La Asociación de Cooperativas Argentinas. Buenos Aires, CICCUS, 2012.

McAdam, Doug. **The biographical impact of activism**. En Marco Giugni, Doug, 1989.

McAdam y Charles Tilly (eds.), **How Social Movements Matter**. Minneapolis, University of Minnesota Press, pp. 119-149, 1999.

Muzlera, José. **Chacareros del siglo XXI: Herencia, familia y trabajo en la Pampa Gringa**. Buenos Aires, Imago Mundi, 2009.

Rapoport, Mario. **Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2003)**. Buenos Aires, Ariel, 2005.

Scott, Joan. **El género: una categoría útil para el análisis histórico**. En Lamas, Marta (comp): *El género. La construcción cultural de la diferencia sexual*. México, UNAM, 1996.



NAS FRONTEIRAS DOS SENTIDOS: SOBRE TRAVESSIAS JORNALÍSTICAS

Angela Zamin
Universidade Federal de Santa Maria

Considerações Iniciais

A partir de uma narrativa que constitui lugares de fuga que permitem alimentar outra escrita jornalística, tomados metodologicamente como “outros espaços” (FOUCAULT, 2009), interessa-nos observar como a dimensão espacial afeta o jornalista, especialmente, levando-o a imprimir no relato as marcas da experiência de cruzar fronteiras, percorrer territórios, avançar na geografia. A escolha de um balizador espacial para a análise, evocada em pesquisas anteriores (2008, 2012), se deve ao fato de entendermos a própria Comunicação como disciplina de fronteira, porque seus temas, percursos e objetos delinham-se no interior de um espaço que toca espaços outros, de uma parte, e reivindica territorialidade, de outra; porque designa um espaço de encontro e desencontro com o outro, de intercâmbio. O emprego destas expressões do vocabulário espacial “resume em si a filosofia política do momento” (AUGÉ, 2010, p. 8), um período histórico que comporta tanto o esgotamento das fronteiras tradicionais, físicas e simbólicas, quanto seu ressurgimento. Segundo Foucault (2008, p. 158), tentar decifrar as transformações do discurso “através das metáforas espaciais, estratégicas, permite apreender precisamente os pontos pelos quais os discursos se transformam em, através e a partir das relações de poder”.

Este texto é resultado de reflexão acerca da narração da experiência. Considera, neste sentido, que “não há testemunho sem experiência, porém tampouco há experiência sem narração” (SARLO, 2012, p. 29). A autora inscreve a experiência “en una temporalidad que nos es la de su acontecer (amenazado desde un mismo comienzo por el paso del tiempo y lo irrepetible), sino la de su recuerdo” (2012, p. 29). “No âmbito da experiência partilhada, a narrativa sonda, de forma intermitente, o tempo e o espaço, alimentando a produção de novos sentidos no círculo hermenêutico que dá base para a ação dos sujeitos” (SCHWAAB; ZAMIN, 2014, s/p).

Se escutamos em espanhol, nessa língua em que a experiência é “o que nos passa”, o sujeito da experiência seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos. Se escutamos em francês, em que a experiência é “ce que nous arrive”,

o sujeito da experiência é um ponto de chegada, um lugar a que chegam as coisas, como um lugar que recebe o que chega e que, ao receber, lhe dá lugar. E em português, em italiano e em inglês, em que a experiência soa como “aquilo que nos acontece, nos sucede”, ou “happen to us”, o sujeito da experiência é sobretudo um espaço onde têm lugar os acontecimentos. (LARROSA BONDÍA, 2002, p. 24).

Assumidos como “outros espaços”, os “livros de repórter” “deixam vaziar a experiência e fornecem interpretações às práticas jornalísticas e às teorias” (MAROCCO, 2012, p. 42). Para além da reportagem ampliada oriunda da investigação, os “livros de repórter” acolhem as observações sobre as circunstâncias de determinado acontecimento, bem como as condições de possibilidade das práticas jornalísticas. O recorte aqui proposto considera aqueles que, via narrativa, se detêm a elaborar os controles de territórios, a possibilidade da passagem de um ao outro, as práticas em ruptura com a norma, contribuindo para uma compreensão dos discursos jornalísticos sobre o território. Isso porque, quase todos os “livros de repórter” que tratam de zonas de conflito incluem relações com e deslocamentos pelo território, uma cartografia das margens, das bordas, dos limites. Como lembra Foucault (2008, p. 157) “território é, sem dúvida, uma noção geográfica, mas é em primeiro lugar uma noção jurídico-política: o que é controlado por um certo tipo de poder”.

Sobre As Travessias Pela Escritura

Ao tomar os livros escritos por jornalistas como arquivos no sentido de uma “prática de construção de si mesmo” (ARTIÈRES, 1998, p. 11), uma preocupação com o eu (FOUCAULT, 1992), um espaço singular atravessado por uma temporalidade (ARFUCH, 2008), se observa a ordenação narrativa proposta pelos repórteres ao fazerem referências às travessias nos e pelos espaços geográficos.

El archivo es entonces espacio, acumulación, un espacio singular atravesado por la temporalidad: conformado desde el pasado se proyecta hacia el porvenir, su presente es siempre tentativo, opera, como la lectura, por actualizaciones sucesivas, por el régimen de la mirada, por el descubrimiento súbito o el retorno empecinado [...]. (ARFUCH, 2008, p. 146).

De acordo com a autora, o arquivo tem relação direta com a memória. Arfuch (2008) associa o arquivo às dimensões de temporalidade e espacialidade e ao ordenamento. Afirma que uma simples recordação traz consigo o tempo e o lugar que, por uma ordenação construída, estabelece a narrativa. Em direção semelhante, Ricouer (2010) diz que a experiência articula toda a narrativa.

Arfuch (2008) argumenta que a obsessão biográfica contemporânea abarca os clássicos desta vertente, como biografias, autobiografias, memórias, diários íntimos, correspondências e testemunhos; os mediáticos, como entrevistas, relatos, perfis e confissões; a autoajuda; a auto ficção e o que denomina de “las escrituras de los márgenes”, ou seja, as produções editoriais que dependem da localização de arquivos: “borradores, manuscritos, cuadernos de notas, de viajes, recuerdos de infancia” (p. 148). O mesmo movimento é identificado pela autora nas Artes e na investigação científica, esta voltada para os relatos de vida, as entrevistas qualitativas e a história oral. Artières (1998, p. 11) corrobora esta leitura ao argumentar que “dessas práticas do arquivamento do eu se destaca o que poderíamos chamar uma intenção autobiográfica”.

Ao retomar as proposições benjaminianas de dissolução da experiência, de término dos relatos devido a um esgotamento da experiência que lhes originavam, em razão dos acontecimentos das primeiras décadas do século 20, e de “reinvidicación de la memoria como instancia reconstructiva del pasado” (SARLO, 2012, p. 34), contraditórias e entrelaçadas, Beatriz Sarlo (2012, p. 138) afirma que “la rememoración opera sobre algo que no está presente, para producirlo como presencia discursiva com instrumentos que no son específicos al trabajo de memoria sino a muchos trabajos de reconstrucción del pasado [...]. La fragmentariedad [es] un rasgo del relato”.

Os “livros de repórter” trazem, por uma parte, um tipo de texto que oferece “o desvendamento de certos modos de fazer jornalismo, ou a crítica dos mesmos, em operações de produção de sentidos, em que o jornalista, naturalmente, fará o exercício de interpretação criativa daquilo que é considerado norma no jornalismo” (MAROCCO, 2011, p. 121); por outra, são constituídos e constituem arquivos que salvaguardam a memória, resistirem ao fluxo do desaparecimento. Isso porque tomam por base, muitas vezes, os cadernos de notas tão comuns aos jornalistas e a experiência deles por ocasião da investigação na cobertura jornalística.

Apesar da escrita de si (FOUCAULT, 1992), do arquivamento do eu (ARTIÈRES, 1992) esboçada pelos jornalistas apontar para as narrativas vivenciais que configuram, segundo Arfuch (2008, p. 147), um “espaço biográfico”, tais livros devem ser objetivados, especial e primeiramente, pela leitura que ofertam do sistema jornalístico. As narrativas que os livros apresentam não podem ser dissociadas “das condições de produção”, dos “momentos de mediação nos espaços complexos [...] da vida cotidiana” (SILVERSTONE, 2002, p. 240).

Os relatos cotidianos ofertados pelo Jornalismo são uma prática do espaço em relação a uma segunda variável, o tempo. Nos estudos de Jornalismo o espaço aparece comumente como um princípio normativo de organização da atualidade. Pode-se reconhecer nele tanto uma dimensão diacrônica de tempo, Cronos, “dependente dos espaços em que se realiza como gênero e como escritura” (SILVA; MAROCCO, 2008, s/p), como em uma dimensão sincrônica, ou Aion, “que se autonomiza do espaço material, configurando as condições de criação de um jornalismo em devir”. Cronos submete o tempo ao espaço, enquanto Aion não.

Segundo Rey Morató (1988), o Jornalismo assume-se enquanto um ordenador do tempo e do espaço. Tuchman (1983, p. 52) o define como um “entretendido del tiempo y

el espacio” por meio do qual fenômenos sociais são entrelaçados. Ancoradas no uso do tempo, segundo a autora (1983), encontram-se as tipificações de notícias, enquanto a noticiabilidade é caracterizada e constituída por uma ancoragem no espaço.¹ À dimensão temporal soma-se a espacial, que modaliza a primeira. O potencial de atualidade remete para a relação tempo e espaço, “em que a dimensão “espaço” relativiza, acelerando ou retardando a dimensão “tempo”” (REBELO, 2002, p. 117).

Em *Viagem à Palestina: prisão a céu aberto*, de Adriana Mabilia (2013), editora de Internacional do Jornal Hoje, da TV Globo, as dimensões espacial e temporal somam-se nos relatos das travessias da jornalista. A passagem da Jordânia a Israel e, posteriormente, aos Territórios Ocupados da Palestina, por exemplo, é marcada, pelo tempo – 15 minutos –, pelo espaço e suas dualidades – sair e entrar, permitir e impedir, controlar, estar em –, e pela relação entre ambos – “o percurso é rápido”.

[...] e o passaporte é carimbado: saída. Ainda estou do lado jordaniano da fronteira. Estou saindo do país para entrar em Israel. Sou colocada num ônibus de traslado. Custa 3 dólares. O percurso é rápido. Em uns 15 minutos, chegamos ao lado israelense da fronteira. Passamos por um posto de controle e trocamos de ônibus. Agora, sim, estou em Israel [...]. Outro posto de controle [...]. Isso se repete uma três ou quatro vezes. Agora mandam a gente descer do ônibus. É um posto como se fosse um pequeno pedágio. (MABILIA, 2013, p. 24).

Por meio de uma perspectiva espacial, Certeau (1994, p. 204) identifica dois tipos de relatos de espaço: os mapas e os percursos, ou seja, “uma descrição redutora das observações” e “uma série discursiva de operações”. Os relatos atravessam e organizam lugares diariamente, “eles os selecionam e os reúnem num só conjunto; [...] são percursos de espaço” (p. 199). Também sob o ponto de vista espacial, Foucault (2000, p. 168), afirma que

[...] o que está se descobrindo hoje, por muitos caminhos, além do mais quase todos empíricos, é que a linguagem é espaço. Tinha-se esquecido isso simplesmente porque a linguagem funciona no tempo, é a cadeia falada que funciona para dizer o tempo. Mas a função da linguagem não é o seu ser: se sua função é o tempo, seu ser é o espaço. Espaço porque cada elemento da linguagem só tem sentido em uma rede sincrônica.

1 “El anclaje o empotramiento de las tipificaciones en el tiempo comparte otras dos importantes características con el anclaje de la noticiabilidad en la red informativa espacial. Las tipificaciones de la noticia y la asignación de la noticiabilidad están relativamente libres de los contenidos. Hemos visto que la noticiabilidad es un fenómeno negociado más que la aplicación independiente de criterios objetivos a los sucesos informativos. Así también, las tipificaciones de las clases de noticias se basan en la manera como ocurren los sucesos, y no en qué está ocurriendo. Las tipificaciones son libres de contenido sólo relativamente, puesto que algunas clases de sucesos probablemente van a ocurrir de una manera en tanto que otros tienen un ritmo temporal diferente” (TUCHMAN, 1983, p. 59).

E complementa:

A época atual seria de preferência a época do espaço. Estamos na época do simultâneo, estamos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado a lado, do disperso. Estamos em um momento em que o mundo experimenta [...] menos como uma grande via que se desenvolveria através dos tempos do que como uma rede que religa pontos e que entrecruza sua trama (FOUCAULT, 2009, p. 411).

Ao adotar o sufixo “istão”, que nas línguas hindi, persa e quirguiz significa “lugar de morada” – a exemplo de Afeganistão, Cazaquistão, Quirguistão e Uzbequistão –, e acrescentá-lo ao sobrenome Bin Laden, o jornalista Luiz Antônio Araújo (2009), de Zero Hora, compôs o substantivo “Binladenistão”, que dá nome ao livro. A designação faz emergir atravessamentos das dimensões espacial e temporal. Para Araújo (2009, p., 22), o Binladenistão corresponde “a imensa região que compreende partes do Afeganistão, do Paquistão e de outros países da Ásia e da África” nas quais Bin Laden atuava. Ainda segundo o jornalista, “nação zumbi, o Binladenistão não está no mapa, mas seus inimigos o veem em toda a parte” (p. 22).

Sobre As Travessias Pelas Fronteiras

Aos relatos jornalísticos talvez Certeau (1994) atribuisse, como o fez Moreno Sardà (1998, p. 17), a condição de mapas, “una representación del mundo en el que vivimos, una guía para orientar nuestros viajes cotidianos”. Os mapas mesclam “lugares heterogêneos, alguns recebidos de uma tradição e outros produzidos por uma observação. Mas o essencial aqui é que se apagam os itinerários que, supondo os primeiros e condicionando os segundos, asseguram de fato a passagem de uns aos outros” (CERTEAU, 1994, p. 206-207 [grifos no original]). Enquanto no jornalismo periódico são ofertados mapeamentos sem a perspectiva dos percursos, nos “livros de repórter” cabem os movimentos, os processos, os durantes.

Já tínhamos contornado o posto de fronteira da Líbia, um ato simbólico de menosprezo por parte dos insurgentes em relação aos militares, impotentes diante do fato de que dois jornalistas estrangeiros ingressavam no país contrariando as ordens de Kadafi. Aquela demonstração de força me deu a certeza de que estávamos em um região sob domínio dos rebeldes, e não do regime, como as autoridades de Trípoli reiteravam em pronunciamentos à imprensa estatal e aos veículos ocidentais – que nesse momento começavam a chegar à capital a convite do regime, para uma cobertura sob estrito controle. (NETTO, 2012, p. 96).

Vê-se que certos tipos de acontecimentos impõem-se sobre as processualidades dos meios. Primeiro, porém, irrompem no mundo vivido como fratura ou ruptura nos quadros da vida social. Depois, porque é próprio do Jornalismo ocupar-se das descon continuidades, dos desvios e perigos, dos acontecimentos que contrastam com a “normalidade” do cotidiano, por uma parte, e com a produção jornalística seriada, por outra. Ali estão demarcados os conflitos da atualidade: hoje, Síria, Egito, Líbia, Afeganistão, Somália; ontem, Israel-Palestina, Iraque; antes Sudão, Chade, Nigéria; sem falar nos atentados terroristas, nos sequestros, nos asilados políticos e nos refugiados pelas guerras, pelos conflitos civis e pela fome. O atípico constitui-se, desta forma, no típico acontecimento que interessa ao Jornalismo tratar.

As regiões fronteiriças, marcadas por elementos de aproximação e repulsão, semelhanças e diferenças, interesses comuns e específicos, interessam ao Jornalismo, especialmente, quando mobilizam questões negativas, como litígios, tráfico, contrabando, guerra, etc. As fronteiras são regiões híbridas e mestiças de permanente interpenetração e, por consequência, de tensão, permeadas pela relação com o outro. São espaços de práticas marcadas fortemente pelo zelo ao espaço nacional. São marcadas, também, por referenciais geográficos, históricos, políticos, econômicos, socioculturais, jurídicos, ambientais e urbanísticos dos territórios em contato.

As fronteiras geopolíticas permitem aos jornalistas experienciar² o espaço em sua concretude, inclusive como infração sobre o limite físico, geopoliticamente fixado, como nos excerto de *O silêncio contra Muamar Kadafi*, de Andrei Netto (2012), stringer³ do jornal de referência *O Estado de S. Paulo*:

Quando nos aproximávamos da imigração da Jamahiriya [Tunísia], uma picape branca de cabine curta, que deslocava no sentido contrário ao nosso, acelerou e fez uma manobra súbita, freando com a porta aberta diante de nós. Saleh e outros rebeldes nos mandaram entrar no veículo, o que fizemos sem contestação [...]. Ao acelerar o motorista, saiu da estrada subindo abruptamente um morro de areia e pedras que servia como barreira natural ao posto de fronteira. Atrás dele seguia um comboio de carros rebeldes. Faríamos o retorno sem passar pelo portal da aduana líbia, sem apresentar os passaportes, em total clandestinidade. (2012, p. 95-96 [acréscimo meu]).

Em *Viagem ao mundo dos taliban*, Lourival Sant’Anna (2002), repórter de *O Estado de S. Paulo*, descreve os percursos ao compartilhar os processos e a experiência. Sant’Anna viajou para o Paquistão às vésperas da invasão do Afeganistão pelos EUA, após o 11 de setembro de 2001, e ingressou momentaneamente no Afeganistão.

Mais uma vez, o guarda vetou minha entrada [...]. Foi aí que o Iqbal perdeu a paciência e lhe disse logo que só depois me traduziria:

2 Do verbo experienciar (experiência + ar), experimentar, experienciação, vivido.

3 Stringer é uma espécie de repórter free lancer fixo, acionado sempre que um meio necessita de uma reportagem do lugar em que este se encontra sediado.

- Chame o seu chefe.

Iqbal [motorista e intérprete] entrou num carro branco estacionado ao lado do posto de fronteira, e conversou com um homem que estava sentado lá dentro. Menos de cinco minutos depois, Iqbal voltou com um ar triunfante. Tínhamos recebido autorização para passar. A influência familiar do Iqbal mais uma vez surtia resultados. Meu coração disparou enquanto cruzava lentamente a fronteira. Abri bem os olhos, ignorando a luz forte, esqueci o que estava sentindo e passei a me concentrar no que estava vendo. (SANT'ANNA, 2002, p. 223-224).

Do mesmo modo, Luiz Antônio Araújo (2009), enviado especial do jornal Zero Hora, expõe em Binladienistão o início dos ataques dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha ao Afeganistão, a partir do Paquistão. Diferentemente do jornalista Lourival Sant'Anna, anteriormente citado, Araújo aproxima-se da fronteira, em Chaman, com autorização – “entre os 30 estrangeiros autorizados a visitar o posto de fronteira, havia 14 profissionais de organizações humanitárias e 16 correspondentes de TVs e jornais” (ARAÚJO, 2009, p. 208). Em Chaman, há um campo de refugiados mantido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur). No vilarejo de Spin Boldak, em Chaman, descreve a zona fronteira: “a cerca marca a divisão entre os dois países” (p. 206); de um lado, guardas armados guardam a fronteira; de outro, homens e crianças amontoam-se. Neste lado, uma caminhonete com talibãs irrompe sobre a multidão para, em seguida, sumir em meio à poeira. “O único objetivo da aparição é apavorar os que pensam em cruzar a fronteira” (p. 206).

Alexandra Lucas Coelho (2009), à época do livro repórter especial do jornal português Público, em Caderno Afegão, cruza fronteiras internas do Afeganistão, ao percorrer áreas proibidas aos estrangeiros e aos próprios afegãos em razão do controle da milícia Talibã. Sua narrativa é permeada pelos movimentos no território e as fronteiras geopolíticas servem de balizas espaciais para o relato. “Estamos no extremo norte do país [Afeganistão], muito perto do Uzbequistão. Mazar-i-Sharif é a minha quarta terra de fronteira, depois de Herat a leste, Jalalabad a oeste e Kandahar ao sul” (2009, p. 279 [acréscimo meu]).

Considerações Finais

A relação que o repórter mantém com o mundo que tem de dar conta é mediada por procedimentos regulares, um “regime de práticas”. Informar sobre os acontecimentos do mundo vivido (GROTH, 2011) é resultado de um modo de objetivação jornalística, com seus procedimentos operativos, métodos, prazos e limitações. Todo produto jornalístico “es el resultado de un proceso complejo, que comprende una serie de elecciones sobre lo que ha de publicarse, el lugar en que ha de ir, el espacio que tiene que ocupar, la importancia que debe concedérsele. No hay en esto reglas objetivas, sino más bien con-

venciones” (GOMIS, 1987, p. 16). De algum modo, enseja um conjunto de procedimentos que possibilita ao Jornalismo ser como aparenta ser.

Para passar dos acontecimentos do mundo à notícia, o Jornalismo vale-se de um conjunto de métodos e procedimentos específicos às organizações jornalísticas e à comunidade de profissionais (TUCHMAN, 1983), bem como de um conjunto de relações que estruturam e delimitam o pensamento e os discursos de determinada época, uma episteme. A cartografia diária do mundo, mais que trazer acontecimentos de outros territórios para os espaços jornalísticos, encerra em si um conjunto de processualidades, entre procedimentos, escolhas e recusas que, juntos, permitem reuni-los e interpretá-los, uma vez que não estão prontos em alguma parte da realidade social.

O Jornalismo nutre-se de acontecimentos que adquirem materialidade por sua apreensão e inscrição em um conjunto de noções. No interior de processualidades que são próprias do Jornalismo, o acontecimento jornalístico se abastece no acontecimento vivido⁴ e nele intervém. O adjetivo “vivido” é aqui empregado com referência ao factual, ao mundo vivenciado, ao real histórico. Vivido tem o sentido de acontecimento constituído pela condensação da experiência, porque para ele existir carece de sentidos atribuídos pelos sujeitos afetados.

Em meio ao interesse pelo ordenamento, o Jornalismo organiza aquilo que irrompe como caos, que perturba o estado do mundo, rompe com o correr das coisas, modifica a seriação ou interfere nos quadros experienciais. Tal entendimento justifica os deslocamentos pelo espaço e o interesse recorrente, do Jornalismo e dos jornalistas, por estar em zonas de conflito. Os movimentos do Jornalismo pelos espaços do mundo vivido são organizados a priori a partir dos interesses institucionais e das condições de produção disponíveis em cada meio. Soma-se a estes o interesse do próprio jornalista em mover-se pela geografia.

As primeiras reflexões acerca da narração da experiência em “livros de repórter”, aqui apresentadas, partem da observação, anterior, de que o ato de transpor fronteiras geopolíticas afeta, de algum modo, o jornalista e sua relação com o mundo a ponto de levá-lo a registrar estes percursos; os percursos sobre os mapas (os mapas, por sua vez, têm espaço no jornalismo seriado e periódico). Permitem perceber, contudo, que não é a fronteira em si que suscita tal narrativa, mas a singularidade de determinadas fronteiras. Em países em guerra civil, por exemplo, os conflitos estão em todo o lugar, porém é na fronteira, com seus controles e impedimentos legais, que eles aparecem. A fronteira marca o conflito porque o cerca, delimitando seu espaço – o conflito se dá neste território, e não no outro. Ora, se a fronteira marca o conflito e transpô-la é condição para experienciá-lo, o movimento pela fronteira precisa ser narrado.

4 Contrera (2004, p. 18) emprega a expressão ao afirmar que a ambiência contemporânea “desloca sua atenção do acontecimento vivido para o ‘fazer parte’ desse acontecimento”.

Referências

- ARAÚJO, Luiz Antônio. **Binladenistão**: um repórter brasileiro na região mais perigosa do mundo. São Paulo: Iluminuras, 2009.
- ARFUCH, Leonor. **Crítica cultural entre política y poética**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>>.
- AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: EDUFAL; Unesp, 2010.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- COELHO, Alexandra Lucas. **Caderno Afegão**. Um diário de viagem. Lisboa: Tinta da China, 2009.
- FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: **Ditos e escritos**: Estética: literatura e pintura, música e cinema. v. 3. São Paulo: Forense, 2009. p. 411-422.
- FOUCAULT, Michel. Linguagem e literatura. In: MACHADO, Renato. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000. p. 137-174.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens. 1992. p. 129-160.
- GOMIS, Lorenzo. **Teoría del periodismo**. Cómo se forma el presente. Buenos Aires: Paidós Comunicación, 1991.
- GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos da Ciência dos Jornais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, jan.-abr. 2002.
- MABILIA, Adriana. **Viagem à Palestina**: prisão a céu aberto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- MAROCCO, Beatriz. A contribuição dos repórteres para uma compreensão dos discursos jornalísticos sobre marginalidade. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, p. 39-56, jul./dez. 2012.
- MAROCCO, Beatriz. Os "livros de repórter", o "comentário" e as práticas jornalísticas. **Revista Contracampo**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Niterói, n. 22, fev. 2011, p. 116-129. Disponível em: <<http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/86/67>>.
- MORENO SARDÀ, Amparo. **La mirada informativa**. Barcelona: Bosh, 1998.
- NETTO, Andrei. **O silêncio contra Muamar Kadafi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012
- REBELO, José. **O discurso do jornal**. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.
- REY MORATÓ, Javier del. **Crítica de la razón periodística**. Un análisis desde la teoría general de la información. Madri: Complutense, 1988.
- SANT'ANNA, Lourival. **Viagem ao mundo dos taleban**. São Paulo: Geração Editorial, 2002.
- SARLO, Beatriz. **Tempo pasado**: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión. 1ª ed. 2ª reimp. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

SCHWAAB, Reges; ZAMIN, Angela. O jornalista e o outro nos livros de repórter: sobre os vestígios da sondagem e da escrita. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2014, Santa Cruz do Sul, RS. **Anais**. Santa Cruz do Sul, RS: Unisc; SBPJor, 2004. Disponível em: <http://sbpjor.kamotini.kinghost.net/sbpjor/admjor/arquivos/12encontro/comunicacoes_individuais/3843.pdf>.

SILVA, Alexandre Rocha da; MAROCCO, Beatriz Alcaraz. Murmúrios de Aion. Tempo e Jornalismo. **Verso e Reverso**, v. 22, n. 49, ano XXII. São Leopoldo: Unisinos, 2008. Disponível em: http://www.unisinos.br/_diversos/revistas/versoereverso/index.php?e=13&s=9&a=113

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia:** estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

ZAMIN, Angela. **A discursivização do local-fronteira no jornalismo:** estudo de caso de programas jornalísticos em rádios comunitárias. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). São Leopoldo, Unisinos, 2008.

ZAMIN, Angela. **Nos jornais, um típico acontecimento atípico.** O Caso Angostura em diários latino-americanos de referência. 2012. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). São Leopoldo, Unisinos, 2012.



FRONTEIRAS BRASIL-URUGUAI: O HIBRIDISMO CULTURAL NO DOCUMENTÁRIO *A LINHA IMAGINÁRIA*

Marcos Borba
Cássio dos Santos Tomaim
Universidade Federal de Santa Maria

A fronteira induz a ideia de um espaço que une e divide um território. Ela não é sinônimo de limite entre lugares diferentes, mas um espaço comum que possibilita a constituição de identidades incomuns. Pertencer à fronteira é pertencer a uma ampla região que mistura as identidades nacionais de um lado ou de outro, a exemplo do nosso caso que trata da fronteira entre dois países: Brasil e Uruguai.

Propomos discutir os sentidos de identidades no documentário *A Linha Imaginária* (Cíntia Langie e Rafael Andrezza, 2014) que trata da região de fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Quando um documentário trabalha com o tema da fronteira somos lançados a um espaço geográfico marcado pela diferença, em que pessoas têm de conviver com a separação geopolítica de seus países, como acontece com as comunidades brasileiras e uruguaias, no caso do extremo sul do Brasil.

A constituição dos limites dos Estados-Nação sempre se deu de forma conflituosa, sem levar em conta os elementos culturais comuns entre os povos que estavam e estão nesses locais. No caso do sul da América da Sul, os tratados demarcatórios do passado separaram marcas culturais que ainda hoje são compartilhadas. As regiões de fronteiras são espaços incomuns de constituição de identidades, pois se caracterizam pela ideia de divisa ou barreira, mas também são um entre lugar, um comum entre duas partes.

Elas também são um lugar de constante passagem que estabelecem relações identitárias entre si, assim como entre os núcleos, entre o que vem do interior do território e que deseja cruzar para o outro lado. Como um espaço que une dois lugares a fronteira também contém a relação que se dá no ir e vir de um lugar ao outro e está marcada pela diferença com relação ao centro, possuindo uma identificação interna simbolizada pelo que chamamos de devir fronteiriço. Na fronteira entre o Brasil e Uruguai, mais especificamente na fronteira seca entre as cidades de Santana do Livramento e Rivera, vários jovens possuem duas carteiras de identidade, são filhos da fronteira, com pais brasileiros e uruguaios, são *doble chapa*¹.

1 Expressão em espanhol para caracterizar as pessoas com duas carteiras de identidade, podendo ser uruguaios ou brasileiros. O termo também é usado para quem se reconhece como *doble-chapa*, geralmente quem possui famílias das duas nacionalidades. Mas a expressão não foi criada com este sentido. Nos anos de 1960, a prefeitura de Rivera estabeleceu que os carros comprados no Brasil por uruguaios

No campo econômico, a fronteira sugere um território de comercialização legalizada, não legalizada e de contrabando. Os Estados não conseguem coibir as trocas não legalizadas entre os moradores ou visitantes, principalmente nas fronteiras secas. Para as pessoas que vivem na fronteira, o comércio é regido pela vantagem do câmbio - onde o produto for mais barato, a população irá comprar. Também existem os espaços que o Estado destina para o comércio. No Uruguai é comum a existência dos *free shops* que vendem diversos produtos para os brasileiros que utilizam a fronteira como lugar de passagem, pois se deslocam até lá para comprar produtos mais baratos, dentro de uma cota estabelecida pelo Estado, criando uma relação efêmera com o lugar. Esse tipo de comércio é fiscalizado, mas também é burlado por contrabandistas.

Na comunicação, as ondas do rádio e da televisão não respeitam os limites dos países. O alcance das transmissões torna o espaço fronteiriço uma região de convivência entre os dois lados. Se pensarmos na internet, desde o princípio, essas barreiras já foram superadas.

Uma questão que devemos marcar é a abordagem pacífica que o documentário *A Linha Imaginária* traz da fronteira. A relação de imbricamentos entre os lados é mostrada de maneira natural, visto que existe uma forte semelhança cultural entre as pessoas que vivem no pampa, tanto do lado brasileiro quanto do uruguaio. Entendemos que no mundo existem diversas fronteiras sitiadas pela guerra, pelo conflito e pela segregação, porém nosso espaço fronteiriço permite mais uma aproximação do que um afastamento, mesmo assim, não podemos negar que existem relações de diferenças e conflitos na constituição das identidades deste território pampeano.

No trabalho do sociólogo Fábio Régio Bento (2013), a fronteira do Brasil com o Uruguai é um espaço de convivência, onde as duas cidades compartilham vidas, movimentos econômicos e políticos. As novas gerações “vivem desde o nascimento entre duas culturas que são constitutivas da sua cultura, fronteiriça, às vezes em uma casa com janelas literalmente abertas para os dois lados da fronteira” (BENTO, 2013, p.18). Os traços de entrelaçamentos entre as pessoas, os casamentos binacionais criam gerações de famílias que não são mais guiadas pela referência de uma identidade nacional fixa.

Geralmente estes sentidos de identidades não são reconhecidos pelo Estado, já que as identidades nacionais se constituem a partir da ideia de unidade, o que Benedict Anderson (1989) chamou de “comunidade imaginada”. A afirmação da identidade brasileira ou uruguaia é marcada pela diferença entre “nós e eles” (WOODWARD, 2009). A identidade nacional, construída historicamente pelo Estado, se baseia na ideia geral de unidade da nação, produzindo um apagamento de outras identidades possíveis, como a identidade de fronteira.

São nesses “entre-lugares”, como a fronteira, que outro sentimento de pertencimento pode surgir, pois nesses espaços de mediação, do que seria um ambiente de alteridade com um “outro”, cria-se um sentimento comum de identidade, onde o interesse comunitário (comunidade da fronteira) ou o valor cultural são negociados frente às experiências

deveriam circular com duas placas, uma com a matrícula brasileira e outra com o registro uruguaio.

homogeinizadoras e coletivas da nação (BHABHA, 1998).

A fronteira Brasil-Uruguai, representada no documentário *A Linha Imaginária* (2014), é tratada como um espaço onde acontece um encontro entre iguais, que anula o diferente e a ambivalência que se espera encontrar nestes lugares de fronteira. O que percebemos neste documentário é que a fronteira é nascedouro de um misto híbrido que povoa a língua, a música e o espaço.

A realização de um documentário prevê uma interação com o que existe, podendo ser definido como uma narrativa que busca asserções sobre o mundo (RAMOS, 2008), ou classificado como uma produção que possui imagens captadas *in loco*, realizadas a partir de um determinado ponto de vista e com um aprofundamento criativo do tema (PENA-FRIA, 1999). O documentário ainda pode ser entendido como uma forma de representar o mundo histórico pelo enquadramento de imagens e sons, a partir de uma perspectiva (NICHOLS, 2005).

Essa capacidade de focar aspectos diminutos da sociedade e, com isso, discutir de forma ampla o modo como a vida se estrutura, possibilita um alargamento das brechas da ordem normal das coisas. “O cinema documentário é político (de saída, em termos substantivos) quando produz – material e simbolicamente – uma reconfiguração da partilha do sensível, e não, simplesmente, quando se dirige a temas considerados políticos” (GUIMARÃES E GUIMARÃES, 2011, p. 82). Ao se engajar com os sentidos de identidade de fronteira, o documentário *A Linha Imaginária* compartilha conosco da visão de um espaço entrelaçado, marcado por um devir fronteiriço que produz identidades híbridas a partir da passagem entre dois lugares e dos traços históricos destes lugares que permanecem parados no tempo.

Nós, nosotros, nos outros

Qual é a presença da diferença num espaço de fronteira onde um lado é muito semelhante ao outro? De que forma “nós” e “nosotros” se relacionam e estabelecem seus sentidos de identidade? Como o documentário retrata os conflitos inerentes às diferenças culturais? Ao lançarmos um olhar para o espaço fronteiriço que separa e une o Brasil do Uruguai percebemos um forte elemento comum. Ao mesmo tempo entendemos que a identidade só se constitui a partir da relação com a diferença, pois é necessária a presença do “outro” para criar o espaço do “eu”. A identidade é sempre relacional e se forma a partir das diversas possibilidades culturais e sociais que dialogam com a formação dos sujeitos.

Este imbricamento identitário na fronteira é tão intenso que um dos personagens do documentário resume da seguinte maneira: “Nós nos vemos nos outros, eu gosto de usar a expressão espanhola que é muito característica, nos outros não, *nosotros*” (A LINHA IMAGINÁRIA, 2014). Desta forma, as relações que se dão entre culturas e línguas diferentes resultam em características identitárias que assumem traços diversos e híbridos.

Essa particularidade da fronteira torna o constante encontro com o “outro” e com o novo, sendo este um elemento constituidor de seu lugar de fala, do devir fronteiriço.

Para Bhabha (1998), as formas insurgentes de tradução cultural que buscam entender o passado como um elemento constitutivo do presente renovam o passado, “refigurando-o como um ‘entre-lugar’ contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O ‘passado-presente’ torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver” (BHA-BHA, 1998, p 27). Percebemos nos elementos estéticos e narrativos do documentário *A Linha Imaginária* a valorização dos traços do presente unidos com as marcas do passado para a formação da identidade da fronteira.

No filme, o gaúcho é abordado como uma identidade comum da região. O espaço do pampa também é apresentado como um território comum que permite identificações e o comércio fronteiriço é o espaço cosmopolita que gera aproximações efêmeras para quem vem de fora, mas duradouras para quem vive nessas fronteiras.

Porém, a fronteira induz a problemática da marcação de diferença entre “nós e eles” (WOODWARD, 2009), entre o que é ser brasileiro ou uruguaio, como no caso do documentário analisado. Mas esse modo de representação da identidade nacional não leva em conta os elementos culturais comuns que se formaram na vivência nesse espaço, pois existem traços identitários mesclados e criados pela própria condição geográfica e espacial. Essas características comuns não são institucionalmente reconhecidas, visto que as identidades nacionais, geralmente, são constituídas com base na ideia de uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1989). Essa representação nacional se cria como uma imagem comum para os cidadãos de um território denominado nação, da qual eles se sentem integrantes, mas cujos membros nunca se conhecerão na totalidade. Fronteiras e membros são elementos criados e imaginados para a ideia de unificação de um povo.

Portanto, ser brasileiro é não ser uruguaio. A identidade nacional precisa marcar a diferença e busca uma ideia de unidade em todo o território pertencente à nação. Mas, nas regiões de fronteira, essa presença simbólica produz choques ou contradições, especialmente onde os elementos culturais comuns criam identidades compartilhadas. Para Woodward (2009, p. 11), “a afirmação das identidades nacionais é historicamente específica”, e se hoje em dia pressupomos uma ideia de aproximação entre as Nações que fazem fronteira com o Brasil, sabemos que no passado a delimitação da fronteira no Sul do país não aconteceu de forma pacífica.

Desde a colonização houve conflitos que demarcaram essa fronteira. A própria noção de fronteira traz em si uma ideia de diferenciação, pois não existe nenhuma fronteira entre territórios nacionais que não tenha sido constituída pelo confronto de interesses de um lado ou de outro. Para Stuart Hall (2009, p.108), “as identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação”. Dessa maneira, ao olharmos para o passado, veremos os reinos de Portugal e Espanha em disputa pelo território do sul da América do Sul. Perceberemos também a afirmação das identidades nacionais após as independências de cada país e a proteção bélica do território nacional de cada lado dos colonizadores. Mesmo assim, a constituição da identidade está em constante processo e carrega os traços do tempo, seja do passado ou presente.

A identidade nacional necessita de bases históricas, politicamente construídas, para

estabelecer a ideia de uma unidade, isso acontece por meio da representação em diversos níveis e pela afirmação de uma narrativa da *nação* que é contada e recontada na história, na mídia, na cultura popular, entre outros espaços de vivência. Esse caldo comum de cultura se garante em torno das afirmações que buscam esclarecer as origens nacionais de cada povo. Ainda para Hall (1999, p.53), “a identidade nacional também se constrói a partir da ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade”. Sendo assim, o passado é um dos elementos fundamentais para a afirmação das identidades da nação.

Se voltarmos à questão da representação identitária de quem vive no extremo sul do Brasil, a proximidade cultural com o Uruguai pode estabelecer sentidos de identidades diferentes da afirmação da identidade nacional caracterizada como “brasileiro”. A proximidade fronteiriça cria um espaço ambivalente², onde a classificação rígida do Estado com base na ideia de uma identidade nacional é confrontada com o desregramento ambíguo da fronteira. O elemento cultural do gaúcho representa com maior intensidade os sujeitos que vivem na região do pampa e influencia a opção entre várias representações identitárias possíveis.

O sentimento de pertencimento a uma cultura ou espaço possibilita ao sujeito negociar sua identidade conforme os sentidos identitários que estão a sua volta. Como as identidades são construídas a todo o momento, a representação da cultura e do espaço da fronteira se torna fundamental para tencionar as escolhas que os sujeitos vão fazendo durante seu processo de formação. Deste modo, os documentários que tratam dos espaços fronteiriços podem reforçar ou apresentar novas formas de representação desse lugar, possibilitando, com essa representação, que os sujeitos se identifiquem com novos pontos de vista. No caso de *A Linha Imaginária*, a narrativa reforça constantemente que a fronteira cria novos elementos identitários e artísticos, como a música e o hibridismo da língua, que mistura o português e o espanhol.

O estabelecimento de um lugar de fala pelos sujeitos sociais, associados a elementos culturais que possibilitam a afirmação da identidade, também cria as fronteiras que definem aquilo que faz parte ou é excluído dessa identidade. A partir da afirmação do que constitui o sujeito, também é estabelecido o que ele não é, ou seja, afloram as marcas da diferença que estão presentes na formação de suas identidades dentro da sociedade.

Além disso, a fronteira é um espaço que produz conflitos identitários que se contrapõe a ideia de uma identidade nacional única e hegemônica ou, como Bhabha (1998) nos apresenta, ela se contrapõe à narrativa do Estado-nação de tornar o “povo-como-um”.

2 Bauman (1999) fala da necessidade do Estado Moderno em ordenar e anular os traços ambivalentes do mundo. “O mundo é ambivalente, embora seus colonizadores e governantes não gostem que seja assim e tentem a torto e a direito fazê-lo passar por um mundo não ambivalente. As certezas não passam de hipóteses, as histórias não passam de construções, as verdades são apenas estações temporárias numa estrada que sempre leva adiante mas nunca acaba. Mais nada? Muita astúcia foi utilizada e muito veneno destilado em relação à ambivalência – esse flagelo de toda intolerância e de toda pretensão monopolística” (BAUMAN, 1999, p. 189 e 190).

Devir Fronteiriço - espaços de identidades híbridas

Quem visita as cidades gêmeas Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai), provavelmente descobre a expressão *Riveramento*. A contração dos nomes das cidades imprime uma característica do lugar, pois a união dos territórios cria e dá sentido a um “outro” neste espaço. Nesta fronteira específica, basta atravessar a rua para chegarmos no “outro” país. Esse contexto torna o lugar um espaço rico para a constituição de novas identidades, marcas pela união criativa de dois diferentes, pois, segundo Canclini (2003), tanto as fronteiras como as grandes cidades são espaços ricos para a hibridização, que são “processos socioculturais em que as estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos ou práticas” (CANCLINI, 2003, p. 02, tradução nossa).

Entendemos que na fronteira, principalmente no território que remete ao nosso objeto de pesquisa, temos fortes elementos de culturas híbridas que se constituíram no passado a partir da relação entre os dois lados e hoje continuam a se imbricar. Porém, esse contexto de hibridização também é contraditório, visto que a própria modernização dos países da América Latina não se deu de forma homogênea. Canclini questiona os termos da modernização realizada pelas elites latino-americanas:

Por que nossos países realizam mal e tarde o modelo metropolitano de modernização? Somente pela dependência estrutural a que a deterioração dos termos do intercâmbio econômico nos condena, pelos interesses mesquinhos de classes dirigentes que resistem à modernização social e se vestem com o modernismo para dar elegância a seus privilégios? (CANCLINI, 2003, p.71)

Encontramos nos países da América Latina uma união heterogênea dos elementos herdados da colonização europeia católica, da ancestralidade indígena, nas ações políticas do Estado, principalmente nos períodos de ditadura e de uma influência norte-americana. Essa mistura torna o continente um espaço de contradições e desafios. Do mesmo modo, podemos pensar a fronteira como um espaço híbrido, pois os limites rígidos dos Estados se tornaram mais porosas e maleáveis nos dias de hoje. Para Canclini (1997, p. 80, tradução nossa), “na atualidade é difícil falar da autenticidade das culturas como se houvesse um perfil originário puro, intocado, não transformado, que se pudesse conservar”. Desta forma, nosso olhar busca compreender de que forma essas identidades se estabelecem.

A região de fronteira na qual trabalhamos foi marcada, historicamente, por guerras e litígios, mas também por grandes semelhanças que se constituíram a partir do intercruzamento entre costumes e culturas. Essas características não são desvinculadas do passado, pois, “a hibridização ocorre em condições históricas e sociais específicas, entre sistemas de produção e consumo, às vezes operam como restrições” (CANCLINI, 2003, p. 08, tradução nossa). Esses traços comuns se acentuam onde o Estado não consegue impor o limite divisório com o outro país, criando um ambiente mais propício para acontecer processos de hibridização. Ao tomarmos como exemplo os movimentos econômi-

cos que a população da fronteira produz, geralmente caracterizados como contrabando, temos uma relação não institucionalizada que pode ser considerada uma forma de relacionamento onde as diferenças são muito mais tênues. Movimentos como esses tornam a fronteira mais porosa e ambivalente.

O Estado luta para conter e classificar o modo híbrido que estabelece outros sentidos de identidade no espaço da fronteira. Denominar as relações comerciais que os sujeitos fronteiriços desenvolvem de contrabando é uma forma de ordenação, pois “A luta pela ordem [...]. É a luta pela determinação contra a ambiguidade, da precisão semântica contra a ambivalência. A ordem como conceito, como visão, como propósito, só poderia ser concebida para o discernimento da ambivalência total, do acaso, do caos” (BAUMAN, 1999, p. 14). Nas práticas cotidianas, nos espaços onde a classificação do território e do espaço é constantemente desestruturada pelo intenso contato com o “outro”, o sentimento ambivalente dá novos elementos para a constituição de identidades incomuns.

O hibridismo desestabiliza a função uniformizadora do Estado, pois coloca em crise a autoridade baseada no reconhecimento do sistema da nação e sua “comunidade imaginada”. Sendo assim, a ambivalência do hibridismo desconstrói a ideia de um passado originário da nação. “O hibridismo é uma problemática de representação e de individuação colonial que reverte os efeitos da recusa colonialista, de modo que outros saberes ‘negados’ se infiltrem no discurso dominante e tornem estranha a base de sua autoridade - suas regras de reconhecimento” (BHABHA, 1998, p. 165). Esses novos olhares para o que é *ser e pertencer* à nação surgem do devir fronteiriço marcado pela constante passagem do “outro” com os traços de um passado comum, compartilhado. Tais aspectos são refletidos no documentário analisado.

A Linha Imaginária assume a palavra (o testemunho) dos personagens como argumento que reforça as identidades híbridas da fronteira do Brasil com o Uruguai, criando um discurso sobre identidades que não se prendem e não se definem ao limite territorial do Estado-Nação. “Nós somos a fronteira”, “Somos contrabando, somos assim”, “Nós somos nós nos outros” e “nossa identidade é essa mescla, esse entrelaçar de culturas” são afirmações dos personagens do documentário que expõem outra visão, diferente da ideia de uma identidade nacional fixa ou bem delimitada.

Esse olhar, que surge da soma das partes e abre mão de uma referência identitária nacional fixa, “cria uma crise para qualquer conceito de autoridade baseado em um sistema de reconhecimento: a especularidade colonial, duplamente inscrita, não produz um espelho onde o eu apreende a si próprio; ela é sempre a tela dividida do eu e de sua duplicação, o híbrido” (BHABHA, 1998, p. 165). O documentário tensiona os sentidos de identidade da fronteira, pois busca em seu argumento outras formas de ver e discutir a fronteira, baseadas na relação entre dois iguais, no estabelecimento de uma mesma visão que é feita de duas partes, mas que não reflete cada uma de suas pretensas identidades nacionais.

No filme, o espaço gera um pertencimento e identidades imbricadas com as duas fronteiras. João Barbosa, por exemplo, conta que toda sua família é natural de *Aceguá*|*Acegua*. Ele caracteriza a fronteira como algo comum, que possui períodos bons e outros ruins. Em seguida ele explica que fala tanto o idioma “uruguaio” quanto o “brasileiro”. De

um jeito simples, o personagem reflete o uso de um dialeto híbrido e próprio da fronteira.

Para Silva (2009), o hibridismo tensiona as identidades tidas como fixas ou separadas, como por exemplo, as identidades nacionais. “O processo de hibridização confunde a suposta pureza e insolubilidade dos grupos que se reúnem sob as diferentes identidades nacionais, raciais ou étnicas” (SILVA, 2009, p.87). A riqueza deste duplo movimento que produz novas características culturais e identitárias e, por outro lado, ainda mantém traços históricos e sociais, é um dos caminhos pelos quais entendemos a região da fronteira do Brasil com o Uruguai como um espaço de constituição de elementos culturais imersos em constante hibridização.

Os elementos identitários formados pelos processos de hibridização criam novos sentidos para este “entre-lugar”. Voltando ao relato que iniciou este subtítulo, no espaço chamado de *Riveramento* temos a convivência entre múltiplos elementos culturais que compartilham o mesmo espaço e criam um intercâmbio de costumes e línguas, que tornam a fronteira um lugar de imbricamentos de identidades e culturas. Nesses espaços de características híbridas pode-se visualizar mais claramente que as identidades não se formam como um modelo padrão e homogêneo, onde todos possuem a mesma característica, fazendo parte da mesma nação. Laços de pertencimento surgem e se estabelecem justamente nesses locais de confluência identitária, produzindo novas referências que se desdobram em novas identidades.

Segundo o pensamento de Canclini (2003, p 09, tradução nossa), “um mundo num crescente movimento de hibridização precisa ser pensado não como um conjunto de unidade compactas, homogêneas e radicalmente distintas e sim com interseções, transições e transações”. Canclini se refere ao conceito de hibridização como um processo que nos possibilita entender as relações culturais construídas ao longo do tempo e também as transformações contemporâneas que estas identidades sofrem nos países da América Latina. Segundo o autor, a hibridização pode ser entendida “como o conceito que permite leituras abertas e plurais das mesclas históricas, e construir projetos de convivência livres das tendências de ‘resolver’ os conflitos multidimensionais através de políticas de purificação étnica” (CANCLINI, 2003, p. 03, tradução nossa).

A mistura dos idiomas, a fusão entre elementos artísticos, a criação musical que compartilha ritmos e cria suas próprias características e o intenso comércio que se dá a partir de três moedas diferentes, o Peso-Real-Dólar, tornam a fronteira um espaço que produz sua própria cultura, uma cultura híbrida, mestiça, uma vez que, para Canclini (2003, p 03, tradução nossa), “a hibridização surge da criatividade individual e coletiva. Não somente nas artes, mas sim na vida cotidiana e no desenvolvimento tecnológico”. Deste modo, a expressão *Riveramento* não surge de uma imposição do Estado para concretizar políticas de integração entre os países, pelo contrário, surge da criatividade coletiva e espontânea dos sujeitos que há muito tempo já convivem junto nesse espaço híbrido chamado pampa.

A Linha Imaginária

O filme *A Linha Imaginária* aborda a fronteira Brasil/Uruguai observando a produção artística e cultural da região. No documentário, o bilinguismo, a música, a poesia são frutos de uma convivência onde duas nações compartilham o mesmo espaço. O limite, a linha que separa cada nação é apenas ilusão. A fronteira é apresentada como geradora de novos costumes, pois a relação híbrida do espaço cria novos elementos identitários. Ele constrói sua narrativa a partir de entrevistas com os sujeitos que vivem na fronteira. Essa vivência reflete um espaço de entrelaçamentos culturais que o documentário assume para constituir sua “voz”, pois os personagens complementam os temas, não importando qual a sua cidade, já que a fronteira é apresentada como um espaço único.

Dirigido por Cíntia Langie e Rafael Andreazza e produzido pela Moviola Filmes, da cidade de Pelotas/RS, o filme foi gravado nas cidades de *Chuí|Chuy, Aceguá|Acegua, Santana do Livramento|Rivera e Jaguarão|Rio Branco*. Cíntia Langie é jornalista e professora do curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Federal de Pelotas. É sócia e atua como diretora e montadora na produtora Moviola Filmes. Rafael Andreazza é formado em direito e filosofia e também é professor do curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Federal de Pelotas. Atua como produtor, diretor e roteirista na Moviola Filmes.

Na sua estrutura *A Linha Imaginária* valoriza o discurso dos personagens sobre a fronteira. As imagens não possuem continuidade temporal, durante uma entrevista de dia é usado um *insert* gravado de noite, por exemplo. Os personagens são mostrados em lugares distintos nas entrevistas, não importando a continuidade espacial. O documentário se caracteriza pelo modo de representação expositivo, pois constrói sua narrativa de maneira argumentativa, priorizando o comentário verbal sobre a fronteira. Os personagens formam uma rede de opiniões que expressam o ponto de vista do filme. Bill Nichols (2005, p.143) explica que este tipo de documentário utiliza a oralidade para transmitir as ideias que formam a narrativa do filme e, geralmente, essa voz assume um caráter de autoridade sobre o tema.

A Linha Imaginária constitui sua “voz” por meio dos depoimentos de quinze personagens que falam no documentário. O argumento narrativo é organizado em temas em que os depoimentos se complementam para formar a “voz” deste filme. Essa opção reflete a escolha pelo modo expositivo, pois os depoimentos dos personagens operam para reforçar o argumento do filme. As imagens em diversos momentos assumem apenas a função de evidenciar ou ilustrar as afirmações dos personagens.

Predominantemente, o documentário analisado trabalha com a montagem de evidência. Este tipo de montagem é caracterizado por Nichols (2005, p. 58) como construtor da cena para que o argumento se expresse de maneira única, convincente e sustentado por uma lógica, no caso, pela lógica verbal. Ela aposta mais na comprovação do discurso, aumentando nosso conhecimento sobre a narrativa.

O documentário *A Linha Imaginária* expõe, no primeiro depoimento do filme, a fronteira invisível que cria novos idiomas, jeitos de comunicar e produzir arte. O personagem Aldir Garcia Schlee nos apresenta os traços de um espaço compartilhado que gera um hibridismo cultural, pois: “nessa fronteira seca se dá o fenômeno do bilinguismo e daquilo que se chama de *portunhol*. Tem um amigo meu, o Fabián Severo que é o cara

que está tentando fazer literatura com o *portunhol*” (A LINHA IMAGINÁRIA, 2014). Dessa união criativa de dois aspectos culturais diferentes, expressados pela língua, mas compartilhado pela vivência na fronteira, se dá o hibridismo cultural.

Quando o personagem Aldir Garcia Schlee, de *Jaguarão*|*Rio Branco*, se refere ao jovem poeta Fabián Severo, de *Artigas*|*Quaraí*, como um artista que já incorporou o traço do chamado *portunhol*, dialeto que mistura a língua portuguesa com a espanhola, ele revela que a produção criativa híbrida não acontece apenas em uma das cidades fronteiriças, é um aspecto que se dá em toda a fronteira Brasil/Uruguai. O devir fronteiriço também é um processo desencadeado pelos sujeitos da fronteira. O poeta Fabián Severo, que ocupa o centro da terceira sequência de *A Linha Imaginária*, fala da sua inspiração para escrever poemas, onde alguns deles são em *portunhol*.



Figura 01: Devir fronteiriço na língua e na música
Fonte: A Linha Imaginária

O personagem Chito de Mello, de *Livramento*|*Rivera*, também trabalha com o bilinguismo, porém ele prefere compor suas canções em um dialeto que ele denomina de “misturado”. O músico não utiliza as expressões *portunhol* ou DPU (dialeto português-uruguaio). Fabian Severo complementa: “O bom da língua ou o que se foi aprendendo com o tema da língua é que a língua não respeita os tratados internacionais, nem os limites geográficos” (A LINHA IMAGINÁRIA, 2014). Nessa mesma linha de raciocínio, Chito de Mello fala que “As fronteiras políticas não tem nada a ver com as fronteiras culturais” (A LINHA IMAGINÁRIA, 2014). O documentário toma o bilinguismo como uma forte marca da fronteira. Segundo Canclini (2003), esses traços identitários se formam de processos, estruturas ou até mesmo de pequenas práticas e assumem uma nova forma de estar no mundo.

O filme também utiliza imagens gerais do cotidiano das cidades onde a produção passou, geralmente enquadradas em Plano Conjunto (PC). Essas imagens não possuem um compromisso efetivo em evidenciar um tema específico, mas demonstram que os assuntos abordados no documentário fazem parte da rotina da cidade. As marcas de identidade fronteiriça estão tanto nos personagens e seus depoimentos quanto nas ruas, bares, praças, no devir da fronteira.

Outra personagem do documentário, a professora Mirta Arizaga, colabora com essa

afirmação. Ela diz: “A nossa identidade é essa mescla e esse entrelaçar de culturas” (A LINHA IMAGINÁRIA, 2014) e explica que a escola onde trabalha é bilíngue, que ensinam em espanhol, mas eles têm professores que falam e ensinam o português para os alunos uruguaios. Mirta também fala que as marcas identitárias da fronteira estabelecem sentidos que são diferentes de outros lugares do Uruguai, pois ela se sente pertencer àquele lugar.



Figura 02: Bilinguismo como característica da hibridização identitária da fronteira

Fonte: A Linha Imaginária (2014).

O músico Ernesto Diaz aborda o tema do contrabando a partir de uma história pessoal. Ele foi tocar em uma rádio e o locutor, sabendo que ele era da fronteira, perguntou o que era o contrabando. O artista respondeu: “o contrabando? Eu na minha vida intrauterina já fui feito com matéria sintetizada contrabandada, que minha mãe ingeria. E não gosto de falar de mim, sou contrabando, somos assim” (A LINHA IMAGINÁRIA, 2014). O personagem assume a visão estereotipada da fronteira enquanto local único e exclusivo de contrabando como forma de defesa.

Reduzir o espaço da fronteira ao estereótipo do contrabando é uma forma de reduzir a complexidade da região. Este fragmento da narrativa apresenta o personagem assumindo um estereótipo como identidade, mas que não deixa também de ser uma defesa. Trata-se da mesma representação que a mídia hegemônica constrói para a região de fronteira. O retrato da região como um lugar sem leis, onde o crime, o tráfico e o contrabando imperam, cria sentidos que não refletem as especificidades do espaço fronteiriço. A visão assumida pelo locutor da rádio no relato do personagem, que marca todas as pessoas da fronteira como criminosos, é uma forma de homogeneizar os sujeitos fronteiriços por um tipo de estereótipo. Estereótipo que no depoimento do músico Ernesto Diaz é ironizado e perde força ao ser incorporado pelo personagem em sua identidade fronteiriça. É um ato de defesa, tendo no contrabando um elemento da ambiguidade que revela a identidade de fronteira.

O filme trabalha o sentido narrativo (PENAFRIA, 2009) reforçando o sentimento de pertencimento ao espaço fronteiriço, pois, da relação de espaço com a identidade do local os sujeitos da fronteira formam o lugar, mais que as demarcações de divisas naturais ou artificiais. “Nós somos da fronteira mais que qualquer rio e mais, muito mais, que qualquer ponte” (A LINHA IMAGINÁRIA, 2014). Esse trecho da poesia do personagem

reafirma um pertencimento ao espaço fronteiriço.

Além disso, o devir fronteiriço faz sujeitos que são únicos. Em outro depoimento de Fabián Severo e Ernesto Diaz sobre a fronteira temos a seguinte afirmação: “Bom, o que é a fronteira? É o lugar aonde as águas se mesclam, a água do mar com a água doce, e cria esta zona onde crescem, um estuário, onde crescem coisas que não crescem nem na água salgada nem na água doce” (A LINHA IMAGINÁRIA, 2013). Fabián encerra a sequência dizendo que eles são as espécies que nascem no estuário fronteiriço.

O documentário *A Linha Imaginária* apresenta um argumento narrativo que dá ênfase aos traços de hibridização que a fronteira produz, pois se utiliza de elementos criativos, nascidos da fusão entre as culturas brasileiras e uruguaias, para afirmar que os sujeitos da fronteira buscam, na sua própria experiência, a inspiração para a criação de suas obras. Essa fusão também aparece nas imagens do cotidiano urbano das cidades, onde podemos ver diversas placas escritas no dialeto híbrido da fronteira.

Para finalizar o filme, o escritor Alcir Schlee é um dos personagens que trabalha com o tema do imbricamento cultural na fronteira, seja pela língua ou pela proximidade. Ele utiliza a expressão em espanhol para outros que é *nosotros*, e brinca com as palavras, afirmando “nós somos *nosotros*, nós somos nós mesmos, nos outros” (A LINHA IMAGINÁRIA, 2014). Fabian Severo complementa trabalhando com a ideia de um “lugar em comum”, onde o Estado, ou a Aduana não fazem parte da realidade. O poeta reconhece que em outros lugares do mundo as fronteiras são pontos de constante conflito e que esse “compartilhar o mesmo espaço” é inconcebível para milhares de pessoas. Em seguida, Schlee expressa a perplexidade que é viver em uma terra só e também manter a identidade uruguaia ou brasileira. Fabian Severo completa a fala de Schlee; “a linha é imaginária, está na imaginação, não está na realidade” (A LINHA IMAGINÁRIA, 2014). O discurso majoritário que o filme apresenta evidencia os traços de hibridização da fronteira, pois o potencial artístico e criativo da fronteira é uma das tônicas do documentário.

Considerações Finais

A Linha Imaginária aponta um devir fronteiriço criado pelas fortes marcas do passado com o contato efêmero característico de um lugar de passagem, onde o traço identitário da fronteira desenha um novo criativo e híbrido que surge da fusão de diversos elementos de linguagem, representação e identificação. O filme nos mostra uma visão dinâmica baseada nas ações que as pessoas desenvolvem em seus locais. As marcas de identidade de fronteira são formadas no movimento dos sujeitos. Os sentidos de identidade se constituem a partir da ação criativa híbrida, que une particularidades para criar algo novo, e também na passagem efêmera das pessoas pelo comércio.

O documentário reforça que existe um entrelaçar de culturas que se dá no espaço fronteiriço. O filme foca a fronteira Brasil/Uruguai como um espaço rico de constituição de sentidos de identidades únicas. Este aspecto é apresentado pela produção criativa que funde idiomas para produzir arte. O bilinguismo aparece como uma marca que produz identificação e ao mesmo tempo afirmação de uma identidade que é diferente do

restante do país seja do Brasil ou do Uruguai.

O devir fronteiriço faz parte da narrativa do documentário *A Linha Imaginária* que explora um espaço, geralmente urbano, que permite criar sentimentos de reconhecimento. É um lugar que convive com uma multiplicidade de impressões identitárias, é um local de passagem, marcado pela questão comercial, mas também carrega em si traços fortes e comuns constituídos ao longo do tempo e, além disso, o filme apresenta de maneira sutil os sujeitos que não são incluídos num viés consumista. A fronteira aparece como um espaço ambivalente onde as imagens e sons revelam a dicotomia de ser um ambiente de passagem e de relações efêmeras, mas que possui características únicas de uma comunidade que se construiu enquanto espaço de fronteira.

Ainda que o documentário evidencie mais uma abordagem pacífica, ele acaba sendo um contraponto à visão hegemônica da mídia sobre a fronteira. O imaginário que os grandes veículos de comunicação constroem sobre às regiões fronteiriças trabalha com a ideia de um espaço sem leis, onde o tráfico e o contrabando imperam. Deste modo, nos é apresentado por *A Linha Imaginária* uma visão que direciona nosso olhar para outros aspectos, que dão novos elementos para a constituição de identidades e conceitos sobre o espaço fronteiriço.

São pontos de vistas e vozes que se colocam na arena da representação para defender outras formas de falar da fronteira. Entendemos que todo o documentário apresenta um recorte de um determinado espaço ou prática social a partir de um engajamento com o tema do filme. O potencial do documentário em representar o mundo histórico a partir do enquadramento audiovisual de alguma característica particular, e do ponto de vista expresso na voz de cada filme, coloca-o como uma voz na disputa de sentidos de identidade num espaço cheio de representações midiáticas. O filme opta por construir uma visão que iguala os sujeitos da fronteira, sem trabalhar com os elementos de diferenciação que são inerentes às trocas culturais.

Do sentimento de pertencimento ao espaço surge a possibilidade do sujeito negociar sua identidade conforme os sentidos identitários que estão a sua volta. Estes sentidos estão sempre em construção e a representação da cultura e do espaço da fronteira se torna fundamental para tensionar as escolhas que os sujeitos vão fazendo durante seu processo de formação, mesmo convivendo em um espaço que possui apenas uma linha imaginária.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Tradução Marcos Penchel. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 1999.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1998.

BENTO, Fábio Régio. **Cidades de fronteira e integração Sul-Americana**. Jundiaí, Paco Editorial, 2013.

CANCLINI, Néstor García. Noticias recientes sobre la hibridación. In: **Revista transcultural de Música**, 2003. Disponível em <<http://www.sibetrans.com/trans/trans7/canclini.htm>> Acessado em 11 de junho de 2013.

_____. **Cultura y Comunicación**: entre lo global y lo local. La Plata. Ediciones de Periodismo y Comunicación, 1997.

GUIMARÃES, César; GUIMARÃES, Victor. Da política no documentário às políticas do documentário: notas para uma perspectiva de análise. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 77-88, dez. 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. RJ: DP&A, 1999.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2009.

NICHOLS, Bill. **Introdução do documentário**. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

PENAFRIA, Manuela. Análise de Filmes - conceitos e metodologia(s). In: VI Congresso SOPCOM, Lisboa, 2009. **Anais eletrônicos...** Lisboa, SOPCOM, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-penafria-analise.pdf>. Acesso em: 18 out. 2013.

_____. **O filme documentário**: história, identidade, tecnologia. Lisboa: Cosmos, 1999.

RAMOS, Fernão. **Mas afinal...O que é mesmo documentário?**São Paulo: Editora Senac, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2009.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2009.

A LINHA IMAGINÁRIA. Direção Cíntia Langje e Rafael Andreazza. Pelotas/RS: Moviola Filmes, 2014. On-line (26 min.), fullHD, widescreen, color.



EM TELA: IDENTIDADE JOVEM DE UMA TRÍPLICE FRONTEIRA

Franscesco Flavio da Silva
Marilice Daronco
Flavi Ferreira Lisbôa Filho
Universidade Federal de Santa Maria

Considerações Introdutórias

Durante uma entrevista para o audiovisual *Fronteras do Preconceito*, sobre como o jovem é retratado pela mídia na região da Tríplice Fronteira, uma adolescente afirmou que ele só ganha espaço quando “aparece como ladrão, às vezes, ou quando leva uma bala perdida”. O mesmo tipo de relato surge na fala de jovens brasileiros, uruguaios e argentinos. Segundo eles, a mídia não abre espaço para o jovem, nem leva em conta as suas diferenças culturais.

Descobrir o que o jovem tem a dizer sobre isso e como seria uma produção que desse voz a esses adolescentes foram objetivos do projeto *Diz Aí, Fronteras!*, que, entre 2013 e 2014, ofereceu atividades para 200 jovens entre 13 e 29 anos.

Este artigo se propõe a analisar, a partir dos Estudos Culturais, tendo como base as estruturas de sentimentos de Raymond Williams (1979), o episódio *Fronteras do Preconceito*, do especial *Diz Aí, Fronteras!*, exibido em dezembro de 2014 pelo canal Futura¹ e abordou o tema do preconceito.

A escolha pelos Estudos Culturais se dá porque desde o seu surgimento, na Inglaterra em 1950, essa linha de pesquisa está ligada à análise dos fenômenos culturais, levando em conta as relações entre a cultura e a sociedade.

Nascidos no cenário de pós-guerra, inspirados pela teoria de Karl Marx, os Estudos Culturais britânicos surgiram como um enfoque interdisciplinar, destinado ao entendimento dos fenômenos de cultura e identidade, ambos pertinentes a este estudo.

Consideramos que a cultura não é um conceito estanque. O processo de formação cultural, de acordo com Stuart Hall (2006), envolve deslocamentos de sentidos. Sobre eles o autor afirma que “[...] na linguagem, na textualidade, na significação; há algo que constantemente escapa e foge à tentativa de ligação, direta e imediata, com outras estruturas” (HALL, 2006, p. 199).

Em um território de fronteira a construção cultural resulta da reunião de vários elementos e signos complexos. A tensão existente neste campo cria uma zona de crise na qual moradores da Tríplice Fronteira, em especial os jovens, convivem. Sodré (1999) afir-

1 O Canal Futura foi criado em 1997, como um espaço educativo na televisão paga. Ele é financiado por parceiros da iniciativa privada e do terceiro setor.

ma que esse tipo de crise é decorrente também da visão tradicional filosófica, anterior a Hegel, que por muito tempo analisou concepções de mundo através de discursos que ignoraram as experiências vividas.

Em busca de compreender a questão da identidade, diferentes pesquisadores desenvolveram contribuições para a sua conceituação. Stuart Hall (2006), por exemplo, divide em três momentos a evolução das concepções de identidade, todas ligadas ao sujeito: Sujeito iluminista; Sujeito sociológico; Sujeito pós-moderno.

No Iluminismo, o conceito de sujeito era pensado de maneira unificada, como sujeito “uno”, considerando a essência particular de cada um, como identidade. Já na concepção sociológica clássica, essa questão parte de forma diferente, o homem interage com o mundo que o cerca, ora sendo modificado, ora modificando o que está a sua volta.

A terceira maneira de entender a formação de identidades traz o sujeito pós-moderno como alguém que vai assumir identidades diferentes, em distintos momentos. Assim, não se terá uma identidade fixa ou essencial, mas que passa constantemente por mudanças (HALL, 2000). Portanto, o conceito de identidade consiste em:

[...] algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes e não como algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo” e sempre “sendo formada” (HALL, 2006, p. 38).

Para Sodré (1999), a construção da identidade de um sujeito exige reconhecê-lo em seu espaço, mediante condições históricas e psicossociais de sobrevivência. Essa ideia se baseia na definição do “eu” através da construção e identificação do “outro” (SODRÉ, 1999, p. 35-6).

Conhecer esse conceito, em que a identidade passa por uma constante transformação, e compreender as concepções do sujeito contemporâneo, é essencial para que possamos identificar os aspectos culturais que afetam a vida de jovens que vivem em regiões de fronteira. Seus conflitos sociais e internos na busca de uma identidade e na construção do “eu” são questões complexas que exigem certa profundidade de olhar.

Ao analisar o episódio *Fronteras do Preconceito*, no qual os próprios jovens puderam retratar suas experiências, ansiedades, ideias, angústias e sonhos, acreditamos ser possível encontrar pistas para compreender a relação dos jovens que vivem nas áreas que limitam o Brasil, o Uruguai e a Argentina com a mídia e a formação de suas identidades.

Sobre Estrutura de Sentimento

Raymond Williams (1992) apresenta a noção de cultura como uma espécie de resposta aos acontecimentos que vivemos e, como um esforço por compreender, interpretar e apreciar as mudanças provocadas na sociedade. A compreensão de um produto

cultural exige que se faça um detalhamento interno e externo dele, identificando as diferentes relações com as forças sociais e suas instituições e tradições que esse produto acaba por suscitar.

A cultura estabelece conexões entre todos os elementos significados pelos sujeitos, mas, de acordo com o autor, para que isso possa ser compreendido, é necessário que esses elementos sejam pensados e analisados em sua totalidade social. Isso implica contextualizar tais elementos em meio a trocas gerais e em relação aos laços de localidade (WILLIAMS, 1992). Surge assim, uma estrutura de relações:

Estamos então definindo estes elementos como uma “estrutura”: como uma série, com relações internas específicas, ao mesmo tempo engrenadas e em tensão. Não obstante, estamos também definindo uma experiência social que está ainda em processo, com frequência ainda não reconhecida como social, mas como privada, idiossincrática, e mesmo isolada, mas que na análise (e raramente de outro modo) tem suas características emergentes, relacionadoras e dominantes e na verdade suas hierarquias específicas. (WILLIAMS, 1979, p. 134)

Com base em estudos focados na compreensão de processos de mudança social a partir da arte e da literatura, Raymond Williams (2005) desenvolveu o conceito de “estrutura de sentimento”, como hipótese cultural. Para ele, o artista nunca expressa um ponto de vista isolado ou individual, mas sim uma representação do ponto de vista do grupo social ao qual pertence. O autor desenvolveu sua teoria em duas produções: em *The Long Revolution*, de 1961, onde apresenta a importância da ideia de estrutura de sentimento para a análise cultural; e em *Marxismo e Literatura*, de 1979, em que apresenta os capítulos “Estruturas de Sentimento” e “Dominante, residual, emergente”, que servem de base analítica para este estudo. O trabalho de Williams, como explica Gomes (2011, p.38), é um recurso que busca compreender “[...] a maneira como vivemos, cada um de nós, individualmente, mas sempre de modo profundamente social, a complexidade das relações entre materialidades econômicas, estruturas sociais e políticas e produções de sentido”.

De forma abrangente, esta hipótese cultural atua refletindo sobre tempo e lugar específicos, onde pessoas vivem suas experiências, sendo a “[...] cultura de um período: o resultado vital e específico de todos os elementos da organização geral” (WILLIAMS, 2003, p. 57, tradução nossa). Assim, o autor afirma que o senso de uma geração, por exemplo, é correspondente aos processos de experiência social e das relações sociais em determinado período/contexto, ou seja,

Uma geração pode formar a sua sucessora, com razoável êxito, no caráter social ou no padrão cultural geral, mas a nova geração terá sua própria estrutura de sentimento, que, aparentemente, não “procede” de nenhuma parte. Posto que neste caso, de maneira mais característica, a organização cambiante se representa no organismo: a nova geração responde a seu modo ao mundo único que herda, leva a cabo muitas continuidades que podem ser rastreadas e reproduz numerosos aspectos da organização que é possível descrever, mas de certo modo sente toda sua vida de forma diferente e molda a sua resposta criativa a uma nova estrutura de sentimento. (WILLIAMS, 2003, p. 57-58)

Dominante, emergente e residual são categorias analíticas que atravessam tempo e história da prática social, revelando os elementos que constituem determinada cultura. Segundo Williams (2011, p.53), “[...] há um sistema central de práticas, significados e valores que podemos chamar especificamente de dominante e eficaz”, independente da sociedade e do período. A cultura dominante está continuamente ativa e adaptando-se, sendo ela flexível e abrangente. É o modelo estabelecido e reconhecido pelos indivíduos, legitimando e consolidando através de práticas a si própria enquanto referência de uma determinada cultura.

Os conflitos sociais, as interações e inter-relações é que acabam por dar a dimensão crítica daquilo que é produzido culturalmente. Na visão de Williams (1979), nenhuma cultura dominante é capaz de esgotar tudo o que envolve ou é produzido pelos sujeitos, deixando sempre resíduo ou o que se pode chamar por cultura residual. Formado no passado, o residual ainda atua na sociedade podendo se opor ao dominante ou conviver com ele:

Por “residual” quero dizer que algumas experiências, significados e valores que não podem ser verificados ou não podem ser expressos nos termos da cultura dominante são, todavia, vividos e praticados como resíduos – tanto culturais como sociais – de formações sociais anteriores. (WILLIAMS, 2005, p.224)

O terceiro elemento a ser explorado, o emergente, tensiona a relação entre dominante e residual, pois gera novos valores e ideias que contrapõem o que está estabelecido na cultura vigente. “Por ‘emergente’ quero dizer, primeiramente, que novos significados e valores, novas práticas, novos sentidos e experiências estão sendo continuamente criados (WILLIAMS, 2005, p.224)”. O autor credita como emergente todas “[...] as áreas da experiência, aspiração e realização humanas que a cultura dominante negligencia, subvaloriza, opõe, reprime ou nem mesmo pode reconhecer” (WILLIAMS, 1979, p. 127). O autor ainda enfatiza que o “emergente” deve ser visto de forma rigorosa, e não apenas como algo simplesmente novo.

A autora Itania Maria Mota Gomes (2011, p. 40) salienta três aspectos fundamentais para a noção de estrutura de sentimento construída por Williams. O primeiro é que na experiência vivida, cada elemento é parte inseparável do todo; o segundo reconhece a estrutura de sentimento como uma experiência social em processo ou solução, com frequência ainda não reconhecida como social; e o terceiro é a busca da análise em reconhecer como novas convenções surgem e se consolidam, no processo contínuo de mudança cultural.

As estruturas de sentimentos estão sempre refletidas nas alterações contidas na produção cultural e são capazes de identificar mudanças na tradição e a própria organização social. O principal papel desta hipótese cultural na contemporaneidade, segundo seu criador, é acessar a emergência de novas características que ainda não se cristalizaram em convenções, norma e gêneros. No caso dos jovens, moradores da região da Tríplice Fronteira, eles não veem suas identidades representadas pela mídia, mas, ao serem estimulados a refletir sobre isso e a produzirem seus próprios audiovisuais, começam a mexer com os pilares dessas estruturas de sentimentos, contribuindo para a diversidade local.

Que fronteira é essa?

“Não me conheciam como Martina, me conheciam como a de Rivera”, conta a uruguaia Martina Porto, no episódio analisado. Quando ela atravessou o limite que separa o Uruguai do Brasil, para fazer a graduação, encontrou pela frente mais do que a linha imaginária que determina onde começam e onde terminam os dois países.

Mas o que leva Martina a ser vista assim pelos demais estudantes com os quais convive e a não vê-los como iguais? Poder-se-ia retomar a inquietação de Michael Ignatieff, trazida por Woodward (2009), e questionar: “o que faz vocês pensarem que são diferentes?”. A resposta não é nada simples, ela se insere em um longo período de formação das identidades na região de fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai.

Para entender melhor essa questão do jovem morador da fronteira e a sua representação pelos meios de comunicação, vale a pena refletir sobre que fronteira é essa da qual se fala. No seu caráter histórico, o vocábulo fronteira vem do latim *fronteria* ou *frontaria*, que significa a parte do território que fica *in fronte*, nas margens.

Delimitar uma fronteira é uma questão que está intimamente ligada ao estabelecimento de que existe a figura do outro e, mais do que isso, que esse outro é diferente, por isso, pode ser compreendido como um processo intimamente ligado à formação da identidade.

As regiões fronteiriças são marcadas por elementos de aproximação e repulsão, semelhanças e diferenças, interesses comuns e interesses específicos, estabelecidos na ou a partir da inter-relação com o vizinho. As fronteiras são regiões híbridas e mestiças de permanente interpenetração e, por consequência, de tensão, permeadas pela relação entre ‘nós’ e ‘eles’, entre o local, o nacional e o global ou entre locais (a minha cidade e a cidade vizinha) e nacionais (o meu país e o país vizinho), num contexto global, permeado por novas lógicas capitalistas e informacionais. (ZAMIN, 2006, p.02)

Para Sodré (1988, p.23), território é um “[...] lugar marcado de um jogo, que se entende em sentido amplo como a protoforma de qualquer cultura: sistemas de regras de movimentação humana e de um grupo, horizonte de relacionamento com o real”. A territorialização é “a força de apropriação exclusiva de um espaço e que resulta de um ordenamento simbólico, sendo capaz de engendrar regimes de relacionamento, relações de proximidade e distância” (SODRÉ, 1988, p.14-15).

É importante lembrar que os territórios onde hoje se situam esses países, no passado apontavam o limite entre dois impérios: o espanhol e o português. Por isso, a disputa por território e a rivalidade foram marcas de suas histórias e dos povos que neles vivem.

A Guerra do Paraguai², a Guerra Guaranítica e a própria tensão pelo interesse geopo-

2 A Guerra do Paraguai (1864-1870) é considerada o maior conflito armado internacional do século XIX

lítico nas áreas próximas ao Rio Uruguai, por exemplo, são questões que perpassam o momento histórico em que ocorreram e que acabam por influenciar a formação das identidades nacionais na América Latina. Algumas dessas marcas são tão fortes que nem mesmo os acordos comerciais, como o Mercosul (Mercado Comum do Sul)³ são capazes de superá-las.

Ao analisar a questão da formação da identidade nacional, Stuart Hall (2006, p.51) pondera que “[...] as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre nação, constroem identidades”. No entanto, ele alerta que essas identidades não são capazes de apagar, nem mesmo de subordinar todas as outras formas de diferenças.

Para Sodré (1999), até mesmo o estabelecimento de um idioma em específico por uma nação acaba por contribuir para a formação de sua identidade, como pode se observar a citação que segue:

Às vezes, um idioma pode sustentar uma identidade, com finalidades eventualmente estratégicas. Um exemplo é Timor Leste, cuja luta contra a integração forçada à Indonésia tornou-se bastante conhecida nas últimas décadas do século vinte. O português, língua do antigo colonizador, tornou-se símbolo de identidade nacional e instrumento de resistência, ajudado por identificações comunitárias com os valores da literatura portuguesa local. (SODRÉ, 1999, p.49)

Lucena (2011) faz uma distinção entre o que são zonas de fronteira e faixas de fronteira. No primeiro grupo, de acordo com a classificação da autora, estão espaços “[...] que abrigam um alto grau de fluxo e interação entre países o que incide diretamente na promoção do desenvolvimento regional e da cidadania” (LUCENA, 2011, p.5). Já na segunda classificação, estão contempladas as noções vinculadas aos limites territoriais estatais.

A qualidade de fronteiriço, por razões óbvias, é outorgada aos habitantes que residem na faixa de fronteira. Essas áreas são “lócus” que contém forte potencial e grande apelo, para a promoção do exercício de construção e reconstrução identitária, áreas que conformam o que denominamos de territórios fronteiriços (LUCENA, 2011, p.25).

Assim, as fronteiras legais estão demarcadas pelas diferentes moedas, por um hino e uma bandeira que identificam quem vive naquela nação, pelas placas que dizem onde um país começa e outro termina. Porém, existem zonas de fronteira, como a da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, em que as trocas são constantes.

Como mostra o episódio *Fronteras do preconceito*, do projeto audiovisual *Diz aí, Fronteras!*

na América do Sul. O ditador paraguaio Francisco Solano López declarou guerra à Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e acabou derrotado.

3 Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção, que cria o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Passaram a fazer parte do acordo econômico a Bolívia, o Chile, o Peru, a Colômbia e o Equador. Guiana e Suriname são considerados países associados.

Por mais que sempre que se cruze a fronteira, seja necessário obedecer a lei de outro território, obedecer às normas vigentes no país, a identidade de muitas pessoas, no caso específico desse jovem que vive em regiões de fronteira, não obedece aos limites que estão nos mapas. Elas levam em conta “as relações de parentesco e amizade entre os povos que habitam os dois lados da linha divisória” (PESAVENTO, 2006).

O Olhar do jovem da Fronteira

“De onde venho?”, “quem sou eu?”, “para onde vou?”, “que fronteiras nos separam?”. Essas foram reflexões feitas aos cerca de 200 jovens selecionados pelo projeto *Diz aí, Fronteiras!*. As ações foram desenvolvidas ao longo de 18 meses, entre 2013 e 2014, na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul com estudantes brasileiros de Uruguaiana e Santana do Livramento, uruguaios de Rivera, e argentinos de Passo de los Libres.

O projeto *Diz aí, Fronteiras!* chegou ao Rio Grande do Sul em sua quinta temporada. A iniciativa está passando por áreas de fronteira de todo o país. O objetivo é que os jovens registrem suas impressões a respeito da diversidade geográfica, étnica e cultural que marcam esses locais. O projeto é desenvolvido por meio de uma parceria do Canal Futuracom o CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina). Os adolescentes recebem qualificação para que aprendam a usar equipamentos e estratégias da mídia audiovisual.

Na Fronteira Oeste do Estado, o *Diz Aí Fronteiras* foi dividido em diferentes etapas. Além de oficinas audiovisuais ministradas pela TV OVO⁴, o Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp)⁵ realizou três dias de discussões, com oito horas de debate cada, tratando de questões como cidadania, direitos humanos e juventude.

Para realizarem os audiovisuais, os adolescentes contaram com o apoio da associação cultural sem fins lucrativos Câmara Clara⁶. Foram mais de 40 horas de gravações, entre entrevistas, filmagens externas e *makingoff*. O resultado final do projeto foi uma série com cinco episódios com menos de dez minutos cada, ou seja, das mais de 40 horas de gravações, apenas menos de 50 minutos foram ao ar na televisão.

Eles estão divididos em cinco temas que foram propostos pelos próprios integrantes do *Diz aí, Fronteiras*. *Riveramento* trata das diferenças culturais e a integração entre as cidades de Santana do Livramento e Rivera. *Passo Livres* reflete sobre os principais pontos de encontro dos jovens da fronteira e sobre o futebol. *Jovens Horizontes* aborda a falta de emprego. *Ação, Câmera, Ação* aborda o audiovisual como uma ferramenta de transformação social. Finalmente, *Fronteiras do Preconceito*, episódio que encerrou a série, traz

4 A TV OVO é uma associação sem fins lucrativos criada em Santa Maria em 1996 para atender a adolescentes que recebem oficinas sobre produções audiovisuais.

5 O Camp é uma Organização Não-Governamental fundada em 1983, por jovens ligados à Teologia da Libertação e movimentos sociais.

6 O Instituto de Memória e Imagem Câmara Clara é uma associação cultural sem fins lucrativos, criada em 2007, em Florianópolis (SC) e que reúne profissionais da área audiovisual de São Paulo, Santa Catarina e Paraná.

depoimentos sobre as diferentes formas de preconceito com o jovem.

A pesquisadora argentina Beatriz Sarlo (1997) tece em *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina*, uma série de entrelaçamentos entre as transformações que aconteceram nas cidades, nos shoppings centers, no valor e lugar de mercado e a juventude. Para ela (1997, p.36), “[...] a juventude não é uma idade e sim uma estética da vida cotidiana”. A autora ajuda a mostrar que até o conceito de jovem e adolescente é algo bastante confuso e em constante transformação. Em contraponto à juventude idealizada, com a qual tantas pessoas sonham, a autora traz a questão da marginalização histórica:

Antes, os pobres só eram jovens excepcionalmente; em seu mundo, passava-se diretamente da infância à cultura do trabalho, e os que não seguissem por esse itinerário entravam na qualificação de excepcionalidade perigosa: delinquentes juvenis, cujas fotos mostram pequenos velhos, como fotografias de meninos raquíticos. Nesse caso, a juventude mais do que um valor, podia ser considerada um sinal de perigo (SARLO, 1997, p.37).

Se os tempos mudaram e a visão da juventude hoje é outra, ela nem sempre, no entanto, é positiva. Afinal, ser jovem significa ser diferente: do adulto, da criança, do idoso. Os adolescentes participantes do *Diz aí, Fronteiras!* buscaram mostrar por meio de seus audiovisuais que, se em todo o lugar esse preconceito existe, na fronteira, uma região de tensões culturais, esse problema está ainda mais latente.

O Dominante, o Residual e o Emergente

Para o *corpus* de análise deste artigo, selecionamos o episódio *Fronteiras do Preconceito*, um dos cinco audiovisuais produzidos pelos adolescentes no projeto *Diz aí, Fronteiras!*. A escolha ocorreu porque neste episódio os jovens falam sobre o problema que, de acordo com o relatório final do projeto, seria o maior desafio que enfrentam: o preconceito.

Uma das propostas do projeto foi fazer com que os jovens refletissem sobre a maneira como são representados pelos meios de comunicação para, depois, poderem planejar como fariam o seu próprio audiovisual.

A representação midiática, em especial neste artigo a televisiva, já que a série foi exibida pelo canal de TV a cabo, carrega consigo um conjunto de significados, tornando possível construir um sujeito dando sentido à identidade, como explica Hall (1997, p.15):

Representação é usar a linguagem para dizer algo significativo ou representar o mundo de forma significativa para outrem [...]. A representação é parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e intercambiado entre os membros de uma cultura. De fato, envolve a utilização da linguagem,

de sinais e imagens que significam ou representam coisas (HALL, 1997, p.15).⁷

No YouTube, rede social na qual o episódio *Fronteras do Preconceito* foi disponibilizado em nove de dezembro de 2014, ele teve 254 acessos até a data em que completou seis meses no ar. O audiovisual tem pouco mais de sete minutos e mescla imagens de adolescentes que dão seus depoimentos com a de locais turísticos das cidades onde eles vivem. Assim, em alguns momentos, pode-se ver, enquanto uma das personagens fala sobre os preconceitos que já sofreu, as bandeiras do Brasil e do Uruguai lado a lado, em Santana do Livramento. As cenas formam praticamente uma metáfora, que mostra que não importa de que lado da linha imaginária se está, o jovem é vítima de preconceito de qualquer forma.

Levando em conta que esses jovens vivem em uma região de diversidade cultural, marcada por conflitos históricos e por um fluxo de trocas que vai além do consumo de bens simbólicos, é que trazemos a hipótese da Estrutura de Sentimento de Williams (2005).

Sem apresentadores ou entrevistadores, o episódio é ancorado no depoimento de treze participantes, moradores de Paso de los Libres, Rivera, Uruguaina e Santana do Livramento. Cada um deles coloca em tela a sua face, as suas opiniões e o seu entendimento sobre os preconceitos sofridos pela juventude na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. São eles mesmos que deixam claro qual é a característica dominante da sociedade e da mídia: não dar espaço ao jovem e marginalizá-lo.

Como essa tríplice fronteira foi construída levando em conta um limite histórico e político, e não o fator humano, as linhas imaginárias que separam os três países não conseguem dar conta de agrupar as populações pelas suas identidades. Encontramos aí os elementos residuais desse processo, a marginalização histórica que o jovem sofreu na região da tríplice fronteira faz com que, ainda hoje, ele seja visto como um fardo, muitas vezes pesado demais. A grande diversidade dessa região fronteira potencializa o problema, pois em espaços muito próximo há diferenças marcantes de idioma, de símbolos patrióticos e até mesmo de heróis nacionais, como se fosse possível separar tão facilmente quem tem uma identidade ou outra e sem levar em conta que, talvez, o que se vê ali não seja nem uma nem a outra, mas uma “nova identidade”, a do morador da fronteira.

É importante ressaltar que houve um árduo processo de edição do episódio, que privilegiou claramente a visão dos jovens sobre o tema. Assim, é apenas o jovem morador da fronteira que ganha voz, não havendo qualquer espaço para visões de mundo diferentes das deles.

Nos treze depoimentos do episódio há citações sobre discriminações sofridas pelos jovens, independente de serem argentinos, brasileiros ou uruguaios. Em um dos casos, o entrevistado afirma que na região da fronteira ela é mais forte da que ocorre em outros lugares porque até mesmo ao se vestir diferente, o jovem vira vítima de preconceito.

7 Tradução de ENNINGER, 2015, p.36.

“Se há por aí um grupo de jovens que sai caminhando, porque estão juntos, logo os outros desconfiam que só podem ser vândalos. Existe um preconceito contra os jovens de que sempre estão querendo fazer algo mau, e não é assim, o jovem é do bem”, afirma a argentina Karen Hübscher, uma das entrevistadas do audiovisual.

É perceptível a intenção do grupo realizador em mostrar que o jovem tem a sua formação identitária prejudicada ao ser alvo de preconceitos e que, quando isso envolve quem mora na região de fronteira, onde também há diferenças de idioma e cultura, isso se torna ainda mais grave. Essa tensão sobre os jovens imposta pela sociedade revela a ação de uma cultura dominante em reafirmar seus padrões e normas quanto ao que é real e verdadeiro no cenário social, meramente com o intuito de se impor como hegemônica.

O que se nota de emergente no episódio é essa vontade do jovem de ser representado, de mostrar que é um cidadão de fato e de direito e que pode se inserir mais na comunidade, conquistando seu espaço. Prova disso é que, a partir das reflexões propostas pelo projeto, os adolescentes descobriram que podem produzir os seus próprios audiovisuais.

Também existem aqueles que não compartilham com os demais, e que na busca por uma identidade com bases territoriais, se veem invadidos por uma cultura que não é legítima de seu território ou estado. O emergente, neste caso, está na introdução de novos valores, significados e práticas que não são os ditos “tradicionais” ou “essenciais” do país de origem. “Uma criança do meio rural que vai estudar na cidade sofre discriminação. Como somos do campo, não dominamos muito o idioma, não sabemos nos expressar, isso é o que geralmente pensam e, de certa forma, nos discriminam muito”, conta Laura dos Santos. “Riam de como eu falava. Éramos 60 em uma sala de aula, e se eu fazia uma pergunta, todos olhavam para mim [...]. Chegou um momento em que eu, que sou bastante comunicativa, não falava muito”, afirma a uruguaia Martina Porto.

A região da Tríplice Fronteira carrega uma história de grandes transformações culturais, políticas e econômicas que resultam na contemporaneidade em um desafio para os jovens frente aos fenômenos da globalização. O território, o étnico, a nação, o religioso e outros pontos de referência identitárias já não servem unicamente de base para a distinção do “eu” em relação ao “outro”. A juventude, enquanto grupo social, auto retratada no audiovisual *Diz ai Fronteira!*, se descreve marginalizada frente à ação dura e implacável das culturas hegemônicas e residuais da sociedade, personificadas por adultos e idosos, que por sua vez ocupam espaços na mídia, na política, na família, nas instituições financeiras e etc.

Considerações Finais

O jovem da fronteira, que vive um momento natural de descoberta do mundo, das coisas, convive com a angústia de lutar para se conhecer e ser reconhecido de uma maneira mais justa pela sociedade. Essa luta, por mais modesta que possa parecer, talvez pelas restrições da idade, das condições financeiras, da liberdade social e da (falta de)

experiência, se configura como emergente sob aspecto de reivindicação por parte dos jovens. A emergência se evidencia por outro aspecto também, presente na história das sociedades, onde o conceito de juventude, como período da vida que circula entre os 15 e os 24 anos⁸, começou a ser reconhecido como tal no final do século XIX, sendo antes ignorado como fase da vida (criança, adulto e idoso).

O recorte que este trabalho reuniu nos dá indícios do surgimento de uma juventude, mais crítica, forjada na margem da visão social, que busca mais representatividade e respeito, mas que por outro lado não construiu estratégias claras para alcançar esse novo status.

A produção e a difusão de conteúdos midiáticos como o projeto *Diz aí Fronteira!*, que dá voz a quem não é cotidianamente ouvido, expressa uma vitória na busca de outras representações possíveis. Mais que se expressar, esta oportunidade promove desenvolvimento através da reflexão, tanto para os jovens que o produziram como para o público. A permanência do conteúdo na internet e a exposição momentânea em canal aberto traz a esperança de que a problemática continue viva, e que sementes sejam plantadas para que um dia a angústia destes jovens seja amenizada, e eles possam se reconhecer e serem reconhecidos na sociedade da forma que consideram justa.

Referências

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais**: uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GOMES, Itania Maria Mota. **Raymond Williams e a hipótese da estrutura de sentimento**. in: GOMES, Itania Maria Mota; JUNIOR, Jeder Janotti. Comunicação e estudos culturais, (Organizadores). - Salvador: EDUFBA, 2011. 197 p.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª ed. São Paulo: DP&A, 2005.

_____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: Thompson, Kenneth (org.) Media and cultural regulation. Inglaterra, 1997. Publicado Educação & Realidade com a autorização do autor. Tradução e revisão de Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa.

LUCENA, Marta Gomes. **A fronteira Brasil-Uruguai**: o Mercosul, participação política e identidades sociais. In Diprosul, Pelotas, 2011, p 4-33.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. Fronteiras culturais em um mundo planetário-paradoxos da(s) identidade(s) sul-latino-americana(s). **Revista del CESLA** (Centro de Estudos Latinoamericanos da Universidade de Varsóvia), n. 8, p. 9-18, 2006.

8 A Organização das Nações Unidas (ONU) define a fase da vida denominada juventude dentro da faixa etária de 15 a 24 anos.

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna:** intelectuais, arte e vídeo cultura na Argentina. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

ZAMIN, Ângela Maria. **Radiojornalismo de fronteira:** a delimitação do 'local' em emissoras comunitárias. Trabalho apresentado ao NP Rádio e Mídia Sonora, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2006.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros:** identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **O terreiro e a cidade:** a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 23.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1992.

_____. **Cultura e materialismo.** Trad. André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. **La larga revolución.** Buenos Aires: Nova Vision, 2003

_____. **Marxismo e literatura** (W. Dutra, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. Base e superestrutura na teoria cultural (Bianca Ribeiro, Trad.). **Revista USP:** São Paulo, 2005.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença:** uma introdução teórica e conceitual. In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. SILVA, Thomaz T. da. (org.) 9, ed. Petrópolis: Vozes, 2009.



A ESPACIALIDADE NA COBERTURA JORNALÍSTICA: MAPAS E PERCURSOS NAS FRONTEIRAS NACIONAIS¹

Isabel Padilha Guimarães
Universidade Federal de Pelotas
Ada Cristina Machado da Silveira
Universidade Federal de Santa Maria

Introdução

O texto apresenta uma reflexão que articula diversos autores contemporâneos com vistas a problematizar a relação entre a atividade de cobertura jornalística e sua cobertura em televisão aberta sobre acontecimentos pertinentes às fronteiras nacionais brasileiras. A abordagem preconiza a possibilidade de combinar aspectos teóricos de distintos autores provenientes do contexto europeu como Michel Foucault, Michel de Certeau e Zigmunt Bauman, com os brasileiros Lia Osorio Machado e Paulo Vaz. O estudo aqui apresentado considera a precedência de trabalhos anteriores realizados pelo grupo de pesquisa Comunicação, identidades e Fronteiras, vinculado ao programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria sobre a cobertura jornalística de periferias.

Inicialmente aponta-se que ao estudar as denominadas terras de fronteira há a convergência de diferentes culturas que influenciam os costumes daqueles que ali vivem. Diversas características peculiares resultantes da proximidade geográfica com os países vizinhos e, ao mesmo tempo, a distância para com o centro do Brasil, visto que a complexidade de relações, em função da língua e dos costumes, por exemplo, conferem ao cotidiano da população que habita a fronteira um modo de vida talvez único, se comparado a outras regiões. Suas particularidades, no entanto, não são facilmente compreensíveis. Na cobertura jornalística brasileira a abordagem do espaço fronteiriço encontra um objeto nobre, mas não por sua abordagem que, antes disso, é estigmatizante, mas por sua reiterada preocupação com o tema.

A análise aqui empreendida se dará a propósito do exame de um *corpus* composto de duas séries televisivas. Uma reportagem especial intitulada “Fronteiras terrestres do Brasil”, integrada por seis matérias exibidas em TV aberta no período entre 30 de maio

1 Uma versão anterior do texto foi apresentada no GP Geografias da Comunicação do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

e 04 de junho de 2011, no Jornal Nacional (Rede Globo). Uma segunda série consta da reportagem especial, denominada "A última fronteira do Brasil", foi veiculada igualmente em TV aberta, no programa SBT Repórter (Rede SBT), no dia 29 de julho de 2013. As duas reportagens orientam-se pelo tratamento de questões que orbitam em torno, principalmente, do tráfico, seja de drogas, de armas, ou contrabando e serão utilizadas, a título de ilustração, a partir das relações do tema com certos aspectos, delimitando um terreno de comparação no que se refere ao tratamento jornalístico dado ao espaço da faixa de fronteira brasileira.

A tríplice fronteira estabelecida nos confins de Brasil, Argentina e Paraguai conhece o que as pesquisadoras argentinas Silvia Montenegro e Verónica Giménez (2010, p.14) consideram desde a antropologia: "*la investigación desde las fronteras torna más compleja la distinción binaria entre centro y periferia en espacios donde las respectivas mitologías nacionales se espejan, son reproducidas o relativizadas en los márgenes y se recrean adquiriendo la singularidade de los espacios locales*". Assim, perseguindo a construção de uma mirada comunicacional para o tema das fronteiras internacionais nos termos propostos pelas autoras que se desenvolvem as reflexões expostas a seguir.

A Dimensão das Fronteiras na Cobertura de TV Aberta

A reafirmação da dimensão espacial nas teorias pós-modernas favorecem a crítica cultural e a abordagem da teoria social crítica (JAMESON, 2011).

A abordagem da noção de espaço parte-se da distinção entre espaços e lugares, fundamentada em Certeau (1998, p. 202): "um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha excluída a possibilidade de duas coisas ocuparem o mesmo lugar, imperando a lei do 'próprio'. Neste caso, os elementos considerados situam-se lado a lado, cada um ocupando um lugar. Trata-se de uma configuração instantânea de posições, implicando na ideia de estabilidade. Levam-se em conta os vetores de direção, velocidade e tempo, pois se dá o cruzamento dos elementos do lugar, através dos seus movimentos. Já o espaço "é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada." (CERTEAU, 1998, p. 202). Neste sentido, não possui a univocidade e nem a estabilidade de um próprio e depende da ação de um sujeito histórico. O espaço seria um lugar praticado. Na relação entre ambos, a mídia explora os espaços como se fossem lugares, em termos absolutos, conciliando certa imobilidade entre um e outro no modo como constrói o texto jornalístico.

A fronteira, como espaço físico habitado alude um lugar simbólico permeável onde circulam não só pessoas de diferentes lugares, como também culturas que se interpõem. Outro aspecto relacionado à fronteira se refere a um espaço geográfico que delimita um Estado Nacional; logo, há necessidade de fiscalização, presença de aduanas, agentes do Estado e outros elementos instituintes da nacionalidade.

Ao se referir à fronteira, Certeau (1998, p.213) alerta para um problema teórico e

prático: “a quem pertence a fronteira? O rio, a parede ou a árvore *faz* fronteira. Não tem o caráter de não-lugar que o traçado cartográfico supõe no limite. Tem um papel mediador [...]. No relato, a fronteira funciona como um terceiro [...] um espaço entre dois”. O espaço da fronteira cria a comunicação assim como a separação, constitui-se em lugar de passagem que articula duas margens. Ao contrário da delimitação rígida de espaços como centro e litoral, periferia e centro, aborda-se a configuração da fronteira como terceiro componente que compartilha a dimensão das margens.

Em seus continuados estudos sobre as fronteiras brasileiras, a geógrafa Machado (2005) faz referência a uma tipologia das interações transfronteiriças, raramente mencionada nas abordagens em torno das questões se referem às fronteiras terrestres do Brasil, quando tratadas pela mídia, como se pode constatar nas duas séries aqui analisadas. Para a autora, o meio geográfico que melhor caracteriza a zona de fronteira é aquele formado pelas cidades-gêmeas, em um modelo conhecido como sinapse, que são adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira – seja seca ou fluvial e que apresentam grande potencial de integração econômica e cultural. Por outro lado, também manifestam problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

Machado propõe cinco tipos de interações transfronteiriças: margem; zona-tampão; frentes; capilar e sinapse. A interação do tipo Margem pode caracterizar alguns espaços fronteiriços brasileiros, mas não é o caso da tríplice fronteira em estudo. Nela, a população se mantém concentrada no ambiente nacional, ocorrendo pouco contato entre a população fronteiriça de cada lado do limite internacional. Já a interação do tipo Zona-tampão marcou o convívio da fronteira entre Brasil e Uruguai no século XIX. Trata-se de zonas estratégicas onde o Estado central restringe ou interdita o acesso à faixa e à zona de fronteira. É uma realidade ainda visível na região Norte do Brasil, onde há parques naturais nacionais, áreas protegidas ou áreas de reserva indígena. Trata-se de uma fronteira marcada pelo bloqueio do espaço-institucional ‘pelo alto’, desde o governo central. A conexão do tipo Frente designa outros tipos de dinâmicas espaciais, como a frente de povoamento, bem como a frente cultural, frente indígena ou frente militar. Já a interação do tipo Capilar reconhece atividades locais, como as feiras e trocas difusas entre vizinhos fronteiriços com limitadas redes de comunicação. Nessas situações há integração espontânea com pouca intervenção proveniente do Estado e ausente de promoção de infraestruturas de articulação transfronteira, dado que a primazia é proveniente do espaço local, antes de ser nacional ou bilateral. Por fim, a interação do tipo Sinapse responde por adensamentos populacionais que se encontram cortados pela linha de fronteira e que contam com grande potencial de integração econômica e cultural, como é o caso da tríplice fronteira Argentina-Brasil-Paraguai.

Jornalismo, mapas e percursos

Na segunda reportagem da série do Jornal Nacional que foi ao ar em 31 de maio de 2011 são exibidas imagens tremidas e desfocadas de uma câmera escondida que percorre lojas de armas, enquanto ouve-se a narração do repórter: “Onde tem rua de comér-

cio ilegal no Paraguai, quase sempre tem uma loja de armas. São 32 só na fronteira com o Paraná. À venda, pistolas automáticas de grande precisão, as mesmas usadas no Brasil para assaltar e matar. O contrabando para Foz do Iguaçu é garantido”. Nessa operação do repórter, o Estado-nação do Paraguai é contraposto ao nível do município paranaense de Foz do Iguaçu.

Nota-se na também em seu discurso a ausência de menção a Ciudad del Leste, município paraguaio limítrofe ao município brasileiro de Foz do Iguaçu, bem como a ausência do município argentino de Puerto Iguazú, integrante da tríplice fronteira ali estabelecida como um espaço urbano contínuo delimitado pela Ponte da Amizade sobre o rio Paraná (Brasil-Paraguai) e Ponte Tancredo Neves sobre o rio Iguaçu (Brasil-Argentina).

O enquadramento seguido pela série observa algo já referido em trabalhos anteriores e que consiste em atribuir a responsabilidade por grande parte do tráfico, dentre eles o de armas, às fronteiras internacionais brasileiras com nações latino-americanas, especificamente ao Paraguai, erigido à condição de espaço símbolo do tráfico internacional e porta de entrada no território nacional (SILVEIRA; GUIMARAES, 2016). A facilidade de mobilidade com que se transportam mercadorias, o chamado contrabando, legalmente definido como descaminho, marca o Paraguai no noticiário nacional como espaço responsável por mazelas que se passam no centro do Brasil. Interessa notar também a conversa do repórter com o dono de uma loja de armas:

- Repórter: “Entrega lá?”.
- Comerciante: “Sim”.
- Repórter: “Em Foz?”.
- Comerciante: “Em Foz, se quiser, agora mesmo”

No trecho anteriormente reproduzido, a referida pergunta “entrega lá” reporta ao outro lado da fronteira e da ponte, constituindo-se no território brasileiro que, no exemplo, é tratado como um outro, pela posição física em que o repórter se encontra, pois ele está do lado paraguaio. Trata-se de uma situação que, observando os apontamentos de Cer-teau, o vetor que diz respeito à direção não muda e a espacialidade se apresenta estável.

Voltando à tipologia das interações fronteiriças proposta por Machado, observa-se que não há distinção entre os modelos no tratamento jornalístico dado pelas reportagens aqui referidas e outras já analisadas pelas autoras (SILVEIRA; GUIMARAES, 2016) já que a fronteira é tratada como se fosse uma só e qualificada pejorativamente como “escancarada”.

No que tange à população fronteiriça, principalmente nas cidades-gêmeas, os significados das fronteiras representam um impacto maior no seu cotidiano, que geralmente não é mostrado pela mídia, que privilegia o imaginário da cidade dividida. Segundo Vaz (2006, p.238), “a espacialização da moral distribui imaginariamente a cidade segundo uma economia de sofrimento, algumas zonas são vítimas de outras”. Isto se observa na abordagem da fronteira nacional, geralmente vista como espaço através do qual se dará a entrada de armas e drogas que serão utilizadas no centro do país.

Neste sentido, ocorre uma dicotomia entre a realidade observada e sua representação no noticiário, pois nos espaços fronteiriços ocorrem identificações entre os “de cá

e os de lá”, para além dos estereótipos apresentados que insistem no isolamento das fronteiras. Considerando o questionamento de Certeau (1998) sobre a possibilidade de uma tipologia dos relatos em termos de identificação de lugares e de espaços, entende-se que a combinação de percursos e de mapas torna-se importante elemento para o entendimento da construção das narrativas jornalísticas. É na base das narrações cotidianas que se encontra:

[...] a relação entre dois polos da experiência, que dizem respeito ao itinerário (uma série discursiva de operações) e o mapa (uma descrição redutora totalizante das observações) [...]. A descrição oscila entre os termos de uma alternativa: ou ver (é um conhecimento da ordem dos lugares) ou ir (são ações espacializantes). Ou então apresentará um quadro (‘existe’), ou organizará movimentos (‘você entra’, ‘você atravessa’, ‘você retorna’...) (CERTEAU, 1998, p.204) (grifos do autor).

Em uma das reportagens da série “Fronteiras” apresentada no Jornal Nacional (Rede Globo) em 30 de maio de 2011, na fronteira entre Salto del Guairá, no Paraguai e a cidade de Mundo Novo, no Estado de Mato Grosso do Sul, no lado brasileiro, o repórter César Tralli faz sua aparição na estrada que divide as duas cidades fronteiriças. Apresenta o percurso correto que deveria ser feito ao se atravessar a fronteira, com a passagem obrigatória pelo posto de fiscalização da Receita Federal. Na sua passagem, afirma “... quem vem do Paraguai, obrigatoriamente, deveria passar pela fiscalização. Agora, a gente vai mostrar prá você que existe um atalho...”. A equipe jornalística decide então, percorrer o atalho. Enquanto segue de carro, por uma estrada de terra, o repórter explica: “a gente tá pegando uma estradinha de terra, que fica a 200 metros do posto de fiscalização. São 10 da manhã; a gente levou exatamente, só 20 minutos prá percorrer esse atalho”, conforme a figura no.1. É um momento em que a imagem de um mapa ocupa a tela cheia, evidenciando o atalho que teria sido feito por ele e apresentado como o mesmo caminho feito por contrabandistas para cruzar a fronteira sem passar pela fiscalização. Observa-se que, enquanto o repórter faz o percurso, ele fornece o horário de saída, o tempo estimado de travessia do atalho e a distância do posto de fiscalização. Informações complementadas, logo a seguir, pelo percurso ilustrado no mapa.

Um observador mais atento, com conhecimento do espaço local pode questionar o percurso. No entanto, tomando-se como fidedigno, tem-se na tela da TV, na sala de casa, o itinerário e o mapa, conforme foram teoricamente descritos por Certeau (1998).

O plano geral do percurso é dado pela trajetória feita por Tralli, complementada pelo mapa, conforme a figura no. 2. Este procedimento é observado repetidamente, ao longo dos episódios da referida série.

Segundo Certeau (1998, p.209), não existe espacialidade que não organize a determinação de fronteiras. Nessa organização, o relato tem papel decisivo de descrição. Mas “toda descrição é mais que uma fixação”, é “um ato culturalmente criador”, sendo fundador de espaços. Considerando o papel do relato, poder-se-ia reconhecer, logo de início, a função de autorizar o estabelecimento, o deslocamento e a superação de limites e a

oposição de dois movimentos que se cruzam e do qual “a fronteira e a ponte aparecem como as figuras narrativas essenciais” (CERTEAU, 1998, p.209). No entanto, observa-se, nos relatos analisados, que a metáfora da ponte não é contemplada. Ultrapassar o limite é visto de forma depreciativa pela mídia, geralmente associado ao tráfico na fronteira.



Figura 1: percurso feito pelo repórter.
Fonte: série “Fronteiras”, Jornal Nacional, 30/5/2011.



Figura 2: mapa do percurso.
Fonte: série “Fronteiras”, Jornal Nacional, 30/5/2011.

Certeau (1998, p.153) se questiona se a narratividade seria um retorno à descrição da época clássica; afirma que há uma diferença que as separa: no relato não se trata mais de ajustar-se o mais possível a uma “realidade” e dar credibilidade ao texto pelo “real” que exhibe. Deste modo, precisamente, mais que descrever, ele o *faz*. Aqui, se caracteriza a construção do discurso e não sua mera reprodução. O discurso produz, então, efeitos, não objetos. É narração, não descrição. Não se trata apenas do conteúdo, mas da sua forma.

De um lado, a modernidade, outrora nascida de uma vontade observadora que lutava contra a credulidade e se fundava num contrato entre a vista e o real, transforma agora essa relação e deixa ver precisamente o que se deve crer. A ficção define o campo, o estatuto e os objetos da visão. Assim funcionam

os mass media, a publicidade ou a representação política (...). Hoje, a ficção pretende presentificar o real, falar em nome dos fatos e, portanto, fazer assumir como referencial a semelhança que produz. E os destinatários dessas legendas não estão mais obrigados a crer no que não veem (posição tradicional), mas a crer no que veem (posição contemporânea) (CERTEAU, 1998, p.288).

Desse modo, observa-se que os relatos dos repórteres nos trechos analisados constituem-se em “operações de demarcação” (CERTEAU, 2008, p.208), através da realização de ações organizadoras dos espaços mostrados, refazendo os mesmos caminhos alternativos dos contrabandistas, apontando falhas na fiscalização, denunciando os crimes de tráfico e optando por não mostrar qualquer tipo de ação integradora entre povos fronteiriços.

A Vigilância Sobre a Mobilidade

Ademais da tipologia das interações, considera-se pertinente reconhecer os indicadores identitários propostos por Machado (2005), quando relaciona mobilidade e identidade, dado que a última não é estática, podendo ser reconstruída e vista enquanto processo de identificação sempre em curso:

Mesmo grupos tidos com forte e clara identidade social, como os povos indígenas, estão sempre reconstruindo suas identidades enquanto estratégias (políticas) de que dispõem para sua sobrevivência. A formação da identidade regional varia muito de acordo com a mobilidade física a que a população está sujeita (migrações) e o nível de conectividade (interações) de que dispõe cada área. (MACHADO, 2005, p.34).

Assim, espaços com alta mobilidade da população, com índices mais elevados de migrantes, tendem a desenvolver identidades mais diversificadas e, algumas vezes, têm mais dificuldade de moldarem uma identidade que seja representativa de toda a região. É o caso da tríplice fronteira em análise, marcada como nenhuma outra do total de nove espaços de tríplice fronteira que o Brasil possui, por uma atividade poliglota, distribuída entre o Espanhol, Português, Guarani, Chinês, Árabe e Inglês, bem como seus três alfabetos: o Latino, o Chinês e o Árabe.

A ideia de fluxo, normalmente apresentada nas reportagens, ocorre através dos enquadramentos de câmeras, geralmente mostrando alguma paisagem ligada à proximidade entre cidades fronteiriças, cuja consequência é justamente o trânsito livre de pessoas na confluência de países vizinhos. Mas as reportagens conduzem uma crítica em relação à mobilidade decorrente do comércio internacional e o mal que pode causar. Não é a toa que utilizam o recurso da câmera escondida, já que o foco se dá sobre as contravenções e crimes, consequentes da extensa faixa de fronteira do Brasil. As interações efetivas entre populações e suas trocas culturais não são exibidas. O enquadramento se dá sob a perspectiva das interações ditas problemáticas.

Nas reportagens em estudo, as passagens dos repórteres são quase sempre realiza-

das nas avenidas que dividem as cidades-gêmeas, oportunidade em que é ressaltado o perigo que representaria a existência das cidades contíguas de dois ou mais países, ao longo da fronteira terrestre brasileira. Inobstante a essa declaração, estudos em Geografia evidenciam que há a presença de alto grau de troca entre as populações fronteiriças: “São lugares de comunicação e trânsito, infraestrutura especializada e operacional de suporte, mecanismos de apoio ao intercâmbio e regulamentação de dinâmicas, principalmente mercantis” (MACHADO, 2005, p. 147).

No modelo jornalístico observado nas matérias registra-se uma ostensiva cobrança por segurança pública e nacional nestes espaços, além da presença de fiscalização intensa nas aduanas. Exige-se o efeito de visibilidade, mas com um elemento suplementar: a existência de um ponto central que deve ser o local de exercício do poder e, ao mesmo tempo, o lugar de registro do saber (FOUCAULT, 2000, p.211), através do panóptico que traz territórios de inclusão/exclusão e suas marcas sobre o espaço. Trata-se do exercício de um poder espacializante dado pela formação discursiva, através da temática e dos modos de sua elaboração do papel da fronteira, tratando-se do olhar da vigilância midiática.

A abertura da série do SBT, por exemplo, é editada em formato de videoclipe, com a maioria das imagens de câmeras escondidas, seja para mostrar a prostituição na fronteira ou os coiotes que atravessam pessoas, ilegalmente, do Oiapoque para Caiena, na Guiana Francesa.

Recordando a Foucault (2000, p.212) “seria preciso fazer uma “história dos espaços” – que seria ao mesmo tempo uma “história dos poderes” – que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do *habitat*”. As técnicas de poder no interior do panóptico dizem respeito ao olhar e a palavra. Estar sob o olhar e vigilância, impedindo as pessoas de fazerem o mal, tirar-lhes o desejo de cometê-lo (FOUCAULT, 2000, p.217). O panóptico, na mídia, institui-se no sentido da cobrança de ações de projeção do Estado.

Na quinta reportagem da série do Jornal Nacional que trata das dificuldades do Exército para patrulhar as fronteiras terrestres brasileiras, repete-se o esquema do percurso complementado pelo mapa, no sentido da vigilância. A passagem do repórter é realizada em um barco, repleto de soldados do exército, que realizam a patrulha na fronteira. Na narração do repórter, ele afirma: “A selva é a vida dessa gente e com uma selva desse tamanho tem que pegar mesmo muita estrada, quer dizer, muito rio, pra tentar vigiar os 11 mil quilômetros de fronteira amazônica [...].Uma constatação favorece os criminosos. 22 mil quilômetros de rios navegáveis para apenas 21 pelotões de fronteira”.

Da fronteira no estado do Amazonas se passa para outra fronteira, no Mato Grosso do Sul. Muda o lugar, mas o discurso mantém-se o mesmo, porque não há distinção entre os problemas de uma fronteira para outra. Apesar de serem espaços geográficos diferentes, são tratados como se fossem um só, corroborando assim, com o que Paulo Vaz (2006, p.241) observa sobre as notícias de crime, que dão consistência espacial a certas regiões da cidade.

Para existir lugar, é preciso haver fronteiras e uma estrutura interna que o

singularize; senão, essa porção do espaço não se destacaria, pertencendo a um conjunto maior. No noticiário de crime se reúne uma multiplicidade de lugares distintos sob o termo favela, através de signos de negatividade em relação á ordem da cidade (VAZ, 2006, p.241).

No trecho acima, Vaz (2006) se refere ao espaço da favela que aqui pode ser tomado em analogia com o noticiário sobre as fronteiras nacionais (GUIMARAES et al, 2013). Na notícia, com a ilustração de um mapa, informa-se que existem 16 mil quilômetros de fronteiras brasileiras, como se a totalidade desta extensão fosse semelhante entre si, sem levar em conta as suas diferenças. A seguir, elege-se um fato, geralmente ligado ao crime, para destacar uma determinada porção do espaço. Ocorrendo assim, a visibilidade do vínculo entre a imagem da fronteira e a criminalidade através de relatos, mapas e percursos, etc.

É também um domínio dos lugares pela vista. A divisão do espaço permite uma prática panóptica a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar, portanto, e 'incluir' na sua visão. Ver (longe) será igualmente prever, antecipar-se ao tempo pela leitura de um espaço (CERTEAU, 1998, p.100).

A série "A última fronteira do Brasil", veiculada no Programa SBT Repórter, no dia 29 de julho de 2013, mostra as cidades de Oiapoque e Caiena, na fronteira da Guiana Francesa com o Brasil e a prostituição de menores que lá acontece. O repórter segue um francês acompanhado de uma menor de idade, brasileira, até um motel na cidade de Oiapoque, com uma câmera escondida. Enquanto os segue, ouve-se a narração do apresentador do programa: "nossos repórteres querem entrar no hotel usado pelos franceses". A seguir, a narração segue na voz do repórter: "prá cá que eles costumam trazer as meninas, fazem o programa e depois vão impunes, embora, pra Guiana, impunes. Não por acaso, o nome do hotel é Paris Hotel". Com uma câmera escondida, ele tem acesso a um quarto: "Esse é o quarto que os franceses usam no motel. É aqui que eles alimentam a prostituição infantil na cidade [...] Cometem crimes aqui e vão embora impunes para o país deles, sem dever nada para a justiça brasileira [...]. Vamos ver como é o banheiro... Um banheiro bastante simples, pequeno, comum, teto rosa, feio né? Aqui no quarto o teto é verde, olha só, que gosto duvidoso, é um ambiente bastante ruim. E é aqui que os franceses costumam manter relações sexuais com meninas menores e idade sem que ninguém tome nenhuma providência". A seguir, ele se dirige para o corredor do local e mostra uma parede branca, pintada com uma listra azul e uma vermelha. Enquanto apresenta o ambiente, narra as suas impressões: "é quase que um símbolo de um território francês livre. Olha as paredes, as cores da bandeira francesa, o branco, o azul e o vermelho. É um território francês aqui. Não é a toa que eles fazem o que querem". Os ambientes retratados vão sendo recriados, tanto pelos atores sociais envolvidos como pela própria linguagem utilizada, criando-se assim, uma narrativa, conforme a figura no.3. O espaço ganha destaque, esboçando uma ponte entre o público e o privado, e a ele é

atribuída uma série de qualificações negativas graças ao fato do local ser frequentado por habitantes de Caiena.

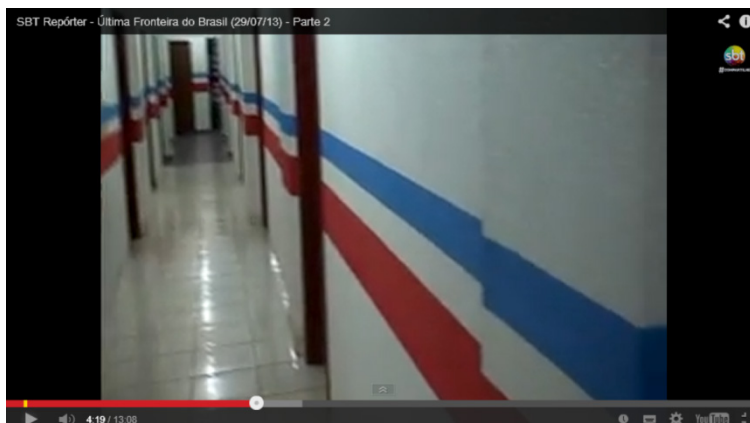


Figura 3: descrição do hotel

Fonte: série "A última fronteira do Brasil", SBT Repórter, 29/7/2013.

Do conjunto de reflexões, considera-se pertinente evocar o que Bauman (1999, p.77) aponta a cerca da instituição social do Estigma, cuja função é a de manter o estranho a uma distância mental, "encerrando-o numa concha de exotismo". O autor alerta para o fato de que não é condição suficiente para neutralizar sua "inerente e perigosa incongruência", pois o estranho continua por perto:

Assim, os estranhos continuam sendo os 'pegajosos' permanentes, sempre ameaçando eliminar as fronteiras vitais à identidade nacional. O perigo deve ser assinalado, os nativos devem ser advertidos e mantidos em alerta para não sucumbirem à tentação de comprometer os caminhos separados que fazem deles o que são (BAUMAN, 1999, p.77).

A diferença é construída negativamente, por meio da exclusão. O "outro" é associado ao crime: "Nenhuma classificação binária usada na construção da ordem pode se sobrepor inteiramente à experiência contínua e essencialmente não discreta da realidade. A oposição, nascida do horror à ambiguidade torna-se a principal fonte de ambivalência" (BAUMAN, 1999, p.70). Este processo se revela no exemplo que, através de um percurso que "comprova" a hipótese levantada, incentivando o isolamento cultural e a limitação de contatos:

O intercâmbio social com o estranho pode ser severamente reduzido e qualquer resíduo de comunicação que se permita pode ser cercado por um incômodo ritual cuja principal função é expulsar o estranho do reino do ordinário e desarmá-lo como fonte possível de influência normativa [...]. Marcam o estranho como o Outro e impedem que a ambiguidade da sua situação polua a limpidez da identidade nativa (BAUMAN, 1999, p.76).

Neste sentido, há uma insistência na divisão dos espaços, para a prevenção da contaminação pelo estranho. Isso pode ser conseguido desacreditando-o através de narrativas que: “representando suas características exteriores, visíveis e fáceis de identificar como sinais de qualidades ocultas e por essa razão, ainda mais abomináveis e perigosas” (BAUMAN, 1999, p.76). Exemplificando este ponto, pode-se considerar a questão das línguas espanhola e guarani, faladas pelos habitantes do lado de lá da fronteira e que marcam outra nacionalidade que não a brasileira, em meio a um universo linguístico tão diversificado.

As notícias sobre as fronteiras terrestres brasileiras permitem observar que a exclusão, ao invés de ser caracterizada pela individualidade, é generalizada e imputada a um grupo ou até mesmo a um povo. Vale recordar a Vaz (2006, p.235) quando afirma: “sabe-se que a construção de um lugar como alteridade pode estar associada a uma diversidade de marcas de classificação, sendo que grande parte delas não tem relação alguma com quem nele mora”.

Aqui mostra-se pertinente resgatar a expressão de Certeau (1998, p.44) sobre a “marginalidade de uma maioria”, os migrantes, estrangeiros, considerados todos como “outros” que, assim, convertem-se em um só. Ou, nos termos de Bauman (1999, p.38), “cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais”. Condições de uma realidade globalizada que, por via de uma lógica operatória, trata apenas de esquemas de ações e não diretamente de sujeitos envolvidos:

[...] a individualidade do estranho é dissolvida na categoria. É a categoria, não seus membros individuais, que é colocada e vista como a autêntica portadora suprapessoal, da diferença cultural que desafia uma distinção inequívoca entre amigo e inimigo. O indivíduo estranho é visto como um microcosmo da categoria como um todo. Ele carrega sua categoria nos ombros, por assim dizer (BAUMAN, 1999, p.82).

A utilização de processos de individualização o vistas ao propósito de marcar exclusões, como as análises amplamente comentadas do asilo psiquiátrico ou da penitenciária nos termos de Foucault (2002, p.165), são todas as instâncias de controle individual que funcionam num duplo modo: o da divisão binária e da marcação, caracterizada como louco/não louco, perigoso/inofensivo, normal/anormal. A essa lista de agentes excludentes adjuntam-se as narrativas midiáticas.

Considerações Finais

Certeau (1998, p.288) recorda que, no passado, a ficção estava em lugares circunscritos, estéticos e teatrais: ela se indicava a si mesmo e fornecia, com as regras de seu jogo e as condições de sua produção, a sua própria metalinguagem: “Narrativizava uma simbólica”. Da análise das reportagens é possível reter que a fragmentação dos relatos e da própria experiência dos atores sociais, captada através de enquadramentos seme-

lhantes, em uma espécie de dramaturgia jornalística compartilhada pelas matérias. Uma implicação socialmente procedente leva a considerar o argumento de Certeau (1998, p.288) de que os relatos têm o poder de mudar o ver num crer e de fabricar real com aparências, ocorrendo uma inversão.

Comparando os argumentos, observa-se que, conforme Certeau (1998, p.215) já pontou quanto à análise das narrações organizadoras de espaços relacionados às fronteiras, as margens são noticiadas por meio de temática e estilo semelhantes. Nos espaços midiáticos, os relatos costumam mosaicos com discursos fragmentados que narram o dia-a-dia relacionado ao tráfico, compostos a partir de locais marcados pela precariedade. Ademais, o exame das matérias jornalísticas confirma a vinculação com o objetivismo; ele visa afirmar uma verdade superior, de um observador privilegiado, apontando para uma linha de produção de relatos.

Outro aspecto recorrente que se observa nas notícias é que não há o reconhecimento da fronteira como espaço simbólico ao nível de uma realidade local. A imagem construída por via midiática das regiões fronteiriças para exposição ao conjunto da nacionalidade, dado que as séries de reportagens são exibidas nacionalmente, vem marcada pelo estigma: “um produto cultural que proclama um limite para a força da cultura. Com o estigma, a cultura traça uma fronteira para o território que considera sua tarefa cultivar e circunscreve uma área que deve ser deixada de lado” (BAUMAN, 1999, p.78). E, mais que isso encontra-se, na esteira da estigmatização, a generalização do crime: “Um crime é, imediatamente, uma relação entre particulares: para que apareça nas páginas e telas dos meios de comunicação, é preciso haver alguma estratégia de generalização do evento” (VAZ, 2006, p.240).

Diante dos exemplos das matérias jornalísticas analisadas, plasma-se a desconsideração pelo sentido de integração pleiteado em diversos acordos internacionais por vias diplomáticas. Pode-se pleitear que sobre o imaginário carregado decorrente do grande conflito armado que marcou a estruturação da nacionalidade brasileira durante o Segundo Império, a Guerra do Paraguai (1864-1870). Perto das celebrações do sesqui-centenário do final daquele conflito, a perspectiva midiática permanece hostilizando o trânsito decorrente da passagem pela Ponte da Amizade.

Referências

BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GUIMARAES, I.P.; SILVEIRA, A. C.M.; DALMOLIN, A.R. Um outro olhar sobre as periferias: a cobertura jornalística de revistas semanais brasileiras frente à emergência das práticas colaborativas em rede. **Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 84-97, set./dez, 2013. Disponível em: < https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/833 > Acesso em 30 março 2014.

JAMESON, F. O fim da temporalidade. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 187-206, jan.-jun. 2011.

Disponível em: <<http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF22/jameson.pdf>>. Acesso em 20 março 2016.

JORNAL NACIONAL. **Fronteiras terrestres do Brasil**. 30 maio a 04 junho 2011. Rede Globo de Televisão.

MACHADO, L. O. (Org.). Brasil. **Ministério da Integração Nacional**. Secretaria de Programas Regionais. Programa de desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

MONTENEGRO, S.; GIMÉNEZ B. V. **La triple frontera**: globalización y construcción social del espacio. Buenos Aires: Miño D'Ávila, 2010.

SBT REPORTER. **A última fronteira do Brasil**. 29 de julho 2013. Sistema Brasileiro de TV.

SILVEIRA, A. C. M.; GUIMARAES, I. P. (Org.) **Conexões transfronteiriças**. Mídia, noticiabilidade e ambivalência. Foz do Iguaçu: EdUnila, 2016. (no prelo)

VAZ, P. **Da pobreza à barbárie**: a mudança na imagem da favela no noticiário de crime. Imagens da cidade: Espaços urbanos na Comunicação e Culturas Contemporâneas. Porto Alegre: Sulina, 2006.



PARTE III

RADIOS Y

FRONTERAS



RÁDIO E FRONTEIRAS REGIONAIS EM TEMPOS DE SOCIEDADE EM REDE

Doris Fagundes Haussen

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Fronteiras... O que significam, afinal? Se pensarmos em algo como “estar frente a ...”, por exemplo, remetem naturalmente ao outro, ao diverso, ao diferente, a limites, àquilo que nos separa, nos divide. Nos vem à mente as fronteiras geográficas, nacionais, linguísticas, culturais, econômicas, sociais ... Pesavento (2002) lembra que as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são antes de tudo, simbólicas. “São produtos desta capacidade mágica de representar o mundo por um mundo paralelo de sinais por meio do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo” (p. 35). Para a autora, as fronteiras são, sobretudo, culturais, ou seja, construções de sentido. Mas, lembra que há uma tendência a pensar as fronteiras a partir de uma territorialidade que se desdobra no político. Assim, “fronteira é, sobretudo, encerramento de um espaço, delimitação de um território, fixação de uma superfície. Em suma, é um marco que limita e separa e que aponta sentidos socializados de reconhecimento” (p. 36). Mas, a concepção de fronteiras culturais, traz consigo uma ambiguidade, se há por um lado uma tendência ao estranhamento, por outro, há também a possibilidade da transgressão. Para Pesavento, “o que legitima entender desta forma as fronteiras culturais é a possibilidade, sempre presente no conceito, de pensar um novo, de pensar além, de estabelecer um pensamento *sem fronteiras*” (p. 36).

Neste sentido, se pensarmos na tecnologia radiofônica percebemos de imediato que ela desde sempre foi “transfronteiras”. Nos anos 30 do século XX, através de ondas curtas, era possível receber e enviar transmissões com programações radiofônicas de um país a outro, de Moscou ao Rio de Janeiro, de Buenos Aires a Paris. Mas, se tratarmos das questões linguísticas já teremos barreiras, assim, como nas questões econômicas – quem podia ter acesso à tecnologia dos anos 30 para transmitir e receber? Quem hoje dispõe de todas as possibilidades que a internet oferece? Sem falar nas questões culturais da programação que pode ser bem aceita ou rechaçada, conforme a sociedade que a recebe. É bom lembrar que hoje, no Brasil, por exemplo, apenas 10% da população conta com banda larga, e que no mundo, nos países ricos, 81% das casas têm acesso à rede, contra menos de 7% nos países pobres (Correio do Povo, 2015, p.7).

No caso das sociedades fronteiriças, especificamente, é preciso levar em conta algumas particularidades. Por exemplo, uma emissora de rádio uruguaia, da região de La Coronilla, que faz fronteira com o município brasileiro/gaúcho de Santa Vitória do Palmar, no sul do país, transmite sua programação (e também a publicidade) em espanhol e em português. Assim, alguns programas são na língua materna e, outros, na língua do

país vizinho. O trânsito entre os dois idiomas é ágil, da mesma forma que o de pessoas, transporte e demais produtos. O viajante que passa pela região ouvindo a emissora não chega a sentir estranhamento pois faz parte daquele contexto. Isto falando do rádio analógico. Se esta emissora transmite também pela internet, o seu alcance pode ser ainda muito maior, em termos de tecnologia e audiência. Os dados sobre as webrádios no Brasil indicavam 4777 no mês de abril¹, no entanto, é preciso lembrar que não existe um levantamento oficial, uma vez que faltam marcos legais que obriguem esses registros. Além disso, a classificação não é precisa, uma vez que constam também as emissoras em FM.

Ainda no caso da emissora uruguaia, nos programas musicais verifica-se a presença de música brasileira sendo apresentada por locutor falando em português e que também passa a se expressar em espanhol, na sequência, sem interrupção. Segundo Raddatz (2009, p.18) “Pelos ondas do rádio não existem fronteiras e nem mesmo o idioma estrangeiro é o limite. A fronteira reside na marca que a autoridade territorial imprime e a quebra de barreiras é justamente a simbologia do desejo de liberdade a que o povo dessa região aspira”. Para a autora, o rádio enquanto meio de comunicação cruza barreiras, penetrando nos lugares mais improváveis de maneira natural, “na costa do rio, na grande cidade, no sereno barco pesqueiro ou nos confins das fazendas e lavouras agrícolas”.

Por outro lado, Muller (2002, p. 220) lembra que as flutuações monetárias que ora beneficiam um lado da fronteira, ora outro, tornam propício o comércio de produtos fabricados nos países envolvidos, estimulando também a comercialização de mercadorias provenientes de outras partes do mundo como a China e Taiwan. “Esse é um dos motivos pelos quais as regiões fronteiriças atraem estrangeiros, caracterizando-se como espaço multicultural”.

Na concepção de Canclíni (1997, p. 80), por seu turno, “repensar a identidade em tempos de globalização é repensá-la como uma *identidade multicultural* que se nutre de vários *repertórios*, que pode ser multilinguística, nômade, transitar, deslocar-se, reproduzir-se como identidade em lugares distantes do território onde nasceu esta cultura ou esta forma identitária”. O autor refere-se ao caso da fronteira Brasil-Argentina onde há conflitos particulares nos meios de comunicação e se questiona: “Que significa os meios de comunicação poderem entrar de uma fronteira a outra sem necessidade de equipamentos tecnológicos caros? (...) Que significa existirem rádios brasileiras ou que transmitem em português do lado argentino?”.

Em relação à cultura, assim, o acelerado desenvolvimento da tecnologia das comunicações, a globalização da economia e a mundialização da cultura (Ortiz, 1996) estão, de alguma forma, refletindo-se no dia-a-dia das comunidades, seja nos grandes centros urbanos, seja nas pequenas localidades interioranas. Neste contexto, compreender os processos comunicacionais, permeados cada vez mais pela mídia, principalmente no que se refere às identidades culturais nas regiões de fronteira, exige um olhar apurado.

1 Dados do site www.rádios.com.br

O caso das emissoras radiofônicas de zonas fronteiriças, que atingem públicos populares que, na maioria das vezes, não dispõem de outros meios de comunicação a não ser o rádio e a TV aberta, ainda merece atenção. Assim como a questão do fim das emissoras em AM – Amplitude Modulada para as comunidades situadas no interior dos municípios e que não dispõem mais do sinal do rádio, uma vez que a FM não alcança e o sinal dos celulares e a internet são precários, o que deixa como única opção, praticamente, a TV por satélite, para aqueles que contam com a tecnologia.

Outra questão é a econômica, de sobrevivência dessas emissoras. Observa-se, inicialmente, que há uma inserção significativa de publicidade de pequenos estabelecimentos comerciais dos municípios fronteiriços divulgados no idioma local. Os recursos financeiros para a sua manutenção, portanto, são de alguma forma precários. Por outro lado, com o desenvolvimento de novas tecnologias, que estão afetando, inclusive, a questão da distribuição de canais de ondas eletromagnéticas, o panorama é mais complexo ainda. Meditsch (in Magnoni e Carvalho (orgs.) 2010, p. 207) destaca:

Há fortes indícios de que os atuais modelos de exploração de ondas e de negócio, que sustentam a produção de rádio há quase um século, estão com os dias contados. Com o fim da escassez de banda, o monopólio sobre as transmissões deixa de existir e quem vivia do pedágio sobre este monopólio de canais pode ver a fonte minguar rapidamente. Se o rádio como modalidade cultural tende a prosseguir existindo, a indústria que o explora terá de se adaptar ou morrer. Já teve que fazer isso outras vezes, no século passado, com o surgimento da música gravada, da televisão e da banda FM: resta saber se esta experiência pode servir para atenuar as turbulências de agora.

Como se observa, a região de fronteiras onde se situam essas emissoras envolve grande complexidade em todos os níveis. A globalização da economia e o desenvolvimento das tecnologias de comunicação têm influenciado, também, nas questões de espaço e tempo, ampliando fronteiras e incidindo diretamente sobre as culturas. Neste sentido, os conceitos de local, regional e global também se alteram inclusive no que se refere a estados nacionais². A utilização destes conceitos conduz, assim, a “um ordenamento entre níveis espaciais diferentes, o que nos leva, necessariamente, a pensar as relações entre eles” (Ortiz, 2000, p. 60). Relações, estas, certamente atravessadas por elementos das culturas locais, nacionais e, também, da mundial³.

Neste sentido, dois processos, segundo Martín Barbero (in Moraes, 2006),

2 Renato Ortiz (2000:59) lembra que em relação ao *global*, o que interessa no *nacional* não é tanto a sua unidade, mas a distinção em relação aos demais países. “No concerto das nações, cada uma delas é marcada por suas especificidades, por suas diferenças. O *nacional* assume, desta forma, algumas qualidades do *local*”.

3 Ortiz (2000:154) considera que o movimento da globalização das sociedades tem avançado principalmente em relação aos níveis econômico e cultural. “Trata-se, evidentemente, de domínios distintos (por isso prefiro falar em *mundialização da cultura* e não de sua *globalização*)”.

estão transformando radicalmente o lugar da cultura nas sociedades: a revitalização das identidades e a revolução das técnicas. O autor considera que os processos de globalização econômica e informacional estão reavivando a questão das identidades culturais étnicas, raciais, locais e regionais, motivando muitos “dos mais complexos conflitos internacionais dos últimos anos”. Mas, ao mesmo tempo, essas identidades “estão reconfigurando a força e o sentido dos laços sociais, e as possibilidades de convivência no nacional e ainda no local”. Em relação à tecnologia, Martín Barbero (in Moraes (2006, p.54) considera:

O que a revolução tecnológica introduz em nossas sociedades não é tanto uma quantidade inusitada de novas máquinas, mas, sim, um novo modo de relação entre os processos simbólicos – que constituem o cultural – e as formas de produção e distribuição dos bens e serviços: um novo modo de produzir, confusamente associado a um novo modo de comunicar, transforma o conhecimento numa força produtiva direta.

A cultura e a comunicação nacionais/locais, no entanto, apresentam especificidades e diferenças marcantes, face à globalização digital e à internacionalização das redes, o que não elimina as diversas resistências de cada cultura e da própria língua materna. Mas é importante salientar, conforme Hamelink (in Haussen, 1993, p. 8) que “o espaço cultural local é um campo de batalha. Há sempre forças hegemônicas dentro e fora da comunidade que tentam reduzir este espaço e diminuir a capacidade que a comunidade terá de fazer opções autônomas”. Mas, independentemente de sua apropriação por processos globalizantes, ela tem a sua vida própria. Mesmo que atravessada por influências externas, ao contar com uma expressão forte e com políticas locais de apoio, ainda resiste aos apelos do mundo global. E, neste sentido, para Müller (2005, p. 3), as fronteiras

São espaços nos quais o local e o internacional se entrelaçam, estabelecendo vínculos e dinâmicas próprias, construídas e reforçadas pelo homem fronteiriço. Neles estão presentes as identidades e as culturas nacionais de cada um dos países envolvidos. Acreditamos que ali também é construída, reelaborada e constituída uma outra cultura e identidade diferenciada, capaz de dar conta da demanda específica do local.

Num sentido mais amplo, como salienta Canclíni (2004), a expansão planetária dos intercâmbios econômicos e culturais, as migrações disseminadas em todas as direções “e os enlaces informáticos globais retiram a eficácia ao relativismo respeitoso das especificidades culturais isoladas”. Para o autor, “quando as fronteiras entre os grupos, as etnias e as nações tornam-se tão apagadas e pouco estáveis, e as competições en-

furecem, a tolerância humanista – como simples apelo ético – não é suficiente”⁴. Para Canclíni (2004, p. 214),

Abre-se então a pergunta de se seremos capazes de construir uma ordem intercultural globalizada em que as dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais reorganizem-se a fim de que aprendamos a descobrir o valor do diferente, para reduzir a desigualdade que converte as diferenças em ameaças irritantes e para gerar conexões construtivas.

Mas, conforme Oliven (2004, p. 9),

O embaralhamento das fronteiras, longe de fazer o sentido de nacionalidade diminuir, o faz crescer. (...) A criação de manifestações culturais mundializadas absolutamente não significa que as questões locais estão desaparecendo. Ao contrário, a globalização torna o local mais importante do que nunca. Como podemos nos situar no mundo, a não ser a partir de nosso próprio território, por mais difícil que seja defini-lo?

Na questão específica das fronteiras do Rio Grande do Sul/Brasil com a Argentina e o Uruguai há, ainda, um tema a destacar, uma vez que temos uma cultura de certa forma comum, que é a do gaúcho. Neste sentido, lembro a reflexão do psicanalista Alfredo Jerusalinsky (2015, p. 8) quando diz que “o gaúcho é um homem da fronteira que odeia fronteiras. Odeia o que o limita”. Uma das explicações, para o psicanalista, estaria no resultado das imigrações. Para ele, “povos que na Europa eram desencontrados chegam ao sul do Brasil e precisam se decidir: ou vão estabelecer novas fronteiras, à semelhança das que havia na Europa, ou vão fazer uma reabsorção das diferenças. Buscando, dessa forma, que elas prestem serviço às novas condições e ao domínio das novas terras, aproveitando o melhor de cada cultura”. Essa chegada das diferentes culturas, para Jerusalinsky, faz com que elas se debatam, produzam miscigenação, uma língua e uma cultura novas, “mas produzem também fragmentação, representação de minorais. Cada um ocupa o seu lugar. Isso no Rio Grande do Sul tem expressões muito forte” (p. 9). Uma das consequências, assim, é a de que embora haja a curiosidade e o desejo de se relacionar com alguém de uma cultura diferente surge o temor pela perda da própria identidade. E muitos conflitos aí se originam. Dessa forma, ao se falar de fronteiras regionais é preciso levar em conta toda essa complexidade que envolve a questão, tanto os fenômenos sociais específicos, como os regionalismos de ordem político-econômicos como as identidades regionais, de cunho simbólico-cultural.

Retomando-se a questão do rádio e das fronteiras regionais, pode-se dizer assim

4 Tradução da autora.

que, de alguma forma, por sua relação aproximada com as culturas locais ele tem um papel fundamental, pois ao traduzir as características dessas sociedades em sua programação ele estabelece uma conexão possível entre elas. Que pode ser harmônica, como se observou na emissora de La Coronilla, ou conflituosa, se provocar os acirramentos de questões que estejam latentes nas sociedades fronteiriças. Sem esquecer que, como foi citado, pelas suas características o rádio vai além-fronteiras, seja através das ondas tradicionais, seja pela internet. Atendendo, assim, além do seu ouvinte habitual, tanto a um público oriundo da região e “desgarrado” pelo mundo, quanto ouvintes curiosos atraídos por línguas estranhas e músicas diferentes do seu universo conhecido. De qualquer forma, cumprindo o seu papel de refletir o local num universo mais amplo, seja regional, nacional ou global.

Referências

CANCLÍNI, N.G. **Diferentes, desiguales y desconectados**. Barcelona, Gedisa Ed., 2004.

CANCLÍNI, N.G. **Cultura y comunicación: entre lo global y lo local**. La Plata, EPC/Universidad Nacional de La Plata, 1997.

CORREIO DO POVO. **Quatro bilhões sem internet**. Porto Alegre, 27/05/2015, p. 7.

HAMELINK, c. In HAUSSEN, D.F. (org.). **Sistemas de Comunicação e Identidades na América Latina**. Porto Alegre, Edipucrs/Intercom, 1993, p. 7-14.

HAUSSEN, D. F. **Comunicação e culturas regionais e a sociedade digital no Brasil**. São Paulo, Revista Comunicação, Mídia e Consumo, vol. 7, 2010, p. 179-194.

JERUSALINSKY, A. **Gaúcho é o homem de fronteira que odeia fronteiras**. Entrevista a Caue Fonseca. Porto Alegre, jornal ZERO HORA, 3/05/2015, p. 8-9, 2015.

MARTÍN-BARBERO, J. **Tecnicidades, Identidades, Alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século**. In MORAES, D. (org.). Sociedade midiaticizada. Rio de Janeiro, Mauad, 2006, p. 51-79.

MEDITSCH, E. **A informação sonora na webemergência**: sobre as possibilidades de um radiojornalismo digital na mídia e pós-mídia. In MAGNONI, A.F. e CARVALHO, J.M. (orgs). O novo rádio. Cenários da radiodifusão na era digital. São Paulo, Editora SENAC, 2010.

MULLER, K.M. **Práticas comunicacionais em espaços de fronteira**. In MARTINS. M.H. (org.). Fronteiras Culturais.Brasil-Uruguai-Argentina. São Paulo, AE- AteliêEditorial/CLL-Pref.POA/CELP, 2002.

MULLER, K.M. **Espaços conurbados de fronteiras nacionais**: ‘leituras’ de jornais locais. In: MÜLLER, Karla M. (editora). Revista eletrônica INTEXTO, nº 13. Porto Alegre: PPGCOM/ UFRGS, 2005.

OLIVEN, R.G. **Cruzando fronteiras, desterritorializando culturas**. Porto Alegre, Palestra. I Colóquio Transfronteiras Sul de Ciências da Comunicação do XXVII Congresso da Intercom, 2004.

ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura**. São Paulo, Brasiliense, 1996, 2ª ed.

ORTIZ, R. **Um outro território. Ensaio sobre a mundialização**. São Paulo, Editora Olho D’Água, 2000, 2ª ed.

PESAVENTO, S.J. Além das Fronteiras. In MARTINS, M.H. (org.). **Fronteiras Culturais. Brasil-Uruguai-Ar-gentina**. São Paulo, Ateliê Editorial/CLL-Pref. POA/CELP, 2002.

RADDATZ, V.L.S. **Rádio de fronteira: da cultura local ao espaço global**. Porto Alegre, Tese de doutorado defendida no PPGCOM da UFRGS, 2009.



LOS USOS POLÍTICOS DE LA RADIO EN UNA PROVINCIA DE FRONTERA: MISIONES 1960-1980

Carlos Alberto García da Rosa
Jorge Nelson Pyke
Norma Graciela Alvarez
Universidad Nacional de Misiones

Introducción-la Frontera Como Problema Histórico Y Política

Según señala Hebe Clementi (1987), la problemática de la frontera como explicación de un proceso histórico es reciente. En este sentido, la autora separa las cuestiones estrictamente jurídicas para focalizar un concepto más amplio. Así, la frontera tomada como una realidad, se convierte en “un espacio de interacción”. De hecho, el concepto de frontera es complejo. Considerando varias aproximaciones, el término puede referirse a una línea (arbitraria) divisoria entre dos países, a una división provocada por accidentes geográficos, a una división entre un pueblo marginado dentro de una sociedad organizada o a una serie de asentamientos militares en zonas despobladas limítrofes. En un sentido mucho más profundo, el término refiere a una **separación** entre dos cosas: una conocida y la otra extraña. En todos los casos, observamos una fluidez del concepto que alude a múltiples situaciones. Por tal motivo, es interesante la opinión de Clementi cuando señala la conveniencia de “adoptar la acuñación del vocablo ‘frontera viva’ como una designación gráfica que mantiene en su semántica la proteica movilidad de la vida misma” lo que nos permitiría trabajar variados niveles históricos a través del tiempo y el espacio americano (Clementi, 1987: 13-14). Por otro lado, podemos ensayar una definición más sociológica del término. En tal sentido, nos estamos refiriendo a regiones de poblamiento reciente dentro de los Estados nacionales que configuran no sólo regiones geográficas sino verdaderos grupos sociales. Según refiere Gabriela Schiavoni (1997) en la palabra “frontera” se incluye un repertorio de “metáforas geográficas” que aluden a regiones y no líneas divisorias. Pero el condimento especial que acompaña a este concepto es siempre la indefinición, la ambigüedad y la falta de certezas. Para Schiavoni, la problemática de la frontera dentro de los países latinoamericanos tiene como protagonista al “caso brasilero” (“fronteras en movimiento”) con su gran expansión de frentes pioneros en la región amazónica hacia comienzos de la década de 1970¹. El territorio de Misiones, mucho antes de convertirse en provincia, fue entendido por el Estado como “estratégico”, dada su situación de espacio fronterizo.

1 Sin embargo, la autora hace mención de otros estudios relacionados a la expansión de la frontera agraria tales como las de Bolivia, el este de Paraguay y las regiones amazónicas de Colombia, Ecuador y Perú.

Es decir, se tomó en cuenta principalmente el tema de la división política entre naciones. Es en este marco donde se definen estos espacios como “vacíos”, despoblados y por lo tanto “vulnerables” desde el punto de vista político y de seguridad nacional². Encontramos un conjunto de elementos que caracterizan a las regiones de frontera y que se tornan en problemas para los investigadores sociales. Así, tendremos enfoques sociológicos, históricos o antropológicos que remitirán a esta problemática.

El concepto de frontera no puede ser definido de manera precisa tal como se nos brinda desde el derecho público internacional. Indudablemente, en la vida de las naciones resulta útil precisar el concepto y así desde comienzos del siglo XX surgió una nueva disciplina: la **geopolítica**³. La reflexión en este sentido se orientó hacia las fronteras nacionales o a las áreas estratégicas globales en el estricto sentido de la ocupación de territorios. Tenemos así ideas referidas a poderes hegemónicos relacionados con papeles estratégicos y defensivos de diferentes Estados nación. A fines del siglo XIX, el historiador norteamericano Frederick Jackson Turner presentaba en un artículo (Turner, 1961) su tesis acerca del significado de la frontera para el desarrollo histórico de los Estados Unidos. Se suele afirmar que ésta fue una de las primeras formas de pensar la problemática de la frontera en clave sociohistórica. La tesis de Turner está basada en la idea de pensar la historia de su país siguiendo los diferentes grados de expansión de la frontera interna y de la utilización de los espacios “libres” que permitieron a grupos sociales marginados del desarrollo nacional desplegar trayectorias ascendentes⁴.

Como ya lo dijimos, Turner aparece como el primero en aplicar a la historia norteamericana la distinción entre línea fronteriza como concepto geográfico-político-social. La frontera así concebida, se convierte en un terreno de interpretación, un espacio en el que la sociedad se va construyendo y en el que la lucha continua entre diversos elementos la proveen de una especial dinámica. En la frontera, sostiene Turner, se pueden observar los procesos sociales en formación, los cuales revelan el modo de construcción de la sociedad y brindan claves para entender estructuras sociales más antiguas⁵. En Latinoamérica, fue el Brasil el primer país que instauró a la frontera como un problema historiográfico y geopolítico. En tal sentido, podemos destacar el trabajo del antropólogo

2 Para Schiavoni, la frontera “no es una zona ecológica sino un fenómeno que comprende significados (dimensión simbólica, ideológica y política) y relaciones sociales, cuya conexión no es automática.” (Schiavoni, 1997:263)

3 Esta combinación de geografía, política, historia y estrategia militar apuntó precisamente a la problemática referida a la ocupación de espacios territoriales por parte de las naciones.

4 El pensamiento de Turner concibe a la frontera como una válvula de escape de toda la problemática social socioeconómica del país, teniendo en cuenta las amplias posibilidades de conseguir tierra libre.

Nacionalidad, democracia e individualismo constituyen los tres principales atributos que se destacan en la conformación de la frontera turneriana (Pyke, 1999).

5 La interpretación de Turner nos brinda la idea de “frontera en movimiento” en la que un actor social privilegiado será el “pionero” americano que transformado en *farmer* pasará a constituir la base social del sistema democrático norteamericano. La teorización que presentó Turner pasó a convertirse (sin que él se lo haya propuesto) en la mejor forma de justificar ciertas ideas expansionistas que surgían en aquella época y que ponían a los territorios del Caribe como zona de futura expansión.

Otávio Velho (1979) quien realiza un estudio que relaciona la frontera y el campesinado brasileño⁶. La crítica de Velho apunta principalmente a la idealización de la frontera en el sentido de ser creadora de democracia e independencia, tal como lo señalaba Turner. Así, la frontera deja de convertirse en un espacio natural para convertirse en uno político. A la luz de estos estudios recientes, la frontera se convierte en un elemento significativo en la construcción de los Estados nacionales. En este sentido, la frontera no se presenta como un espacio independiente o extraño a la sociedad nacional, es parte de la misma y como tal influye fuertemente en su construcción. Para el Estado, representa la posibilidad de reafirmar su posición en el contexto internacional (frente a otras naciones), como también la afirmación de su poder en el orden interno⁷.

Se puede hablar de frontera a partir de que el término aparece en los discursos, es difundido por los medios de comunicación y utilizado (o manipulado) para designar la expansión de la sociedad nacional y la integración territorial. Se está expresando un fenómeno global de la sociedad que adquiere una dimensión simbólica que sobrepasa su aspecto localizado y concreto; pero que también contribuye a fortalecerlo en sus principales características (Aubertin, 1988). La frontera es entonces definida al mismo tiempo como una construcción ideológica, cultural y portadora de un conjunto de fenómenos concretos y diversos donde la presencia del Estado se encuentra en todos los niveles.

El Estado Y La Frontera

Desde un punto de vista teórico podemos considerar al Estado como una relación social de dominación, más precisamente como un aspecto analítico de las relaciones sociales de dominación, a las que respalda y organiza por medio de la capacidad de poner en movimiento, para exigir la efectiva vigencia de esas relaciones, a instituciones que suelen contar con la supremacía de la coacción en un ámbito territorial acotado. Muchas de estas relaciones se formalizan en un sistema legal surgido del Estado y respaldado por él: "El sistema legal es una dimensión constitutiva del estado y del orden que éste establece y garantiza en cierto territorio. Este orden no es igualitario ni socialmente imparcial." (O' Donnell 1997:262).

El papel del Estado surge como un determinante al reorientar las expectativas y tensiones sociales, prometiendo a todos, iguales oportunidades en la frontera. De este modo, el fenómeno de frontera surge como una creación del Estado destinada a resolver conflictos sociales⁸. La creación de fronteras supone poner en práctica un tipo especial

6 Velho se propone discutir la tesis de Turner y aporta elementos para definir sociológicamente a la frontera. Utilizando una metodología comparativa, analiza la expansión de la frontera norteamericana hacia la segunda mitad del siglo XIX, la frontera siberiana a comienzos del siglo XX y la frontera amazónica del Brasil durante la década de 1970.

7 Instituyendo fronteras, algunos regímenes políticos autoritarios despliegan un componente campesinista, populista y nacionalista que a su vez ponen en práctica un modo de gestión social de características complejas (Schiavoni, 1997).

8 Autores como Aubertin y Léna sostienen que: "La manipulación por el Estado del simbolismo de

de gestión del Estado, relacionado al manejo del espacio. En este sentido, lo económico es considerado en términos espaciales y el Estado impone su racionalidad en función al espacio como un instrumento privilegiado (Schiavoni, 1997).

Este espacio fronterizo es utilizado además como materia prima para la creación de mitos; específicamente los que se refieren a la creación o el establecimiento de la *identidad nacional*, principalmente en países jóvenes (Velho, 1979). Espacialmente tiene una doble dimensión, longitudinal y transversal. La frontera aparece como un fenómeno que no tiene validez universal, más bien existe y se desarrolla desde el punto de vista específico de una sociedad y de un momento histórico dado (Reboratti, 1979). En tal sentido, la consolidación de la frontera dependerá de la velocidad que tenga el proceso de ocupación espacial⁹. Cuando las fronteras dejan de recibir presiones de población o bien poseen una suficiente capacidad de absorción de migrantes se van transformando integrándose al espacio nacional, en tal caso estaríamos hablando de una “integración positiva del espacio nacional” (Reboratti, 1979).

Todas las conceptualizaciones y definiciones, tanto sociológicas como históricas, enfatizan el accionar del Estado en el manejo del espacio. Este espacio debe ser considerado como social, político y económico, no estructurado plenamente pero dinámico. Un espacio en el cual convergen relaciones y prácticas sociales con una fuerte y potencial marca política.

Frontera e Identidad

Las relaciones entre espacio y sociedad no se dan en forma mecánica que señalen una u otra dirección. El espacio no debe ser concebido como una simple superficie de registro pues contiene las huellas materiales de la vida social. Un espacio fronterizo supone un sistema de relaciones, generalmente vinculado al tipo de dominio que se ejerce sobre las representaciones de ese espacio. Como ya vimos, las fronteras constituyen espacios instituidos que podrían ser considerados como lugares sin identidad frente a los fenómenos regionalistas. El discurso sobre la frontera se fundamenta sobre lo nuevo, lo cambiante o lo que no se origina en el lugar. En tal sentido, Schiavoni señala que: “podemos recuperar para la discusión de una sociología de la frontera, las observaciones de Marc Augé (1993) sobre los ‘no lugares’, formuladas en contextos empíricos muy diferentes¹⁰. Por otra parte, como ya lo señalamos, desde las esferas oficiales se concibe a la

la frontera interviene principalmente cuando, por razones geopolíticas, económicas y demográficas, es conveniente ubicar poblaciones numerosas, o cuando es necesario atraer capitales privados, nacionales o extranjeros, o aún justificar y consolidar importantes inversiones públicas.” (Aubertin, 1988:13).

9 Desde un punto de vista político, un elemento interesante para el análisis es el de la mecánica de desplazamiento de la población: las migraciones. Existen migraciones internas que se ven reforzadas con la llegada de inmigrantes de fuera del área.

10 El ‘no lugar’ comienza con el desarraigo; los paisanos que son arrancados de la tierra y arrojados a los centros urbanos –por ejemplo en Europa en el siglo XIX- los inmigrantes o los refugiados pasan por esta experiencia del ‘no lugar’” (Schiavoni, 1997:367)

frontera como un espacio que puede ser objeto de diferentes iniciativas. En el caso de la Argentina, la frontera pasó a convertirse en un espacio soberano que debía ser defendido. Crear una frontera supone, de cierto modo, convertir zonas poco pobladas en “páginas blancas” donde se juega el ordenamiento, la institucionalización y la historia. En tal sentido, los “frentes pioneros” se convierten en procesos de fabricación de los espacios: la creación de regiones. Sin embargo, en estos espacios fronterizos des-historizados, el Estado delimita y marca las líneas tratando de construir una historia. La tecnocracia política representa a la frontera como “tierra de nadie”, un lugar (“no lugar”) en el que todos son forasteros. Aquí surge un elemento fundamental dentro de la dinámica del Estado: poblar el espacio de manera planificada, es decir, colonizar lo que se piensa como un espacio homogéneo e invariable. Pero el aparato estatal no puede dominar en forma absoluta el fenómeno y deja intersticios, instancias de juego en el que los grupos sociales asumen el control de los procesos que se dan en la frontera. Así, los actores sociales producen a la frontera oponiéndose a la sociedad codificada y controlada de los grandes espacios urbanos. La frontera se convierte en una metáfora de libertad, de oportunidad, de “suerte” en una posible redistribución de las cartas. ¿Cómo juega la identidad en estos espacios? Tratándose de sitios que suponen la presencia de recursos naturales que posibilitarían la promoción social, los individuos perciben una realidad magnificada por deseos, fantasías y esperanzas. Estos componentes pueden ser manipulados o estimulados por los aparatos estatales nacionales que despiertan una identidad nacional y defensora de la soberanía en aquellos alejados lugares. Allí, el habitante potencial de la frontera buscará una posición que le permita alimentar la esperanza de promoción social y de un futuro para él y sus hijos. Surge así la figura del “pionero” cuyo avance va haciendo historia. Durante este avance se van formando grupos sociales que deberán incorporarse a las diferentes clases nacionales.

Argentina y La Frontera En Clave Geopolítica

En la Argentina la problemática de la frontera fue pensada desde un punto de vista estratégico y militar, es decir, geopolítico¹¹. El tema “frontera” constituye un elemento crucial dentro de la geopolítica si se tiene en cuenta por “frontera” al ámbito geográfico de un Estado que se extiende desde un límite hacia el interior del territorio propio hasta cierta distancia¹². Así, la *cultura nacional* como frontera interior también abarca a las fronteras periféricas. Durante la segunda mitad del siglo XIX, la Argentina debió enfrentar el proceso de organización política que la constituiría en un moderno Estado-nación. A tal efecto surgieron tres cuestiones destinadas a la articulación del proyecto: qué cen-

11 En tal sentido, la geopolítica constituye la ciencia que estudia las recíprocas influencias que se producen entre los factores geográficos y las comunidades políticamente organizadas.

12 Aquí conviene remarcar algunas cuestiones relacionadas con dicha distancia y los factores a tener en cuenta: geografía del país, poder nacional, niveles integrales de desarrollo, política nacional propia y de los países lindantes y también niveles de avances tecnológicos y científicos. Es decir que al interior de la frontera encontramos otro linde.

tro hegemónico sería el organizador del Estado; cómo modernizar y adecuar el territorio a la técnica y desarrollo (mirando a Europa) y fundamentalmente cómo se resolvería el problema de las fronteras¹³.

La culminación de la Guerra de la triple Alianza (1870) configuró el primer paso hacia la definición de los límites exteriores en el este y norte del país. En este contexto, la región comprendida por la Cuenca del Plata irá adquiriendo importancia por sobre las demás regiones¹⁴. Hebe Clementi realiza la siguiente reflexión al respecto a la demora para encarar un análisis serio: "...acerca del espacio heredado y su potencialidad presente y futura, es mucho más sensible en el resto de los países, aunque estuvo implícita detrás de muchos hechos de la historia independiente. Detrás del consabido 'balance de poder' que servía de argumentación en guerras y tratados, estaba incuestionablemente la valoración del espacio, como atributo de poderío de una nación, pero en una calificación de extensión hasta cierto punto esquemática y ruda, ligada a patrones heredados más que a utilización concreta del espacio." (Clementi, 1987:175).

Misiones y La Doble Configuración De Su Frontera

A mediados del siglo XX, la joven provincia de Misiones podía caracterizarse como un territorio singular. Esta singularidad estaba dada por aspectos sociales, culturales, económicos y geográficos propios. Indudablemente, una de las características más relevantes era la cantidad de tierra que aún permanecía vacante. La mayoría de estas tierras "desocupadas" se hallaban dentro de la región que fue definida como Área de Frontera. Si bien para 1944, el gobierno Nacional había creado las Zonas de Seguridad con la finalidad de velar por la integridad de las fronteras nacionales. Entre otros aspectos, este instrumento establecía que una Comisión Nacional de Zonas de Seguridad resolvería dentro de su jurisdicción "los pedidos para el otorgamiento de concesiones y/o permisos que las autoridades nacionales, provinciales y municipales deban solicitar para autorizar la explotación de servicios públicos, vías y medios de comunicación y orientación de la opinión pública, transporte, pesca marítima y fluvial, así como toda fuente de energía o industrias de cualquier índole que interesen a los fines de la defensa nacional..." (Art. 9). A partir de 1966 por medio de la ley N° 16970 (Ley de Defensa Nacional) las autoridades consideraron seriamente el problema de la seguridad, defensa y estrategia apuntando al desarrollo integral de las fronteras. Fue así que en 1970 y en el marco de la Revolución Argentina, se sancionó la ley N° 18575 sobre promoción y

13 Aquí surgían cuestiones tales como el problema indígena y la ocupación del espacio al que denominaban "frontera"; la demarcación de las fronteras externas y la resolución de los conflictos limítrofes. De esta manera, hacia fines del siglo XIX el espacio territorial se convirtió en la clave para la solución de los principales problemas sociales y políticos en torno a la organización nacional

14 La lengua guaraní marcó su presencia en toda la región litoral y la existencia de los grandes ríos contribuyeron a unir y hermanar el espacio. Entrados en la segunda mitad del siglo XX, las grandes represas construidas transformaron y siguen transformando el paisaje geográfico, económico y social de la Cuenca configurando un nuevo espacio.

desarrollo de fronteras. Esta ley creó y definió las Zonas y Áreas de Frontera dentro de la República Argentina. Así, oficialmente las Áreas de Frontera eran aquellas que por su situación y características especiales, requerían un régimen de promoción prioritario para su desarrollo. Básicamente, la norma proponía crear las condiciones adecuadas para la radicación de pobladores, brindar infraestructura, asegurar la integración de estas zonas con el resto del país y a su vez, afianzar los vínculos espirituales, económicos y culturales con los países limítrofes¹⁵.

En 1972, el Poder Ejecutivo Nacional estableció las Áreas de Frontera que constituirían las Zonas de Frontera dentro de las diferentes provincias. En Misiones se creó el Área de Frontera Bernardo de Irigoyen que abarcaba los departamentos de General Manuel Belgrano y San Pedro¹⁶. Dentro del Área de Frontera Bernardo de Irigoyen (en adelante AFBI) se podían diferenciar dos zonas: la del Alto Uruguay y otra integrada por los departamentos del Norte (San Pedro y Gral. Manuel Belgrano) (Reboratti y Arjol, 1978)¹⁷. En toda esa región, el aislamiento y el mayor desarrollo económico y demográfico que se registraba del lado brasilero, hizo que la cultura luso-brasileña fuera predominante. La presencia argentina comenzó recién durante la década de 1930 cuando en 25 de Mayo se instalaron la Policía Territorial, una escuela, una representación de la Marina Nacional, el Resguardo Aduanero y la Gendarmería Nacional (Pyke, 1997). En toda la zona del Alto Uruguay el origen de la población era mayoritariamente brasileño, provenientes de las viejas colonias alemanas de Río Grande do Sul¹⁸. Durante la década de 1970, el AFBI fue objeto de varios estudios por parte de las autoridades nacionales, provinciales e incluso organismos internacionales como la OEA. De dichos estudios surgieron documentos e informes (Misiones, 1971; 1972; 1975; 1976; 1977) que caracterizaban al área desde sus más diversos aspectos. Sin embargo, todos los informes coincidían con el diagnóstico en cuanto a falta de desarrollo, infraestructura básica, vacío poblacional, falta de integración física y espiritual con el resto del país y por supuesto, una fuerte influencia de los países limítrofes¹⁹. En 1971, un documento oficial (Misiones, 1971) daba cuenta de

15 Se debe destacar que en lo referente a la radicación de pobladores, la ley era taxativa y clara: se fomentaría el asentamiento de pobladores argentinos nativos o naturalizados con probado arraigo al país y "reconocida moral". En esta línea de acción, toda vacante en un cargo público (funcionario, administrativo o docente) en el Área, debería ser cubierta por ciudadanos argentinos nativos o naturalizados con seis años como mínimo en el ejercicio de la ciudadanía.

16 Más adelante (1976) se incorporaron los de Guaraní y 25 de Mayo y finalmente a comienzos de 1980, se anexó Iguazú.

17 Entre 1914 y 1916, la zona del Alto Uruguay fue ocupada por obrajes que poseían algunos puertos para el transporte de maderas. Señalan Reboratti y Arjol (1978) que estos puertos ubicados sobre el río Uruguay, constituían las únicas vías de comunicación con el resto de la provincia, dado que las rutas comenzaron a construirse durante la década de 1940.

18 Considerando que la mayor cantidad de tierra vacante (sin uso) se hallaba ubicada en el AFBI, podemos afirmar que esta región conformó la existencia de dos tipos de frontera: el primer tipo sería el que define su nombre como frontera política entre naciones diferentes y el otro tipo estaría dado a la frontera que nace a partir de la existencia de tierra libre. Estamos hablando de la frontera agropecuaria o de asentamiento humano (Reboratti y Arjol, 1978)

19 Luego de la sanción de la ley 18.575, el Consejo Federal de Inversiones (CFI) y la Subsecretaría

la situación educativa en la frontera misionera y destacaba su estado deficitario a causa de la dispersión de la población, las fuertes corrientes migratorias y la incorporación prematura de la población en edad escolar al mercado laboral. Al año siguiente desde la Secretaría del Consejo Provincial de Desarrollo se elaboró un plan de inversiones a realizarse dentro del Área entre 1972 y 1976. Posteriormente, otros documentos daban cuenta de cuestiones socioeconómicas (Misiones, 1976). De esta forma, los organismos provinciales de planificación organizaron equipos interdisciplinarios quienes tuvieron a su cargo la elaboración de informes y diagnósticos. Muchos de estos documentos caracterizaban a la frontera misionera como la última región *vacía* del territorio y vinculaba su desarrollo en forma directa con la intervención estatal. En este sentido, la promoción socioeconómica del Área por parte del Estado era vista como un condicionante decisivo para establecer de forma efectiva la soberanía territorial. Uno de estos documentos expresaba que: "La ubicación geográfica del Área la ubica en un plano muy especial en la problemática del desarrollo provincial. Misiones, como territorio integrante de la Cuenca del Plata, se encuentra inserta en un marco regional muy amplio, en el que gravitan las posibilidades de desarrollo y las políticas que sobre ese tema adopten los países vecinos." (Misiones, 1976)²⁰

Una Tipificación De Las Fronteras En Misiones

Hacia mediados de la década de 1970, un documento elaborado por la Secretaría de Planificación y Control (SEPLAC) de la provincia (Misiones, 1977) realizaba una interesante tipificación de las fronteras. La clasificación determinaba dos tipos: fronteras "duras" y "blandas". A su vez, presentaba una subdivisión de estos tipos en zonas "semi duras", "duras" y "muy duras". De acuerdo a esta clasificación una frontera **dura** era aquella en la que el desarrollo económico del país fronterizo superaba al desarrollo interno. Como consecuencia, se consideraba prioritario ocupar esas zonas. Por otro lado, una frontera **blanda** sería aquella en la que el desarrollo económico del país fronterizo es inferior al propio. Siguiendo esta tipificación, la frontera con el Paraguay sería considerada como una frontera "blanda" con una extensión de 367 km de longitud. Con el Brasil, la provincia presentaría unos 533 km de frontera "dura", dentro de la cual habría un área "semi dura" al sudeste, un área "dura" al este y "muy dura" al noreste²¹. Básicamente las acciones oficiales en el AFBI buscaban reducir la ocupación agrícola espontánea para que en un mediano plazo se realizaran tareas de ordenamiento que posibilitaran implementar planes de colonización (Schiavoni, 1991)²². A lo largo de todo

de Seguridad realizaron estudios relacionados a la promoción de las áreas de frontera del país, elaborando un diagnóstico sobre Misiones.

20 Este párrafo hacía referencia a las futuras obras hidroeléctricas a emprenderse en la región (Yacyretá, Corpus, Roncador, Garaví) y a los emplazamientos de futuros puentes internacionales (Posadas-Encarnación, Iguazú-Foz de Iguazú)

21 Por tal motivo se decidió llevar adelante una política de carácter "defensivo" (Pyke, 1997).

22 Durante la segunda mitad de 1980, con la llegada del gobierno democrático, los estudios

el desarrollo histórico del Área de Frontera Bernardo de Irigoyen, aparece una constante: la cuestión de la **marginalidad**. Este tema abarca lo geográfico, lo económico y lo social. En este marco el Estado se vuelca a ejecutar grandes emprendimientos, tales como lo fueron por ejemplo en Brasil, la construcción de Brasilia durante la década del cincuenta; la ruta Transamazónica, en los setenta y la posterior colonización de grandes áreas en Amazonia. Durante este mismo período, en Argentina encontramos (a diferente escala) la colonización del "Impenetrable" en la provincia del Chaco y el Plan de Colonización en el nordeste de la provincia de Misiones. Al ejecutar todos estos proyectos, el Estado pone en juego una serie de elementos como la identidad nacional, el mantenimiento de los valores culturales autóctonos del "ser nacional", valores morales y religiosos. Todo dentro de un hermético esquema de Seguridad Nacional que pretende resguardar las fronteras del país, ofreciendo a esas alejadas regiones, posibilidades de desarrollo. Fue así que durante el gobierno cívico-militar instaurado desde 1976, el Decreto Nacional 2.336, de octubre de 1978, estableció como uno de los objetivos primordiales: "2.7. Neutralizar los efectos de la irradiación de los países vecinos mediante el cubrimiento de la Zona por medios de comunicación masiva, integrados al sistema nacional". Para tal fin se buscó "...Asegurar el cubrimiento radial y televisivo total eficiente y permanente de la Zona de Frontera, adoptando una expresión expansiva e intensiva de las pautas e instrumentaciones de nuestra cultura nacional"²³.

De este modo y basados en la tipificación mencionada más arriba, hacia mediados de la década de 1970, las autoridades provinciales presentaron en sus planes de gobierno la denominada "Marcha hacia el Noreste", y posteriormente iniciaron los estudios destinados al "Plan de Colonización Andresito". Estos proyectos oficiales reflejaban la inquietud oficial por realizar una "terapia intensiva de naturaleza geopolítica" en aquellas zonas donde la población nacional era casi inexistente. Los discursos que bajan desde las esferas oficiales referidos a la ocupación del espacio nacional en zonas de frontera, por lo general se encuentran cargados de poderosas imágenes ideológicas. En tal sentido, en el año 1978 y en oportunidad de inaugurarse una escuela en la zona fronteriza de Puerto Andresito (confluencia de los ríos Iguazú y San Antonio); un medio de prensa publicaba que esa lejana región: "...fue visitada nuevamente por quienes en función de gobierno o de cumplimiento de objetivos íntimamente ligados a la esencia de la soberanía nacional, procuran fortalecer el sentido argentinista de aquellos hermosos parajes..." (El Territorio, 27-07-78).

continuaron aunque no con tanta intensidad. La gran mayoría de los trabajos tomaron como fuentes los diagnósticos realizados en la década anterior. Sin embargo, en estos nuevos estudios se puede advertir un cambio en los conceptos ya que ahora se habla de fronteras "permeables" e "impermeables". El tema que aparece constante en todos los reportes es la marginalidad geográfica, económica y social de todo el AFBI (Pyke, 1997)

23 En este sentido un estudioso de la problemática de la frontera de Misiones, en relación con la penetración brasileña en la zona, señalaba en uno de sus trabajos: "...como la seguridad territorial en zonas de frontera está íntimamente ligada, en primer término, a la seguridad de la propiedad o repartición de tierras entre sus pobladores." (Grünwald, 1982:38).

Los Medios De Comunicación En Misiones En Perspectiva Histórica

Los medios de comunicación siempre acompañaron el desarrollo de la región (García Da Rosa 2005). En este proceso, la ubicación geográfica; la cuestión de la frontera; la composición de la población y el acceso a las nuevas tecnologías, aparecen –en distintos momentos históricos- como variables significativas que no deben dejar de ser tenidos en cuenta a la hora de analizar el rol que desde el poder político se le asignó a los medios en la comunidad, y los usos que esta comunidad hace/hizo de esos medios. En esta dimensión, los intereses del poder, de la política, de la búsqueda de rentabilidad económica o de la religiosidad, permanentemente se cruzarán y convivirán no sin tensión y conflicto, con los intereses de la comunidad.

Los discursos hegemónicos, reforzadores de un orden social se contrastarán con otros discursos que ponen en el espacio público la existencia de una sociedad multicultural, diversa y diferente, que constantemente esta/estará con y desde los medios construyendo y resignificando sus espacios de visibilidad, reconocimiento y participación.

En principio la gráfica jugó un rol protagónico a la hora de construir y sostener una historia que uniera a este Territorio con la Nación. El diario “instala/contribuye con sus producciones a la construcción de argentinidad; pero también, a la formación de un ciudadano al que buscará identificar con lo misionero y lo argentino” (García Da Rosa–Alvarez, 2012: 52). Es lo que observamos al hacer un recorrido por la historia de los medios de Misiones (la que aún debe construirse y este trabajo es un aporte), en la que la que identificamos cuatro etapas:

La primera: la etapa *Fundacional*²⁴. La denominamos así porque se remonta a 1872 con la aparición de los *parapetos* en el recién creado Territorio nacional, y llega hasta 1927 con la instalación de la primera radio en Posadas. En este tiempo, la ciudad –que en sus orígenes –era “*tierra de nadie*” (Clotilde de Fernández 1922; Grünwald 1982; Ana María Quaranta de Errecaborde 2003; Jaquet 2005)- poco a poco se va convirtiendo en una ciudad cosmopolita, que está en pleno desarrollo económico, social, cultural y político.

Para el Estado Nación, la ciudad es y sigue siendo un *enclave fronterizo en la región* (Maidana. Op. Cit.), en donde había que construir *territorialidad, institucionalidad*, pero también, *sujetos locales* capaces de autorreproducirse en el espacio que el Estado Nación determinó por ley para su localización (Appadurai 2001: 188 y 200). En ese espacio, el Estado Nación comenzará a regular la vida pública y establecerá un estatuto normativo que vinculará al pueblo, con el territorio y la nacionalidad.

El vecindario, que siguiendo a Appadurari, no es más que el reconocimiento de

24 En esta etapa Fundacional, no desconocemos los primeros antecedente que nos remiten al período jesuítico (1609- 1767), donde los sacerdotes de las reducciones editaron libros en una prensa que armaron con tipos que ellos mismos fundieron. Para algunos historiadores, como Graciela Cambas (1995), este es el nacimiento del arte tipográfico y de la prensa tal como la entendemos hoy. Esta experiencia no se mantuvo en el tiempo y existió en la región hasta la expulsión de los jesuitas.

las formas sociales existentes en la realidad y en las que lo local, en tanto dimensión o valor se concreta de diferentes maneras (2001:187), desde sus orígenes buscó tener herramientas como para difundir –en una primera instancia- informaciones que eran de interés para la gestión pública. Los *parapetos* (1872), que no eran más que los conocidos transparentes instalados en lugares públicos cumplían esa función.

Después aparecerá el diario como un órgano de *propaganda* y de *denuncia* que responderá a intereses personales o de determinados círculos sociales, culturales y políticos, que buscarán con este medio imponer una visión de los que tendría que ser la ciudad.

Es el momento en que la comunidad, si no impulsa alianza con estos medios -que tecnológicamente evolucionan junto con el desarrollo de la ciudad- lo crea como proyectos propios con el objetivo de poner evidencia los complejos procesos sociales, económicos, políticos, culturales que se viven por esos tiempos. Buscará –con los medios y desde los medios- construir orden, civilidad y ciudadanía²⁵, y poco a poco, espacios públicos en donde pueda reconocerse y ser reconocido como un *ciudadano* habitante de un *enclave fronterizo* del territorio nacional.

La segunda: la etapa de *construcción de identidad y nacionalidad*. Lo enmarcaremos entre los años 1927 (cuando se instala la primera radio) y 1960. En este período, el desarrollo de la ciudad comienza a ser la consecuencia de distintos proyectos de modernización, expansión y crecimiento. Como dice Maidana, desde el Estado Nación se apunta a instituirlo como “*centro administrativo, financiero y comercial de la provincia*” (:11). El vecindario comienza a dejar de ser un vecindario para comenzar a convertirse en ciudad, y los medios de comunicación, especialmente, la radio - toda una novedad en esos primeros años- será uno de los instrumentos con la cual se buscará reforzar las construcciones que desde lo local le daban un sentido de pertenencia a la Nación y una *identidad*, en donde lo *misionero*, en el marco de un proyecto nacional hegemoneizante, se destacará por la heterogeneidad y multiculturalidad de su sociedad en formación. Básicamente, se pondrá en cuestión “*el accionar de un estado nacional que no se hace cargo de sus habitantes*” (Maidana 2000).

Desde ese lugar, la sociedad construirá lazos históricos, políticos y culturales que lo vincularán fuertemente a la construcción de lo argentino (Jaquet 2005), proceso que encontrará su punto culminante con el otorgamiento de su autonomía política en 1953, el año en que deja de ser territorio nacional, para convertirse en provincia.

En todo este proceso, como vemos, confrontarán dos proyectos: el nacional, que avanza con su política de constituir la nación moderna, en donde en lo económico promoverá que las economías regionales se integren en un mercado regional; y en lo político, que exista una cultura nacional y un sentimiento nacional que actúe como agente aglutinador de toda la diversidad y diferencia que existe en ese momento en el país; y el provincial, que en ese contexto político propuesto por la nación –que por otra parte,

25 Tomamos el concepto de Alfaro, en el sentido de que ciudadanía significa todos iguales en tanto miembros de una sociedad y miembros del Estado.- .

es avasallador- buscará su inclusión en ese proyecto, pero a la vez, en forma paralela, comenzará a construir su propia identidad.

Es el tiempo en que esta idea del *ciudadano misionero argentino*, nace, se consolida y se proyecta, porque como sostiene Gorosito Kramer (1998)- *“la identidad nacional se manifiesta bajo la forma del nacionalismo: la creencia colectiva en una comunidad atemporal, de creencia, costumbre y destino, soberana y compuesta por sujetos que son depositarios y custodios solidarios del valor supremo ideal: la Nación”* (:108), pero esto no significa *“la supresión de las diferencias en el interior de esos mismo espacios”* (:109).

Por que como sostiene Camblong (2001) cada grupo que constituye la sociedad misionera *“construye, registra, imagina, inventa y fantasea una memoria; que se activa muy fácilmente con el chispazo que dispara la narración, siempre disponible, en un proceso infinito que “lleva y trae” el fuego humano, de la interacción, la supervivencia, de la contienda o la ayuda... del rescate del olvido, de los conjuros de la muerte”* (:76).

En este sentido, la radio, en palabras de Barbero, permitirá a la comunidad vivenciar *“una unidad nacional invisible, una identidad ‘cultural’ compartida”,* pero por sobre todo, *“transmutar la idea política de Nación en vivencia, en sentimiento y cotidianidad”* (1987: 179).

La construcción de lo argentino, a partir de los años ´40, lo encontraremos fuertemente impulsada por el Estado Nación, en el *Manuel de Instrucciones para las Estaciones de Radiodifusión*, del 14 de mayo de 1946, que de manera explícita reguló no solo el funcionamiento de estas emisoras sino buscó controlar su programación y darle un uso más intensivo para fines políticos (Matallana 2006: 194).

En este periodo, aparecen en Posadas, radio Mix (1927), que más tarde se denominará Bouquet, ZP5 Radio Encarnación (1939) y LT 4 Radio Misiones (1942), emisoras estas que nacerán como filiales de dos de las tres grandes cadenas privadas con alcance nacional, Belgrano y Splendid. Las tres tienen por origen la iniciativa privada y por objetivo la búsqueda de la rentabilidad económica, aunque –de forma paralela y siempre y cuando no afecte sus intereses- brindará la posibilidad de construir espacios para el reconocimiento de la localidad.

Será el medio permitió a los posadeños, conocer otro mundo mucho *“muchos más amplio y rico en matices, y a la vez mucho más simple de ser comprendido por la sociedad en su conjunto”* (Matallana 2006: 196), pero a la vez, ser receptores de una producción de sentido que buscara homogeneizar en torno al modelo cultural propuesto por la Nación, los *modelos culturales* de la región.

En estos año, la prensa gráfica, que nació como un *periodismo de denuncia y propaganda* paulatinamente comienza a ser reemplazando por *otro* que asume mayores compromisos con la tarea de informar. El diario se hace empresa y sus objetivos de acompañar como un actor social comprometido con el desarrollo de la ciudad estará en conflicto, sus necesidades de financiamiento. Ya no será tribuna o promoverá proyectos o una manera de pensar a la ciudad desde lo político, cultural o social, sino que comenzará a tener condicionamientos en función de sus necesidades económicas. No obstante, es de destacar el protagonismo que tuvo en el proceso de provincialización, en donde ya sea a favor o en contra, fijo posiciones políticas concretas y promovió desde sus pá-

ginas la construcción de consenso en torno a un proyecto que unía –más allá de sus diferencias- a la mayor parte de la comunidad.

El diario será uno de los medios por el cual el rescate de vínculos históricos, políticos, sociales y culturales que unieran al territorio con la Nación, se pondrán en común con comunidad, para desde ahí promover – en términos de Alfaro (199) – la construcción de *interés común* y su visibilización en el espacio público.

Posadas, por ese entonces, es una ciudad multicultural y fronteriza, en un tiempo en que la frontera es vivida no como algo que separa y divide sino como un lugar de encuentro, en donde los límites políticos que marcan la soberanía de un país se convierten en *flexibles*, dando lugar al reconocimiento de una micro región que comienza y termina donde los lazos históricos, culturales, sociales unen y ligan a comunidades que están de uno y otro lado del río (Abinzano 1993: 76). Por eso, los medios, de uno y otro lado del río, interactuarán más allá de los límites construyendo sentido en espacios simbólicos en donde los intereses de la comunidad confrontarán con los intereses de los propios medios, del poder y la política.

La tercera: la etapa de *transición*. Lo fijamos entre los años ´60 y mediados de los ´80. Es *transición*, porque la creciente y permanente inestabilidad política incidirá en las constantes definiciones y redefiniciones del rol que deberían cumplir los medios de comunicación en la ciudad y en la provincia, pero además, porque aparece la televisión.

Si en la etapa anterior, el objetivo era construir nacionalidad, en esta lo será el desarrollo. Los medios dejar de cumplir la función política como la de construir nacionalidad, y pasan a ser un servicio explotado por el sector privado. Dice Barbero (1987): el Estado seguirá hablando de la función social que deberían cumplir, pero cederá a los intereses privados *“el encargo de manejar la cultura, la educación y la ideología se torna ahora si vertebradota de un discurso de masas, que tiene por función hacer soñar a los pobres el mismo sueño que los ricos”* (:179). En esta etapa, fuertemente promovida desde la Nación, aparecerá el Estado provincial como propietaria de medios de comunicación. Así nace televisión abierta y otra radio, pensada en sus orígenes como medios públicos (García Da Rosa 2004), que por obra y gracia de las irrupciones militares, terminarán convirtiéndose en herramientas constructores de soberanía.

Las ideas desarrollistas que imperaban en la región, fuertemente impactarán en la Argentina, y particularmente, en la provincia de Misiones, en donde a los medios de comunicación, se les asignará la función de *“divulgar conocimiento como instrumento eficaz en los procesos de desarrollo y salto a la industrialización”* (García 1993: 143).

Fundamentalmente, la radio y la televisión, eran a las herramientas a través de las cuales los pueblos podrían acceder a este conocimiento que les posibilitaría salir de la etapa de subdesarrollo en la que se encontraban.

La sanción de la Ley 15.460/57 de radiodifusión, del 25 de noviembre de 1957, por parte de la Revolución Libertadora que mediante un golpe de estado destituyó a Perón, buscará corregir la apropiación que de manera directa o indirectamente hizo el peronismo de todos los medios de comunicación. Impiden la formación de cadenas y procede a la descentralización de las mismas. Declaran al servicio de radiodifusión de interés público y llamarán a licitación para la privatización de las radios comerciales que

se hallaban en manos del Estado.

Esta norma será la que enmarcará la aparición en la localidad de Oberá, de LT 13 Radio Oberá (1963); en Posadas, por iniciativa del Estado provincial, LT 17 Radio Provincia de Misiones (1964); en Eldorado, ese mismo año, como emisora privada, nace LT 18 Radio Eldorado (1964); en Oberá el canal de cable Canal 2 Oberá (1965); en Posadas, un canal de televisión por cable Ultravox que luego pasará a tener la denominación de Canal 2 (1966).

En el caso de la radio provincial, una fuerte impronta marcó los ideales que sostuvieron los que integraron el movimiento provincialista, ya que para su gestión y administración se pensó en la participación de los representantes de la política y de la sociedad civil.

Era una herramienta fortalecedora de la institucionalidad provincial; constructora de civismo y, esencialmente, propulsora del desarrollo: *“Colaborar, mediante la irradiación de programas adecuados en el desarrollo económico, cultural y social de la provincia”* (Reglamento del servicio de LT 17 Radio Provincia de Misiones del 2 de marzo de 1964; inciso e) del Artículo Nº 6). En este contexto político es que se piensa desde el estado provincial con la instalación de un canal de televisión, proyecto que se concretará 12 años después, pero con otro visión, que es el de construir soberanía.

Así nace en Puerto Iguazú, por decisión del Estado nacional, LT 19 Radio Nacional Iguazú (1972); y en Posadas, por iniciativa del Estado provincial, nace LT 85 TV Canal 12 Posadas (1972). En 1973, financiado por una cooperativa azucarera en San Javier, salió al aire LT 45 Radio San Javier; en Eldorado –aunque poco tiempo después dejó de funcionar- Canal 4 de Eldorado Televisión SA, de circuito cerrado (1975); y, en Bernardo de Irigoyen, también por iniciativa del Estado provincial, LT 46 Radio Bernardo de Irigoyen (1977).

Por estos años se aplicarán en la provincia, los principios de la Doctrina de Seguridad Nacional, con sus *“hipótesis de conflictos”*, de las *“fronteras vivas”* del Brasil y del *“nacionalismo stroessneriano”* en Paraguay. (GRIMSON; 2002: 61 a 66), en la cual la frontera política es concebida como el límite que marca donde empieza y termina un país y donde los medios son concebido no para *“integrar, sino para “contrarrestar”, para “oponer / resistir / afrontar”* a los medios *“extranjeros”* –fundamentalmente- brasileños”.

Por eso, como una especie de contrapartida, a la instalación de nuevos medios en Posadas, en la localidad paraguaya de Encarnación apareció en 1976 Canal 7 Itapúa para, *“contrarrestar”* la penetración del Canal 12, y con este mismo objetivo, será inaugurada 1979 en esta misma localidad, por el presidente Alfredo Stroessner, FM Alto Paraná (García Da Rosa 2004).

Los medios son productores de discursos reproductores de un orden social y herramientas de control social. Es el momento, en que fortalece la caracterización del *ciudadano misionero argentino* (García Da Rosa 2005); hay una historia y cultura construida con ese propósito; pero además, con los medios y desde los medios, se empezará a construir la *imagen* y la identidad de los misionero.

La cuarta: la etapa de *redefinición*. Es el período actual, que arranca a mediados de los ´80 y que llega hasta nuestros días. La recuperación de la democracia en 1983 pone

en cuestión una serie de valores que fueron impuestos durante el último régimen militar y nace una búsqueda por recuperar *la voz, la participación, el reconocimiento*. Es así, que en un proceso paulatino se van instalando más de 400 medios de comunicación entre radios, televisión abierta y por cable, radios escolares, sin contar, las innumerables producciones gráficas que con mayor o menor suerte buscan constituirse en un espacio de visibilidad para un sector determinado de la sociedad.

Estos medios, poco a poco, están redefiniendo su rol, en donde los intereses económicos, políticos, religiosos se cruzan con el poder y la comunidad en un permanente y enriquecedor debate y negociación. La impronta que marcaron las grandes cadenas radiales de los años '30 y '40 se vuelve a reinstalar con el mismo objetivo: la rentabilidad económica. Medios locales que operan en determinados horarios como una suerte de filial de la emisora que está en Buenos Aires, e interesante, es que esta misma práctica se repite pero ahora desde las emisoras locales que transmiten en cadena con otras emisoras más pequeñas del interior de la provincia. En este caso, en búsqueda de rentabilidad política.

Además, la frontera vuelve a ser concebida como un lugar de *encuentro* en donde no sin tensiones y conflictivos posible construir una práctica comunicativa significativa que incluye, además, con toda su complejidad al diálogo intercultural.

Todo esto nos lleva a visualizar la existencia de un espacio simbólico creado por los medios en donde circulan discursos contradictorios. Discursos, relacionados con la reproducción de un orden social hegemónico que permanentemente está confrontando / negociando con otros discursos que surgen del reconocimiento de la *"pluralidad de matrices culturales"* (Barbero 1987) que existen en la comunidad. Es lo que ha posibilitado la creación por parte de los medios de nuevos escenarios en donde se ejerce la ciudadanía, en donde los sujetos sociales se sienten más como habitantes de la ciudad que como parte de una Nación, y en donde, como sostiene Winocur (2002) la necesidad pasa por *"establecer reglas de convivencia con los vecinos que en el interés sobre las condiciones de competencia política, en la gestión de servicios ante la delegación que en la reivindicación de derechos políticos frente al gobierno central, en la integración de pequeños grupos con intereses focalizados que en la afiliación a un partido político, en la negociación individual o grupal de espacios de visibilidad en los medios que en la participación política en lugares públicos"* (:15).

Compartimos con Winocur, en que es el tiempo del *ciudadano mediático* que percibe el sentido de lo público creado por los medios no como un lugar en donde es posible confrontar ideas sino como un *"lugar de visibilidad y reconocimiento"* (:16), pero sostenemos la hipótesis, de que desde este *"lugar de visibilidad y reconocimiento"* este *ciudadano mediático* construye espacios de debates de confrontación de ideas que no necesariamente están en los medios pero que son generados por ellos.

Encontramos fuertes indicios en la organización social que está en el barrio, en el club, en la parroquia, en las instituciones, etc., en donde se confrontan ideas, se debaten y acuerdan posiciones políticas a partir de lo que *publicó el diario* o *dijo la radio*. Y muchas de estas posiciones o acuerdos, a partir de determinadas prácticas comunicativas que el ciudadano construye, vuelven al lugar de la *"visibilidad y reconocimiento"* para ser

y estar en ese espacio público mediático (García Da Rosa 2014).

Creemos con Mata (2000), que estudiar estas prácticas que construye la comunidad (público) nos permitirá comprender de qué manera esa aceptación a ser convertidos en “*seres genéricos*” como medio de inclusión en la dinámica producción cultural de la sociedad, “*modela los comportamientos que, más allá de la relación que entabla con los medios masivos, regulan las interacciones y legitiman las institucionalidades y el poder, incluido el de esos propios medios*” (:95), pero además, nos permitirá respondernos “*de qué manera somos hoy una sociedad de públicos y lo que ello implica en términos de vida, es decir, en los modos que los seres humanos tenemos de ser y actuar*” (:96). Por eso, si el peor problema que hoy enfrenta el territorio es haber crecido en forma explosiva, desordenada y por ende no ajustada a ningún plan (Cantero 2002), los medios que actualmente están o se están instalando tampoco siguieron una política comunicacional que merece y debe tener. Esencialmente, para sostener y promover la constitución de estos espacios que llamaremos de *encuentro con el otro*. Esto no es posible identificar en los medios que construyen o buscan construir con su producción de sentido hegemonía en la comunidad; sí en los medios pequeños, que por sus características no alcanzan a ser comunitarios, pero que en determinados momentos se convierten en una alternativa – con todos los condicionamientos propios de este tipos de medios fuertemente cruzados por las fuerzas del poder, la política o la religiosidad – para tener voz, para reconocerse y ser reconocido, pero también para construir *interés común*.

A Modo De Un Primer Cierre

Esta periodización, que ensayamos desde el campo de la comunicación de la historia de los medios de Misiones, tiene como objetivo construir referencias que nos permitan analizar los distintos procesos que enmarcaron la aparición, funcionamiento y rol que cumplieron / cumplen los medios de comunicación en la ciudad. Los usos que de ellos hizo / hace la gente, en permanente negociación con los mismos medios, el poder y la política.

A manera de una primera síntesis, podemos decir que lo que observamos, es que desde 1872 y a lo largo de los últimos 135 años, primero la gráfica, después la radio y por último, en un pasado reciente la televisión, acompañaron fuertemente el desarrollo de la región.

Con ellos, no solo se construyó en los primeros años un sentido de pertenencia a la Nación en la que no estaba incluida, sino que edificó una imagen y una identidad que reconoce la existencia de una diversidad cultural muy rica y propia de la provincia de Misiones.

En la actualidad, observamos que estos medios, a la luz de la aplicación de la mal llamada Ley de Medios, se están configurando nuevos espacios de participación y reconocimiento, en una búsqueda por la democratización del espacio público en donde el ciudadano pueda realizarse y encontrarse como tal.

Referencias

- AUBERTIN, Catherine (org.). **Fronteiras**. Brasília, Universidade de Brasília: 1988.
- ALFARO, María. **Comunicación, Ciudadanía, Espacio Local**. Buenos Aires, Nueva Tierra: 1999.
- CAMBLONG, Ana. Problemática de las culturas en contacto. **Revista Estudios Regionales**, Buenos Aires, v. 21, n. 10, p.75-82, 2002.
- CLEMENTI, Hebe. **La frontera en América: Argentina – Brasil**. Buenos Aires, Leviatán: 1987.
- CLEMENTI, Hebe 1987 **La frontera en América: una clave interpretativa de la Historia Americana**. Buenos Aires, Leviatán: 1987.
- ROSA, C. G.; ROSA, A. **El Periodismo gráfico en el Territorio de Misiones (1881-1953)**, 2011. 9º Encuentro Nacional de Carreras de Comunicación Social, Viedma, 2011.
- ROSA, Carlos García da. Aportes para la construcción de un mapa mediático de Misiones. **Revista de La Secretaría de Investigación y Posgrado Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales**, Misiones, v. 10, n. 21, 2004.
- _____. Aproximación a una historia de los medios en Posadas: una primer lectura. **Revista de La Secretaría de Investigación y Posgrado Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales**, Misiones, v. 14, n. 32, 2006.
- _____. (2014). La radio, creadora de espacios de negociación y visibilización.
- GRIMSON, Alejandro. **Interculturalidad y comunidad**. Barcelona, Editorial Norma: 2000
- GRÜNWARD, Guillermo K. **Misiones, clave de la Cuenca del Plata**. Posadas, CEIM: 1982.
- MAIDANA, Elena. **Fronteras de la comunicación/Comunicación de Fronteras**, 2000. 3º Encuentro de Carreras de Comunicación, Posadas, 2000.
- MATA, Cristina – Indagación sobre el público – En revista Estudios Nº 13 – Universidad Nacional de Córdoba – 2000; La radio: una relación comunicativa – En Diálogos para la comunicación, Revista Académica de la Federación Latinoamericana de Comunicación (FELAFAC) – Nº 35 2003; O'DONNELL, Guillermo 1997 *Contrapuntos. Ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización*. Buenos Aires. Paidós.
- PYKE, Jorge N. **La expansión de la frontera agraria en el Nordeste de Misiones. El Plan de Colonización An-dresito 1978-1983**. Tese (Doutorado) - Curso de Licenciatura en Historia, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Misiones, 1997.
- _____. **Trayectorias sociales y diferenciación agraria en el Plan de Colonización Andresito (Dpto. Gral. Belgrano-Misiones)**. Tese (Doutorado) – Curso de Antropología Social, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Misiones, 1999.
- GOBIERNO DE LA PROVINCIA MISIONES. **Educación en Área de frontera**. Posadas, Dirección General de Estadística: 1971.
- _____. **Plan de Inversiones 1972/1976: Área de frontera Bernardo de Irigoyen**. Posadas, Secretaría del Consejo Provincial de Desarrollo: 1972.
- _____. **Informe Preliminar: Departamentos Gral. Belgrano y San Pedro**. Posadas, Secretaría de Planificación: 1975.
- _____. **Diagnóstico Socio-económico del Área de frontera Bernardo de Irigoyen**. Posadas, Secretaría de Planificación y Control: 1976.
- _____. **Lineamientos para la formulación de un Plan de Desarrollo del Área de Frontera**

Bernardo de Irigoyen. Posadas, Secretaría de Planificación y Control: 1977

REBORATTI, Carlos E.. Migraciones y frontera agraria: Argentina y Brasil en la cuenca del Alto Paraná-Uruguay. **Desarrollo Económico**, [s.l.], v. 19, n. 74, p.189-209, jul. 1979.

REBORATTI, Carlos; ARJOL, Marina. **Migraciones y estructuras agrarias en el Área de Frontera Bernardo de Irigoyen.** Posadas, Secretaría de Planificación y Control: 1978.

SCHIAVONI, Gabriela. **Colonos y Ocupantes.** Posadas, Universitaria: 1995.

_____. Las regiones sin historia: apuntes para una sociología de frontera. **Revista Paraguaya de Sociología**, Posadas, v. 34, n. 100, p.261-280, 1997.

TURNER, Frederick Jackson. **Frontier and Section.** Englewood Cliffs, Prentice-Hall: 1961.

VELHO, Otávio. **Capitalismo Autoritário e Campesinado.** Rio de Janeiro, Difel: 1979

WINOCUR, Rosalía. **Ciudadanos Mediáticos:** La construcción de lo público en la radio. Barcelona, Editorial Gedisa: 2002



RADIOESCOLAS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NA TRÍPLICE FRONTEIRA

Maria Inês Amarante

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Introdução

Através das disciplinas de Rádio e Comunicação Comunitárias, que integram o programa do Curso de Letras, Artes e Mediação Cultural (LAMC) da UNILA, consolida-se uma proposta de promover o debate sobre a comunicação democrática e participativa, bem como reafirmar laços comunitários dos discentes de múltiplas nacionalidades com a universidade e a comunidade local, cuja presença multiétnica e linguística é singular na tríplice fronteira.

Durante o sexto semestre do curso, o aluno de graduação é sensibilizado quanto ao uso do rádio, que se configura como um veículo aglutinador, de grande abrangência, múltiplas possibilidades e larga utilização por quase todos os segmentos sociais para divulgar suas atividades.

Considerando-se igualmente o aspecto tecnológico, o rádio é mais democrático, pois demanda menos recursos e funciona com uma tecnologia simplificada em relação a outros meios de comunicação, valorizando o elemento humano, essencial para promover novas formas de participação e o protagonismo social.

Vários países da América Latina estão empenhados, em conjunto com os movimentos sociais, em apresentar canais alternativos de comunicação e conteúdo mais aprimorado no rádio – que contemple as manifestações socioculturais e educativas locais, garantindo a todas as pessoas o direito à livre expressão. Por suas características, o rádio tem sido um aliado importante no desenvolvimento dos povos e nas mudanças sociais, lembra Dagrón (2001), promovendo inúmeras iniciativas que confluem para fortalecer os valores da democracia, dos direitos, da cultura e da paz, reforçando assim a organização comunitária.

A comunicação popular e alternativa em nosso continente, desde os anos 1940, ganhou um significado real de luta dos movimentos sociais mais diversos, como a alfabetização, os direitos trabalhistas, a questão agrária etc. e estabeleceu, mesmo na contracorrente dos monopólios privados promovidos pelas diversas nações latino-americanas, novos canais de acesso para que a sociedade pudesse divulgar ações e intervir nas políticas públicas. Embora outros meios de comunicação eletrônicos e digitais tenham se tornado parte da estrutura dos países do hemisfério sul, as rádios comunitárias e participativas seguem até os dias de hoje promovendo cidadania.

Este é apenas um indício de que a sociedade está mais exigente em relação ao que a mídia hegemônica, de maior penetração nos lares, tem apresentado ao público.

A televisão é o meio mais visto em horários noturnos. Contudo, o rádio con-

ta com uma grande e fiel audiência no período diurno, em razão das características inerentes ao veículo, que pode ser ouvido durante outras atividades e deslocamentos e cuja escuta atualmente também se expande com o uso das novas tecnologias em tabletes e celulares. O rádio, na visão de Martín-Barbero (2009) se destaca pela longevidade: “o meio rádio é o que mais vai durar, porque a América Latina é oral, mais visual e menos letrada.”

As rádios educativas e comunitárias, quando apresentam boas programações, têm aglutinado muitas vozes em torno das reivindicações sociais mais urgentes. Assim, é imprescindível que os estudantes, a partir da universidade, se familiarizem com a prática da comunicação e tenham a possibilidade, a partir de uma atuação prática, de participar das experiências radiofônicas educativas disponíveis.

Por outro lado, para que as emissoras se ampliem, faz-se necessária uma articulação entre a educação e a comunicação, pois ambas têm o mesmo objetivo: organizar e transmitir conhecimento. A educação para os *media* tem sido amplamente debatida no país e na América Latina desde os anos 1970, tendo se iniciado com a metodologia criada por Mário Kaplún, seguindo os preceitos de Paulo Freire e sua educação libertadora – que reconhece a comunicação como um ato dialógico. Para Soares (2001) ela também tem como objetivo:

Criar ecossistemas de comunicação abertos, dialógicos e criativos em espaços educativos, quebrando a hierarquia na distribuição do conhecimento, num reconhecimento de que todos os envolvidos no fluxo da informação são produtores de cultura, independentemente de sua função operacional no ambiente escolar.

No início do ano 2000, Dagron (2001, p. 11) já observava que na América Latina existiam em torno de 300 instituições de ensino superior de comunicação que abrigavam mais de 120.000 alunos. A maior parte delas estava voltada para a formação de profissionais para os meios de comunicação de massa, atividades publicitárias ou a comunicação empresarial, negligenciando a formação de comunicadores para o desenvolvimento, comunicadores científicos ou pedagógicos. De lá para cá, houve poucas mudanças.

Os projetos de extensão podem atuar neste sentido e devem ser parte indispensável da rotina universitária, institucionalizando-se tanto do ponto de vista administrativo como da prática acadêmica e servindo de instrumento básico de recuperação da função social do ensino superior. Dessa maneira, afirma Deliberator (2014) “funcionam como uma via de mão dupla com trânsito assegurado à comunidade acadêmica que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico”. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Enquanto o projeto político neoliberal promove uma dinâmica da exclusão social em nossas sociedades ditas periféricas - e os sistemas de comunicação se aperfeiçoam para que o mesmo permaneça e se consolide criando comportamentos de consumo padronizados -, faz-se urgente articular boas iniciativas nesse campo para que vozes

dissonantes encontrem acessos e possam ser ouvidas.

Pensamos, notadamente, em uma educação que inclua reflexões e críticas aos meios de comunicação como base de um trabalho mais amplo, cuja finalidade principal, como afirma Moran (1998):

[...] é mudar a atitude básica das pessoas diante dos grandes meios: ajudar a desenvolver em cada um a percepção mais ativa, atenta, de acompanhamento consciente do que significa viver em comunhão com o mundo e conseguir formas de comunicação mais fortes, autênticas, expressivas, significativas, ricas que superem o reducionismo empobrecedor das formas convencionais de relacionamento.

O caminho percorrido por inúmeras radioescolas tem constituído um bom exemplo de práticas que contribuem para definir o papel dos mediadores sociais na comunicação. Segundo Martín-Barbero (2009, p. 153) a mediação “tem muito mais relação com as dimensões simbólicas da construção do coletivo”.

As radioescolas, definidas por Assumpção (1999), como “transmissões radiofônicas em circuito fechado ou semiaberto ocorridas no interior das escolas [com] programações de cunho pedagógico e produzidas pelos alunos sob a orientação de educadores ou especialistas”, também podem ser organizadas segundo os princípios de uma rádio comunitária, envolvendo não apenas estudantes, mas também a comunidade adjacente na tarefa de construir uma outra comunicação, como mostra a pesquisa de Amarante (2012).

Várias experiências educativas do gênero têm sido registradas em todo o Brasil desde os anos 1980, e nelas as parcerias entre a universidade e as diversas instituições de ensino têm sido significativas. Algumas foram estudadas por Assumpção (1999) no Rio de Janeiro, em Curitiba e em São Paulo. Outras iniciativas regionais surgiram no final dos anos 1990 criando um elo entre as rádios comunitárias locais, organizações da sociedade civil, a escola e Projetos de Extensão acadêmicos, como ocorreu com o Projeto Radioescola de Fortaleza, estudado por Amarante (2012), transformando a realidade da escola pública. No Paraná, a Universidade Estadual de Londrina tem contribuído com o avanço de projetos de comunicação educativa em escolas, como o da *Rádio Recreio*, por meio do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (NCP). Em São Paulo, o projeto Educom.rádio, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo foi implementado em várias escolas públicas entre 2002 e 2004, tornando-se lei municipal de interesse educativo e no norte e nordeste há registros de inúmeros projetos que se iniciaram com uma caixa de som e um microfone no pátio e se aperfeiçoaram trazendo uma programação mediada por professores e protagonizada por alunos.

Em todos os lugares onde nasceram essas experiências radiofônicas houve ampliação de debates e uma grande interação entre todos os envolvidos, do ponto de vista da afetividade, solidariedade e participação, capazes de alterar a realidade comunitária. Mídia e educação fazendo parte de um mesmo processo social não ficam assim dissociadas.

Nossas pesquisas e participação em algumas dessas experiências serviram como

base para organizar um Projeto de Extensão desde a UNILA no sentido de apoiar as ações desenvolvidas pela *Escuela Intercultural Bilingüe de Frontera nº 2*, em Puerto Iguazú, na província de Misiones - Argentina, por meios de docentes do curso de Letras, Artes e Mediação Cultural e bolsistas que contribuíram na formação radiofônica daquela instituição.

Experiências de Comunicação Alternativa na Tríplice Fronteira

A região de fronteira situada entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina compartilha uma realidade cultural permeada de similaridades, sobretudo porque representa não apenas “um valioso troféu econômico” com reservas de água doce dos rios que a circundam, mas também um corredor geoestratégico para controlar militarmente toda a América Latina, afirmou Juan Carlos Vallejo em 2005 (MONTENEGRO; BELIVEAU, 2010, p. 129). Porém ela constitui bem mais do que um simples lugar, pois se configura como território de confluências e intercâmbios de culturas e idealismos.

Em reportagem recentemente publicada pela Revista Imprensa (PACETE, 2012, p. 40) sobre o jornalismo na tríplice fronteira, revelou-se o compartilhamento de interesses e as dificuldades para o exercício da profissão devido a problemas diversos, quase sempre abordado na mídia como estereótipos da região, como tráfico de pessoas, contrabando de armas, fluxo ilegal de mercadorias e conflitos de terras. Há profissionais da mídia que, na Ciudad de Leste, ao tentar apurar fatos sobre corrupção receberam ameaças e decidiram não prosseguir seu trabalho. Já em Puerto Iguazú, o principal problema apontado provém da pressão comercial feita por governos e empresas a jornais que fazem críticas ou denúncias. Do lado brasileiro, a maior dificuldade para se realizar coberturas é o acesso às regiões de conflitos. No entanto, jornalistas paraguaios afirmam que na Argentina existe mais facilidade no que diz respeito à comunicação pública, o que não ocorre no Paraguai ou no Brasil. Por mais que se discutam os pontos comuns e as diferenças do ponto de vista jornalístico, há um distanciamento real na comunicação alternativa entre os três países vizinhos.

A Argentina conheceu um grande fluxo de experiências de rádios livres desde o final da ditadura militar, em meados dos anos 1980, pela iniciativa de grupos de jovens idealistas. Muitas dessas rádios tornaram-se comunitárias e outras seguiram seu curso integrando novas gerações. Na capital e no interior do país elas se agruparam em torno de uma associação civil, a FARCO – o Foro Argentino de Rádios Comunitárias. Seus integrantes exercem a radiodifusão sem fins lucrativos, como um serviço prestado à comunidade e concebem a comunicação como um direito de todas as pessoas que precisa ser preservado, promovido e democratizado.

Parte dessa reivindicação foi atendida com a nova *Lei de Mídia* na Argentina, denominada *Ley de Medios*, sancionada em 10 de outubro de 2009 - e em vigor desde 2013 -, que divide as concessões midiáticas entre o Estado, empresas privadas e organizações comunitárias (sistema público, privado e sem fins lucrativos). Ela veio promover uma ruptura do monopólio midiático e dar voz e vez às comunidades para participar e gerir os seus próprios meios de comunicação. Além de ter saldado uma dívida pendente desde o fim da dita-

dura militar, marcando a passagem de um conceito de informação como mercadoria para o de informação como direito humano, também suscitou na sociedade argentina uma larga discussão entre os representantes de diversos setores no sentido de uma contribuição conjunta na ocupação dos novos espaços emergentes para promover um envolvimento maior das comunidades.

Na opinião de Natalia Vinelli, o mais importante nessa Lei foi o debate que se iniciou tirando a comunicação dos “cenários dominados por especialistas ou técnicos e colocando-a ao alcance de qualquer pessoa”. Temas como manipulação ou o papel da mídia começou a ser debatido por pessoas comuns “ali quando ainda há pouco dominava a ideia de que o que está correto é o que aparece na televisão” (AMARANTE, 2015, p. 117).

No entanto, a *Lei de Mídia* foi só uma primeira etapa. No ano passado, durante a realização do IV Encontro de Comunicação Audiovisual e III Foro de Políticas Públicas, em Posadas (Misiones), na Argentina, consolidou-se a Rede de Comunicadores do Mercosul, composta por acadêmicos, jornalistas e estudantes oriundos dos demais países, a saber: Brasil, Uruguai e Paraguai. Todos revelaram suas preocupações sobre as formas de apoio à comunicação comunitária na atual conjuntura e houve consenso sobre a necessidade de mapear as experiências locais e articular as estratégias territoriais de trabalho conjunto para se construir a aplicabilidade da Lei e contribuir no empoderamento da sociedade civil, trabalhando igualmente as novas tecnologias através de um Projeto de Comunicação Comunitária no Mercosur.

No Paraguai, através de levantamento histórico feito por Brunetti (1997, p. 31-32), revelou-se que os meios de comunicação estão ligados a um período de ditadura política e modelos de repressões, ferindo a liberdade de expressão. As rádios comunitárias começaram a surgir no país depois do golpe de estado, em 1989. Nesse contexto, a voz popular começou a ganhar presença no rádio quando reivindicou seus direitos e soluções para os problemas sociais locais às autoridades públicas. Em 1992, surgiu o modelo “radioparlante” mais condizente com a realidade e os problemas das comunidades existentes. Estas emissoras depois passaram a denominar-se “rádios populares” e, por fim, “rádios comunitárias” chegando até alguns bairros e assentamentos. Entre as muitas problemáticas que são discutidas estão as razões que existem para se definir novos modelos de tendência comunitária sobre a propriedade dos meios e que preserve a característica central de bem público.

É importante notar que a legislação que rege as rádios comunitárias no país (Lei 642/95) e que determina suas configurações, frequência e alcance de pequeno e médio porte define como objetivo “emitir programas de caráter cultural, educativos, artísticos e informativos sem fins de lucro”, com direito a anúncios de entidades públicas ou privadas dentro da área de cobertura da emissora. Mas ainda há reivindicações quando se trata da distribuição das frequências. Candia (2003) assinala que as associações de rádios comunitárias reclamam da injusta distribuição das concessões que prioriza sempre os interesses políticos e econômicos, deixando de lado as organizações sociais ou dificultando seu acesso, o que as coloca à margem do espectro. Ou ainda denunciam perseguições por parte do governo por pressão dos grandes monopólios de comunicação.

Apesar das limitações impostas à radiodifusão, surgem centros de produ-

ção e apoio às rádios comunitárias que trabalham em rede integrativa com inúmeras emissoras no interior do país e países limítrofes, como o projeto “Democratización de la información para el ejercicio de los derechos humanos”, cujo objetivo é contribuir para a democratização da informação sobre direitos e necessidades das mulheres e dos homens em situação de pobreza na cidade e no campo. Executado por organizações sociais reunidas em torno da Coordenação de Organizações Camponesas (ONAC, MCNOC, CONAMURI, MAP, CNOCIP), e outras entidades, como a Associação Nacional de Rádios comunitárias e meios alternativos, tem oferecido capacitação e produzido programas informativos para distribuição à rede de rádios comunitárias, em língua guarani.

Do lado brasileiro, na região oeste do Paraná, têm sido atribuídas concessões para rádios comunitárias que nem mesmo entraram em funcionamento ou contam com apoio de políticos da região, contrariando a própria legislação, conforme relatório de pesquisa que iniciamos em 2014. Enquanto isso, no resto do país, ainda se discute, sem grandes avanços, a perspectiva de um novo marco regulatório para a democratização dos meios de comunicação que possa eliminar os entraves trazidos pela Lei 9612/98 que regulamenta e cerceia o funcionamento das rádios comunitárias.

Dessa maneira se percebe que diversas possibilidades de mudança dos mecanismos formais de inclusão estão na pauta do dia a dia de muitas comunidades, tema em debate no último encontro de comunicadores reunidos em Misiones (PUCARA, 2014).

Nota-se também a preocupação em reforçar a participação de novos atores sociais, como crianças e adolescentes, nos meios de comunicação comunitários.

Ao conceber a radioescola como uma estratégia pedagógica na Argentina, Gerbaldo (2006, p. 14), pensa na promoção de uma experiência educativa que parta do modelo de comunicação, cuja ênfase está centrada na construção social da realidade e que tenha como ponto de partida as condições sociais de produção dos discursos, levando em consideração as experiências e saberes de seus interlocutores e privilegiando a produção coletiva de sentido.

Estes fatores devem ser considerados em toda experiência radiofônica com crianças e adolescentes, uma vez que é no período de formação e crescimento que eles passam a valorizar e aprender a conviver com as alteridades coletivas através de grupos, assumindo responsabilidades e exercendo seus talentos individuais em prol da comunidade. Assim estarão sendo preparados para agir no futuro como atores sociais dentro deste processo comunicativo transformador, como sucedeu em diversas escolas que desenvolveram projetos radiofônicos (AMARANTE, 2012, p.156). Uma estrutura destituída de interesse comercial, como a radioescola, pode igualmente favorecer a criação de novas perspectivas educacionais no ambiente escolar.

Como relatado na pesquisa que realizamos (AMARANTE, 2010, p. 517), muitas práticas cooperativas que surgiram na capital do país, como as da *Rádio FM En Transito* de Buenos Aires, de 1986, iniciada a partir de uma proposta de jornalistas nos moldes das rádios livres europeias, acabaram ampliando sua oferta de parcerias para a área da educação, passando a oferecer cursos de jornalismo comunitário em escolas e a incluir a produção de crianças em sua programação.

Para cumprir com a *Ley de Medios* e deslocar o olhar mercantilista sobre a comunicação, novas experiências de radioescolas estão surgindo por iniciativa do setor público na Argentina, estimulando a participação de crianças em idade escolar. Recentemente, a Defensoria del Público de Servicios de Comunicación audiovisual inaugurou a *Radio Estudiantil Comunitaria*, FM REC 89.5, da *Escuela de Gestión Social Crescendo Juntos*, salientando diante de pais, mães, alunos, professores e autoridades o valor identitário dessas emissoras (Ottaviano, 2014): “La identidad que tiene esta radio va haciendo que todos los días se construya patria”.

A Rádioescola *El bilinguito*

O trabalho com o projeto de extensão “Radioescola: comunicação educativa e integração comunitária”, desenvolvido junto à *Escuela Intercultural Bilingue de Frontera n. 2*, em Puerto Iguazu, na Província de Misiones, na Argentina, surgiu em apoio a uma ação educomunicativa em curso na referida instituição desde 2013, para a criação da Rádio *El Bilinguito*, cuja meta definida pela instituição era melhorar a capacidade de leitura e escrita dos alunos do curso primário e o fortalecimento dos vínculos entre a escola, a família e as organizações da sociedade civil. Estas ações comunicativas vêm sendo estimuladas no país há dois anos, desde que a *Ley de Medios* passou a exortar as comunidades a participar e gerir os seus próprios meios de comunicação.

Assim, o objetivo principal do projeto foi capacitar estudantes e professores em radiofonia e comunicação socioeducativa e comunitária, a fim de constituir uma equipe de comunicadores/mediadores e multiplicadores apta a realizar programas radiofônicos na radioescola que planejavam.

Como objetivos específicos foram definidos: - a assessoria local aos envolvidos no projeto para o uso do rádio como instrumento educativo; - a promoção da integração da escola com a comunidade; - o exercício da prática da produção radiofônica criativa através de trabalho em equipe, respeitando as diferenças, níveis de conhecimento e ritmos de aprendizagem de todos os envolvidos no projeto; - a melhoria da leitura e escrita dos participantes nas duas línguas de integração da tríplice fronteira; - o estreitamento dos laços entre a universidade e a comunidade através do rádio - estimulando reflexões calcadas numa consciência crítica que valoriza as lutas e conquistas dos direitos humanos e sociais; - o estímulo ao debate sobre o contexto histórico local no que diz respeito às diferenças socioculturais - o rádio atuando como mediador entre a cultura acadêmica e a comunitária - e, por fim, a consolidação do desenvolvimento da radioescola.

Em 2013, o professor Mário Ramão Villalva Filho e uma pequena equipe de estudantes da UNILA já havia começado a preparação dos estudantes de duas classes da 6ª. série com as docentes responsáveis, uma vez por semana, das 9 às 12 horas por meio de discussões teóricas e práticas de produção de pequenas peças radiofônicas, incluindo leitura de poesias e notícias locais. Até simples “dedicatórias” elaboradas pelos estudantes eram convertidas em “programa de rádio” e havia o momento de “microfone aberto” de puro improvisado para livre expressão dos alunos entre 9 e 11 anos de idade.

A partir desses encontros semanais entre acadêmicos, alunos da 6ª. e da 7ª. séries

em conjunto com seus professores, foram discutidas as prioridades dos próprios estudantes em relação à nova mídia que estava por vir, assim como também as expectativas que tinham e o que esperavam do futuro. Ao longo do ano, por meio de exercícios práticos de produção radiofônica, sonorização, edição e sensibilização à comunicação participativa e dialógica, todos foram capacitados para atuar como comunicadores. Desse modo, iniciaram-se as transmissões na *Radioescuela El Bilinguito*, durante o recreio, com um amplificador, um microfone e um notebook, dando vez e voz aos que desejassem participar. Naquele momento, previu-se a montagem de um estúdio com isolamento acústico, mesa de som, uma bancada, microfones, pedestal, gravadores, amplificadores e um computador.

No segundo semestre de 2014, foi formada uma nova equipe responsável pelas ações de formação e produção radiofônica composta pela coordenadora do Projeto de Extensão “Radioescuela: comunicação educativa e integração comunitária”, Profa. Maria Inês Amarante, pelo vice-coordenador, Prof. Mario Ramão Villalva Filho e dois bolsistas de extensão da UNILA, de nacionalidade paraguaia, graduandos dos cursos de Ciências Políticas e Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, respectivamente.

Um dos bolsistas, Diosnel Gaona, já possuía uma experiência em comunicação comunitária na cidade de Quiindy, distrito do 9º departamento da República do Paraguai. Junto a familiares, começou a atuar durante as férias em um programa denominado “La voz del pueblo”, de informação e cidadania na *Rádio Manantial*, 96.1 FM. Havia debates sobre temas de interesse geral, problemas sociais e relativos ao desenvolvimento rural.

Para as capacitações da radioescuela foi definido o uso de uma metodologia de trabalho que se fundamenta na Comunicação Participativa, ou seja, no diálogo entre os pares e no estímulo à participação concreta de todos os cursistas no processo de construção da comunicação popular. Assim, a equipe foi orientada para estar sempre atenta à riqueza das relações interpessoais dos participantes dando mais consistência ao projeto coletivo, que é a democratização do saber e a produção educativo-comunitária. Para tanto, promoveu-se a interação constante entre formadores/cursistas; a prioridade ao trabalho de grupo e formação de equipes; as dinâmicas interativas e específicas; o incentivo à participação de todos os implicados no processo da comunicação; a responsabilização dos participantes; a promoção e respeito ao código de ética da comunicação - i.e., o respeito aos direitos humanos, a não promoção partidária e pessoal, o direito de expressão de ideias e o direito de resposta de todos e a promoção do intercâmbio de experiências entre acadêmicos, professores e alunos da escola parceira.

A partir de reuniões organizativas sobre as atividades, realizadas inicialmente na escola pela coordenadora, posteriormente entre os bolsistas e os professores da UNILA, deu-se início ao planejamento do projeto na escola e à capacitação de professores e alunos, através de visitas semanais.

As oficinas, de caráter teórico-prático, foram previstas para contemplar os principais formatos de produção sociocultural e educativa no rádio, como notícias, entrevistas, leitura de textos, sonorização, edição digital com software livre etc., perfazendo um total de 45 horas à razão de 3 horas/semana.

Logo que chegamos para o primeiro encontro de formação tivemos uma grata sur-

presa: a rádio já funcionava regularmente no recreio com apresentação de alunos e professores e possuía até uma vinheta para identificá-la quando iniciava a transmissão.

Todas as semanas havia reuniões preparatórias entre bolsistas e coordenadores a fim de realizar uma capacitação interna e preparar os materiais de trabalho que seriam utilizados na escola, como: crachás, materiais de apoio para apresentação dos conteúdos e orientação sobre a dinâmica que seria aplicada a cada etapa da formação.

Houve também preparação técnica em edição digital para a equipe de professores e bolsistas com o programa Audacity (gratuito), prevista no orçamento do projeto, durante três encontros de 2 horas, realizada por um técnico de áudio para que todos pudessem contribuir com os alunos da escola.

As capacitações tiveram início com a participação de 40 alunos, que foram divididos em dois grupos, cada qual em uma sala de aula com um bolsista e um professor. As dinâmicas eram realizadas sempre no início da aula, em duplas, preparando os participantes para um trabalho de equipe e contextualizando o papel de cada um na rádio.

Os conteúdos previstos para se trabalhar ao longo dos dois meses foram: - Introdução aos princípios da comunicação educativo-comunitária e à linguagem radiofônica; - Gêneros e formatos radiofônicos, com prioridade para Locução, Entrevistas e Notícias, com gravação, edição e sonorização de áudio.

Na aula introdutória, discutiu-se a finalidade de uma rádio comunitária; as diferenças entre rádio comunitária, radioescola e as demais rádios, o conceito, a história e as extensões dos meios de comunicação através de animações e jogos de “adivinhação” com perguntas e respostas.

Nos encontros seguintes, sempre com uma dinâmica divertida para estimular o trabalho dos grupos, houve exercício de produção de Notícia Comunitária, de uma boa Entrevista e do uso correto do microfone. Tudo foi gravado no computador e reproduzido na sala, causando nos alunos a emoção de ouvir suas próprias vozes.

Por fim, a capacitação foi concluída com uma aula sobre edição digital, com colaboração dos bolsistas, professores e o editor de som que também explicou como utilizar efeitos especiais para cada tipo de áudio e sonorizar entrevistas, com o auxílio de baixos e graves da gravação.

O exercício final e que motivou uma grande empolgação dos alunos foi a gravação de uma notícia e a edição dela através do uso de todos os elementos aprendidos, com inclusão de música e entrevista editada.

Análise dos Resultados

Os resultados obtidos na escola parceira e na comunidade acadêmica revelaram-se significativos. Na escola, foram beneficiados 40 alunos na faixa etária dos 10-12 anos e 2 professores, além dos bolsistas de extensão da própria universidade.

No final da capacitação, professores e alunos se mostraram aptos a montar uma programação para a *Radioescola El Bilinguito* e produzir programas socioeducativos e comunitários, além do conhecimento que já tinham desenvolvido sobre a criação de roteiros radiofônicos para radioteatro utilizando os quatro elementos da linguagem do rádio: a

música, as palavras, os sons e o silêncio.

Houve uma melhoria significativa do ponto de vista da leitura e muitos participantes tornaram-se menos tímidos, capazes de demonstrar sentimentos e emoções diante do microfone e adquirindo maior confiança em relação a si próprios.

Além disso, a equipe constituída por professores da escola e bolsistas da UNILA foi preparada para multiplicar a capacitação em outras unidades escolares para ampliação da rede de radioescolas.

Os resultados alcançados foram alentadores já que, em bem pouco tempo, a meta foi cumprida, com aulas realizadas e alunos aptos a construir seu próprio programa. Os bolsistas também aprenderam técnicas de operação e edição em áudio e foram sensibilizados ao trabalho com uma metodologia que servirá para seus futuros projetos com um olhar voltado à participação cidadã e mais aberta ao público.

Há uma grande possibilidade de interação entre a *Escuela Intercultural Bilingüe de Frontera N° 2* e a rádio pública local (*Rádio Nacional da Argentina*) e também já avança o projeto governamental, através da Secretaria da Educação da Província, de transformar esta radioescola em uma rádio comunitária com transmissor FM. Segundo a Diretora, o projeto contribuiu para melhorar a qualidade da programação da rádio, iniciada há um ano durante o recreio, criando um diálogo maior entre alunos e professores. Ele também serviu para estimular e aperfeiçoar a capacidade de leitura e escrita dos estudantes nas duas línguas de integração da tríplice fronteira (português-espanhol) por meio da construção de roteiros e produções de programas de diferentes gêneros e formatos, além de ter proporcionado aos alunos uma maior confiança em suas capacidades para gerir um meio de comunicação em equipes e relacionar-se melhor com seus professores e colegas.

O intercâmbio cultural havido entre os bolsistas e um professor da UNILA, oriundos do Paraguai, alunos e professores da escola, em sua maioria argentinos, e uma professora brasileira, promoveram um ambiente de harmonia e riqueza intercultural. Um dos bolsistas sentiu-se propenso a realizar um trabalho multiplicador de formação radiofônica participativa em sua própria comunidade de origem.

As dinâmicas de trabalho despertaram uma melhor interação entre as equipes de formação e os alunos, por meio de um contato mais direto com as ideias deles sobre a rádio, os assuntos que gostariam de divulgar para sua comunidade e como pensar no futuro com mais confiança em suas próprias capacidades.

É importante frisar a necessidade de se realizar uma análise prévia da zona ou da região que será trabalhada para compreender suas demandas, necessidades e, o mais importante, o conhecimento prévio que têm as pessoas com quem se vai trabalhar em um determinado projeto. Estes constituem os primeiros passos para a construção de uma comunicação dialógica e participativa dentro de um processo educativo, como já afirmava Kaplún (1985) quando idealizou o seu método para a participação e ação populares.

Considerações

O projeto de extensão em pauta cumpriu com o objetivo de trazer uma formação voltada para um trabalho comprometido com a construção de um novo meio, proporcionando aos bolsistas mecanismos teóricos para aprofundá-lo na prática, através da preparação dos materiais que propiciaram aos alunos e professores da *Escuela Intercultural Bilingue de Frontera n. 2* reflexões significativas sobre a importância de se educar e conscientizar através do rádio.

Pode-se dizer que ele alcançou um elevado nível de aceitação e aproveitamento por parte de alunos e professores da escola, para além da equipe de trabalho formada a partir da universidade.

Outro aspecto fundamental a ser observado é que esta primeira experiência de atuação direta numa radioescola pode ter continuidade à medida que a UNILA integre aos projetos futuros em comunicação novos participantes, tais como: estudantes de várias nacionalidades, pessoas da comunidade extra-acadêmica e grupos de apoio aos movimentos sociais atuantes e reunidos em torno de atividades voltadas aos meios de comunicação comunitários e educativos. Há, pois, inúmeras frentes de trabalho nesse campo passíveis de alterar a própria concepção do uso do rádio no sentido do desenvolvimento local.

Pela experiência observada em outros projetos de rádios escolares, deve-se prever a formação de alunos em uma fase menos avançada do curso, para que tenham mais tempo de atuar na própria escola como comunicadores e multiplicadores, bem como a formação de novos professores da escola.

No entanto, em 2012, a partir da iniciativa da rádio, os alunos produziram um boletim escolar informativo denominado *El Bilinguito 2*, onde inseriram todas as informações sobre as atividades escolares e aquelas realizadas no âmbito do projeto radiofônico, que foi lido em solenidade com a presença de pais e mestres. Esta interação com outras mídias pode igualmente ser observada em outras escolas onde os alunos se iniciaram como comunicadores no microfone e se envolveram posteriormente na divulgação escrita e/ou impressa da vida escolar (AMARANTE, 2012, p. 121), uma vez que quase todos os adolescentes gostam de ler o que escrevem e também gostam de ser lidos pelos colegas.

Pode-se compreender, portanto, que ações comunicativas desenvolvidas dentro de escolas têm o poder de estimular a criação de novos espaços de cidadania permitindo aos estudantes o exercício do direito à livre expressão e sensibilizando-os à participação nas ações sociais, tanto na escola como na comunidade.

Esta tem sido uma preocupação constante sobre os direitos da criança e do adolescente em relação à comunicação. Na publicação organizada por Muleiro (2013, p. 14), que traz ferramentas para estudantes e profissionais de mídia da Argentina, se afirma que os direitos comunicacionais de meninas, meninos e adolescentes estão presentes na lei que, em seu artigo 149 estabelece a competência e autoridade de aplicar e outorgar serviços de FM a órgãos do sistema educativo do Estado – para garantir que estes serviços de comunicação respondam ao projeto pedagógico e institucional com, pelo menos, 60% de conteúdos próprios.

As experiências do país vizinho alimentam nossa esperança em mudanças vindou-

ras no compromisso político para a construção de uma comunicação democrática que assegure às crianças, a partir da escola, o direito de produção e acesso a conteúdos mais educativos e menos superficiais.

Referências

- AMARANTE, Maria Inês. Rádio para todas as vozes. **Rádio Leituras**, Mariana, v. 6, n. 1, p.105-122, jun. 2015.
- AMARANTE, Maria Inês. **Rádio comunitária na escola: adolescentes, dramaturgia e participação cidadã**. São Paulo: Intermeios, 2012.
- AMARANTE, Maria Inês. Rádios Comunitárias e transformação social na América Latina. **Extraprensa**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 511-524, 2010.
- ANTUNES, Maria Helena, Comunicação e educação: uma inter-relação necessária para a plena Cidadania. In: **Agenda 2002 Educom.Rádio**. São Paulo NCE, 2002.
- ASSUMPÇÃO, Zeneida Alves. **Radioescola: uma proposta para o ensino de primeiro grau**. São Paulo: AnnaBlume, 1999.
- BRUNETTI, V. **Que és la radio comunitária em Paraguay?** San Lorenzo: Facultad Politecnica de la Universidad Nacional de Asunción, 1997. Disponível em: <http://www.cipae.org.py/V2/biblioteca/Emergencia_De_Las_Radios_Comunitarias_En_Paraguay.pdf> Acesso em out. 2014.
- CANDIA S., Mirian. **Libertad de expresión a través de las rádios comunitárias**. Asunción: CODEHUPY, Coordinadora de Derechos Humanos del Paraguay, 2003, pp. 173-176. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Paraguay/cde/20121001034524/libertad2003.pdf>>
- DAGRON, Alfonso Gumucio. **Haciendo Olas**. Histórias de comunicação participativa para el cambio social. New York: The Rockefeller Foundation, 2001
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos oprimidos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980
- KAPLÚN, Mário. **El comunicador popular**. Quito-Ecuador : CIESPAL-CESAP-RADIO NEDERLAND, 1985.
- KAPLÚN, Mário. **Producción de Programas de radio: el guión, la realización**. Quito: CIESPAL, 1978.
- GERBALDO, Judith. **Radioferoz! Manual de Radio Participativa con niñas, niños y jóvenes**. Córdoba: Ediciones CECOPAL, 2006.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Uma aventura epistemológica. *Matrizes*, v. 2, n. 2, p.143-162, 2009. Entrevista a Maria Immacolata Vassallo de Lopes.
- MONTENEGRO, Sílvia; BÉLIVEAU, Verónica Giménez. **La triple Frontera: Globalización y construcción social del espacio**. 2. ed., Buenos Aires: Mino y Dávila Editores, 2010.
- MORAN, José Manuel. **Educar Pela Comunicação: a análise dos meios na escola e na comunidade**. MARQUES DE MELO, José (org). *Pensamento Comunicacional Brasileiro*. São Bernardo do Campo: UMESP, 1998.
- MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- MULEIRO, Hugo. **Por una comunicación democrática de la niñez y la adolescencia**. Buenos Aires:

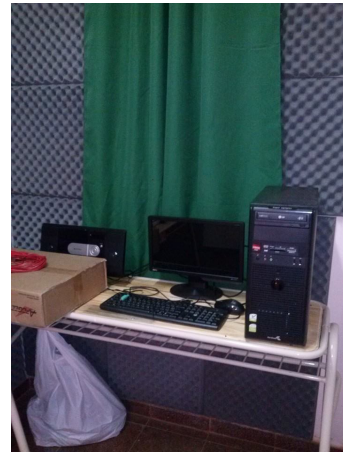
AFSCA; Defensoria del Publico; UNICEF, 2013.

PACETE, Luiz Gustavo. Pauta ao cubo. **Imprensa**, Reportagem (Liberdade de Imprensa), maio 2012, pp. 40-42.

SOARES, Ismar O. Multiculturalismo e identidade: o papel dos meios de comunicação e da escola. **Revista Comunicação e Educação**, São Paulo: ECA-USP, v. 7, n. 21, p. 37-42, 2001.

ANEXO – FOTOS DO PROJETO







DESPERTARES DE RADIO EN LA FRONTERA CALIENTE “APROXIMACIONES A UNA POSIBLE ARQUEOLOGÍA DE LA ESCUCHA”

Pedro Jorge Omar Silva
Universidad Nacional de Misiones

*“Caminó contra los jirones de fuego.
Estos no mordieron su carne, éstos lo acariciaron
y lo inundaron sin calor y sin combustión.
Con alivio, con humillación, con terror, comprendió
que el también era una apariencia,
que otro estaba soñándolo”.*
Borges, J. L. 1998: 65)

El presente ensayo se propone reflexionar acerca de los sentidos, muchas veces paradójicos -abordados desde la perspectiva que plantea la investigadora semiótica Ana María Camblong (2000)- que se atribuyen a los despertares de radio en Misiones, un estado marginal y periférico de la República Argentina. Una provincia cuyas “fronteras calientes” fueron y son traspasadas cotidianamente por las ondas hertzianas, tanto de las radios brasileñas como de las paraguayas.

Nos proponemos realizar una reconstrucción tentativa, arqueológica -en el sentido foucaultiano del término-(Foucault: 1997) de ciertas escuchas, practicadas por oyentes, “hijos de la radio”, casi siempre bilingües que no sólo han vivido “días de radio”, sino algo así como 7 (siete) décadas, “70 años de radio”. Nuestro objeto de análisis es el programa de radio denominado *“Teixeirinha Amanhece Cantando”* que se emitía por una radio brasileña *“Radio Farroupilha”* en AM. Era producido y conducido por un músico popular brasileño-regionalista y gaucho: *Vitor Mateus Teixeira, (Teixerinha)* que animaba los despertares de radio en las serranías de Aristóbulo del Valle Misiones, Argentina en la segunda parte de la década del '70-S. XX. La particularidad de este programa consistía en la concreción de los despertares de radio que se producían a partir de la música. En este programa se emitían con frecuencia dos canciones vinculadas estrechamente con el tema que nos ocupa: **“Esta noche tuve un sueño y Atorrante legal”** que **“narraban cantando el sueño”** que había tenido el conductor del programa y autor e intérprete de las canciones-*Teixerinha* y a las cuales el viejo oyente de radio, adjudicaba los sentidos más diversos en sus despertares de radio. En ciertas ocasiones, relacionaba los contenidos de estas canciones con sucesos protagonizados por el mismo en su vida cotidiana o en sus sueños. No exento, muchas veces, de un fuerte contenido metafísico. (Por ejemplo; cuando se hacían comentarios por los oyentes sobre el más allá etc.)

Este programa, objeto de estudio, constituye solamente un ejemplo, entre otros emitidos en la segunda parte del década del '70 S. XX, tanto por radios argentinas, como paraguayas y que sería interesante incorporar en una investigación posterior. La memoria de los oyentes de radio de los setenta y ciertos sitios de INTERNET posibilitan esbozar "una arqueología de la escucha" a partir de los fragmentos registrados, tanto en la memoria de estos "hijos de la radio" y en otros espacios virtuales que ofrece la red de redes (Que permiten recuperar letras de canciones, audios etc.)

Consideramos cruciales para el ensayo que emprendemos, los aportes teóricos precursores para el estudio de la radio en Misiones que realizó el investigador de la Universidad Nacional de Misiones Marcelino García. Recuperamos una cita de Umberto Eco que aparece en el trabajo de este estudioso

Habría que ver si la audiencia de las emisoras A. M. No está conformada principalmente por el 'viejo' oyente de radio, el oyente de la vieja radio, un radioescucha 'tradicional' para un 'hacer tradicional', un seguidor habitual que acompaña a, y se acompaña por este tipo de radio, no propenso al constante cambio de frecuencia en el dial, cuyo 'resultado es una información a base de patchwork o, dicho de otra forma, un calidoscopio de informaciones(Eco), lo que requiere del público el trabajo de recomposición de su personal mosaico (García, 1993: 173-174)

La radio constituye un medio masivo de comunicación social cuya incidencia es y ha sido clave para el proceso de continuidades y transformaciones que supone la dinámica del heterogéneo espacio fronterizo argentino-brasileño. El discurso radiofónico representa ese "aire común" que tiende puentes imaginarios que hace posible la conexión, el vínculo, el intercambio y el diálogo entre los radioescuchas que habitamos y seguimos habitando esos múltiples mundos diferentes que componen nuestro fascinante universo de frontera. La radio transportó y transporta imaginariamente a sus oyentes "allende" la frontera "*El presente y su pasado hablan constantemente de cruces, de intercambios y de una presencia permanente de medios 'transfronterizos', vivida y percibida de manera sumamente contradictoria por los pobladores de una y otra orilla*" (García Da Rosa, 2002: 52)

Estos abordajes posibilitan arriesgar algunas conjeturas interpretativas del sentido de ciertas prácticas de escucha que movilizaban los destinatarios del programa radial "*Texirinha amanhece cantando*" que se emitía por la radio brasileña *Farropilha*. Éstos 'viejos oyentes', 'de una antigua radio' que transmitía en A M, eran Radioescuchas tradicionales, generalmente campesinos-colonos pequeños productores agrícolas, para los cuales el zapping estaba casi vedado. Oyentes que se reconectaban cada día con el mundo al son de géneros musicales como el *Schotis*, el *Vanerao*, y de voces en portugués, en estos particulares despertares de radio; en recónditas chacras de la serranía misionera.

Este tipo de emisora a la que según el investigador Marcelino García:

[...] todavía cantamos a la radio y esperamos otra radio local, en su doble referencia: el ámbito de recepción-mesocomunicativo (Moragas

Spa); y la coordenada geopolítica, en la que se des-ubican estas comarcas fronterizas y periféricas, 'híbridas' y 'mestizas', no representadas fielmente por la cartografía oficial en sus cruces, des-encuentros y des-re-integraciones, perturbaciones e indignancia, reparticiones y repatriaciones, migraciones y mezcolanzas: en su *mboyeré (García, 1997: 288).

Estos aportes, sintetizan con notable precisión, las particularidades del área de cobertura de esta radio brasileña, cuyas ondas hertzianas cubrían una vasta región de la frontera argentina-brasileña. Zona de culturas en contacto (Camblong: 2000), multicultural, caracterizada por pluralidades y cruces diversos¹.

Para el presente ensayo resultan pertinentes los aportes teóricos de Oscar Steimberg para explicar los modos de conexión o de 'reconexión' con la vida cotidiana por parte de los oyentes de radio:

Como, cuando uno despierta a la mañana, tiene que recuperar las posibilidades de la comunicación. Uno se despierta y viene del sueño, del sueño en los dos sentidos: del sueño porque estaba durmiendo y del sueño porque soñó (y, a veces uno se acuerda de lo que soñó) entonces ahí aparece la duda (...) sobre dos posibilidades fundamentalmente: una la de tratar de continuar, un rato aunque sea, o de alguna manera a lo largo del día, con esas imágenes desmañadas del sueño, con esa libertad que no pidió y que le tocó como una enfermedad mientras dormía y la otra posibilidad, que es la de abandonar toda esa confusión, todo ese lío, meterse en los géneros de la comunicación y comunicarse con los otros como se debe. (Steimberg, 2005: 1)

En este trabajo, nos interesa aproximarnos a la construcción de ciertas explicaciones tentativas, acerca de 'cómo los oyentes que habitaban la frontera argentina-brasileña-paraguaya se inscribían en los géneros de la comunicación' a través de la radio y a partir de ahí cómo se comunicaban con aquellos otros sujetos bilingües² que también escuchaban radios argentinas, brasileñas o paraguayas.

Nos interesa reflexionar sobre cómo los oyentes de la frontera recuperaban los 'géneros del despertar' cuando prendían la radio y escuchaban a través de la misma, canciones populares. Es interesante notar que la voz que se le "metía en la oreja" al oyente de la frontera provenía de otro idioma: del portugués en la frontera argentina-brasileña o el

1 "Y así, les voy diciendo que este territorio, del que hablo y desde donde hablo, mirando desde la metrópolis queda *allá ité*, en la frontera exótica: un espacio de confusos episodios y de extravagante identidad. Un confín nacional, a punto de caerse del mapa, una frontera caliente (no sólo por el clima <...>" (Camblong, 2014: 34)

2 "La lengua oficial argentina (español estandarizado), juega sus prácticas fronterizas en directo intercambio con el guaraní y con el brasileño (portugués estándar), a la vez que se encuentra con el alemán, el polaco, el ucraniano, el sueco y el italiano. Una polifonía irregular, con diversos grados de mezclas, de cruces heteróclitos y disipadas incidencias. Un corazón variopinto, cuyos flujos complejos y pocos previsibles, han hecho de la interculturalidad una dinámica efervescente, proliferante en mixturas con diversos matices" (Camblong, 2014: 38)

guaraní; en el límite argentino-paraguayo. El oyente de radio de la frontera recibía una manera de ser de alguien que hablaba y pertenecía a 'otra **comunidad imaginada**' (Anderson: 1997) al Brasil o al Paraguay. Un estilo brasileño o paraguayo que 'se metía en la oreja del oyente argentino' y que construía otro 'estilo', aquel propio de una escucha materializada en una 'zona de culturas en contacto' en la cual las radios brasileñas contribuían a la construcción de un dialecto particular: el Portuñol producto del cruce de dos lenguas oficiales de Brasil-el Portugués- y de Argentina-el Español-. Lo mismo ocurría con las radios paraguayas que infiltraban la frontera argentina, penetraban la oreja de los 'oyentes argentinos' contribuyendo así a la construcción de un estilo muy particular a partir del contacto del español y del guaraní. Aquí el dialecto fue denominado por el S. J. Bartolomeu Melia como Guarañol. (Melia: 1974). Esta categoría fue retomada con posterioridad por Glaucia Sileoni de Biazzí para sus estudios sobre *Aspectos Léxico-Semánticos del Español de la Provincia de Misiones*, según esta autora al Guarañol, también se lo suele denominar "Yopará". (Sileoni de Biazzí, 1992:53).

La radio en la frontera argentina-paraguaya-brasileña ha materializado voces brasileñas, paraguayas, en menor medida y paradójicamente, voces argentinas. Esta manera de ser del que habla por radio; brasileño, paraguayo o argentino ha sido crucial para la configuración de un contexto cultural que Ana María Camblong ha categorizado como 'zona de culturas en contacto'. El oyente de radio que vivía en la frontera materializaba, en la segunda parte de la década del '70 S. XX sus despertares de radio en estos mundos contradictorios y paradójales. Según, Oscar Steimberg es pertinente:

Reflexionar en como uno recupera los géneros del despertar (géneros de la información con el diario y con la radio; de la canción popular si uno prende la radio y escucha un tango, un rock o a veces no populares" (...) con la radio pasa que uno tiene una voz ahí que se le mete en la oreja y es como si en vez de recibir un ordenamiento, recibiera, también, además y principalmente, una manera de ser del que habla: un estilo. (Steimberg, 2005: 2).

Las contribuciones teóricas de Oscar Steimberg posibilitan sugerir ciertas explicaciones sobre las diversas estrategias del despertar que ponían en juego los oyentes de radio en zona de culturas en contacto. Permite reflexionar acerca de ciertas "estrategias del desvío" que materializaban los oyentes cuando encendían una radio brasileña o paraguaya para escuchar canciones de la música popular como un "xote", un "vanerao", una "guarania" o una "polka paraguaya". Estrategias del desvío que concretaban los oyentes en cada despertar, como un modo de escamotear el regreso a la dura cotidianidad rural a través de la información y desviarse por 'el atajo' que ofrecía el arte musical. En esta perspectiva coincidimos con las propuestas teóricas de Oscar Steimberg cuando sugiere como Proyecto:

[...] tratar de ver, de diferenciar las distintas estrategias del despertar, las distintas estrategias del momento en que uno tiene que reconstruir la cotidianidad, permitirá saber algo más acerca de eso que después durante el día, durante el mes durante el año, nos pone de un lado o de otro porque hay una estrategia

de la obediencia y una estrategia del desvío ya en cada despertar (...) depende de la radio que uno sintoniza: género del relato cuando uno cuenta un sueño tratando de que el otro lo entienda... (Steimberg, 2005: 1)

Los desarrollos teóricos que propone el autor posibilitan reflexionar e investigar sobre esa particular sensación de aquel oyente de radio de la frontera que después de 'andar soñando por ahí' encendía la radio procurando hacerse de la armazón que le posibilitara reconectarse con la cotidianeidad a través de la música que le proveían las emisoras brasileñas o paraguayas. Desde su es factible:

Investigar, pensar tratar de dar algunas ideas acerca de cómo cada mañana uno en realidad cuando se despierta siempre piensa que no tiene armazón, después de haber andado por ahí soñando, confundido o desesperado, vagando entre nada y nada, entre muerte y muerte... (Steimberg, 2005: 2).

Es posible que los despertares de radio hayan constituido un momento previsible y álgido a la vez, en el cual el oyente de la frontera, encendía la radio como un modo de dinamizar y activar sus capacidades de 'producción y de intercambio en esa compleja red semiótica' que constituye una zona de culturas en contacto.

La escucha de la radio parecería posibilitar al oyente de la frontera testear los programas que le permitían construir las posibilidades de contacto con un mundo cotidiano diverso y polifónico. La radio constituía aquí, un soporte específico, una posibilidad para que el oyente de frontera encontrara esa cotidianeidad previsible a través de los géneros que le proveía el lenguaje radiofónico: Según Steimberg:

Hay momentos de la cotidianeidad, momentos aparentemente previsibles del día o de la noche en lo que irrumpe como necesidad la apelación al conjunto de nuestras capacidades de intercambio y de producción en la red semiótica... como si de pronto hubiera que volver a recorrer y probar, uno a uno, nuestros programas de expresión y de contacto. (STEIMBERG, 2005: 1).

Una búsqueda que se concreta: "Cada día, se buscan otra vez las continuidades de una cotidianeidad previsible en géneros que sin emplazamiento estable en ningún soporte específico, recorren medio y lenguajes..." (Steimberg, 2005: 1)

El oyente de radio de la frontera se insertaba en diversas "esferas de praxis" que se dinamizaban en la vida cotidiana de estos parajes lejanos, donde según algunos, comienza y según otros termina "la patria". Esferas que suponían la puesta en práctica, por parte de los oyentes de radio de diversos modos de participación en esos mundos que se construían y se siguen construyendo a partir del cruce de dos sistemas lingüísticos. (Por ejemplo la escucha de la radio demandaba por parte del sujeto la puesta en práctica de distintas competencias para lograr interpretar los sentidos que producía el lenguaje de radio, construido a partir de la lengua portuguesa o del idioma guaraní que penetraba su oreja cotidianamente) Según el autor mencionado: "Se reconocen esfera de la praxis" y se convocan distintas clases de participación" (Bajtín, [1979]) que habiliten la posibilidad

de fundar otra vez (Jauss, 1977[1986] "el molde de una praxis social" (Steimberg, 2005:1)

Tanto los géneros, como los relatos son cruciales para la actualización y la articulación de las diversas y múltiples "esferas de praxis" que configuran los complejos y cambiantes mundos de la frontera caliente. Esos otros retornos, esas otras vueltas, como suele decirse por estos parajes últimos, ponen en juego más de una complejidad en los intercambios verbales. Las reiteraciones, los dichos, las 'charadas, las metáforas, implican siempre la dinamización de un doble juego de interpretación en clave bilingüe por parte del oyente de radio de la frontera. Ese descubrirse a sí mismo del oyente en los escenarios de frontera implica un ejercicio de simultaneidades, un regreso a la palabra o a las palabras que provienen de dos o más mundos contruidos por los lenguajes híbridos de la frontera. Si bien, la forma en que hemos sido enseñados a percibir los plurales mundos de la frontera-el que escribe este texto se identifica como un serrano nativo de estos paradójicos y contradictorios mundos en contacto-no es la única, ciertamente sus características son particulares. Según Oscar Steimberg:

Los géneros y los relatos que actualizan son el correlato, en una dimensión amplia ya abarcativa de la articulación con distintas esferas de esa praxis, de otro retorno, el de los pequeños acuerdos de la expresión verbal asentados en la reiteración..." de los dichos y las metáforas fijadas, en las que nos descubrimos a nosotros mismos o a los que nos rodean viviendo de metáforas" construcciones fijadas que se interpondrán cada día entre nuestro retorno a la palabra y la posibilidad de reconocer "que la manera en que hemos sido enseñados a percibir nuestro mundo no es la única"(Lakoff, 1980 [1983]) (Steimberg, 2005: 1)

La radio posibilitaba al oyente de la frontera iniciar cada mañana esas: "*Recuperaciones cotidianas de cada práctica discursiva*". (Steimberg, 2005:4) En cierto sentido, se correlaciona con lo que postula el investigador Marcelino García acerca de la centralidad de los medios - específicamente la **radio**- en relación con la **vida cotidiana**:

En esta odisea en la que nos embarcamos todos para encontrar nuestro camino y vivir en el mejor de los mundos posibles, los medios tienen algo que decir y que hacer. Los medios van ganando y asegurando su centralidad en el quehacer del mundo y la vida, en el 'mundo de la vida' y en nuestra vida cotidiana, ese 'cronotopo' (Bajtín) en el que ancla el sentido de los medios, configuramos nuestra identidad, trans-figuramos nuestras matrices (de generación de sentido) social y cultural, debatidos entre el recuerdo y el olvido (García, 2005: 288).

Esta odisea cotidiana-magistralmente planteada por James Joyce en su *Ulises*-que narra las andanzas urbanas de ese Ulises Cotidiano El señor Bloom contrasta dramáticamente con esa otra odisea cotidiana rural que reconoce otro héroe y otro escenario que no es urbano, sino rural- más similar a Macondo que a Dublín-. Un laberinto de caminos rojizos y pedregosos transitado por el oyente de la frontera-el campesino-colono rumbo al rosado de su chacra; luego de protagonizar su despertar de radio a puro *xote*, *vanerao* y mates en la cotidianeidad de la "frontera caliente".

Estos héroes rurales recuperan sus prácticas discursivas cotidianas a partir de los despertares de radio materializados en zonas de culturas en contacto, donde se producen múltiples y contradictorios cruces, y más de un contrabando. Por ende, esas recuperaciones por parte de los oyentes no dejan de ser muy particulares. Recuperaciones que implicaban la reconexión del viejo oyente de radio a diversos mundos que se construían y se siguen construyendo a través del uso de dialectos que se configuran a partir del cruce de dos lenguas³ (El portuñol: producto del cruce del español con el portugués en la frontera argentino-brasileña. El guarañol resultado del contacto entre el español y el guaraní)

En este contexto las emisoras brasileñas, paraguayas y argentinas posibilitaban al oyente de frontera aquello que Oscar Steimberg sostiene: *“El que se sumerge (...) en la radio a la mañana como primer acceso diurno a la palabra se asegura una reconexión rápida al mundo de los conceptos de los discursos con cierre, del repertorio conocido de los géneros del discurso”* (Steimberg, 2005: 6)

Es interesante hacer notar que la voz del locutor de radio está fuertemente correlacionada con lo comportamental. Esta conducta verbal amplificada a través de la tecnología constituye una proyección del cuerpo del locutor y una penetración del cuerpo del otro-del oyente de radio. En la (...) *Radio toma la escena un rastro indicial- corporal* (Verón, 2001: 101-111; Fernández, 1994) (Steimberg, 2005: 6)

La zona de culturas en contacto constituye un marco de referencia, aporta diversas tradiciones que provienen tanto de la cultura argentina, como de las brasileñas y paraguayas. En este marco cultural heterogéneo, híbrido y plural se materializaban las prácticas comunicativas de escucha por parte de los viejos oyentes de la frontera. Según Oscar Steimberg: *“toda comunicación presupone un común marco de referencia, tal como solo pueden darlo las tradiciones de una cultura determinada* (Gombrich, 1963[1967:125-137) (Steimberg, 2005: 7)

Son significativas para este ensayo, las contribuciones teóricas de José Luis Fernández pues posibilitan el análisis del lenguaje de la radio en tanto producción discursiva correlacionada con la tecnología. El lenguaje de la radio se define, según este autor como el: *“Material sonoro investido por ciertas operaciones constituidas, pero también sustentado por una tecnología singular que no compete solamente a las llamadas ondas hertzianas o a las señales de cable”*. (Fernández, 1994: 9)

La radio constituye un medio de comunicación social, un dispositivo técnico cuyas prácticas posibilitaban y siguen posibilitando la relación entre los oyentes de la frontera que trasciende el vínculo ‘cara a cara’. Para el investigador un Medio es *“todo dispositivo técnico o conjunto de ellos que con sus prácticas vinculadas-permiten la relación discursiva entre individuos y los sectores sociales, más allá del contacto ‘cara a cara”* (Fernández, 1994: 37)

3 “Nosotros, los de aquí nomás ‘sabemos por experiencia propia’ que cruzamos el río, cruzamos la línea, cruzamos la aduana, cruzamos el mojón y estamos en otra lengua, en otro país, con otra moneda, en otra ley. A la inversa, sabemos fehacientemente que el cruce no nos provoca extrañeza porque del otro lado, estamos los mismos vecinos que hablamos guaraní o español o portugués ‘naturalmente” (Camblong, 2009: 127)

La radio constituye 'un dispositivo técnico mediático' que se inscribe en un lugar particular constituido por el 'universo discursivo'. Las radios de frontera se insertan en 'universos discursivos' que se materializan en un universo particular; el de las culturas en contacto. Mundos infiltrados por universos discursivos provenientes, tanto de la cultura brasileña, como de la paraguaya. El campo de variaciones se vuelve entonces, extremadamente complejo, implica por parte del oyente de frontera dinamizar sus interacciones comunicacionales en plurales y diversas dimensiones. Esas variaciones de tiempo/ espacio, presencia del cuerpo, prácticas sociales vinculadas con la emisión /recepción modalizan los particulares modos de intercambios discursivos, en los cambiantes y contradictorios mundos de la frontera caliente. Según José Luis Fernández: "El lugar de todo dispositivo técnico mediático es el universo de lo discursivo, puede definirse como el campo de variaciones que posibilite en todas las dimensiones de la interacción comunicacional (variaciones tiempo/ espacio, presencia del cuerpo, prácticas sociales conexas de emisión y recepción, etc.) que 'modalizan' el intercambio discursivo cuando este no se realiza 'cara a cara'" (Fernández, 1994: 37)

La radio construye y posibilita relaciones sociales- comunicacionales mediatizadas que proyecta la voz humana a inmensas distancias. La Radio Farrouphila en AM en la década del '70 S.XX, se constituyó en un medio de telecomunicación que tornó posible una experiencia mediatizada por parte de sus radioescucha. A través de sus ondas se conectaban la instancia emisora ubicada en Porto Alegre-RS-Brasil con los oyentes que habitaban las recónditas serranías de la provincia de Misiones-Argentina-. Radios como ésta permitían y siguen permitiendo la "propalación" de la voz, tanto de radios brasileñas como paraguayas. Voces que franqueaban y siguen franqueando las fronteras de los estados nacionales para construir particulares universos discursivos. Según José Luis Fernández a través de la radio es factible: "introducir en el universo de los vínculos comunicacionales mediatizados, la presencia de la voz" (Fernández, 1994: 38). El punto de vista de este autor resulta interesante para explicar el uso de la voz en radio como un retorno del cuerpo. De acuerdo con este investigador: "La voz es el cuerpo del emisor" (Fernández, 1994: 39) Esas voces en Español, Portugués y Guaraní penetraban el oído del viejo oyente de radio de frontera, no dejaba de ser, en cierto sentido, 'una violación sonora' por parte del locutor hacia el oyente. Para Fernández: "La voz del otro en el interior del oído del que percibe, no parece ser una representación de su cuerpo: es su cuerpo" (Fernández, 1994: 40).

Es interesante la perspectiva que propone este estudioso sobre el sentido del tiempo en lo radiofónico. La problemática de la trascendencia temporal a través del intercambio de diversos textos, supuso por parte de las sociedades, el ejercicio de diferentes procedimientos. Las sociedades diversas y heterogéneas que se inscriben en zonas de cultura en contacto, como la que se analizan. Desde el punto de vista que propone José Luis Fernández: "Las sociedades: ponen en práctica múltiples procedimientos para intercambiar textos que les posibilitaron una trascendencia temporal discursiva..." (Fernández, 1994: 41)

El papel de la técnica fue crucial para la mediatización del sonido vocal. Este avance técnico posibilitó la abolición de distancias temporales entre las instancias de producción

- emisión y recepción - lectura. Según este pesquisador:

Las técnicas que permiten la mediatización del sonido vocal abolieron ese doble juego de distancias temporales: el que separa la producción de un texto, de su emisión y desde su recepción de su lectura. La toma directa es el efecto tecnológico que posibilita un salto cuali-cuantitativo de igualación en esas temporalidades, sin el cual no podría haber tenido efecto, tal vez, lo que se conoce actualmente como comunicación de masas (Fernández, 1994: 42)

Es interesante la perspectiva que propone José Luis Fernández y que permite analizar la espacialidad radiofónica y las afectaciones de la espacialidad discursiva social que produce. La radio permite cubrir grandes distancias entre el emisor y los múltiples receptores. En el caso de la emisora brasileña 'Radio *Farropilha* de Porto Alegre; que proponemos como ejemplo, en este ensayo posibilitaba la distribución de textos por ejemplo las 'letras de canciones' de *Vitor Mateus Teixeira, Teixeira*, a muchos kilómetros de distancia. Imaginará entonces el lector las dimensiones del espacio discursivo que posibilitaba crear esta radio brasileña de largo alcance que superaba ampliamente los límites del estado nación. Ondas hertzianas captadas por múltiples receptores a pilas que poseían los oyentes de frontera, mediante antenas de cable de cobre sostenidas por dos tacuaras que se elevaban por sobre las casas de madera con techo de tablitas de los colonos que habitaban las sierras de Misiones.

Según José Luis Fernández la: "*Radio aporta nuevas posibilidades de vínculos entre puntos geográficos alejados, pero que ya se venían aproximando social, económica y culturalmente, Expande, también las relaciones discursivas a través de textos producidos por unos pocos, a los que tienen acceso, sectores cada vez más amplio de población*" (Fernández, José Luis, 1994: 48)

En este sentido la emblemática Radio *Farropilha* en AM de los años '70 S.XX, fue pionera y precursora de una suerte de 'protomercosur sonoro' que posibilitó la construcción de relaciones discursivas a través de los textos producidos por unos pocos, entre los que se encontraba el músico popular *Vitor Mateus Teixeira, Teixeira*-objeto de nuestro análisis y al cual tenían acceso múltiples sectores, "viejos oyentes de la frontera", tanto de la Argentina, como del Brasil.

En perspectiva de Fernández los: "sonidos frente al micrófono-generan efectos de distancia." Es interesante analizar los "nuevos lugares de sujeto" que produce el vínculo que construye la radio, tanto en la instancia de emisión como de recepción. Según este autor, todo:

Vínculo radiofónico instauro la aparición de nuevos lugares de sujeto, tanto en la emisión como en la recepción. En la primera, porque a las necesarias condiciones "intelectuales" y "técnicas" se las incorpora el estatuto de lo corporal, con su consecuente, riesgo de exposición pero con sus nuevas posibilidades de seducción. En recepción, se posibilita el acceso masivo a sus textos sin que medie la necesidad de ningún entrenamiento específico, mientras se abre la instancia de un cierto goce del cuerpo del otro (Fernández, 1994: 48)

En la frontera caliente se construyeron y se continúa construyendo vínculos radiofónicos particulares y los nuevos lugares del sujeto no dejan de ser llamativos. Esas condiciones intelectuales y técnicas que menciona Fernández, son complementadas por la incorporación del "estatuto corporal" no exento de riesgos pero con grandes chances de encantar al oyente. ¿Quién no se dejó seducir alguna vez por la voz sensual de alguna locutora o locutor? ¿Quién no se imaginó el cuerpo de una 'garotinha' o de alguna 'reina paraguaya' o de un gaucho o algún paraguayito solamente a través de la voz que proyectaron las ondas hertzianas hacia las entrañas de las lejanas sierras de la Provincia de Misiones? Según José Luis Fernández: *"La radio (...) puede ser vista entonces en sistema como un conjunto de juegos de vinculaciones espacio/ temporales entre sujetos individuales/ sociales, que se encuadran en la construcción del mundo tal como lo vivimos"*. (Fernández, 1994: 48)

La radio instauró e instaura, en zonas de culturas en contacto, inscriptas en las fronteras calientes del noreste argentino, múltiples vinculaciones entre los sujetos sociales que construyen los mundos paradójicos de la frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay.

Es interesante reflexionar sobre las posibilidades que ofrecen las técnicas de grabación que han experimentado un vertiginoso proceso de desarrollo a partir de la aplicación de las tecnologías informáticas. Estas técnicas potenciaron al extremo las posibilidades de reconstrucción de mundos sonoros, a veces casi perdidos (piénsese en las posibilidades de recuperaciones que permite la tecnología informática a través de la digitalización de viejos materiales sonoros contenidos en antiguos soportes como los discos de vinilo etc.) Desde el punto de vista propuesto por José Luis Fernández: *"Las distintas técnicas de grabación del sonido (...) posibilitan tanto 'reconstruir la historia' (trayendo a la emisión en vivo música y voces alejadas en el tiempo), como 'demorar la historia' (mediante la repetición de un texto verbal o musical de relativa actualidad). La decisión, que aparece manifestada en el texto, se encuentra en el plano discursivo y no en el técnico"* (Fernández, 1994: 49)

Las tecnologías hacen posible esa reconstrucción de las historias de la frontera a través del rescate 'casi como una arqueología de la escucha' de voces de músicos populares como el cantor popular riograndense *Vitor Mateus Teixeira, Teixeira* que supo crear ciertos mundos sonoros que permanecen aún -como una suerte de reliquia- en algún recóndito lugar de la memoria del viejo oyente de radio que habita la frontera argentino - brasileña.

Despertarse cantando el sueño

Fue la radio la que desparramó música
por todos los rincones del mundo, clásica y popular,
la que sacó pianos y violines a la calle,
la que capturó a la inasible Euterpe y
la puso al alcance de todos los oídos y
durante todo el tiempo que queramos.
La radio se convirtió rápidamente
en la banda sonora de nuestras vidas
(LÓPEZ VIGIL, 1997: 354)

La propuesta de un ensayo que intente una aproximación a una posible interpretación de los despertares de radio en la frontera caliente argentina brasileña, supone, como se ha explicitado en los párrafos anteriores, la correlación entre las categorías de **género-formato, vida cotidiana y medio de comunicación social**.

Consideramos relevantes las distinciones que propone el radialista cubano José Antonio López Vigil entre **género y formato**:

La palabra género tiene una raíz griega que significa generación, origen. Digamos que son las primeras distribuciones del material radiofónico, las características generales de un programa. La palabra formato viene del vocablo latino forma. Son las figuras, los contornos, las estructuras en las que vierten los contenidos imprecisos." (...) Los géneros, entonces, son modelos abstractos. Los formatos los moldes concretos de realización. (López Vigil, 1997: 126)

Según este autor sería factible establecer una clasificación de los géneros desde tres perspectivas: *"el modo de producción de los mensajes, la intencionalidad del emisor y la segmentación de los destinatarios"* (127).

Estas definiciones operativas brindadas por este "radialista apasionado" posibilitan esbozar una clasificación tentativa del programa de radio, objeto de nuestro análisis. El programa *"Teixeirinha amanhece cantando"* que se emitía por la radio brasileña Farroupilha de Porto Alegre y que era conducido por el músico popular brasileño, compositor e intérprete, *Vitor Mateus Teixeira, "Teixeirinha"*. Este programa, según el modo de producción de los mensajes, se encuadra en el **"género musical"**, si lo situamos desde la intención del emisor sería factible inscribirlo en el **"género cultural"** y de acuerdo con la segmentación de los destinatarios pertenecería al **"género campesino"**. Si lo tipificamos según el subgénero sería un programa de **"música folklórica"** –regionalista gaucha-riograndense. De acuerdo con el **"formato"** sería posible catalogarlo como **"programa de un solo intérprete"**.

Este modo de clasificación de los géneros y formatos radiofónicos, constituye solamente una propuesta más, entre tantas otras. (No es objetivo de este artículo, profundizar esta complejísima problemática)

Según este teórico de la radio *"Los géneros son casilleros de producción y son también modos de relación que establecen emisores y receptores"* (López Vigil, 1997: 129)

El programa *"Teixeirinha Amanhece Cantando"* constituía un género del despertar a partir de la concurrencia del género musical, cultural, campesino y el subgénero música folklórica que se concretaba en el formato "programa de un solo intérprete". Estos géneros, subgéneros y formatos materializados en la instancia de producción en los estudios de *Radio Farroupilha, de Porto Alegre* constituían un modo de relación cuya construcción era posible a través de la mediación de la tecnología. No olvide el lector que el viejo oyente, de la vieja radio vivía en los confines últimos de las Serranías de Misiones y que en la segunda parte de la década del setenta - S. XX no existían en esos alejados parajes ni la luz eléctrica, ni los teléfonos celulares como en el presente. Era virtualmente imposible la relación a la inversa del oyente al conductor del programa. La música cons-

tituía el modo de relación privilegiado entre el conductor del Programa de radio *"Teixeirinha Amanhece Cantando"* Vítor Mateus Teixeira-Teixeirinha y el viejo oyente de radio de la frontera que materializaba sus despertares de radio, su conexiones con el mundo cotidiano, al pulsar el botón de su antiguo receptor de radio, instalada en una suerte de "santuario doméstico" en la esquina más importante de la casa de madera:



A las 5 de la mañana, en ciertas ocasiones, los viejos oyentes de radio *Farroupilha* –eran penetrados por la voz de Vítor Mateus Teixeira-Teixeirinha-entonando dos canciones (entre otras de su vasto repertorio) cuyas letras se correlacionan con el tema objeto de nuestro ensayo. Los géneros del despertar/ despertares de radio en la frontera. El tema de una de las canciones que interpretaba el compositor y conductor del programa, aludía a un sueño que ‘el mismo’ había tenido durante la noche. Lo llamativo era que este músico recordaba cantando el sueño que había tenido la noche anterior. Cantaba lo que su memoria recordaba acerca de ‘un viaje’ que había realizado al cielo y el encuentro que había protagonizado con una constelación de músicos populares gauchos-riograndenses y su posterior regreso a la tierra. Es interesante notar aquí que a través de la producción de sentido que le permitía la música, un componente central del lenguaje de la radio, el conductor del programa *Teixeirinha* construye un mundo metafísico-casi religioso a través del canto del sueño. Se articula en la canción una proxémica – habitada por el propio músico y seres humanos vivos con otra prexémica supra-terrenal, el cielo habitado por divinidades como el propio Jesucristo y por la Virgen María, pero también por los músicos populares que habiendo muerto “habitan el otro mundo” pero, pardójicamente siguen ejerciendo allí el mismo oficio. El artista se transforma en el sueño en un ‘medium’ que posibilita la comunicación entre uno y otro mundo. Dialoga con los músicos muertos que le plantean interrogantes acerca de sujetos que siguen viviendo en la tierra.

Todos esto en un sueño cantado a través de una canción y propalado a miles de oyentes a través de ese "medio invisible" (LEWIS y Booth, 1992) que posibilitaba al viejo oyente de radio "imaginarse a través del mundo sonoro que construía la radio, ese otro mundo, que según algunos, existe más allá". Quizás, el cantar el sueño en los despertares de radio de la frontera caliente haya sido un modo de mitigar la dureza de la re-conexión con el mundo cotidiano rural en las profundidades de las serranías misioneras, dónde no sólo existe verde, sino sangre, sudor, lágrimas, trabajos duros; soledades y envenenamiento por agrotóxicos en las plantaciones de tabaco. Tal vez, el sueño cantado por radio haya significado para el viejo oyente una forma de mitigar tantos males terrenales y la posibilidad de soñar ese otro mundo metafísico al cual es posible llegar algún día u alguna noche de sueño. Proponemos al lector el texto de la canción "Esta Noche tuve un sueño" de Vítor Mateus Teixeira. *Teixeirinha*, cuya traducción libre realizamos con el valioso aporte de la especialista en educación Magister María Carrattini.

Esta noche tuve un sueño

*Esta noche tuve un sueño
Soñé que había subido
Y que en la puerta del cielo.
Fui muy bien recibido.*

*El show estaba marcado
Con artistas conocidos
Cuando entré en el camarín
Quedé muy conmovido
Encontré tantos artistas
Trovadores repentistas
Gauchos regionalistas
Que hacía tiempo habían muerto*

*Todos estaban sentados
Esperando la gran hora.
Para iniciar el espectáculo
Para Cristo y Nuestra Señora
La casa estaba llena
Con mucha gente de afuera
El animador del Show
Ustedes se acordarán ahora
El gran J. Bronquinha
Defensor de gente mía
Dijo amigo Teixeira
Por qué tus ojos lloran*

Hablé con Darcy Reis Nunes
Disk Jockey de los cantores
El gran Ignacio Cardozo
El abuelo de los trovadores
Trovó con Paulo Costa
Hicieron llorar las flores
Oí al muchacho de oro
Rey de los improvisadores
Con José Mendes lloré
A Pedro Raymundo abracé
Con mis brazos apreté
A los famosos cantadores.

El muchachito del circo
Juntos con todos aquí
Preguntaron por Mary
Por Roberto y los dos Darcy
Por Bereco y Gildo
Dimas Costa y David
Chará y el indio Seca
Y otros cantores de aquí
Los tríos y las duplas también
Respondí, están todos bien
Asistí al show en ley
Después a la tierra descendí.

Autor: L. M. Vitor Mateus Teixeira-Teixeirinha

Otra canción de *Teixeirinha* correlacionada con el asunto que nos ocupa se titula atorrante legal (*"Malandro legal en Portugués"*). En este texto el compositor e intérprete canta una canción sobre un sueño que había tenido una noche. En esta canción, el músico y conductor del programa, canta un sueño que plantea como tema una metamorfosis repentina en su vida. El escenario en el cual transcurre el sueño se inscribe en el orden temporal mundano. La transformación consiste en el paso de una vida de cantante a otra de jugador. El intérprete a través del canto del sueño va desarrollando un itinerario de sus aventuras como "bohémio", "libador", "camorrero", "jugador" y "guitarro" y cantor de boat. Es interesante hacer notar que la "proxémica mundana" despliega sentidos vinculados con espacio de diversión y de fiesta como la boat y la mesa juego. Tenga en cuenta el lector, el notable contraste que se visualiza en el modo en que son cantados estos sueños. **"Esta noche tuve un sueño"** presenta un sueño estrechamente vinculado con lo metafísico, mientras que **"Atorrante legal"** construye un mundo de sueño que se inscribe en el orden del mundo físico terrenal. Advierta el lector, la inser-

ción del diálogo cotidiano como género del despertar a través de la interacción que se materializa entre el músico, *Teixeirinha* y su esposa (*Mary*) –también cantante e improvisadora– que es la que lo despierta y trata de situarlo y volverlo a la vida cotidiana. Tras un breve lapso de confusión, el protagonista del sueño, vuelve a reconocerse como compositor e intérprete y reconectarse con su cotidianeidad plena de compromisos artísticos. Este sueño cantado por radio se propalaba a grandes distancias y a miles de oyentes en los “viejos día de radio”. Esa gente, con la cual el compositor-intérprete construye su vínculo comunicacional. En el último verso de la canción se devela la clave “fue un sueño mi gente”. Este guiño del productor del enunciado posibilitaba al oyente adjudicar sentido a la canción. Aquí el viejo oyente, de la vieja radio, se reconectaba con la vida cotidiana a través del mundo extraordinario que creaba esta canción. Mundo de sueño que el músico se resistía a dejar... “al no querer despertarse” para regresar a la cotidianeidad. Quizás, ese modo de volver a la cotidianeidad significaba para el viejo oyente, de la vieja radio, un modo de atenuar “los trabajos y los días”, pues aquí el mundo cantado, soñado y posible de ser vivido no está en el más allá... sino, tal vez, en el baile de colonia que se realizaba en algún galpón que en los días de semana funcionaba como acopio de té o de tabaco y que los fines de semana se transformaba en salón de baile. Brindamos el texto de la canción al lector, como un modo de contribuir a la interpretación de estos paradójicos despertares de radio que se producían en las entrañas de las serranías misioneras en la segunda parte de la década del '70 del pasado S. XX.

Atorrante Legal

Cambié mi vida de repente
Inteligente no precisa trabajar
Salí de casa solo y con coraje
Caí en la mala vida fui aprender a bailar
La primera noche entré en una boat
No doy nada por empate y una dama fui a buscar
Yo me movía ponía las manos en las caderas
Y la mulata alegre comenzó a gustar de mí
Yo no soy tonto le parlé
Tomé su dinero y fui a la mesa a jugar
Los malandritos no entendieron el truco
Con cuatro cartas en la manga yo solo tenía que ganar.

Otra noche entré en otro ambiente
Muy distinta pero llevé mi guitarra
Mi traje blanco cuello engomado
Malandrito diplomado con una noche de función
Canté un samba de Adelino Moreira
Comenzó el juego cuando presté atención
Los malandritos que habían sido engañados

Junto con la mulata me pidieron explicación
Entré en la pelea, di varias revolcadas
Cuatro o cinco en la polvareda yo hice rodar por el suelo
Llegó la cana después que yo había peleado
El salón todo roto, me llevaron a la prisión.

El comisario era mi compinche, mi amigo
Sacó el castigo fui a la farra nuevamente
De traje nuevo con una corbata roja
con la plata de los tontos entré en una diferente
cuanto mujer, cuanta bebida , cuanto juego.
Fingí que llegué enojado pero estaba conciente,
Sonreía mucho me hacía humanitario
Iba firme en el otario le llamada de pariente
A veces jugaba, a veces bebía, a veces bailaba
Cuanta mujer que sobraba para el atorrante inteligente
Cierta mañana llevé un buen susto
En la cama fui despertado con Mary en mi frente.

Hablado Mary

“Levantate Teixeira, nosotros tenemos que viajar
Hoy tenemos fandango en el S. T .G. Osorio Porto en Passo Fundo.

Hablado Teixeira:

“Qué fandango, que nada, acordeón ya fue
mi negocio ahora es pandeiro, cavaco y tamboril y guitarra

Hablado Mary:

“Qué cavaco, pandeiro nada muchacho
usted es Teixeira
un hombre derecho el gran cantor regionalista
usted se dio vuelta toda la noche, soñó con Ulises

Hablado Teixeira

Es así

Canta Teixeira:

Muchas gracias doña Mary Teresina,
Despertó a Teixeira
Fue un sueño mi gente.

Autor. Vitor Mateus Teixeira-Teixeirinha.

Llegamos al final de este recorrido provisorio por los despertares de radio que se materializaban en la segunda parte de la década del '70 del pasado siglo XX. Intentamos realizar una "arqueología de la escucha", procurando reconstruir a partir de la memoria de "viejos oyentes de radio" y de fragmentos depositados, casi como reliquias, en ciertos sitios de Internet un mundo de la escucha casi perdido. Despertares de radio que sucedieron en cotidianidades paradójicas y contradictorias del mundo rural inserto en las fronteras calientes de la cuales el programa musical "*Teixeirinha Amanhece Cantando*" constituía un espacio paradigmático. Posibilitó a través del cantar de los sueños un modo de atenuar la dura vuelta del viejo oyente de radio a la rigurosa cotidianidad de las chacras.

Quizás el ensayo que realizamos no esté tan lejos de constituirse en "ficciones de radio" o sueños de radio...o quizás sea la propia radio la que nos esté soñando y al mismo tiempo y paradójicamente sea, la que nos anime y nos invite-como hizo con los viejos oyentes- a conectarnos cada día -hoy a través de Internet- a la fascinante y ardua cotidianidad de las fronteras calientes...

Referencias

ANDERSON, B. *Comunidades Imaginadas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

BORGES, J. L. **Las ruinas circulares en Ficciones**. Madrid: Alianza Editorial, 1998

CAMBLONG, A. **Habitar las fronteras...** Posadas: Editorial Universitaria Universidad Nacional de Misiones, 2013.

CAMBLONG, A. **Problemática de las culturas en contact**. en *Estudios Regionales*. Posadas: Revista de Secretaría de Investigación y Postgrado. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Universidad Nacional de Misiones. Argentina, 2002.

CAMBLONG, A. **Política y Lenguaje Social en la Frontera**. Posadas: IV Encuentro Argentino de Carreras de Comunicación. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Licenciatura en Comunicación Social. Universidad Nacional de Misiones. Misiones. Argentina, 2000.

ALBIN, Ricardo Cravo. **DICCIONARIO CRAVO ALBIN DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA**. Disponible en: <<http://www.dicionariompb.com.br/teixeirinha/dados->>, 2013.

FERNÁNDEZ, J. L. **II. La entrada mediática**. en *Los lenguajes de la radio*.

Buenos Aires: Atuel- Círculo Buenos Aires para el estudio de los Lenguajes Contemporáneos, 1994.

FOUCAULT, M. **La Arqueología del saber**. México: Siglo XXI, 1997.

GARCÍA, M. **El sonido y la furia de la radio**. en **ACTAS** de las III Jornadas Internacionales de Jóvenes Investigadores en Ciencias de la Comunicación. Facultad de Ciencias de la Información. Universidad Complutense de Madrid 6-10 de mayo de 1996. 286 – 290, 1997.

GARCÍA, M. **Acto Tercero: el hacer. el tambor tribal: el rito y el Mito**. en *Las Teorías de la Comunicación y la Prácticas de los Medios Locales*. Posadas. Programa: Semiótica. Directora: Dra. Ana María Camblong. Secretaría de Investigación. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Universidad Nacional de Misiones. Argentina. 135 -232, 1993.

- GARCÍA DA ROSA, C. **Aportes para la construcción de un mapa mediático en Misiones.** en *Estudios Regionales*. Posadas: Revista de Secretaría de Investigación y Postgrado. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Universidad Nacional de Misiones. Argentina, 2002.
- LEWIS, P. M. y BOTH, J. **El medio invisible.** Barcelona: Editorial Paidós, 1992.
- LÓPEZ VIGIL, J. I. **Manual urgente para radialistas apasionados.** Quito: Artes Gráficas SILVA, 1997.
- MELIA, B. S. J. **Hacia una tercera lengua en el Paraguay.** Estudios Paraguayos II, N ° 2. Asunción, Paraguay: Universidad Católica, Nuestra Señora de la Asunción, 1974.
- MEMORIAL LANDELL DE MOURA **Artigos sobre Radiodifusão.** *Rádio Farroupilha*. Porto Alegre RS. <http://memoriallandelldemoura.com.br/radiod_artigos_radio_farroupilha.html>.
- REVISTA LA MAGA. **Homenaje a la Radio.** Buenos Aires: N ° 1. Septiembre, 1993.
- SILEONI DE BIAZZI, G. **Aspectos Léxico- Semánticos del Español de la Provincia de Misiones.** Posadas: Ediciones Montoya, 1992.
- SILVA, P. J. O. **La Radio en Misiones: experiencias radiofónicas de la frontera:** La Plata. Provincia de Buenos Aires. Facultad de Periodismo y Comunicación Social. Universidad Nacional de la Plata. 1996.
- STEIMBERG, O. **Ponencia.** *Café Literario*. 18 a. JORNADA. SEA: Sociedad de Escritoras y Escritores de Argentina. http://www.lasea.org/cafe0018_3.html, 2005.
- STEIMBERG, O. **La reconstrucción cotidiana de la cotidianeidad,** en *Actas del V Congreso Internacional. De la FELS-Semiótica de la vida cotidiana:* Buenos Aires, 2003.



DADOS DOS AUTORES

Ada Cristina Machado da Silveira

Professora do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM. Pesquisadora do CNPq. E-mail: ada.silveira@ufsm.br

Alejandra Arce

Doctora en Ciencias Sociales y Humanas por la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ). Licenciada en Ciencias Sociales por la misma Casa de Altos Estudios. Es Investigadora Asistente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), con lugar de trabajo en el Centro de Estudios de la Argentina Rural (CEAR-UNQ). Profesora Instructora de Historia Argentina de la UNQ. Ha editado Las mujeres en el campo argentino, 1930-1955. Trabajo, identidades y representaciones sociales y compilado -junto a Graciela Mateo- Migraciones e identidades en el mundo rural. Líneas de investigación actuales: trabajo familiar y género en la región pampeana y el norte argentino; modalidades de participación femenina en las corporaciones y asociaciones rurales a mediados del siglo XX. E-mail: aledearce@gmail.com / adearce@unq.edu.ar

Anelice Belmonte

Graduada em Relações Públicas - ênfase em Produção Cultural pela Universidade Federal do Pampa. E-mail: Anelice.belmonte@hotmail.com

Angela Zamin

Jornalista; Doutora em Ciências da Comunicação (Unisinos); Professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Frederico Westphalen. Líder do Resto – Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM). E-mail: angelazamin@gmail.com

Carlos Alberto Garcia Da Rosa

Licenciado en Periodismo y Magister en Periodismo y Medios de Comunicación. Docente e investigador de la Carrera de Comunicación Social, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Misiones. (UNaM) E-mail: carlosagarcia ROSA@gmail.com

Caroline Horvath Staggemeier:

Bacharel em Design de Produto - UNIFRA, especialista em Administração de Empresas - FGV, mestre em Diseño e Comunicación - Universidad de Palermo - Argentina e acadêmica no curso superior de Tecnologia em Design de Moda – UNIFRA. E-mail: carol.staggemeier@gmail.com

Cássio dos Santos Tomaim

Doutor em História, Professor dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e em História da UFSM. E-mail: tomaim78@gmail.com

Cristiane Greiwe Bortoluzzi

Bacharel em Design de Produto - UNIFRA; mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional- UNISC, Pós-graduanda em Engenharia e Gestão de Produção – CESUMAR. E-mail: crisgbortoluzzi@gmail.com

Cristóvão Domingos de Almeida

Doutor em Comunicação e Informação pela UFRGS, mestre em Educação pela Unisinos e graduado em Relações Públicas pela PucCampinas e é professor adjunto da Universidade Federal do Pampa. E-mail: cristovaoalmeida@gmail.com.br

Doris Fagundes Haussen

Prof^a Dr^a do PPG em Comunicação Social da PUCRS. Pesquisadora do CNPq. E-mail: dorisfah@pucrs.br

Flavi Ferreira Lisboa Filho

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Pesquisador Líder do GP Estudos Culturais e Audiovisualidades CNPq/ UFSM. E-mail: flavilisboa@gmail.com

Francesco Flavio da Silva

Mestrando em em Comunicação Midiática, Linha Mídia e Identidades Contemporâneas, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM-UFSM). Especialista em MBA em Comunicação pelo Centro de Ensino Superior de Chapecó - Uceff Faculdades. Graduado em Comunicação Social/ Jornalismo pela Universidade de Passo Fundo. Membro do GP Estudos Culturais e Audiovisualidades. E-mail: tchesco@gmail.com

Hilda Jaqueline de Fraga

Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa – Unipampa/Campus Jaguarão/ RS. Doutora em Educação. E-mail: hildajaqueline7@gmail.com

Isabel Padilha Guimarães

Professora da Universidade Federal de Pelotas. Foi Bolsista de Estágio Pós-doutoral DOCFIX Capes/Fapergs no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFSM. E-mail: isabelpadilha@yahoo.com.br

Ivan Bomfim

Jornalista, Historiador, doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista CAPES. E-mail: ivanbp17@yahoo.com.br

Jorge Nelson Pyke

Licenciado en Historia y Magíster en Antropología Social, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Misiones. Docente Investigador de la carrera de Historia de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales – UnaM. E-mail: jorgepyke@hotmail.com

Karla M. Müller

Jornalista, Relações Públicas, Publicitária; Dra. em Ciências da Comunicação, Profa. pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Coordenadora da pesquisa 'Práticas Socioculturais Fronteiriças na Mídia Online'; Membro dos Grupo de Pesquisa no CNPq "Comunicação e práticas culturais" e "Mídia, tecnologia e Cultura; Assessora Ad Hoc do CNPq. E-mail: kmmuller@orion.ufrgs.br

Marcos Borba

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM. Associado da TV OVO, Santa Maria/RS. E-mail: marcos@tvovo.org

Maria da Graça Portela Lisbôa

Mestra em Engenharia da Produção, bacharel em Design. Docente do Curso Superior de Tecnologia em Design de Moda do Centro Universitário Franciscano. E-mail: mgporlisboa@gmail.com

Maria Inês Amarante

Professora Adjunta e pesquisadora em comunicação da UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010); Especialista e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (2004) e Licenciada em Letras pela Université Libre de Bruxelles (1992). Autora do livro "Rádio Comunitária na Escola: adolescentes, dramaturgia e participação cidadã" (Intermeios, 2012); co-organizadora da obra "África: múltiplos olhares sobre a comunicação", (Intercom, 2013) e de diversos artigos científicos e socioculturais sobre rádio, educação, memória e gênero. Integrante do Centro de Estudos da Oralidade – CEO; Núcleo de Estudos de Mídia Local e Comunitária - COMUNI e do GP Construções socioculturais da tríplice fronteira: Brasil, Paraguai e Argentina (UNILA). Associada à Intercom (GP – Rádio e Mídia sonora). E-mail: ines.amarante@unila.edu.br

Mariana Osorio Barros

Bacharel em Design de Produto - UNIFRA, Pós-graduanda em Gestão de Projetos - AVM.
E-mail: marianabarros5@gmail.com

Marilice Daronco

Mestranda em Comunicação Midiática, Linha Mídia e Identidades Contemporâneas, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM-UFSM). Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela mesma instituição. Especialista em Cinema pelo Centro Universitário Franciscano. Membro do GP Moviola (Laboratório de Estudos e Pesquisas em Memória e Narrativas Audiovisuais). E-mail: marilicedaronco@gmail.com

Marina Poggi

Doctora en Ciencias Sociales y Humanas UNQ, Magíster en Ciencias Sociales y Humanidades (con orientación en Comunicación), Especialista en Ciencias Sociales y Humanidades (con orientación en Comunicación) y Licenciada en Comunicación Social, por la UNQ. Actualmente es Investigadora Asistente de CONICET, profesora auxiliar de la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), y miembro investigador del Centro de Estudios de la Argentina Rural (CEAR) y del Programa Prioritario I+D “La Argentina rural de los siglos XX y XXI. Espacios regionales, transformaciones medioambientales, sujetos sociales y políticas públicas”, ambos radicados en la UNQ. Ha participado de congresos y realizado diversas publicaciones en torno a la reforma agraria y la propiedad de la tierra en Argentina y en Brasil, analizadas desde la perspectiva de las Representaciones y el Análisis Crítico del Discurso. E-mail: marinapoggicarther@gmail.com / marina.poggi@unq.edu.ar

Nora Delgado

Docente regular e investigadora de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales (carreras de Comunicación Social) de la UNaM. Desde 1998 dirige proyectos de Investigación acreditados en la SGCyT. Directora de Becarios del CIN; del CAyCIT Mnes y de la SGCyT. E-mail: nora_delgado@hotmail.com

Norma Graciela Alvarez

Doctora, Profesora y Licenciada en Historia, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, UNaM. Magister Artis en Historia, Facultad de Humanidades, Universidad Nacional de Mar del Plata. Profesora Adjunta Regular de Procesos Sociohistóricos: modernos y contemporáneos, Carrera de Comunicación Social; Historia Universal III, Carrera de Historia. UNaM. E-mail: ngraciela.alvarez@gmail.com

Pedro Omar Silva

Docente /Investigador do Departamento de Comunicação Social da Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales da Universidad Nacional de Misiones (Argentina). Profesor de Introducción a la Comunicación Social e Introducción a la Semiótica. Carreras Licenciatura y Tecnicatura en Comunicación Social. Departamento de Comunicación Social. Autor del libro “Sentidos de Posadas como ciudad turística. De lo

político a lo publicitario: Devenir semio-discursivo orientado". E-mail: pedrojorgeomar.silva@gmail.com

Tiago Costa Martins

Relações Públicas; doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC); Prof. do Curso de Produção Cultural – Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja. E-mail: tiagomartins@unipampa.edu.br

Vera L.S. Raddatz

Bacharel em Letras, Radialista; Dra. em Comunicação e Informação; Profa. do Curso de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Regional do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ); líder do Grupo de Pesquisa no CNPq "Mídia, Tecnologias e Cultura". E-mail: verar@unijui.edu.br
ULANOVSKY, C. y Otros. Días de Radio. Buenos Aires: Editorial Espasa – Calpe, 1996.

A presente edição foi composta pela Editorial Universitaria da Universidad Nacional de Misiones em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, linha de pesquisa "Mídias e Identidades Contemporâneas", com caracteres fonte Myriad Pro em sumário, títulos, subtítulos e no conteúdo do texto. Formato e-book, pdf, em junho de 2016.
